

**CRISTINA DE MARCO SANTIAGO**

**OS LAVRADORES DA FLORESTA:**

**Um estudo sobre as contradições das políticas públicas de conservação na  
proteção do modo de vida tradicional**

**São Paulo**

**2010**



## **OS LAVRADORES DA FLORESTA:**

**Um estudo sobre as contradições das políticas públicas de conservação na proteção do modo de vida tradicional**

**CRISTINA DE MARCO SANTIAGO**

**OS LAVRADORES DA FLORESTA:**

**Um estudo sobre as contradições das políticas públicas de conservação na  
proteção do modo de vida tradicional**

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de  
Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências  
Humanas da Universidade de São Paulo.

Área de concentração: Geografia humana

Orientadora: Prof. Dra. Adyr Aparecida Balastrieri  
Rodrigues

**São Paulo**

**2010**

De acordo com a Declaração de Berlim sobre Acesso Livre ao Conhecimento nas Ciências e Humanidades (2003), os autores e os detentores dos direitos de tais contribuições concedem a todos os utilizadores o direito gratuito, irrevogável e mundial de lhes aceder, e uma licença para copiar, usar, distribuir, transmitir e exibir o trabalho publicamente e realizar e distribuir obras derivadas, em qualquer suporte digital para qualquer propósito responsável, sujeito à correta atribuição da autoria, bem como o direito de fazer um pequeno número de cópias impressas para uso pessoal.

<http://oa.mpg.de/openaccess-berlin/berlindeclaration.htm>

## **OS LAVRADORES DA FLORESTA:**

### **Um estudo sobre as contradições das políticas públicas de conservação na proteção do modo de vida tradicional**

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

---

Profa. Dra. Adyr Aparecida Balastrieri Rodrigues

DG/FFLCH/USP

Orientadora

---

---

---

---

São Paulo, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2010

*Dedico este trabalho aos moradores dos bairros rurais tradicionais remanescentes do estado de São Paulo, especialmente àqueles que tiveram os seus territórios sobrepostos pela Reserva Florestal do Segundo Perímetro de São Roque, atual Parque Estadual do Jurupará.*

## AGRADECIMENTOS

*Há algumas pessoas que somos eternamente gratos por aquilo que aprendemos e procuramos cultivar enquanto essência durante a vida:*

*Ao meu pai (in memoriam) agradeço por me mostrar o valor de um espírito crítico na busca constante de autossuperação e por me ensinar a importância das coisas simples da vida. À minha mãe agradeço o gosto pelo estudo.*

*Há outras pessoas que agradecemos pelo simples fato de existirem em nossas vidas, tornando-as mais fácil e feliz, nos dando, assim, o apoio e a energia necessária para realizar as conquistas que nos propomos a fazer:*

*Agradeço ao meu marido Marcelo pela imensa dedicação e apoio incondicional nestes anos da pós-graduação e à minha filha Rayana por tolerar a minha “ausência”.*

*Agradeço profundamente a dedicação de pessoas que foram realmente o alicerce para a realização desta pesquisa:*

*Obrigada à minha orientadora Prof. Adyr por nortear os caminhos desta pesquisa de maneira absolutamente respeitosa, pela leitura criteriosa dos textos, pela dedicação e pelo estímulo nos momentos mais difíceis.*

*E obrigada aos “nativos” do bairro dos Paulo, às famílias Anselmo Domingues e Paulo Domingues por todas as informações e ensinamentos compartilhados e pela acolhida em suas casas.*

*Obrigada:*

*Benedita Domingues  
Catarina Domingues  
Catarina Maria de Jesus  
Décio Paulo Domingues  
Durval Anselmo Domingues  
Esaltina Ribeiro Domingues  
Hélio Paulo Domingues  
Isaias Anselmo Domingues  
José Domingues  
Julinda Domingues  
Juvêncio Anselmo Domingues  
Leonil Anselmo Domingues  
Leonil Domingues (Waldir)  
Lindolfo Domingues  
Matilde Anselmo Domingues  
Moacir Pinto de Moraes  
Moacir Domingues (Esaltino)  
Naira Pereira Domingues  
Suely Alves Domingues  
Terezinha Domingues*

*Agradeço especialmente ao Sr. Isaias e à D. Julinda pelo tempo despendido, pela imensa disposição em compartilhar os seus saberes e em me acompanhar no campo em dias de chuva e de frio.*

## *Obrigada*

Ao Instituto Florestal da Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo por ter me liberado para cursar a pós-graduação e à Faculdade de Filosofia Ciência e Letras da Universidade de São Paulo pela oportunidade concedida.

Ao João Régis Guillaumon pela leitura do projeto inicial de pesquisa e pelas sugestões e ao Joaquim de Britto Costa Neto (*in memoriam*) pelo grande incentivo para ingressar na pós-graduação.

À Rosangela Célia Ribeiro, à Rosana Sinelli, à Aparecida D'arc, ao Humberto Gallo Júnior, à Sueli Herculiani e ao Osni Tadeu de Aguiar, colegas com os quais pude contar para dividir as responsabilidades profissionais durante os períodos de ausência do trabalho para cumprir as atividades de pós-graduação.

Ao Marco Aurélio Nalon pela ajuda incansável nos mapas e principalmente pela demonstração de amizade, à Kátia Mazzei pelas leituras e discussões, à Fátima Marino e ao André Bifuco pelos desenhos e a Lívia Yuri por contribuir com a tradução do resumo. E, novamente, à Sueli por me acompanhar nos momentos derradeiro.

Aos professores que compartilharam os seus conhecimentos nas disciplinas, de forma especial ao Prof. Dr. Júlio Cezar Suzuki pelas sugestões a este trabalho.

Obrigada, ainda, àqueles que contribuíram com importantes sugestões na banca de qualificação.

*Cuidá da natureza?*

*O certo é deixá a natureza cuidá da gente, quando o home qué cuidá da natureza acaba invertindo o que Deus fez. O que não pode é o home eliminá a natureza, tem que no mínimo entra num acordo com a natureza.*

*Chega um ponto que tem que entra em acordo com a natureza, porque nem o homem vai querê se menos que a natureza - e a natureza, sabe que tem força, Né? Tudo vem da natureza e da inteligência dos home. O que num pode é o home querê sê mais sabido que a natureza. É onde acaba perdendo.*

*Hélio Paulo Domingues, 2007.*

## RESUMO

SANTIAGO, Cristina de Marco. *Os lavradores da Floresta: um estudo sobre as contradições das políticas públicas de conservação na proteção do modo de vida tradicional*. 2010. 273 p. Tese (Doutorado) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

Este trabalho teve por objetivo aprofundar a reflexão e a compreensão sobre a lógica da relação sociedade-natureza nas culturas tradicionais, bem como sobre as contradições existentes nas políticas públicas territoriais de conservação da natureza, no que se refere à valorização do modo de vida tradicional. A pesquisa foi realizada a partir da análise dessas políticas e do estudo de um bairro rural tradicional caipira, o bairro dos Paulo, localizado no município de Ibiúna - São Paulo, na área de abrangência do Parque Estadual do Jurupará. O estudo de caso apresentou os elementos empíricos necessários para aprofundar a compreensão da problemática tratada pela pesquisa, ou seja, a maneira pela qual se processaram os conflitos sociais, em um contexto histórico, entre dois tipos de racionalidade e de modo de vida: um rural tradicional e, outro, contemporâneo, urbano-industrial. O desenvolvimento da pesquisa em campo se deu segundo o método da pesquisa participante, adotando-se a entrevista semiestruturada como instrumento de coleta de dados. A análise dos documentos legais e das entrevistas foi realizada com base no método de análise textual discursiva. Foi efetuado ainda o estudo comparativo do uso do solo, das glebas pertencentes à família dos Paulo, em diferentes momentos históricos: 1962, 1978 e 2009, a partir de dados secundários e de fotografias aéreas. Trata-se de um estudo geográfico de abordagem cultural crítica, em que foram definidas três categorias centrais de análise foram definidas: o território, o modo de vida tradicional e as políticas públicas territoriais de conservação da natureza. Categorias estas que, articuladas, possibilitaram identificar as formas de adaptação e a alta capacidade de resistência da cultura caipira frente aos impactos a que foi submetida, particularmente, com as transformações advindas do “progresso” brasileiro e, posteriormente, com a investida do Estado em criar uma Reserva Florestal, posteriormente transformada em um Parque Estadual em território caipira. A pesquisa demonstrou que os territórios tradicionais se configuram a partir de uma conduta ética diferenciada na relação sociedade-natureza. O modo de vida tradicional reflete saberes e valores que configuram um tipo específico de território, onde sua permanência no tempo, ao longo de sucessivas gerações, bem como a conservação da natureza são condições para a reprodução material e social das chamadas populações tradicionais. Na sua construção histórica, enquanto patrimônio territorial, delinea-se um tipo de gestão e de planejamento específicos, onde princípios, normas, critérios, formas de comando e hierarquias existem calcados em uma forte condição de autonomia, características estas incompatíveis com as diretrizes legais estabelecidas nos territórios de conservação da natureza. Território e modo de vida foram categorias a partir das quais se pôde, ainda, neste estudo, delinear dez premissas para a atuação do Estado junto aos territórios tradicionais caipiras, segundo seus próprios padrões de desenvolvimento, sem o que se entende que não há como falar em reconhecimento e respeito ao modo de vida tradicional. A coerência destas premissas foi discutida tendo-se por referência modelos teóricos de desenvolvimento econômico, considerados compatíveis com as características do território tradicional.

**Palavras-chave:** Modo de vida tradicional; Políticas públicas de conservação da natureza; Território; Bairro rural tradicional.

## ABSTRACT

SANTIAGO, Cristina de Marco. The forest farmers: a study on the conditions of conservation public policy for the protection of traditional way of life. 2010. 273 p [thesis]. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – Departamento de Geografia.

The present paper has the objective of deepening the reflection and comprehension on the logic of the relationship nature-society in traditional cultures, together with the understanding the contradictions of the territorial public policies related to environmental conservation, and to its esteem of the traditional way of life. The research was performed analysing policies and the traditional rural neighbourhood inhabitants, Paulo's neighbourhood, located in the city of Ibiúna- São Paulo, in the area within the State Park of Jurupará. The case study managed to present the empirical elements required to expand the debate comprehension proposed by the research, meaning, the way social conflicts are treated in historical context, amid two types of rationality: the rural traditional and the contemporary, urban industrial. The field research was developed in the basis of participant observation method, adopting semi-structured interviews as instrument for data collection. The analysis of legal documents and interviews was performed in the textual and discourse analysis method. Following up a comparative study of soil usage was made in the land owned by Paulo's family, in different historical periods: 1962, 1978, 2009 through secondary data and photographed areas. Overall, it is a geographic study with critical cultural approach, where three central categories of analyses are defined: the territory, the traditional way of life and the territorial public policies related to environmental conservation. This categories hinged upon each other, make possible the identification of adaptation formats and high persistence cultural capacity of the inhabitants, even when faced with the impacts they were submitted, specially by the transformations set up by the brazilian 'progress' and, afterwards by the State intention to create a Reserve, later converted into State Park. The research demonstrated that traditional territories are based on a different code of ethical conduct on the relationship between society-nature. The traditional way of life reflects knowledge and value which translate to a specific type of territory. A territory where its time persistence, through successive generations, as well as through environmental conservation are conditions for the material and social reproduction of the, so called, traditional populations. In its historical construction, as territorial heritage, there is a specific type of outline for planning and management, where principles, norms, criteria, forms of command and hierarch are built upon a strong sense of autonomy, features incompatible with the legal regulations established for the environmental conservation territories. Territory and way of life are categories from which, in this study, ten premises for State action were proposed together with the territory inhabitants and according to their own pattern of development. Premises understood as essential elements for recognition and respect of the traditional way of life. The coherence of this premises were debated as reference to economic development theoretical models compatible with the traditional territory characteristics.

Key words: Traditional way of life; Territorial public policies for environmental conservation; Territory; Traditional rural neighbourhood.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização do Parque Estadual do Jurupará _____	20
Figura 2 – Localização das terras da comunidade estudada: Bairro dos Paul _____	20
Figura 3 – Vista geral do bairro dos Paulo _____	95
Figura 4 – Genealogia dos moradores do bairro rural dos Paulo até a segunda geração ____	101
Figura 5 – Genealogia de Isaias Anselmo e descendentes _____	104
Figura 6 – Genealogia de Augusta Pires e descendentes _____	105
Figura 7 – Genealogia de Ramira Francisca Vieira e descendentes _____	106
Figura 8 – Genealogia de Benedita Domingues e descendentes _____	107
Figura 9 – Caminho antigo de passagem dos tropeiros nas terras dos Paulo (Gleba 100). _	115
Figura 10 – Sistema construtivo e carpintaria. _____	117
Figura 11 – Peças de mobílias em sistema de encaixe. _____	118
Figura 12 – As duas construções em pau a pique mais antigas do bairro. _____	118
Figura 13 – Utensílios diversos feitos a partir da técnica do trançado e do entalhe _____	119
Figura 14 – Detalhes do monjolo, peças entalhadas a mão _____	120
Figura 15 – Esteira de taboa manufaturada com bilros de madeira entalhados. _____	120
Figura 16 – Fibra de tucum. _____	122
Figura 17 – Entrecasca de embira. _____	123
Figura 18 – Feitura da pamonha caipira à moda antiga. _____	124
Figura 19 – Croqui do uso do solo até a década de 1950 _____	131
Figura 20 – Croqui do uso do solo da gleba nº 100 na “época dos antigos”, até a década de 1950 _____	132
Figura 21 – Vistas da área de moradia no bairro dos Paulo _____	134
Figura 22 – Vistas da área de moradia do bairro dos Paulo _____	135
Figura 23 – Habilidades femininas. _____	159
Figura 24 - Expansão de lavoura de café no estado de São Paulo. _____	171
Figura 25 – Mapa de evolução da cidade de São Paulo. _____	174
Figura 26 – Foto de família. _____	193
Figura 27 – Foto de família. _____	193
Figura 28 – Parque Estadual do Jurupará. _____	208
Figura 29 – Horta e roça num mesmo local. _____	212
Figura 30, Figura 31, Figura 32, Figura 33, Figura 34, Figura 35 – Uso do solo nas glebas 100 e 131 em diferentes períodos _____	218

Figura 36 – Igreja Assembléia de Deus.	223
Figura 37 – Retratos dos moradores do bairro dos Paulo	230
Figura 38 – Feijão “cara suja”	236

**LISTA DE QUADROS E TABELAS**

Quadro 1- Formas de povoamento disperso _____	80
Tabela 1 – Uso do solo na Gleba 131 em 1962 _____	215
Tabela 2 - Uso do solo na Gleba 100 em 1962 _____	215
Tabela 3 - Uso do solo na Gleba 131 em 1978 _____	216
Tabela 4 - Uso do solo na Gleba 100 em 1978 _____	216
Tabela 5 - Uso do solo na Gleba 131 em 2009 _____	217
Tabela 6 - Uso do solo na Gleba 100 em 2009 _____	217

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**FAO** – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**PEJU** – Parque Estadual do Jurupará

**PNUMA** – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

**SMA** – Secretaria do Meio Ambiente

**UC** – Unidade de Conservação

**UICN** – União Internacional para a Conservação da Natureza

**WRI** – Instituto de recursos Mundiais

**WWF** – Fundo Mundial para a Natureza

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>18</b>
Contextualização do problema .....	18
Antecedentes pessoais do pesquisador relacionados ao objeto de estudo e à sua área de abrangência	24
Recortes teórico-metodológicos e procedimentos de pesquisa.....	28
<b>1    POLÍTICAS DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E POPULAÇÕES TRADICIONAIS: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA.....</b>	<b>36</b>
1.1    UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E POPULAÇÕES TRADICIONAIS: ORIGEM DOS CONFLITOS E A BUSCA E BUSCA DA SUPERACÃO.....	37
1.2    AS CONTRADIÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL E A INFLUÊNCIA DO COLONIALISMO .....	46
1.2.1    Mudanças ou permanências no Brasil, após trinta anos de redirecionamento das políticas internacionais?.....	50
1.3    A NATUREZA SOB A PERSPECTIVA DA (NÃO) CONSERVAÇÃO E AS POPULAÇÕES TRADICIONAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO: UM BREVE HISTÓRICO DAS ESPECIFICIDADES EM RELAÇÃO À CULTURA CAIPIRA.....	69
<b>2.    A TERRITORIALIDADE CAIPIRA .....</b>	<b>77</b>
2.1    O CAIPIRA: CARACTERÍSTICAS, ORIGEM E DISTRIBUIÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO 77	77
2.2    O CAIPIRA NATIVO DO SERTÃO DE UMA .....	83
2.3    REFERENCIAL TEÓRICO ACERCA DO TERRITÓRIO E DO MODO DE VIDA.....	87
2.4    BAIRRO DOS PAULO: OS PRIMÓDIOS DO PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO .....	94
2.5    A VIDA NO “TEMPO DOS ANTIGOS” .....	111
2.5.1    “No meu criamento tudo era uso da natureza”.....	115
2.5.2    Os antigos e a “sabedoria pra segurá a natureza”.....	125
2.5.3    “A união do povo de drento” .....	140
2.5.4    O núcleo doméstico e o papel do “homem e da mulher antiga” .....	150
<b>3    O BAIRRO RURAL DOS PAULOS: RUPTURAS, PERMANÊNCIAS E PERSPECTIVAS</b>	<b>165</b>
3.1    O LAVRADOR TRADICIONAL CAIPIRA E O PROCESSO DE METROPOLIZAÇÃO DA CIDADE DE SÃO PAULO .....	165
3.1.1    A urbanização e o extrativismo comercial da floresta.....	182
3.2    O BAIRRO DOS PAULO E AS TRANSFORMAÇÕES DA TERRITORIALIDADE CAIPIRA ....	185
3.2.1    As primeiras transformações com o advento do carvão.....	186
3.2.2    A “entrada” da Reserva Estadual .....	194
3.2.3    A “entrada” do Parque Estadual .....	206
3.3    AS PERMANÊNCIAS DO MODO DE VIDA TRADICIONAL .....	219
3.3.1    Perspectivas futuras frente às permanências do modo de vida tradicional.....	231
<b>CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>242</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>255</b>

## INTRODUÇÃO

### Contextualização do problema

Esta pesquisa procurou aprofundar a compreensão da lógica que conduz a relação sociedade-natureza nas culturas tradicionais, bem como a compreensão das contradições existentes nas políticas públicas territoriais de conservação da natureza, no que se refere à valorização do modo de vida tradicional, a partir do estudo de um *bairro rural tradicional* caipira, o bairro dos Paulo, localizado no município de Ibiúna - São Paulo, na área de abrangência do Parque Estadual do Jurupará, conforme Figuras 1 e 2.

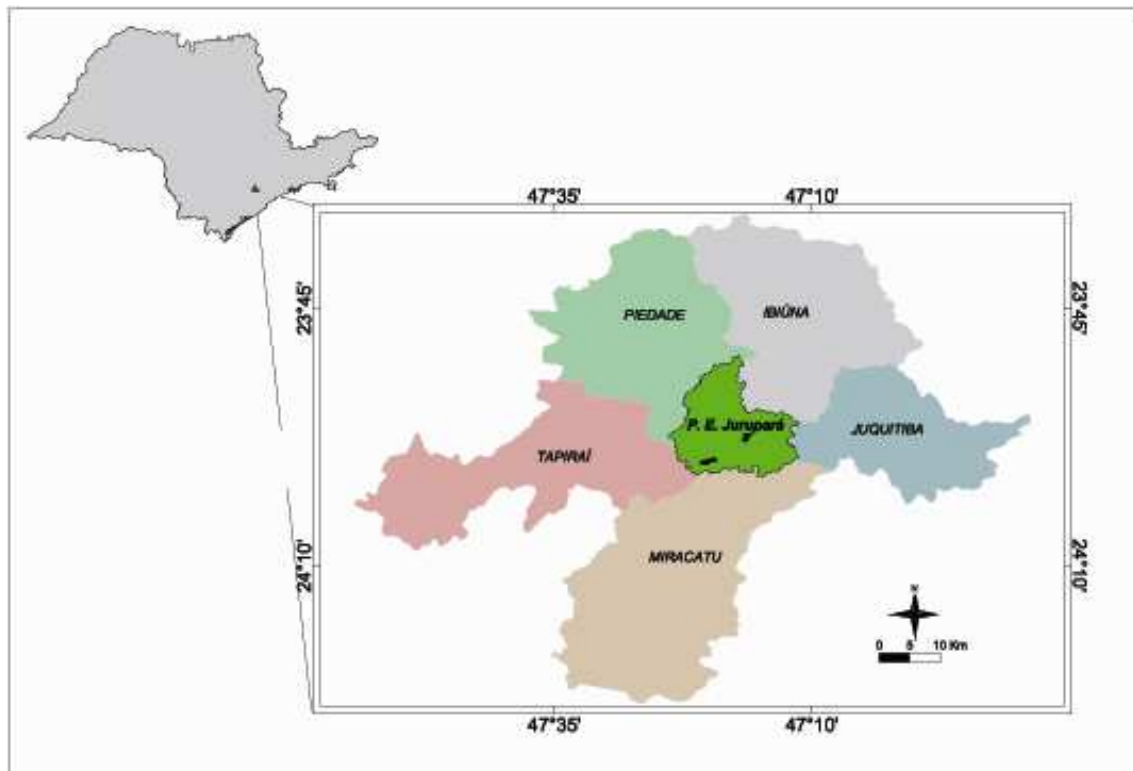
A grande dimensão que assumem os problemas ambientais na atualidade, em escala planetária, tem intensificado as discussões sobre a temática da conservação da natureza e a reflexão sobre a necessidade de mudanças de valores e de comportamento da sociedade urbano-industrial contemporânea. Neste momento, a relação sociedade-natureza, como perspectiva de análise, assume grande importância na compreensão da realidade, sob diferentes aspectos. A temática de estudo sobre as populações rurais tradicionais, apesar de há muito ser de interesse de sociólogos, geógrafos e antropólogos, vem ganhando destaque nos últimos anos com o aumento do foco sobre as questões ambientais, entre elas os conflitos socioambientais, decorrentes da criação de unidades de conservação em territórios tradicionais.

Com a crescente complexidade da problemática ambiental e o pouco êxito do Estado na proteção dos ecossistemas naturais, mediante a criação de unidades de conservação da natureza de proteção integral, estabeleceu-se um processo gradativo de reflexão que acabou culminando, especialmente nas décadas de 1980 e 90, em intensos debates; onde organizações internacionais, tais como a FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação), UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) e UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza), por meio de suas instâncias de discussão e documentos oficiais passaram a registrar a necessidade de se adotar uma nova ética ambiental e a discutir o modelo de desenvolvimento dominante, a inclusão da sociedade na administração ambiental, a fragilidade das instituições públicas e o acanhamento das políticas de conservação. Passou-se também a reconhecer a importância das culturas

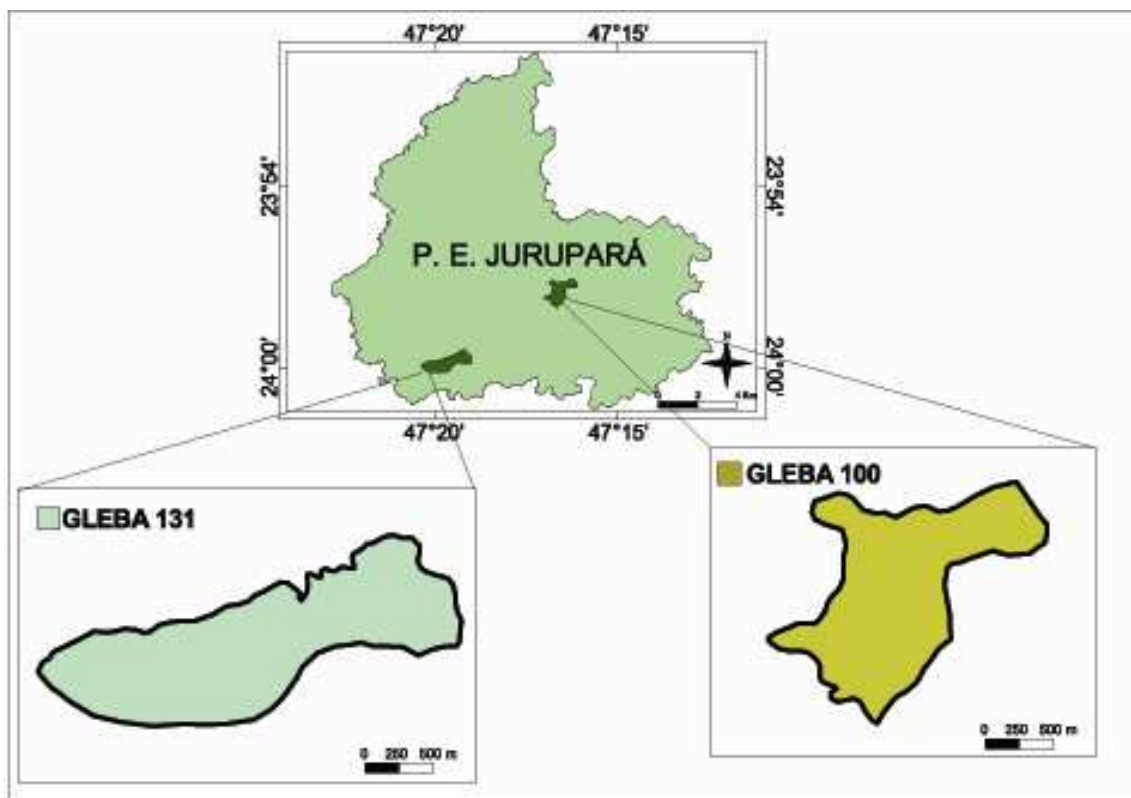
tradicionais como mantenedoras da biodiversidade e aprofundar-se o debate sobre a perda da diversidade biológica e cultural.

O conflito entre unidades de conservação e populações tradicionais é um tema antigo, complexo e a problemática envolvida foi (e é) razão de grandes controvérsias em torno das políticas de conservação da natureza, as quais, historicamente calcadas em um modelo preservacionista, cuja concepção é de cisão entre o homem e a natureza, vêm trazendo, como consequência, prejuízos à proteção da diversidade cultural e da biodiversidade. De um lado, posicionaram-se aqueles que se indignavam com a criação de unidades de proteção integral sobre territórios tradicionais, indígenas ou não, desconsiderando-se os direitos ancestrais de populações que por séculos responderam pela proteção de suas áreas; de outro, aqueles que argumentavam sobre o impacto causado às unidades de conservação por tais populações. E no centro dessa discussão se coloca o princípio da estreita relação entre a biodiversidade e a diversidade cultural, o qual passa a ser configurado, de uma maneira geral, a partir de meados da década de 1980 e, especialmente, no início da década de 1990 com os mencionados debates internacionais e a consolidação da interdisciplinaridade no tratamento da conservação ambiental. A polêmica parece ter se resolvido com a instituição legal de categorias de manejo de unidades de conservação da natureza, criadas especificamente visando à permanência de populações tradicionais. Desse modo, não obstante os posicionamentos técnicos, ideológicos radicais contrários, as populações tradicionais finalmente foram incorporadas nas políticas públicas de conservação da natureza.

Particularmente o estado de São Paulo se depara há muitas décadas com uma realidade complexa. O modelo de desenvolvimento econômico historicamente adotado devastou os seus biomas naturais (VICTOR, 1973). Portanto, a reduzida porcentagem de vegetação, bem como as alterações culturais já sofridas pelas populações tradicionais que ocupam as unidades de conservação e a sua quase extinção, especialmente fora das áreas legalmente protegidas, representam um grande desafio às políticas públicas na salvaguarda do patrimônio cultural e natural.



**Figura 1** – Localização do Parque Estadual do Jurupará



**Figura 2** – Localização das terras da comunidade estudada: Bairro dos Paulo

Todavia, apesar do quadro político, nacional e internacional, ter se alterado e apesar dos esforços e avanços já realizados, observa-se que a atuação sobre as questões relacionadas às comunidades tradicionais, em geral, carece de maior fundamentação sobre o seu modo de vida e de suas perspectivas. Observa-se que as políticas públicas têm sido pouco capazes de incorporar, nas suas práticas, formas de valorização da cultura tradicional; mesmo quando as ações são dirigidas para tal fim estão impregnadas da percepção urbano-ocidental, seja na forma de participação, nas alternativas de desenvolvimento socioeconômico ou na solução legal encontrada para a resolução dos conflitos, criando-se modelos alternativos de unidades de conservação, submetidas, contudo, à tutela e intervenção direta do Estado.

Para que as políticas públicas possam se realizar de forma mais justa e com maior êxito, é preciso compreender e incorporar as variáveis relacionadas aos processos sociais que regulam a relação sociedade-natureza, aprofundando, assim, o conhecimento sobre as culturas tradicionais: o seu processo histórico de territorialização, a forma como se organizam, os seus valores e normas de conduta, a sua economia, e os saberes envolvidos na prática de planejamento e gestão dos seus territórios. Trata-se, assim, de entender a lógica que rege o modo de vida tradicional, capaz de assegurar a proteção do repertório de saberes, ou seja, capaz de assegurar a transmissão de saberes ao longo das sucessivas gerações.

Nesse sentido, entende-se ser imperativa a realização deste estudo. A compreensão do território caipira, das relações sociais que possibilitaram suas características e as transformações ocorridas no decorrer do processo histórico, dá a perspectiva de poder contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas que incluam suas concepções e saberes, que respeitem o modo de vida tradicional e possibilitem o desenvolvimento socioeconômico local, segundo os seus próprios padrões e valores culturais. Políticas essas, sem as quais, corre-se o risco da perda completa dessas culturas e da omissão sobre o conseqüente e inevitável impacto ambiental das áreas naturais, resultante da extinção dos saberes e da absorção de valores da sociedade urbano-industrial contemporânea.

O bairro dos Paulo é um *bairro rural tradicional* caipira, portanto familiar, constituído por oito famílias, que integra um conjunto formado por vários outros bairros, os quais interagiram por séculos, formando um grande território caipira, até pouco tempo atrás conhecido como o “sertão de Ibiúna” e cujos habitantes autodenominam-se *nativos*. Muitos desses bairros, incluindo o dos Paulo, foram, em 1978, afetados pela criação da Reserva Estadual do 2º Perímetro de São Roque, quatorze anos mais tarde transformada no atual Parque Estadual do Jurupará, abrangendo uma área equivalente a 23.950,47 ha.

Após mais de três décadas de restrições legais sobre a área, no bairro dos Paulo, ainda persistem saberes e costumes da cultura caipira. Seus moradores, detentores das terras dos seus antepassados, preservam costumes de importante significado histórico-cultural, como a organização do trabalho em família, a prática da roça, o uso e o manejo dos recursos naturais por meio de saberes sobre a flora e a fauna e do domínio de técnicas para o fabrico de utensílios, para a construção em taipa etc. Embora com seu patrimônio imaterial seriamente comprometido, pelo desuso dos conhecimentos entre os mais jovens, esta comunidade representa um dos raros testemunhos da forma de organização tradicional caipira do Brasil Colônia, no estado de São Paulo.

Entre os poucos bairros rurais tradicionais remanescentes do “sertão de Ibiúna”, o bairro dos Paulo é o que mantém as características organizacionais mais conservadas servindo de referência para a compreensão da relação sociedade-natureza da cultura caipira. E, por inserir-se no contexto do conflito entre populações e parques, oferece a importante possibilidade de análise da evolução do processo histórico das políticas de conservação e da capacidade de adaptação e resistência da cultura tradicional aos agentes externos no processo histórico.

Sobre o conflito inerente à criação de Unidades de Conservação e as populações tradicionais, no estado de São Paulo, os cientistas têm focado sua produção mais nas comunidades caiçaras<sup>1</sup> que, embora compartilhem originalmente da cultura caipira, guardam as suas especificidades. E o caipira tradicional cada vez mais se torna esquecido, sendo, frequentemente, considerado nas políticas públicas de conservação como a população “local”, parte da “grande massa” da população brasileira, tratado indistintamente, desconsiderando-se suas especificidades

Abordando a população caipira na área de abrangência do Parque Estadual do Jurupará, foram desenvolvidas duas dissertações de mestrado. A primeira tratou sobre a arte do trançado e a produção cesteira desenvolvidas pelas comunidades tradicionais do Parque e seu entorno (MELLO, 2001), enquanto a segunda teve por objetivo discutir o processo educativo de jovens e adolescentes nas famílias caipiras do Parque como um todo, as políticas de educação formal e a postura da escola no município de Ibiúna em relação às diferenças culturais; trata ainda da possibilidade de a educação ambiental ser um instrumento de mediação de conflitos e de

---

<sup>1</sup> Na Geografia destacam-se os trabalhos de Sueli A. Furlan (2000), Carmem Lúcia Rodrigues (2001) e Simone Resende da Silva (2004).

fortalecimento cultural nas unidades de conservação (HERCULIANI, 2009). As duas pesquisas foram, respectivamente, realizadas no âmbito da Antropologia e da Geografia.

A presente pesquisa partiu do pressuposto de que a cultura tradicional (no caso, a caipira) comporta saberes importantes à conservação dos ecossistemas, a partir dos quais se desenvolve. Saberes estes que estão diretamente relacionados ao seu modo de vida e, portanto, à garantia de sua reprodução social. E as políticas públicas de conservação, apesar de terem passado a contemplar as populações tradicionais, não conseguiram assimilar sua real importância na proteção da natureza, uma vez que suas orientações são contraditórias, fragilizam o seu modo de vida e transgridem o direito e os saberes sobre a gestão dos seus territórios, segundo uma visão predominantemente eurocentrada.

Daí emergem-se as questões centrais deste estudo: em que medida as políticas públicas de conservação da natureza, da maneira como hoje estão configuradas, consideram de fato a visão de mundo das populações tradicionais e até que ponto podem favorecer ou dificultar a proteção do seu modo de vida? Até que ponto essas políticas são suficientes no estabelecimento de princípios, diretrizes e critérios para nortear a atuação das instituições públicas, de forma que se possa avançar na consolidação de políticas mais justas e inclusivas? Unidade de conservação da natureza é um instrumento adequado para salvaguardar a relação sociedade-natureza estabelecida pelas culturas tradicionais? De que forma o modo de vida tradicional é capaz de contribuir para a conservação da natureza? Quais aspectos são relevantes para salvaguardar o modo de vida tradicional e a dinâmica social dos grupos, tendo por referência a cultura tradicional caipira? Quais transformações ocorreram no modo de vida tradicional, no bairro dos Paulo, num processo histórico de pressões e dinâmicas exógenas? Quais as especificidades desse Bairro para ter se mantido, até os dias atuais, mais conservado que os outros poucos bairros remanescentes, e quais são as perspectivas futuras em relação à conservação da cultura caipira?

Este trabalho está estruturado em três capítulos. O **primeiro capítulo** trata das políticas públicas de conservação da natureza e a questão das populações tradicionais, abordando-se o contexto histórico em três níveis, o internacional, nacional e estadual. Contudo, mais que uma contextualização crítica, procurou-se avançar numa análise aprofundada do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e do Plano Nacional de Áreas Protegidas (as duas principais políticas de conservação no Brasil), e de forma complementar foram analisadas a Lei da Mata Atlântica e a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Esta última, embora não se constitua em uma política de

conservação, traz uma abordagem territorial de uso equilibrado dos recursos naturais e contempla as unidades de conservação como uma de suas estratégias, razão pela qual foi tratada no âmbito deste trabalho. Buscou-se, ainda, a reflexão sobre as bases históricas em que se configurou a postura do estado de São Paulo em relação à natureza e às populações que nelas se inseriam. O **segundo capítulo** analisa o processo de territorialização caipira, por meio do estudo de caso do bairro dos Paulo, focando a formação do território e o modo de vida tradicional na época dos antigos, até o final da década de 1950. O **terceiro capítulo** analisa o processo histórico de transformação do modo de vida tradicional nesse bairro, da década de 1960 até os dias de hoje; a capacidade de resistência e adaptação cultural frente às grandes transformações da sociedade urbano-industrial metropolitana, bem como as perspectivas futuras de proteção da cultura caipira e de melhoria da qualidade de vida, segundo os princípios regidos por ela.

### **Antecedentes pessoais do pesquisador relacionados ao objeto de estudo e à sua área de abrangência**

Este trabalho não teve apenas uma motivação acadêmica, configurou-se a partir do desafio e da necessidade de qualificar a prática profissional da autora que se desenvolve em torno da proposição, execução e avaliação de políticas públicas de conservação da natureza no Instituto Florestal (IF), órgão da Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo.

A proposta de pesquisar a população caipira do bairro dos Paulo, inserida no Parque Estadual do Jurupará, é resultado da atuação profissional, no desenvolvimento de políticas públicas e na gestão de áreas de importância histórico-cultural e ambiental, tanto no Instituto Florestal de São Paulo, em dois períodos: de 1988 a 1996 e de 2005 até a presente data, como também na Prefeitura de Santo André, de 1998 a 2004.

Durante quase seis anos, entre 1991 e 1996, à frente da administração do Parque Estadual do Jurupará, após ter efetuado os estudos que embasaram a transformação da Reserva em Parque, em sua atuação de campo, a autora passou a identificar, entre os vários ocupantes, uma comunidade específica que se distinguia pela sua arquitetura (no que se refere à organização do espaço e ao sistema construtivo), pelas peculiaridades dos seus modos, especialmente a fala, e por seus integrantes denominarem-se *nativos*.

Com formação em Engenharia Florestal, o que significava, à época, absoluto desconhecimento sobre populações tradicionais, passou a estudar o histórico de ocupação da área, a dedicar-se a longas leituras sobre a população rural do estado de São Paulo; a atualizar-se, procurando acessar as informações sobre as discussões realizadas nas últimas décadas, em âmbito internacional, sobre a conservação da natureza.

A partir de então foi possível a compreensão de que tal comunidade era dotada de uma estrutura e uma organização social distintas, de um tipo de cultura dita tradicional; que os estudiosos vinham alertando para sua importância na manutenção da biodiversidade, para a necessidade de resguardar os seus direitos ancestrais e para a maneira pela qual vinham sendo, social e culturalmente, impactadas ao longo da história, com a criação de unidades de conservação, fato que implicava o impedimento legal de suas atividades tradicionais.

A identificação daquele Bairro, apesar da difícil aproximação inicial com os seus moradores, tendo em vista as medidas autoritárias do Poder Público que se sobrepunham aos direitos dos *nativos*, permitiu, à época, o contato com os seus saberes sobre o uso dos mais variados recursos florestais e sobre as suas técnicas. Foi possível identificar que empregavam critérios específicos para o manejo dos recursos e que as gerações mais jovens já não detinham os mesmos conhecimentos, muitas práticas sobre o uso da floresta já haviam sido deixadas de lado.

Em todo o Parque era evidente o processo de transformação cultural e os impactos ambientais e sociais decorrentes. E, principalmente, eram evidentes os equívocos da política de conservação adotada. No bairro dos Paulo, a autora propôs um programa de pesquisa que contemplava o estudo sobre o manejo de oito espécies não madeireiras utilizadas por aquela comunidade (palmito, embira, taboa, macela, taquara, junco, cipó e abelha jataí), bem como o estudo do sistema construtivo utilizado em suas edificações, visando à valorização das técnicas de manejo, de manufatura de utensílios e das técnicas construtivas. Apesar de terem historicamente a lavoura como atividade principal, fundamental enquanto prática cultural e de grande importância à conservação genética pelo uso de variedades utilizadas há séculos, essa realidade somente foi entendida, nas suas dimensões e nuances, a partir desse estudo.

Paralelamente, neste período, iniciou-se um processo de discussão, no Instituto Florestal, entre técnicos e gestores de unidades de conservação que compartilhavam da mesma problemática em campo, a necessidade do estabelecimento de diretrizes institucionais para lidar com os conflitos vivenciados e para a distinção de tratamento entre moradores não tradicionais, mas que reclamavam os mesmos direitos dos tradicionais.

Assim, em 1994 foi realizado, pelo Instituto Florestal, o *Workshop* sobre populações e Parques, do qual participaram outras instituições nacionais e internacionais. Neste evento várias recomendações foram estabelecidas para a melhor proteção do patrimônio natural e cultural (SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, 1994). Entretanto, internamente havia entre os mesmos técnicos preocupados com a questão posturas distintas, tanto no que se refere ao entendimento sobre o que seria a população tradicional (do ponto de vista da ancestralidade) quanto sobre o tipo de abordagem e ações junto a elas.

Ter como referência os *nativos* “do Jurupará” gerou, muitas vezes, polêmicas internas. Nunca foi possível identificar o tempo exato de residência daquela população tal a antiguidade das famílias no “sertão”, portanto, não se podia admitir que cinco ou seis décadas de vínculo com a terra seriam suficientes para incluir qualquer morador na categoria de tradicional. Também era evidente que a postura assistencialista, “inclusiva”, jamais caberia ali enquanto linha de conduta técnica. O grau de autonomia e de autoestima coletivas não deixavam margem para isso.

Apesar das discussões, de lá para cá, tímidas foram as ações implementadas, os gestores de cada unidade continuaram a seguir seus caminhos individualmente, imprimindo a sua visão de mundo no trato com as comunidades “sob sua gestão”. Em 2005 iniciou-se um processo político, de pouco conteúdo científico, que já criou dois mosaicos de unidades de conservação: na Juréia (anulado em 2009 por inconstitucionalidade) e em Jacupiranga, estabelecendo-se as primeiras reservas de desenvolvimento sustentável (RDs) estaduais no território paulista e cujo processo de constituição deixa dúvidas sobre a eficiência na proteção do patrimônio natural e cultural, dada a deficiência de estudos que se tem sobre o modo de vida tradicional. Neste mesmo contexto foi elaborado o Projeto de Lei nº 304/2006 (SÃO PAULO, 2006a), que propõe a retirada de mais de 12.000 ha de terras devolutas do Parque Estadual do Jurupará, com uma participação praticamente nula da população tradicional da unidade, envolvendo, portanto, predominantemente, interesses outros que não os das comunidades historicamente estabelecidas.

Desse modo, durante anos, atuando diretamente em campo, enfrentando os conflitos sociais e os problemas de conservação da biodiversidade, ficou evidenciado que os impactos culturais não estão relacionados simplesmente ao fato de se equacionar as questões legais possibilitando ou não a permanência das comunidades tradicionais; mas, sim, a dificuldade de se compreender e aceitar que existem outras formas de entender a realidade, de viver, de ambicionar a segurança material e o bem-estar. Daí a necessidade de se construir um

conhecimento consciente, metódico, e assumir como verdade que é sempre possível ampliar o entendimento sobre a realidade, segundo outras óticas que não aquelas vistas até um dado momento da vida.

A pesquisa científica foi uma prática adquirida pela Autora ainda na graduação, enquanto bolsista do Programa Especial de Treinamento da CAPES (PET-CAPES), e que se manteve durante o percurso profissional, incentivada pela atuação no Instituto Florestal que se configura como órgão de pesquisa e desenvolvimento. Contudo, uma prática que não se deu como um fim em si mesmo, mas como instrumento de trabalho respondendo às demandas de produção de conhecimento para o manejo das unidades de conservação. E que se estabeleceu como rotina diária e atividade principal de trabalho a partir de 2005, ao ingressar na carreira de pesquisador científico, fato que atribui uma responsabilidade, ainda maior, em ampliar a produção científica e a visão de mundo (frente à complexidade das questões envolvidas na conservação da natureza). Razão pela qual se buscou suporte teórico e metodológico na Geografia Humana.

A crescente degradação ambiental a que estão submetidas as unidades de conservação e a dificuldade de se pôr em prática políticas que resguardem o patrimônio cultural impõem o desafio de compreender os processos envolvidos na relação sociedade-natureza em diferentes culturas. Nesse contexto a ciência geográfica, mais do que qualquer outra, assume grande relevância, tendo em vista que historicamente tem se ocupado em estudar esses processos.

A opção por realizar esta pesquisa no âmbito da pós-graduação da Geografia significou trilhar um percurso difícil, que exigiu uma enorme autossuperação, um percurso, pode-se dizer, doloroso em muitos momentos, tal o volume de informações inéditas absorvidas e o esforço que se fez em reelaborá-las e associá-las à realidade a ser compreendida. Todavia, foi imensamente gratificante, pois possibilitou não apenas compreender o incompreensível até então, mas desconstruir “verdades” e enxergar o que jamais foi possível captar antes. Possibilitou que se tornasse defensável cientificamente uma realidade impossível de ser traduzida pelas ciências exatas ou biológicas.

As transformações coletivas se iniciam com esforços individuais. As diretrizes governamentais passam a existir fazendo-se valer a partir das suas bases e quebrar paradigmas é desconstruir velhas crenças por meio de uma nova compreensão da realidade, o que somente é possível com o aprimoramento de cada profissional, do despertar da sua imensa responsabilidade social na definição de políticas justas e factíveis.

## Recortes teórico-metodológicos e procedimentos de pesquisa

Frente ao exposto anteriormente e enquanto pesquisadora científica de carreira em uma instituição pública, não se deve abrir mão de certas reflexões filosóficas quanto à postura do pesquisador e suas opções metodológicas.

Como observam Moraes e Costa, o método de interpretação diz respeito

à concepção de mundo do pesquisador, sua visão da realidade, da ciência, do movimento etc. É a sistematização de ver o real, a representação lógica e racional do entendimento que se tem do mundo e da vida. [...] refere-se, assim, a posturas filosóficas, ao posicionamento quanto às questões da lógica e por que não dizer à ideologia e à posição política do cientista. [...] é uma concepção de mundo normatizada e orientada para a condução da pesquisa científica; é a aplicação de um sistema filosófico ao trabalho da ciência. (MORAES; COSTA, 1984, p. 27).

Para Moraes (2005a), nos estudos sobre o meio ambiente, é importante trazer à tona a discussão de plano ético, sobre as posturas assumidas na prática da pesquisa, ou seja, “ações orientadas por valores e princípios” (MORAES, 2005a, p. 53); cuja finalidade deve ser o aprimoramento da própria pesquisa e do autoconhecimento do pesquisador, “o controle racional não apenas do seu *modos operandi*, mas também dos resultados sociais de sua atividade” (MORAES, 2005a, p. 52).

Assim, o Autor critica três posturas filosóficas que parecem ter força na comunidade científica dedicada à problemática ambiental. A primeira é a naturalista, perante o mundo, a história e a relação homem-natureza. Essa postura assume uma perspectiva que perde totalmente a dimensão social, análises que não fazem menção à sociedade, mas à “ação antrópica”. A segunda é a tecnicista que põe a técnica acima dos conflitos, trata das “soluções técnicas” dissociando-as das decisões políticas, interesses, projetos e perspectivas conflitantes; é uma postura comum entre pesquisadores envolvidos com o planejamento e os órgãos públicos. E, por último, a postura romântica que, ao contrário da anterior, peca por excessiva politização, assumindo, frequentemente, fundamentações frágeis ou inadequadas; manifestando-se no preservacionismo radical, com uma potencialidade profundamente perigosa, porque é anti-humanística (MORAES, 2005a).

Essas posturas filosóficas “não se tratam apenas de ideias e concepções, mas de ideias que se materializam em projetos, em estruturas burocráticas, em encaminhamentos de investigação, em programas de pesquisa, em financiamentos e, mesmo em políticas públicas [...]” (MORAES, 2005a, p. 55). São posturas que abortam a reflexão de fundo que deve ser feita sobre a questão ambiental, sobre o caráter dos problemas relacionados à conservação da natureza e, é claro, que a problemática das populações tradicionais não está dissociada desse contexto. Trata-se, assim, de refletir sobre a condução histórica das políticas territoriais, sobre a concepção de desenvolvimento adotado pela sociedade urbano-industrial.

Para Milton Santos, a preservação da natureza não pode ganhar um aspecto religioso

e desse modo prescindir de discussão. O fato é que os agravos à natureza são sobretudo originários do modelo de civilização que adotamos. Será este irreversível? É esta a discussão que se impõe, para evitar ao mesmo tempo às ofensas à Terra e aos homens. (SANTOS, 2007, p.20).

Sob essa ótica é oportuno, conforme destaca Moraes (2000, 2005a, 2005b) em seus trabalhos, refletir sobre a determinação histórica imposta pelo processo de colonização na formação do Brasil. Uma realidade que se transformou, todavia, deixou marcas na sociedade brasileira e, portanto, nas suas políticas públicas, não se pode negar, até os dias de hoje.

“A colonização envolve uma sociedade que se expande e os espaços onde se realiza, implicando, apropriação da terra e submissão das populações autóctones defrontadas.” (MORAES, 2005b, p. 91). Esta lógica se impregna nas políticas de desenvolvimento desde a origem do país, trazendo a compreensão dos padrões de relacionamento com a natureza e das populações a ela associadas. Segundo esta ótica construir “o país é levar civilização aos sertões, ocupar o solo é subtrair os lugares da barbárie [...]. Nesse entendimento, a submissão das populações locais aparece como decorrência natural do processo, um resultado tido como de alta positividade.” (MORAES, 2005b, p.95).

Acredita-se, desse modo, que a compreensão e o equacionamento das questões relacionadas à valorização e proteção do patrimônio cultural e ambiental, somente, serão possíveis a partir de uma visão de mundo que considere a experiência, a expectativa das populações tradicionais, portanto, os aspectos de ordem cultural, e a partir da construção de uma lógica que permita desvendar os processos sociais e históricos associados à problemática em diferentes escalas.

A expectativa que se tem, por meio desta pesquisa, de poder contribuir na elaboração e aplicação de políticas públicas mais justas, leva à adoção de uma postura metodológica de abordagem cultural, associando-se, contudo, aspectos tanto da Geografia humanística e quanto da Geografia crítica.

Claval (2001) observa que uma abordagem cultural crítica deve ter por foco as questões presentes, os problemas de justiça social, e atentar aos significados conferidos pelos homens à natureza e ao meio ambiente. Essa abordagem “[...] tem sua especificidade na idéia de que toda realidade humana é fundamentalmente cultural e só pode ser compreendida caso aceitemos nos colocar no lugar daqueles que a vivem e que a configuram.” (CLAVAL, 2001, p. 54).

A perspectiva humanística na Geografia, segundo Christofolletti (1985), valoriza a experiência do indivíduo ou do grupo, na busca de compreender o comportamento e a maneira de sentir das pessoas em relação aos seus lugares. Ainda para o Autor, a visão de mundo para cada grupo ou indivíduo se expressa por meio de suas atitudes e valores em relação ao ambiente.

Numa abordagem cultural atual, segundo Claval (2001), deve-se responder não apenas à questão central que preocupou os geógrafos do passado sobre a diferenciação dos lugares, mas, ainda, o porquê de os indivíduos e os grupos não viverem os lugares do mesmo modo; de não os perceberem da mesma forma, não recortarem o real segundo as mesmas perspectivas e em função dos mesmos critérios; de não descobrirem neles as mesmas vantagens e os mesmos riscos, não associar a ele os mesmos sonhos e as mesmas aspirações, não investir neles os mesmos sentimentos e a mesma afetividade.

Nesse sentido, enquanto um estudo de abordagem cultural crítica, três categorias centrais de análise foram definidas: o *território* (nele incluído o *bairro rural tradicional*), o *modo de vida tradicional* e as *políticas públicas territoriais de conservação da natureza*. Categorias estas que se inter-relacionam para a compreensão da realidade que aqui se propõe aprofundar, já que a problemática em estudo se delineia em torno do *território*; *das políticas territoriais de conservação*; da forma como *territórios* instituídos, enquanto unidades de conservação, se impõem sobre o *território tradicional*, sobre o *modo de vida tradicional*. Trata-se de conflito territorial, de conflito entre concepções de mundo distintas, entre padrões hegemônicos e hegemonzados. Compreender e refletir sobre o conflito, neste caso, significa analisar e contrapor as formas de conceber o *território* e, conseqüentemente, as formas de usá-lo, de organizá-lo, controlá-lo, uma vez que o território é sempre expressão de poder.

São categorias que expressam formas de racionalidade e que, articuladas, são capazes de expressar o conflito entre a racionalidade moderna e a tradicional.

Optou-se, contudo, em dar o devido tratamento teórico a cada uma das categorias analíticas ao longo desta tese, aprofundando-se, também, oportunamente, o referencial teórico-metodológico adotado na análise e interpretação da realidade.

Cabe apenas destacar que os conceitos são interpretados aqui tal qual o entendimento de Haesbaert (2009), inspirando-se na visão de Deleuze. Para o Autor, mais do que uma representação ou reflexão sobre um real que ele deve desvendar e/ou elucidar, o conceito é visto na sua capacidade transformadora. Deve-se considerar a necessidade de refletir sobre as problemáticas efetivas que eles respondem e o uso que se pode fazer deles. O conceito ou o conceituar é também uma ação “pelo simples fato que nossas interpretações nunca são descomprometidas e neutras, mas também uma forma de implicação/recriação do/com o mundo.” (HAESBAERT, 2009. p. 91).

Assim, torna-se necessário sublinhar a importância dos conceitos de *território* e *modo de vida* como instrumentos não apenas de compreensão e interpretação da realidade, das especificidades geográficas da cultura caipira, mas de transformação. A capacidade que trazem em si de dar respostas, na forma de princípios, diretrizes e critérios para a elaboração, execução e avaliação de políticas públicas.

No que diz respeito aos procedimentos metodológicos a pesquisa foi realizada em duas etapas. A primeira se deu pela análise das políticas públicas de conservação da natureza no Brasil, estabelecendo-se, como parâmetro de análise, os princípios e orientações aceitos internacionalmente sobre o reconhecimento da importância dos sabres tradicionais à conservação da natureza. A análise textual discursiva, descrita mais adiante, foi utilizada como método de análise e interpretação do conteúdo dos documentos.

Na segunda etapa foi realizado o estudo de caso que teve por objetivo buscar elementos empíricos para aprofundar a compreensão da problemática tratada pela pesquisa, materializando-se a complexidade envolvida na relação sociedade-natureza em diferentes culturas; bem como desvendar, com base nas singularidades de um *bairro rural tradicional*, como se processam os conflitos sociais, em um contexto histórico, entre dois tipos de racionalidade e de modo de vida: um rural tradicional e outro contemporâneo, urbano-industrial.

É por meio do estudo de caso que se apreende na análise a complexidade das variáveis. Conforme observa Milton Santos (1985, p. 3): “Quanto *mais pequeno* o lugar examinado, tanto

maior o número de níveis e de determinações externas que incidem sobre ele. Daí a complexidade do estudo do mais pequeno.”

O bairro dos Paulo foi eleito por ser, como dito anteriormente, um dos poucos remanescentes dos vários bairros de ocupação tradicional que existiram no “sertão” de Ibiúna, em grande parte hoje ocupado pelo Parque Estadual do Jurupará. Trata-se do bairro cujas características mais se mantêm preservadas e, ainda, de um raro testemunho dos bairros caipiras do estado de São Paulo. E por configurar-se também como uma situação exemplar em relação ao próprio Parque em que se insere e às demais unidades de conservação que se sobrepõem a territórios tradicionais, por refletir o conflito legal e por conservar grande parte das suas características tradicionais, o que em muitas áreas já não ocorre mais.

Assim sendo, ele foi escolhido pela sua particularidade, tendo em vista sua persistência histórica enquanto um típico *bairro rural tradicional*, frente às transformações impostas pela modernidade e pelos impedimentos legais ao uso e ocupação do solo; uma situação singular e que, pelo seu valor intrínseco, merece ser compreendida em suas especificidades. Contudo, o seu estudo aprofundado, enquanto uma unidade, guarda a possibilidade de compreensão de um todo na qual se insere.

Conforme Lüdke e André (1986), o “caso pode ser similar a outros, mas é ao mesmo tempo distinto, pois tem um interesse próprio”. O interesse sobre ele se dá por aquilo “[...] que ele tem de único, de particular, mesmo que posteriormente venham a ficar evidentes certas semelhanças com outros casos ou situações. Quando queremos estudar algo singular, que tenha um valor em si mesmo, devemos escolher o estudo de caso.” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 17).

Portanto, a preocupação central do estudo de caso é a compreensão de uma instância singular, cujo objeto estudado deve ser tratado como único, uma representação singular da realidade que é multidimensional e historicamente situada (LÜDKE; ANDRÉ, 1986).

O desenvolvimento da pesquisa em campo se deu segundo os princípios da pesquisa participante (BRANDÃO, 1987a; 1987b; THIOLLENT, 2003), ou seja, a partir da estreita relação com os membros da comunidade, numa postura de compartilhamento do saber científico, de aprendizado sobre os saberes tradicionais e sobre as necessidades da população segundo seus próprios referenciais; buscando, construir uma reflexão conjunta com os moradores a respeito dos processos de desestruturação socioeconômica do bairro e sobre a importância da cultura caipira e do *modo de vida tradicional* na conservação da natureza e na melhoria da qualidade de vida das famílias.

Segundo essa perspectiva metodológica, adotou-se a entrevista semiestruturada como instrumento de coleta de dados em campo. Para Triviños (1995), esse tipo de entrevista é um dos principais meios para a realização da coleta de dados, pois, ao mesmo tempo em que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação. Segundo o Autor, esse é um método utilizado por pesquisadores que consideram a participação do sujeito um elemento do seu fazer científico.

[...] a entrevista semi-estruturada mantém a presença consciente e atuante do pesquisador e, ao mesmo tempo, permite a relevância na situação do ator. Este traço da entrevista semi-estruturada segundo nosso modo de pensar, favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e compreensão de sua totalidade, tanto dentro de sua situação específica como de situações de dimensões maiores. De toda maneira, diante destas últimas situações, é necessário lembrar que os instrumentos de coleta de dados não são outra coisa que a “teoria em ação”, que apóia a visão do pesquisador. (Triviños, 1995, p. 152).

A análise do material coletado, por meio de entrevistas e de outros documentos utilizados no estudo de caso (pareceres, processos etc.), foi realizada com base no método de análise textual discursiva, conforme descrito por Moraes, R. (2003). Para o Autor, essa é uma abordagem de análise que se organiza em torno de três focos constituídos como elementos principais:

- 1. DESMONTAGEM DOS TEXTOS:** um processo de unitarização, implica examinar os materiais em detalhes, fragmentando-os para formar unidades relativas aos fenômenos estudados.
- 2. ESTABELECIMENTO DE RELAÇÕES:** processo de categorização, são feitas relações entre as unidades de base, combinando-as e classificando-as; formação de conjuntos mais complexos, as categorias.
- 3. CAPTAÇÃO DO NOVO EMERGENTE:** construção do metatexto, constituído de descrição e interpretação, resultante de uma nova compreensão do texto, com base nos processos anteriores.

Para o Autor, no conjunto, as etapas desse ciclo de análise podem

ser caracterizadas como um processo capaz de aproveitar o potencial dos sistemas caóticos no sentido da emergência de novos conhecimentos. Inicialmente, leva-se o sistema até o limite do caos, desorganizando e fragmentando os materiais textuais da análise. A partir disso, possibilita-se a formação de novas estruturas de compreensão dos fenômenos sob investigação, expressas então em forma de produções escritas. A qualidade e originalidade das produções resultantes se dão em função da intensidade de envolvimento nos materiais da análise, dependendo ainda dos pressupostos teóricos e epistemológicos que o pesquisador assume ao longo de seu trabalho.(MORAES, R, 2003, p.210).

As entrevistas foram gravadas com o consentimento dos entrevistados, que também consentiram o uso das informações dadas para este trabalho. Deve-se esclarecer, todavia, que este consentimento não foi solicitado por escrito, considerando que alguns depoentes são iletrados e que, mesmo entre aqueles que têm escolaridade, correr-se-ia um grande risco de comprometer a relação de confiança entre a pesquisadora e a comunidade estudada. A assinatura de um documento poderia provocar uma interpretação equivocada e de desconfiança, já que esta não é a forma usual de contrato estabelecida nas relações entre os indivíduos na cultura caipira. Cabe sublinhar, ainda, o esforço realizado durante a pesquisa para conquistar a confiança de todos os depoentes e quebrar uma antiga imagem de agente estadual de fiscalização.

As entrevistas foram realizadas com pais e mães das famílias moradoras do bairro, abrangendo diferentes faixas etárias, sendo que em determinadas situações foram aplicadas duas ou mais entrevistas, em razão de dúvidas anteriores ou esclarecimentos maiores sobre aspectos específicos. Em caráter complementar, foram feitas entrevistas com parentes e ex-moradores, inicialmente porque eles se aproximavam aguardando ser entrevistados e, num segundo momento, porque se percebeu a importância da complementaridade das informações, considerando o reduzido número de moradores; os poucos moradores com idade acima de sessenta anos que efetivamente guardavam a memória do modo de vida e de saberes tradicionais da época dos antigos; o forte vínculo afetivo que antigos moradores mantinham com o bairro; e a necessidade de compreender as determinações que fizeram com que estes saíssem da área.

Outros aspectos fugiram ao planejado, mas acabaram por contribuir muito para a riqueza dos dados obtidos. A formação espontânea de “entrevistas coletivas”; ou seja, quando uma pessoa estava sendo entrevistada outros vinham se aproximando e formando, por vezes, uma roda onde um complementava a informação do outro e manifestavam-se expressando valores e contando “casos” da época dos antigos. Também a participação da autora no Plano de Manejo

do Parque provocou a necessidade de buscar informações adicionais em bairros cujos moradores são aparentados aos Paulo (localizados fora dos limites do Parque); alguns mantendo fortes tradições caipiras de onde foi possível registrar, por meio de fotografias, alguns equipamentos e habilidades de domínio dos antigos, mencionados anteriormente nas entrevistas e já extintos no âmbito do Bairro e do próprio Parque.

A realidade de outros bairros acabou por ser trazida neste estudo, já que foram entrevistados seus antigos integrantes que se uniram aos Paulo por casamento.

Optou-se pela transcrição de muitas falas neste estudo, tal a enorme riqueza de informações sobre o *modo de vida tradicional* que, de outra forma, seria impossível demonstrar após o devido tratamento analítico e interpretação textual acadêmica.

Foi efetuado ainda o estudo comparativo do uso do solo, das glebas pertencentes à família dos Paulo, em diferentes momentos históricos: 1962 1978 e 2009. O objetivo foi o de evidenciar as dinâmicas socioeconômicas em relação a períodos diversos que compreendem respectivamente a uma situação muito anterior a da criação da Reserva, ao ano em que foi decretada sua instituição e à situação atual com o Parque consolidado.

Foram elaborados os mapeamentos a partir de dados secundários (mapas do Instituto Geológico e Cartográfico) e fotografias aéreas de 1960 e de 2003. Estas últimas foram ampliadas e levadas a campo para que as informações trabalhadas em gabinete fossem complementadas com os dados obtidos dos moradores, procurando identificar os diversos usos do solo nos períodos mencionado. Este recurso possibilitou delimitar, cronológica e espacialmente, as informações narradas pelos moradores, bem como estimulou a lembrança de outros fatos e informações que se manifestaram à medida que se deu a visualização do território.

## **1 POLÍTICAS DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E POPULAÇÕES TRADICIONAIS: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA**

Nós devemos participar da luta pelo conhecimento e por uma compreensão mais ampla dos problemas atuais. Quanto maior for o nosso conhecimento, maior será a nossa capacidade de mudar o mundo. As mudanças não decorrem apenas do uso de armas, de fatores econômicos e disputas políticas, elas se realizam também por meio do constante avanço do conhecimento, porque a verdade tem uma capacidade revolucionária para transformar sociedades.

(SHANIN, 2008, p.23).

O conceito de política pública é entendido aqui conforme o estabelecido por Saravia (2006). Trata-se, assim de um

sistema de decisões públicas que visa ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, através da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos, (SARAVIA, 2006, p. 29).

Segundo esse entendimento, procura-se compreender a origem e o desenvolvimento das políticas públicas de conservação da natureza numa perspectiva histórica em três dimensões: internacional, nacional e estadual.

Desse modo, a análise do processo sobre a origem e a evolução da concepção de conservação da natureza no mundo, bem como do contexto histórico de formação e desenvolvimento do Brasil e do estado de São Paulo, onde a absorção de valores europeus e a colonização foram determinantes no estabelecimento da relação sociedade-natureza, é fundamental para a compreensão da atual contradição das políticas públicas de conservação da natureza em relação às ditas populações tradicionais.

## 1.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E POPULAÇÕES TRADICIONAIS: ORIGEM DOS CONFLITOS E A BUSCA E BUSCA DA SUPERACÃO

A política de conservação da natureza vigente e os consequentes conflitos com populações tradicionais são um produto da lógica da sociedade urbano-industrial contemporânea e somente podem ser entendidos a partir da reflexão sobre a relação sociedade-natureza. A natureza é antes de tudo uma construção social<sup>2</sup> isso significa que cada sociedade, em determinado momento histórico, a concebe no seu imaginário de diferentes formas (LARAIA, 2005; CARVALHO, 2003; CLAVAL, 2001; GÓMEZ-POMPA; KAUS, 2000; PONS, 1997; DESCOLA, 1997; THOMAS, 1988), estabelecendo a partir daí suas relações sociais. Portanto diferentes culturas em diferentes épocas se relacionam de diferentes formas com o seu meio. E nesta relação produzem, sucessivamente, ambientes distintos dos anteriormente herdados, modificando-os em maior ou menor grau.

No conceito dos dias de hoje, as unidades de conservação têm a sua origem com a criação dos parques de Yosemite em 1864 (elevado oficialmente à categoria de Parque Nacional em 1890) e Yellowstone em 1872, as primeiras áreas naturais protegidas do mundo. Desde então os conflitos entre populações e parques acontecem, uma vez que ambos os parques foram criados sob terras indígenas. Portanto a presença de populações tradicionais indígenas e não indígenas acompanha a história dos parques e outras unidades de conservação de proteção integral, no Brasil e em outros países desde sempre<sup>3</sup>.

Tais conflitos, muito mais do que conflitos fundiários, são conflitos culturais e têm sua origem histórica na crença de superioridade humana – antropocentrismo - da sociedade ocidental. Entre os séculos XVI e XVIII, a visão tradicional predominante na Europa é a de que a civilização humana era sinônimo de conquista da natureza<sup>4</sup>; sendo que esta existia exclusivamente para atender aos desejos e necessidades do homem considerado ser superior. A moral, a religião, a educação erudita e a civilidade elevavam os homens em relação aos animais, que, em contraste, eram inferiores desprovidos de alma, incapazes de ter sensações, de sentir dor, pois não dispunham de raciocínio. Igualmente o homem, cujas características e

---

<sup>2</sup> E por consequência de conservação da natureza.

<sup>3</sup> Para uma visão geral dos debates sobre parques nacionais e populações tradicionais ler Diegues (2001).

<sup>4</sup> Não por acaso é que no século XVI se estabelece o marco das relações capitalistas de produção e a expansão ultramarina européia - Sobre este período ler: MORAES, Antonio Carlos R. - *Bases da formação territorial do Brasil*. São Paulo, Ed.Hucitec, 2000.

comportamentos estivessem fora dos padrões socialmente estabelecidos, era um ser inferior. Portanto, o ideal de dominação repercutia também no relacionamento entre os homens, justificando inclusive a aplicação de técnicas de domesticação animal sobre outros humanos (THOMAS, 1988).

Como se vê, o ideal de superioridade humana se dava em relação à natureza e se estendia para o relacionamento entre os homens, permitindo a distinção entre homens superiores e inferiores – cujas características se assemelhavam aos animais, segundo os padrões estabelecidos na Europa.

A expansão e o domínio territorial do povo europeu no mundo permitiram a difusão de tal mentalidade que - embora tenha se alterado significativamente, num processo que se iniciou de forma mais objetiva a partir do século XVIII - se reflete e se reproduz nos dias de hoje com características locais intrínsecas e adaptadas à atualidade, gerando, ao longo da história formas específicas de sociabilidade e também produzindo, em consequência, formas específicas de espaços.

Durante o processo histórico de progressiva dominação da sociedade ocidental, a preocupação com a conservação dos recursos naturais ganha sucessivos contornos e os problemas e soluções ambientais farão parte, da mesma forma, dessa lógica de domínio que se estabeleceu ao longo do tempo. Com o crescente processo de urbanização e deterioração ambiental, resultante da ideia de superioridade humana, passa a haver uma mudança de percepção da natureza, por parte de uma elite intelectual da Europa, especialmente na Inglaterra, no final do século XVIII e início do XIX. Nesse processo, ocorre a valorização estética da paisagem natural, do estado selvagem da natureza (THOMAS, 1988).

É neste contexto de valorização e de acelerado processo de expansão urbana dos Estados Unidos, ao final do século XIX, que são estabelecidas as primeiras unidades de conservação<sup>5</sup>.

Com a criação desses parques se estabelece o conceito de conservação da natureza associado à ideia de ilhas de grande beleza e valor estético, que conduzem o ser humano à meditação sobre as maravilhas da natureza intocada; tais áreas eram destinadas ao uso das populações urbanas, já num período de consolidação do capitalismo americano (DIEGUES, 2001).

---

<sup>5</sup> Cabe destacar que, conforme explica Thomas (1998), medidas artificiais para preservar as espécies selvagens, já se realizavam desde a época medieval, em que parques reais e privados protegiam os animais de caça, à medida que se tornavam raros. Davenport e Rao (2002) destacam que as primeiras diretrizes de conservação que se tem registro foram promulgadas na Índia no século IV antes de Cristo quando o extrativismo foi proibido nas florestas sagradas.

Assim, consolidam-se os conceitos de conservação e de natureza na visão ocidental que, como afirmam Gómez-Pompa e Kaus (2000), estão relacionados à percepção de uma relação inversa entre ações humanas e conservação da natureza e representam crenças e aspirações urbanas: áreas naturais são aquelas sem habitantes, onde o homem é apenas um visitante, semelhantes às que existiam antes da interferência humana; de equilíbrio delicado, preservadas para o prazer e o uso das gerações atuais e futuras; laboratórios para a exploração científica e fontes vitais para prover qualidade de vida nas regiões desenvolvidas, portanto áreas úteis que devem ser protegidas da ação humana (GÓMEZ-POMPA; KAUS, 2000).

Observa-se que as relações sociais de domínio, seja da natureza, cuja degradação continua a se processar, seja da população nativa, que continua a ser subjugada, não são elementos de questionamento, sendo que a solução aplicada com a criação de unidades de conservação se estabelece sobre a mesma lógica de dominação, não sendo respeitadas as concepções de mundo de outros grupos ou sociedades cuja interação com a natureza se processe em outras bases, e mesmo quando houver esta preocupação ainda se dará, predominantemente, segundo as concepções da sociedade ocidental.

Milton Santos (2006) distingue etapas históricas na relação entre sociedade e natureza, as quais, segundo observa, se dá num processo de substituição de um meio natural por um meio cada vez mais artificializado e, em cada fração da superfície terrestre, de uma maneira particular, assim como também variam as modalidades de arranjo e a parte do “natural” e do “artificial”. Nesta configuração, três etapas se sucedem de forma genérica na história (SANTOS 2006):

- i) **MEIO NATURAL:** época de poucas transformações impostas à natureza em que a sociedade local é criadora das técnicas utilizadas; a harmonia socioespacial que se estabelece resulta na produção de uma nova natureza; a preservação e a continuidade do meio de vida é a razão dos comportamentos da sociedade territorial, não havendo produção de objetos técnicos;
- ii) **MEIO TÉCNICO:** o espaço é mecanizado, progressivamente formado pelo material e pelo artificial; os objetos que o compõem são naturais, culturais e técnicos, mas ainda é geograficamente limitado; os sistemas técnicos são cada vez mais estranhos às lógicas locais e nacionais e são presididos em razão do comércio e não da natureza, ofensas ambientais já são largamente notadas;

**iii) MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL:** corresponde ao período que se inicia após a Segunda Guerra Mundial, firmando-se nos anos 70; de forma genérica, distingue-se pela profunda interação entre a ciência e a técnica, sob a égide do mercado, que graças a elas se torna global. A natureza deixa de ser parte significativa do meio, os objetos técnicos tendem a ser, ao mesmo tempo, técnicos e informacionais para atender aos interesses e exigência de fluidez dos atores hegemônicos, se subordinando à lógica global que se impõe a todos os territórios.

A trajetória descreve a sequência histórica da relação sociedade-natureza na concepção predominante de superioridade humana que se caracteriza pela progressiva capacidade de domínio e transformação da natureza pela sociedade. Com o uso de técnicas cada dia mais sofisticadas e relações sociais, no âmbito mundial, caracterizadas pela dominação de atores hegemônicos, têm-se transformações na natureza que se operam, no tempo e no espaço, progressivamente de forma mais rápida e mais profunda.

Entretanto, esta lógica de apropriação dos recursos naturais, embora hegemônica, não corresponde a uma unicidade; para muitos povos, a divisão entre sociedade e natureza não existe, há uma sociabilidade única. A forma em que se dá essa sociabilidade e os graus de intervenção na natureza podem diferir, caracterizando-se, todavia, pela produção de um meio no qual sempre haverá o predomínio de objetos naturais em relação aos objetos técnicos ou mesmo a ausência destes últimos. Ou seja, diferentes relações sociais definem diferentes relações com a natureza, a sua significação, as suas formas e intensidade de uso e exploração.

Portanto, a criação de unidades de conservação se origina da necessidade de proteger áreas naturais da exploração, intensiva e predatória, de uma sociedade específica, hegemônica, que põe em risco sua própria existência. É assim que, não por acaso, muitas dessas áreas serão constituídas sobre territórios tradicionais, cujos modos de vida e saberes, de diferentes povos em todo o mundo, permitiram a conservação por séculos.

O entendimento de que todo homem destrói a natureza e que, portanto, a única forma de conservá-la é reservar áreas silvestres, onde ele permaneça apenas como visitante, solidificou posicionamentos radicais sobre a prática de conservação, que se tornam cada vez mais inadequados frente à complexidade dos problemas ambientais, entre os quais também se inclui o acelerado processo de degradação das próprias áreas legalmente protegidas.

As diversas dificuldades relativas à implantação das unidades de conservação e o consequente não cumprimento para o fim que foram criadas evidenciam uma importante

constatação: embora consideradas como a mais importante estratégia de conservação, jamais serão suficientes por si próprias, caso não haja mudanças profundas de valores da sociedade urbano-industrial, incluindo mudanças relativas ao tratamento dispensado às distintas culturas tradicionais.

Assim, especialmente a partir das décadas de 1980 e 90, o modelo de desenvolvimento social e econômico dominante no mundo passa a ser intensamente debatido, questionado e avaliado como ameaça crescente à sobrevivência futura da humanidade. Nesse contexto, as preocupações sobre conservação assumem outra dimensão, toma-se consciência de que a origem e a solução dos problemas de conservação da natureza são maiores e menos simplistas. Admite-se a necessidade urgente de transformações nas práticas e atitudes, pessoais e coletivas, valorizadas pela sociedade urbano-industrial contemporânea; a necessidade de avaliação e reformulação das políticas públicas como um todo, as quais devem tratar de forma objetiva, realista e integrada as questões de conservação da natureza<sup>6</sup>.

A partir deste período passou-se a registrar e admitir a necessidade de se adotar uma nova ética mundial, a discutir as bases de um desenvolvimento sustentável, a inclusão da sociedade na administração ambiental, a fragilidade das instituições públicas, o acanhamento das políticas de conservação; passou-se também a se reconhecer a importância de culturas tradicionais como mantenedoras da biodiversidade.

Neste processo, a realidade histórica sobre a criação de áreas protegidas em territórios tradicionais e os conflitos gerados pela restrição legal de uso dos recursos naturais, necessários à sobrevivência digna de populações com direitos ancestrais, passam a ser explicitados com veemência, face ao reconhecimento da estreita relação entre saberes tradicionais e a conservação da natureza.

Em 1980, a *Estratégia Mundial para a Conservação* salienta a importância da participação e da consulta às comunidades locais no planejamento e nas decisões relacionadas com a conservação. Ressalta que as comunidades rurais, frequentemente, possuem um conhecimento profundo e detalhado dos ecossistemas e das espécies, com os quais mantêm estreito contato e sabem como utilizá-los de maneira sustentável; recomenda, portanto, que os

---

<sup>6</sup> Neste período, foram de extrema importância para disseminar tais reflexões a publicação de princípios e diretrizes recomendadas nos seguintes documentos: *Estratégia mundial para a conservação* (UICN/PNUMA/WWF, 1980); *O nosso futuro Comum* (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991), editada em 1987; *Cuidando do planeta terra: uma estratégia para o futuro da vida* (UICN/PNUMA/WWF, 1991); a *Estratégia Global para a Biodiversidade* (WRI; UICN/PNUMA 1992).

vários métodos tradicionais de manejo dos recursos vivos sejam mantidos ou restabelecidos (UICN/PNUMA/WWF, 1980).

Em *Cuidando do Planeta Terra: uma estratégia para o futuro da vida*, é estabelecido como um dos princípios da sociedade sustentável: permitir que as comunidades cuidem de seu próprio meio ambiente. Especificamente sobre as florestas, o documento descreve como providência necessária o fortalecimento da administração florestal pela comunidade. (UICN; PNUMA; WWF, 1992).

A administração sustentável depende de plena participação das comunidades que vivem nas florestas ou próximas a ela nas decisões relativas à conservação e ao desenvolvimento florestal. Pelo fato de elas viverem com a floresta, essas comunidades têm um forte incentivo para mantê-la e usá-la sustentavelmente. Mas este incentivo fica drasticamente reduzido se as comunidades não receberem uma parcela justa dos recursos da floresta [...] (UICN/PNUMA/WWF, 1992, p. 142).

A *Estratégia global da biodiversidade* apresenta como um dos seus dez princípios a importância da relação entre a diversidade cultural e a biodiversidade:

La diversidad cultural guarda estrecha relación con la biodiversidad. El saber colectivo de la humanidad sobre la biodiversidad y su uso y gestión se basa en la diversidad cultural. A la inversa, conservar la biodiversidad suele ayuda a reforzar la integridad y los valores culturales. (WRI; UICN; PNUMA 1992, p. 23).

Assim, os documentos publicados entre as décadas de 1980 e 90 são marcos importantes no reposicionamento das comunidades tradicionais, que saem da marginalidade para ocupar o papel de importantes sujeitos na conservação da biodiversidade.

Neste processo, os fóruns internacionais de discussão sobre Parques e Áreas Protegidas, também, cada vez mais, passam a incluir em suas discussões a questão das populações, a expressar preocupação e explicitar diretrizes para o estabelecimento de políticas que resguardassem os direitos das populações nativas<sup>7</sup>; e a orientar novas formas de gestão visando à proteção de forma integrada do patrimônio natural e cultural.

---

<sup>7</sup> Muito embora desde a Primeira Conferência Mundial sobre Parques Nacionais, em 1962, tendo em vista a já eminência dos conflitos, tenha-se reconhecido que tais unidades seriam resguardadas da exploração dos seus recursos naturais ou de qualquer outro dano ocasionado pelo homem, **com exceção aos direitos privados de moradia, agricultura, pecuária, prospecção e caça, existentes antes da criação dos parques** (FAO/PNUMA, 1994).

O Congresso de Caracas, em 1992, enfatizou a importância de uma ampla gama de áreas protegidas que dessem conta de conservar desde áreas naturais com proteção integral até paisagens modificadas de importância cênica e cultural com recursos manejados (UICN, 1994).

A União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN, 1994) busca então o aprimoramento do sistema de categorias de áreas naturais protegidas, de forma que este viesse a permitir estratégias diferenciadas e complementares de conservação e a atender objetivos diversos, de acordo com as realidades de cada país. Assim, na década de 1990, estabelece o atual sistema composto pelas seguintes categorias: Reserva Natural Estrita/Área Natural Silvestre; Parque Nacional; Monumento Natural; Área de Manejo de Habitat/Espécies; Paisagem Terrestre e Marinha Protegida e Área Protegida com Recursos Manejados. Esta última categoria, criada de forma direcionada ao objetivo de permitir o uso sustentável dos recursos naturais. Também estabelece a definição de áreas protegidas, abarcando todas as categorias de manejo:

Una superficie de tierra y/o mar especialmente consagrada a la protección y el mantenimiento de la diversidad biológica, así como de los recursos naturales y los recursos culturales asociados, y manejada a través de medios jurídicos u otros medios eficaces (UICN, 1994, p. 185).

A UICN define, ainda, os objetivos de manejo que devem ser cumpridos pelo conjunto de categorias previstos no sistema: investigação científica, proteção de zonas silvestres, preservação das espécies e da diversidade genética, manutenção dos serviços ambientais, proteção de características naturais e culturais específicas, turismo e recreação, educação, uso sustentável de recursos derivados de ecossistemas naturais e manutenção dos atributos culturais (UICN, 1994).

Mais recentemente, em 2002, o quinto e último Congresso Mundial de Parques, em Durban – África do Sul, registrou a preocupação e o reconhecimento de que muitos lugares foram conservados pelas comunidades locais, pelos povos nômades e indígenas e que estes não obtiveram reconhecimento, proteção e apoio (UICN, 2003a). O Congresso, em mensagem à Convenção sobre a Diversidade Biológica, manifesta que, apesar da importância das áreas protegidas no desenvolvimento sustentável, elas podem se refletir em impacto negativo sobre as populações locais e indígenas, caso não sejam levados em conta os direitos e interesses dessas

---

peessoas ou se estas não participarem ativamente das decisões que as afetam. Reconhece, ainda, que entre as principais ameaças às áreas protegidas está a exploração não sustentada, a falta de capacitação, a aplicação de políticas e incentivos inapropriados e a distribuição desigual de custos e benefícios (UICN, 2003b).

No Plano de Ação de Durban, inclui-se entre os resultados esperados: “todas las áreas protegidas existentes y futuras serán manejadas y establecidas en plena conformidad con los derechos de los pueblos indígenas, pueblos móviles y comunidades locales.” (UICN, 2003c, p. 28). E entre as recomendações do Congresso foi enfatizado que la gobernanza<sup>8</sup>

de las áreas protegidas debe reflejar y abordar los factores sociales, ecológicos, culturales, históricos y económicos pertinentes, y que la ‘buena gobernanza’ en cualquier área debe definirse teniendo en cuenta las circunstancias, las tradiciones y los sistemas de conocimientos locales (UICN, 2003d, p. 185).

Observa-se, dessa forma, que, ao longo do tempo, há uma distinção gradativa no tratamento das questões relacionadas às comunidades tradicionais, em razão do crescente reconhecimento de que elas, pelo seu modo de vida, são importantes no cenário da conservação dos recursos naturais e respondem historicamente pela conservação de muitas áreas, hoje legalmente protegidas. Este reconhecimento, aliado ao conceito de sustentabilidade, propagado a partir da década de 1980, acaba, assim, se refletindo na evolução do sistema de categorias de manejo das áreas naturais protegidas que passa a ser concebido em um conceito mais flexível adequando-se também à realidade e às necessidades das populações tradicionais.

O marco legal no Brasil de reconhecimento das comunidades tradicionais acontece, entre 1990 e 2000, em três momentos: com a criação das Reservas Extrativistas na Amazônia, em 1990 (com objetivo de atender aos interesses de populações extrativistas, integrando conservação e populações locais, a partir do princípio do uso sustentável dos recursos naturais); com a promulgação do Decreto Federal nº 750 (que dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação da Mata Atlântica, admitindo-se certas exceções à aplicação (BRASIL,

---

<sup>8</sup> Segundo o documento a “gobernanza abarca la interacción entre las estructuras, los procesos, las tradiciones y los sistemas de conocimientos que determinan la forma en que se ejerce el poder y la responsabilidad y se adoptan las decisiones, y en que expresan su opinión los ciudadanos y otros interesados directos. Este concepto se aplica a las áreas protegidas en todos los niveles: de sitio, nacional, regional y mundial” (UICN, 2003d).

1993) e posteriormente, com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), em 2000<sup>9</sup>.

Os trabalhos publicados por Antonio Carlos Diegues no Brasil, especialmente durante a década de 1990, tiveram grande repercussão técnica e política, trazendo à tona a omissão do Estado sobre os direitos ancestrais no processo de criação e gestão de unidades de conservação e proteção integral sobrepostas a terras tradicionais<sup>10</sup>. O Autor chama a atenção para a distinção entre o modo de vida da sociedade dominante e aquele das populações tradicionais e, por consequência, a sua relação com a natureza, o que passa a acentuar e forçar as discussões no âmbito nacional, as quais, como visto, já estavam bastante adiantadas internacionalmente.

São, assim, entendidas as características das populações tradicionais:

- a) dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um modo de vida; b) conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos, que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral; c) noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente; d) moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra dos seus antepassados; e) importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida o que implica uma relação com o mercado; f) reduzida acumulação de capital; g) importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e as relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais; h) importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas; i) a tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (é sua família) domina o processo de trabalho até o produto final; j) fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos; k) auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras (DIEGUES; NOGARA, 1999, p. 81).

Desse modo, os órgãos federais e estaduais, responsáveis pelas políticas de conservação da natureza, compostos por biólogos e engenheiros das ciências agrárias, iniciam

---

<sup>9</sup> Após 12 anos de discussão, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação foi promulgado estabelecendo duas categorias de manejo com vistas a proteger os direitos das comunidades tradicionais: a Reserva de Desenvolvimento Sustentável e a Reserva Extrativista.

<sup>10</sup> Foram duas obras que trouxeram importante contribuição no debate nacional sobre essa questão: *O nosso lugar virou parque: estudo sócio-ambiental do Saco de Mamanguaba* e *O mito moderno da natureza Intocada*.

na década de 1990 um processo de reflexão sobre a necessidade de mudanças nas políticas até então adotadas.

Todavia, no Brasil, o reconhecimento do papel das populações tradicionais na conservação da natureza no meio técnico-científico, ainda na última década, estava longe de ser unanimidade. Milano, Takahashi e Nunes (2004), na apresentação do volume dos Anais do IV Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, expõem um breve histórico das temáticas de discussão abordadas desde o I Congresso Mundial de Parques, em 1962, e expressam a preocupação quanto à crescente priorização em solucionar os problemas das pessoas, no interior e no entorno das unidades, em vez da proteção à biodiversidade. Salientam, ainda, o posicionamento de que as atividades humanas destroem a vida selvagem e que somente a combinação criteriosa da ciência com instituições fortes e pessoas bem preparadas, técnica e eticamente, poderá preservar a natureza. Portanto, uma crítica quanto à orientação das políticas internacionais e a crescente importância das populações.

## 1.2 AS CONTRADIÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL E A INFLUÊNCIA DO COLONIALISMO

Adequadamente administradas, as unidades de conservação deveriam garantir a proteção de exemplares do patrimônio natural e cultural nacional, cumprindo diferentes objetivos de manejo. No entanto, na prática, em todo o território brasileiro, não é isso o que ocorre. Tais áreas, longe de cumprir com os seus objetivos, são espaços de conflito, submetidos à degradação ambiental crescente e vitimados pelo manejo deficiente (em muitos casos inexistente) em situações precárias de administração, explicitando a fragilidade das políticas públicas, conforme apontam Milano, 2001; Dourojeanni (2001); Dourojeanni, Jorge Pádua (2001) e Mesquita et. al. (2007). Entre os principais conflitos, ainda está a sobreposição de algumas unidades de conservação de proteção integral em territórios de comunidades tradicionais, com direitos ancestrais de uso do solo para a agricultura e extração dos recursos naturais.

A questão que aqui se coloca é: se hoje há um entendimento mais amplo sobre os problemas e soluções relacionados à conservação; se os saberes tradicionais são afinal reconhecidos, bem como os direitos ancestrais; se há um sistema atualizado e flexível de áreas

naturais protegidas e, ainda, um grande elenco de recomendações explicitado e acordado pelas diferentes Nações; quais seriam, enfim, as dificuldades para a consecução da proteção integrada do patrimônio natural e cultural?

Dentro deste quadro, pretende-se refletir sobre as políticas territoriais de conservação da natureza, no que diz respeito às populações tradicionais, reflexões estas que passam obrigatoriamente pela discussão de processos relacionados ao próprio contexto histórico do Brasil.

Indubitavelmente, o ideal de superioridade do homem europeu em relação à natureza e a outros seres humanos deu origem a uma prática de dominação que marcou a história do mundo, legitimando o estabelecimento de colônias pelos impérios europeus em muitos países, incluindo o Brasil, com caráter essencialmente exploratório dos recursos naturais e de culturas tidas por “inferiores”.

Tal prática de dominação está relacionada, conforme já exposto, ao eurocentrismo, tipo de racionalidade específica ou forma de produção de conhecimento, imposto ao mundo, que adota como padrão o colonial, moderno, capitalista e eurocentrado, conforme define Quijano (2005). Para este Autor, são elementos importantes do eurocentrismo: a) o dualismo (pré-capital/capital, não europeu/europeu, primitivo/civilizado, tradicional/moderno etc.) e o evolucionismo linear, unidirecional, do estado de natureza à sociedade europeia – mitos fundacionais da versão eurocêntrica da modernidade; b) a naturalização das diferenças culturais entre grupos humanos – ideia de raça; c) tudo o que é não-europeu é percebido como passado. Complementando, ainda, que tais operações intelectuais são interdependentes e não poderiam ser cultivadas e desenvolvidas sem colonialidade e poder.

Para Moraes (2005 b), a colônia é uma conquista territorial, cujo processo envolve violência e expropriação e que implica estruturalmente uma hierarquia entre sociedades e lugares; as populações autóctones, são vistas pelo colonizador como atributos do lugar, são submetidas como parte da natureza a ser conquistada. Tanto o colonialismo quanto o imperialismo, segundo Said (1995), são sustentados por formações ideológicas que incluem a noção de que certos territórios e povos precisam e imploram pela dominação, bem como formas de conhecimentos filiadas à dominação.

No decorrer da história, as diferentes colônias se desenvolvem de acordo com as suas especificidades locais. Entretanto há uma distinção que naturalmente é estabelecida no processo de colonização europeia, as colônias das zonas temperadas e das zonas tropicais e

subtropicais têm percursos distintos umas das outras. Enquanto as primeiras se constituem como colônias de povoamento, as segundas conservam um acentuado caráter mercantil, se constituem como a empresa do colono branco que reúne à natureza o trabalho das raças inferiores dominadas: indígenas e negros africanos. Tais elementos marcam profundamente a feição das colônias dos trópicos ditando-lhes o destino (PRADO JÚNIOR, 1976). Ainda sobre esta diferenciação, na qual se inclui o Brasil, Caio Prado Júnior menciona que, no seu conjunto,

e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos Trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos (PRADO JÚNIOR, 1976, p. 31).

O sentido exploratório da colonização irá, portanto, persistir na história, influenciando na atuação do Estado sobre o território e, conseqüentemente, na forma como serão tratadas as questões socioespaciais.

Assim, mesmo após a independência, as relações estabelecidas na colônia têm continuidade. Como observa Costa (2000), a independência do Brasil representou uma descolonização formal, mas a estrutura econômica e social permanece quase que a mesma. Mantêm-se a escravidão, o latifúndio, a concentração extrema de riquezas e a discriminação política dos não-proprietários, elementos típicos do sistema colonial. E o processo de independência, no Brasil e em outros países da América Latina, não seguiu em direção ao desenvolvimento de um Estado-nação moderno, tratando-se sim de uma rearticulação da colonialidade do poder sobre novas bases institucionais (QUIJANO, 2005).

Neste contexto histórico, o caráter do Brasil pode ser descrito na forma que sintetiza Moraes sobre os países de formação colonial:

Trata-se de países formados na conquista de espaços, e têm na apropriação territorial um móvel recorrente dos interesses e das alianças políticas [...]

A determinação colonial inscreve-se nos padrões de organização do espaço, na conformação da estrutura territorial, nos modos de apropriação da natureza e usos dos recursos naturais, na fixação de valor ao solo e nas formas de relacionamento entre os lugares [...].

Nestes países, mais do que em qualquer outra parte, o Estado aparece antes de tudo como um organizador do espaço, um gestor do território. [...] o fazer política trafega em muito pelas formas e modos de valorização dos lugares. Já disse um presidente brasileiro ‘governar é construir estradas’, a frase traduz em muito a concepção das elites governamentais: o país visto como espaço (e não como nação), e um espaço que deve ser conquistado e explorado. O mote colonial da conquista repõe-se quotidianamente na prática estatal o território, e não o povo sendo o alvo prioritário das políticas públicas. (MORAES, 2005b, p.137-138).

Portanto, o caráter exploratório, expansivo, atendendo a interesses exógenos, essencialmente comerciais e o trabalho escravo, bases da formação do Brasil, imprimem, em um processo histórico, características próprias na relação sociedade-natureza, e que são intrínsecas à forma de atuação do Estado. Assim, a devastação, o desrespeito aos modos de vida que se diferenciem da racionalidade europeia, o atendimento aos interesses hegemônicos e o autoritarismo tornaram-se marcas das políticas territoriais do Estado.

A teoria evolucionista, elemento constituinte do eurocentrismo, teve como reflexos políticos a marginalização da grande massa da população. Assim, negros, índios e mestiços foram considerados “inferiores” e entraves ao “processo civilizatório”. A apatia, a imprevidência, o desequilíbrio moral e intelectual foram características atribuídas ao brasileiro (ORTIZ, 2006; CHAUI, 2000). De acordo com essa lógica, o branqueamento da sociedade brasileira é idealizado como a maneira pela qual deveria ocorrer a evolução social, fato que politicamente colocou a construção de um Estado nacional como meta e não realidade presente (ORTIZ, 2006). Deste modo, temos um país que, no decorrer da história, como explica Moraes (2005b), não se identifica com a sua sociedade; um país concebido como uma porção do espaço terrestre, como um âmbito espacial e não uma comunidade de indivíduos.

As populações tradicionais se incluem neste contexto histórico da majoritária massa da população marginalizada do país. A simplicidade no seu modo de vida e a sua origem étnica são elementos que a racionalidade eurocêntrica – enraizada na sociedade brasileira dominante – enquadraram como não civilizadas, atrasadas e incapazes.

Pádua (2004), ao analisar o modelo histórico de ocupação do território brasileiro e suas implicações ecológicas, esclarece que a economia rural apresenta um eterno retorno da abertura de fronteiras de monoculturas que agridem e destroem a biodiversidade e a complexidade dos ecossistemas e das relações que as populações com eles estabelecem. Acrescenta, ainda, que a natureza e as populações tradicionais são recorrentemente agredidas pela introdução de atividades econômicas de conteúdo homogeneizador, em favor do lucro de agentes econômicos externos que apresentam o discurso do progresso e do desenvolvimento.

Existe uma razão clara para que tais populações estejam sendo tratadas no âmbito das discussões sobre a conservação do planeta e por se fazerem historicamente presentes no contexto das unidades de conservação. E é esta razão que deve ser considerada quando da elaboração de uma política pública de conservação a qual deve apoiá-las para que possam se aperfeiçoar e desenvolver, segundo suas próprias referências de mundo e para que continuem favorecendo à conservação da natureza.

Não se discute o avanço que representa, nas políticas territoriais de conservação da natureza, a inclusão das já mencionadas categorias de manejo no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) voltadas aos interesses das populações tradicionais. Entretanto, a inserção destas unidades não significa, necessariamente, que tais populações sejam reconhecidas e valorizadas no seu modo de vida e que suas perspectivas de mundo estejam incorporadas na política de conservação.

### **1.2.1 Mudanças ou permanências no Brasil, após trinta anos de redirecionamento das políticas internacionais?**

O SNUC e o Plano Nacional de Áreas Protegidas são documentos legais que fornecem importantes indicativos por meio dos quais pode-se proceder a análise e a reflexão de como o Estado (e por consequência a sociedade) interpreta as populações tradicionais do ponto de vista da conservação e como as atende na sua reprodução social, respondendo aos questionamentos postos nesta pesquisa. De forma complementar, a Lei da Mata Atlântica e Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, também, constituem-se em subsídio para a compreensão desses questionamentos. Embora esta última não possa ser incluída nas políticas de conservação, traz uma abordagem territorial de uso equilibrado dos recursos naturais e contempla as unidades de conservação como uma de suas estratégias, configurando-se como uma referência importante.

Desse modo, a partir da redefinição dada internacionalmente nas últimas décadas à conservação da natureza e ao papel das populações tradicionais, estabeleceu-se a análise de tais documentos legais.

▪ **O Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC: Lei 9985/2000**

Promulgado oito anos após o sistema proposto pela UICN, o SNUC é resultado de doze anos de discussão e negociação entre duas vertentes do movimento ambiental, a dos chamados ambientalistas e a dos socioambientalistas (MERCADANTE, 2001). Ao contrário do que se poderia esperar, tais negociações não resultaram em um processo de reflexão e amadurecimento sobre as diretrizes e princípios de conservação da natureza e em um conceito mais avançado de áreas naturais legalmente protegidas, cujo sistema comporta categorias com diferentes objetivos complementares de conservação – embora esta possa ser a primeira impressão.

Os conceitos, objetivos, diretrizes, categorias, direitos e deveres não formam um corpo coerente, no que se refere ao conteúdo destes elementos quando considerados no conjunto da Lei. Mais do que o conflito entre duas vertentes, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza reflete a imaturidade política no entendimento da realidade sociocultural do país como um todo, a incapacidade de assimilar as reflexões e orientações mais atualizadas sobre a conservação da natureza, e a persistência na lógica eurocêntrica, conforme é possível observar na análise que se segue.

As dificuldades mencionadas expressam-se logo de início no fundamento legal de Unidade de Conservação (UC), sendo conceituada como um espaço territorial

e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. (BRASIL, 2000a, art. 2º, inciso I).

Como é possível observar, apenas o espaço territorial e as suas características naturais são relevantes. A diversidade cultural, porventura associada, os saberes tradicionais sobre o uso e a conservação de recursos naturais e os modos de vida que representem uma relação sociedade-natureza mais harmoniosa não são aspectos compreendidos como elementos integrantes ao conceito de unidade de conservação<sup>11</sup>. Diferentemente, a definição dada pela IUCN procura avançar nesse sentido, incorporando os aspectos culturais associados à diversidade biológica.

---

<sup>11</sup> Este aspecto conceitual da unidade de conservação não é objeto de discussão dos projetos de lei substitutivos ao projeto original apresentado.

Os objetivos do Sistema deveriam reunir os objetivos primários de cada uma das categorias de unidade de conservação (MERCADANTE, 2001), e apesar de duas categorias terem sido criadas (conforme será visto mais adiante) com o objetivo básico de proteção dos modos de vida de populações tradicionais – a Reserva Extrativista e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável – ele não é mencionado no rol apresentado no art. 4º (BRASIL, 2000a).

O objetivo que faz referência à população tradicional apresenta-se descrito neste mesmo artigo como o de “**proteger os recursos naturais** [grifo nosso] necessários à subsistência das populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente” (BRASIL, 2000a). O que está em foco, portanto, não é a proteção do modo de vida, mas sim a dos recursos naturais, a valorização do conhecimento e da cultura aparece como princípio, de forma secundária, no conteúdo deste texto e não como objetivo<sup>12</sup>.

Por outro lado, respeitar e valorizar o conhecimento e a cultura das populações tradicionais, bem como promovê-las social e economicamente, conforme prevê a Lei, pressupõe o reconhecimento e o conhecimento do seu modo de vida. E, desta forma, cabe destacar aqui dois aspectos que indicam a não assimilação deste pressuposto.

O primeiro é adotar a criação de unidades de conservação para a proteção dos recursos naturais dos quais as populações tradicionais dependem, o que pressupõe que elas não são capazes de estabelecer a gestão adequada para a conservação dos seus territórios e, portanto, o Estado deve protegê-los por meio de normas específicas. O segundo aspecto é preconceber a economia tradicional como exclusivamente de subsistência, considerada, pelo Poder Público, como a produção necessária apenas para o consumo, o que não inclui a comercialização. Nos dois casos, denota-se o não reconhecimento do modo de vida tradicional<sup>13</sup>.

---

<sup>12</sup> Conforme Guillaumon (1998), o CONSEMA-SP propôs uma emenda ao Projeto de Lei original com a inclusão do seguinte objetivo: “proteger o modo de vida das populações tradicionais, estimulando sua promoção socioeconômica e respeitando sua cultura”. O parecer técnico realizado no Instituto Florestal por Guillaumon (1998) sobre o substitutivo encaminhado pelo Deputado Fernando Gabeira concluiu que a nova redação mantinha o mesmo sentido, alterando-se apenas o estilo.

<sup>13</sup> A proposta original, conforme comenta Mercadante (2001), não contemplava as populações tradicionais nos objetivos, embora já houvesse incluído, não sem resistência, a Reserva Extrativista. O primeiro substitutivo apresentado pelo então Deputado Fábio Feldmann é que sugeriu três objetivos específicos relacionados às populações tradicionais: proteger as fontes de alimento, os locais de moradia e outras condições materiais de subsistência de populações tradicionais, respeitando sua cultura e promovendo-as social e economicamente; proteger e encorajar o uso costumeiro de recursos biológicos, de acordo com práticas culturais tradicionais compatíveis com as exigências de conservação e uso sustentável; proteger e valorizar o conhecimento das populações tradicionais especialmente sobre formas de manejo dos ecossistemas e uso sustentável dos recursos naturais. A versão final resumiu o objetivo da forma mais conveniente e adequada ao tradicional conceito de conservação.

Entre as diretrizes estabelecidas para o SNUC, identifica-se apenas uma relativa às populações tradicionais:

Artigo 5º - O SNUC será regido por diretrizes que:

[...]

X - devem garantir às populações tradicionais, cuja subsistência dependa da utilização dos recursos naturais existente no interior das unidades de conservação, meios de subsistência alternativos ou a justa indenização pelos recursos perdidos. [...] (BRASIL, 2000a).

Mesmo acreditando que o propósito do legislador tenha sido o de se referir apenas às unidades de conservação de proteção integral (cuja ocupação humana é legalmente incompatível), destaca-se que a única diretriz específica relacionada às populações tradicionais, pela qual o SNUC deve ser regido, parte do princípio do antagonismo entre economia tradicional e conservação, propondo-se meios alternativos à utilização dos recursos naturais ou a justa indenização<sup>14</sup>. Cabe indagar: justa segundo quais critérios?

A redação explicita que os meios alternativos não são os tradicionais, contradizendo a orientação estabelecida no objetivo desta Lei que trata das referidas populações: “respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.” (BRASIL, 2000a).

Políticas que se realizem segundo o pressuposto desta diretriz (art. 5º, inciso X) acabam por admitir que as unidades de conservação continuem a ser constituídas e manejadas em detrimento das populações tradicionais, contrariando os princípios para construção de uma nova ética mundial.

Todo ser humano tem direitos fundamentais, incluindo: [...] dentro dos limites do Planeta Terra, aos recursos necessários para um padrão de vida digno. Nenhuma comunidade ou nação tem o direito de privar qualquer outra de seus meios de subsistência.

Cada indivíduo e cada sociedade deve respeitar esses direitos, sendo responsável pela proteção deles. (UICN/PNUMA/WWF, 1992, p.14)

<sup>14</sup> O artigo 5º que trata das diretrizes pela qual o SNUC deve ser regido também foi incluído na integra posteriormente como proposta do primeiro substitutivo e o texto original da mencionada diretriz era: “garanta às populações tradicionais, cuja subsistência dependa da utilização de recursos naturais existentes no interior das unidades de conservação, **o acesso controlado a esses recursos**, meios de subsistência alternativos ou a justa indenização pelos recursos perdidos”. Embora ainda pobre e equivocada como única diretriz específica para reger a execução da política, no que se refere às populações tradicionais, a redação final consegue destruir com qualquer boa intenção trazida no conteúdo original ao retirar o “acesso controlado” do texto.

Sobre as categorias de manejo previstas no Sistema, três delas admitem as populações tradicionais: a Reserva Extrativista, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável e a Floresta Nacional; contudo, esta última não as contempla em seus objetivos, mas admite que permaneçam caso sua presença seja preexistente à criação da Unidade.

Art. 17. A Floresta Nacional é uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para a exploração sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para a exploração sustentável de florestas nativas.

§ 2º Nas Florestas Nacionais é admitida a permanência de populações tradicionais que a habitam quando de sua criação, em conformidade com o disposto em regulamento e no Plano de Manejo da Unidade. (BRASIL, 2000a).

Como se vê a permanência das populações tradicionais é admitida, **desde que** em conformidade com o disposto em regulamento e no Plano de Manejo. Trata-se de uma unidade de uso sustentável que prevê o manejo de recursos, que tem populações tradicionais, mas cuja prioridade de manejo não é estabelecida pela garantia da manutenção de práticas e valores tradicionais. Portanto, estamos diante de um conflito de uso e a única diretriz que rege a aplicação desta política de conservação para o caso específico de populações tradicionais é, conforme visto anteriormente a garantia de meios de subsistência alternativos ou a justa indenização. O princípio implícito no artigo 4º, inciso XIII, que se refere ao respeito e valorização do conhecimento e da cultura tradicional, é incompatível com o objetivo da categoria de manejo Floresta Nacional (BRASIL, 2000a).<sup>15</sup>

Muito embora a proteção aos modos de vida tradicionais não tenha sido incluída no rol de objetivos do SNUC, ela finalmente aparece no corpo dos artigos que descrevem as características e os objetivos das Reservas Extrativistas e de Desenvolvimento Sustentável<sup>16</sup>.

Art. 18. A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na

---

<sup>15</sup> A presença de populações tradicionais na categoria Floresta Nacional se dá paradoxalmente, por meio do substitutivo do Deputado Fernando Gabeira (conforme se observa em Mercadante (2001) e Guillaumon (1998)), cuja proposta traz em sua justificativa a defesa contundente às populações tradicionais.

<sup>16</sup> A Reserva de Desenvolvimento Sustentável é inserida a partir do substitutivo do Deputado Fernando Gabeira, entretanto sob outra denominação: Reserva Ecológico-cultural, respeitando-se o mesmo texto proposto (Mercadante 2001; Guillaumon,1998) .

agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

Art. 20. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.

§1º A Reserva de Desenvolvimento Sustentável tem como objetivo básico preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar, e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por estas populações (BRASIL, 2000a).

Entretanto, cabe destacar a forma impositiva como o Estado se estabelece sobre a gestão do território das populações tradicionais que possuem critérios e normas próprias, há muito praticadas e que necessitam ser estudadas, compreendidas e valorizadas, uma vez que fazem parte do seu modo de vida.

O modelo de gestão imposto para estas categorias, por meio de Conselho, segue as mesmas especificações que os demais conselhos previstos na Lei para as outras categorias, sem que se estabeleça, nem no rol de diretrizes, nem como recomendação em parágrafos específicos e tampouco na regulamentação da Lei (nº Decreto 4.340/2002), uma distinção quanto às especificidades culturais das populações tradicionais. Impõem-se-lhes uma rotina e uma lógica contrária à sua, o que se opõe aos princípios da boa governança, conforme recomendado em Durban. Do mesmo modo ocorre quanto à forma de planejamento imposta<sup>17</sup>.

Outros aspectos se relacionam à maneira pela qual são tratadas a visitação e a pesquisa. A primeira, de acordo com a Lei, está sujeita aos interesses locais; se a referência for a composição do conselho gestor da unidade, vários podem ser os interessados e não, necessariamente, a população tradicional. A atividade deveria sim estar sujeita à autorização da população, cabendo ao órgão gestor tomar as medidas necessárias ao adequado planejamento, salvaguardando a população dos já conhecidos impactos negativos da atividade, há muito discutidos<sup>18</sup>. A pesquisa está sujeita à autorização apenas do Estado, sem

---

<sup>17</sup> Sobre este assunto é interessante notar a crítica feita por Silva sobre as unidades de conservação de uso sustentável. Para este Autor, também elas, assim como as unidades de proteção integral, terão como reflexo, a médio e longo prazo, a exclusão dos moradores. “(...) Ao introduzir o plano de manejo, dado as regras postas, pouco tem restado para a comunidade de sua autonomia nas áreas vividas (Silva, 2007, p.303).”

<sup>18</sup> Não é objetivo discutir o impacto da visitação pública, ou ecoturismo (tendência geral de desenvolvimento nas unidades de conservação e um dos objetivos do Sistema), mas não podemos nos esquivar de aqui mencionar os impactos ambientais e sócio-culturais a ele relacionados conforme já descrito por FAU/PNUMA (1993) e da necessidade de sérias reflexões sobre a sua implantação.

indicar a necessidade de consulta à população local, lembrando que nestas áreas deveriam ser prioritários os estudos sobre a relação sociedade-natureza, visando ao fortalecimento da cultura e, ao mesmo tempo, à melhoria da capacidade institucional de gestão destas áreas, por meio da ampliação do conhecimento dos profissionais atuantes.

Por fim, no capítulo IV, que trata da criação, implantação e gestão das unidades de conservação, são colocadas as condições para a posse e o uso das áreas ocupadas pelas populações tradicionais:

Art. 23. A posse e o uso das áreas ocupadas pelas populações tradicionais nas Reservas extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável serão regulados por contrato, conforme se dispuser no regulamento desta Lei.

§1º As populações de que trata este artigo obrigam-se a participar da preservação, recuperação, defesa e manutenção da unidade de conservação.

§2º O uso dos recursos naturais pelas populações de que trata este artigo obedecerá às seguintes normas:

I – Proibição do uso de espécies localmente ameaçadas de extinção ou de práticas que danifiquem os seus habitats;

II – Proibição de práticas ou atividades que impeçam a regeneração natural dos ecossistemas (BRASIL, 2000a).

Este artigo explicita a incapacidade da principal política de conservação em captar o significado do modo de vida tradicional. Reflete, ainda, a recusa em reconhecer os saberes tradicionais sobre o uso e manejo do território e a intrínseca relação entre práticas e valores tradicionais e conservação da natureza ao estabelecer, como instrumento de gestão, um contrato que regula a posse e o uso das suas áreas e, ainda a **obrigatoriedade** em participar da preservação, recuperação, defesa e manutenção da unidade de conservação, ignorando por completo o fundamento da relação sociedade-natureza nas comunidades tradicionais.

Destaca-se, ainda, no corpo do artigo 23, a proibição de práticas ou atividades que impeçam a regeneração natural dos ecossistemas. Não há como praticar agricultura sem o impedimento da regeneração natural, esta é uma atividade econômica intrínseca ao modo de vida tradicional; a maneira como se organizam e se reproduzem socialmente está diretamente relacionado à agricultura. Além disso, ela tem importante função na conservação da diversidade genética das espécies cultivadas<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> Cabe enfatizar que a inserção deste artigo vem por meio da proposta do deputado Fernando Gabeira, a qual, deve-se repetir, se baseava na firme defesa das populações tradicionais. A única modificação sofrida é que foi retirada a Floresta Nacional que era parte integrante do texto original.

Salta aos olhos a diferenciação de tratamento feita entre o grande proprietário da Reserva Particular do Patrimônio Natural e a população tradicional. Ao primeiro, é **óbvio**, é facultado o direito de gerir, sem conselho consultivo; também lhe é poupado o constrangimento, explícito na Lei, de ser “**obrigado** a preservar, recuperar e manter” a **sua** unidade de conservação.

Por fim, quanto ao não dito pela Lei, dois temas centrais merecem nota. A omissão quanto ao conceito de comunidades tradicionais e a possibilidade de reclassificação das unidades de proteção integral em unidades de desenvolvimento sustentável.

Quanto ao conceito de comunidades tradicionais o texto original da Lei trazia a seguinte definição:

Grupos humanos culturalmente diferenciados, vivendo há no mínimo três gerações em um determinado ecossistema, historicamente reproduzindo seu modo de vida, em estreita dependência do meio natural para sua subsistência e utilizando os recursos naturais de forma sustentável.

Definição esta que, diga-se de passagem, um tanto quanto descuidada, recebeu merecido veto presidencial, com a justificativa de ser “tão abrangente que nela, com pouco esforço de imaginação, caberia toda à população do Brasil”<sup>20</sup> (BRASIL, 2000b). Evidentemente, não toda população brasileira, mas grande parte da população rural do país.

A possibilidade de reclassificação das unidades de proteção integral, com populações tradicionais, criadas anteriormente a promulgação desta Lei foi lamentavelmente vetada. Assim, é exposta a razão do veto presidencial:

[...] esse dispositivo autoriza o Poder Executivo a tornar menos restritiva a proteção dispensada à área. Dessa forma, contraria o art. 225, §1º, inc. III, da Constituição Federal, que determina que somente lei poderá alterar os espaços territoriais especialmente protegidos, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção. [...] cabe veto [...] por afrontar a Constituição Federal (BRASIL, 2000b)..

---

<sup>20</sup> Observação esta complementada em seguida no próprio corpo do texto que expõe as razões do veto.

Esta alegação adota o princípio de que nunca houve erros técnicos na propositura de enquadramento legal de certas áreas e de que a Constituição Federal do Brasil assegura apenas a proteção do patrimônio natural e não, igualmente a do patrimônio cultural, no qual se incluem “os modos de criar, fazer e viver” (Art. 216, inc. II) das populações tradicionais (BRASIL, 1988).

Estas duas omissões da Lei trataram de abolir, ao menos por meio desta norma legal, a possibilidade de corrigir erros e injustiças passadas, que tantos prejuízos trouxeram às populações tradicionais e, ao mesmo tempo, à própria conservação da natureza. A não adequada conceituação das populações tradicionais, pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, traz sérias repercussões, pois o que acontece, na prática, é que o Executivo continua sem parâmetro para atuar.

▪ **Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas PNAP: Decreto Nº 5.758/2006**

Originalmente um documento extenso, de oitenta e nove páginas, este Plano foi, posteriormente, promulgado como Decreto numa versão mais enxuta. As áreas protegidas são nele conceituadas como áreas naturais definidas geograficamente, regulamentadas, administradas e/ou manejadas com objetivos de conservação e uso sustentável da biodiversidade. Incluem-se, dentro deste conceito, as unidades de conservação previstas no SNUC, as terras indígenas, os territórios quilombolas e, dentre outras (não explicitadas), as áreas de preservação permanente e as reservas legais.

Sem dúvida, este Decreto representa um avanço em relação ao SNUC, no que se refere à inclusão de uma série de princípios e diretrizes norteadores da execução da política de conservação. Entretanto, persistem dificuldades próprias de um discurso que, ainda, se mantém contraditório e cujas boas intenções, na prática, se mostram insuficientes para redirecionar o antigo padrão relacionado à conservação e às populações tradicionais, cujo termo aqui é quase que totalmente abolido. Nas vinte e duas páginas do Decreto, as populações tradicionais são citadas enquanto tal em um único momento (se referindo apenas às extrativistas e pesqueiras). As populações extrativistas recebem ainda um destaque, pois são tratadas no artigo 2º do Decreto em pé de igualdade com as populações indígenas e comunidades quilombolas, quando da implementação do Plano:

Art. 2º A implementação do PNAP será coordenada por comissão instituída no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e contará com participação e colaboração de representantes dos governos federal, distrital, estaduais e municipais, de povos indígenas, de comunidades quilombolas e de comunidades extrativistas, do setor empresarial e da sociedade civil (BRASIL, 2006a).

No mais, todo o conteúdo do Decreto se restringe às populações quilombolas, indígenas e locais. Muitas das deficiências apontadas em relação ao SNUC, entretanto são reparadas neste Plano, o qual explicitando a consideração a um grande arcabouço legal busca ser mais fiel às recomendações internacionais.

São princípios que merecem destaque: a valorização dos aspectos éticos, culturais, estéticos e simbólicos da conservação da natureza; o reconhecimento das áreas protegidas como um dos instrumentos eficazes para a conservação da diversidade biológica e sociocultural; a valorização da importância e da complementaridade de todas as categorias de unidades de conservação e demais áreas protegidas na conservação da diversidade biológica e sociocultural; a repartição justa e equitativa dos custos e benefícios advindos da conservação da natureza, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, da erradicação da pobreza e da redução das desigualdades regionais; o reconhecimento e fomento às diferentes formas de conhecimento e práticas de manejo sustentável dos recursos naturais; a harmonização com as políticas públicas de ordenamento territorial e desenvolvimento regional sustentável; a consideração do equilíbrio de gênero, geração, cultura e etnia na gestão das áreas protegidas.

Entre as diretrizes, destacam-se: os remanescentes dos biomas brasileiros e as áreas prioritárias para a conservação, a utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira devem ser referência para a criação de unidades de conservação; o planejamento para o estabelecimento de novas unidades de conservação, bem como para a sua gestão específica e colaborativa com as demais áreas protegidas, devem considerar as interfaces da diversidade biológica com a diversidade sociocultural.

Estes princípios e diretrizes são norteadores gerais para o planejamento e gestão das áreas protegidas e explicitam a necessidade de respeito às diferenças socioculturais; de reconhecimento da relação entre diversidade cultural e biológica, e de reconhecimento das áreas protegidas enquanto instrumento eficaz para a conservação da diversidade biológica e sociocultural.

O Decreto prevê objetivos gerais, objetivos específicos e estratégias para as Unidades integrantes ao Sistema Nacional de áreas protegidas, para as Terras Indígenas e Terras

Ocupadas por Remanescentes das Comunidades dos Quilombos e, ainda, para as Áreas com Reconhecimento Internacional; orientados por quatro *eixos temáticos*: 1) planejamento, fortalecimento e gestão; 2) governança, participação, equidade e repartição de custos e benefícios; 3) capacidade institucional; 4) avaliação e monitoramento (BRASIL, 2006a).

Para o Sistema Nacional de Unidades de Conservação o Plano definiu objetivos gerais, específicos e estratégias (ações) que foram contemplados nestes quatro eixos individualmente. Os eixos 1, 2 e 4, embora totalmente interligados, foram tratados de forma dissociada, inclusive sob uma mesma temática como, por exemplo, a da participação o que dispersou objetivos e estratégias que poderiam corrigir e tratar de forma mais objetiva as deficiências apontadas, anteriormente, para o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e incorporar com o mesmo discernimento os princípios e diretrizes orientadores em todos os temas e em suas respectivas ações, o que não ocorreu em cada um dos eixos temáticos.

Somente a partir do eixo *governança, participação, equidade e repartição* de custos e benefícios é que se passa a incluir, de forma ampla, os princípios de respeito e consideração aos aspectos culturais nas Unidades de Conservação, incluindo-se explicitamente estratégias e critérios para a prática da gestão. É interessante observar que as ações e objetivos previstos para este eixo deveriam ser incluídos no *eixo temático planejamento, fortalecimento e gestão*, entretanto, ações relacionadas a um mesmo assunto receberam tratamento distinto, nos diferentes Eixos, quanto à incorporação dos referidos princípios.

Assim, o eixo 1 repete os “vícios” e contradições do SNUC, enquanto o eixo 2 prevê inclusive o aprimoramento das políticas e possíveis ajustes na legislação para garantir o respeito e reconhecimento dos direitos e conhecimentos dos povos indígenas, comunidades quilombolas e locais nos processos de estabelecimento e gestão das unidades de conservação.

Estas características do Plano, além de terem resultado em uma excessiva quantidade de objetivos e estratégias, dificultam a assimilação e incorporação de princípios importantes desta política na prática do planejamento (não apenas do manejo, mas, também, do planejamento da criação) e da gestão das unidades de conservação.

No total, foram definidos dezenove (19) objetivos gerais, setenta e sete (77) objetivos específicos e cento setenta e sete (177) estratégias; dos quais, a grande parte foi dirigida para o SNUC (respectivamente, dezessete (17), cinquenta e nove (59) e cento e sessenta e quatro (164)). Somente serão tratadas aqui as contradições em relação aos princípios e diretrizes que

dizem respeito às populações tradicionais e às estratégias propostas, especialmente, quanto ao SNUC:

- 1) O plano prevê como objetivo a ampliação do Sistema e definição de percentuais de áreas protegidas por bioma e por grupo de categoria. Para tanto as estratégias enfocam os aspectos biofísicos e quantitativos, mas não incorporam os modos de vida associados a saberes e práticas importantes à conservação em diferentes ecossistemas. Portanto, não houve consideração do princípio de reconhecimento das áreas protegidas como um dos instrumentos eficazes para a conservação da diversidade sociocultural e, ainda, das diretrizes de utilização sustentável como referência para a criação de unidades de conservação e de consideração das interfaces da diversidade biológica com a diversidade sociocultural para estabelecer novas unidades de conservação, conforme prevê o Decreto<sup>21</sup>.
- 2) Das estratégias previstas para aprimorar o planejamento e a gestão do SNUC nenhuma se articula com os princípios anteriormente mencionados. Omitiu-se completamente as populações tradicionais, os conflitos, a necessidade de critérios para realocação, indenização ou reenquadramento de categoria, a necessidade de ajustar os conselhos consultivos e o planejamento para à realidade das RDSs e das RESEXs. Apenas no *eixo temático governança, participação, equidade e repartição de custos e benefícios* é que as ações passam a ser dirigidas sob princípios que consideram o respeito à diversidade cultural; ainda assim fazendo-se referência apenas às populações, indígenas, quilombolas e, genericamente, as locais<sup>22</sup>.
- 3) O objetivo que prevê integrar as unidades de conservação às paisagens terrestres e marinhas mais amplas, de modo a manter a sua estrutura e função ecológica e socioculturais tem nas estratégias estabelecidas a função ecológica plenamente contemplada, mas, não a sociocultural. A manutenção, reabilitação, ou constituição de novos fluxos socioeconômicos seria um exemplo de estratégia para este objetivo, já que muitas populações encontram-se em processo de descaracterização e empobrecimento face à perda de integração com outros lugares que se compunham como extensão de seus

---

<sup>21</sup> Diegues (2000) discute a possibilidade de outros enfoques sobre a conservação da biodiversidade e sugere que se pense em critérios, dentro de novos parâmetros de uma etnoconservação, decorrentes de interações positivas entre populações tradicionais e a natureza parcialmente domesticada por elas, para se definir os lugares de alta prioridade para a conservação.

<sup>22</sup> O que o Decreto entende por população local? Como se já não bastasse toda a problemática envolvida no conceito de população tradicional, adota-se de forma corrente mais um termo sem conceituação alguma (embora o SNUC também o tenha usado, por duas vezes, em seu art. 5º, incisos III e V, aplicando-o de forma genérica).

territórios, especialmente nas atividades econômicas, extremamente importantes para a manutenção das características culturais.

- 4) Das vinte estratégias previstas para impedir as ameaças e mitigar os impactos negativos aos quais as unidades de conservação e suas zonas de amortecimento estão expostas, apenas uma se relaciona a aspectos sociais: incentivar e fomentar a adoção de instrumentos de responsabilidade socioambiental entre os atores e instituições locais. Estratégias para combater ou minimizar os vários impactos socioculturais a que estão submetidas as populações tradicionais não foram abordadas.
- 5) Para promover e garantir a repartição equitativa dos custos e benefícios resultantes da criação e gestão de unidades de conservação, as estratégias previstas incluem não apenas ações, mas contemplam critérios e diretrizes específicos sobre a regularização fundiária das Unidades de Conservação (UCs), consideração dos sistemas tradicionais de produção, organização e gestão; e avaliação dos efeitos das unidades de conservação da natureza sobre as comunidades. Estes aspectos inexplicavelmente e contraditoriamente, como já mencionado anteriormente, não foram abordados e assimilados para a definição das estratégias de aprimoramento do planejamento e gestão, objetivo integrante do primeiro eixo. Sobre os mecanismos de compensação, seria importante especificar estratégias para a definição de uma política de indenização de população tradicional que previsse como regra o conhecimento detalhado sobre a estrutura socioeconômica desses grupos e, no caso de constatar-se um processo de descaracterização cultural, a identificação das razões para tal. É somente a partir daí que as alternativas de indenização devem ser previstas e os projetos específicos de apoio definidos. Critérios como a possibilidade de realocação sem prejuízos irreversíveis à cultura, direitos ancestrais da terra e possibilidade de reintegração socioeconômica, dentro e fora da área, deveriam ser, obrigatoriamente, considerados.
- 6) Promover a governança diversificada, participativa, democrática e transparente do SNUC é mais um objetivo. Para a sua consecução, está previsto, como uma das estratégias, qualificar as comunidades interessadas para a efetiva participação nos processos de criação, implantação e gestão de unidades de conservação, mas não a necessidade de qualificar os órgãos executores para estabelecer processos de consulta e participação específicos e condizentes com as populações tradicionais indígenas e não indígenas, de forma que eles possam, de fato, ser incluídos nesses processos e ouvidos sobre tal ou qual tomada de decisão. Somente a partir dessa orientação é que haverá uma evolução mútua no estabelecimento de um canal de comunicação respeitoso, certamente de forma diferenciada

do Conselho estabelecido pelo SNUC, tanto do ponto de vista da sua composição quanto de seu funcionamento, cuja população tradicional hoje fica submetida.

- 7) Outra observação, ainda de acordo com esse mesmo objetivo de promover a governança, diz respeito à estratégia de priorizar as categorias Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável nas atividades de planejamento para a criação de unidades de conservação, onde existam comunidades de pescadores e de populações extrativistas tradicionais. Não há embasamento algum de ordem técnica ou científica para a orientação de priorizar-se a criação de unidades onde existam comunidades de pescadores e extrativistas. Esta ação (que se explicita muito mais como uma diretriz) não considera a necessidade urgente de se estabelecer um olhar dirigido para identificar a diversidade cultural associada aos vários ecossistemas. Enfatizando o crescente processo de extinção a que estão submetidas as culturas tradicionais em geral e, ainda, a ausência completa de princípios, diretrizes e critérios específicos para a identificação e valorização dessas populações, tanto no SNUC e em sua respectiva regulamentação quanto no corpo deste Decreto, sendo que, em todo o Plano, foram referendadas como tal apenas aqui e incluídas indistintamente na categoria de população local.

Como já foi dito no item 1, os critérios para a criação de unidades de conservação devem se basear na diversidade cultural associada aos diferentes ecossistemas. Além disso, a estratégia de priorizar a criação de unidades onde existam comunidades de pescadores e extrativistas está colocada de forma equivocada no objetivo que a contempla.

- 8) Todas as estratégias e objetivos específicos contemplados para o objetivo (geral) de potencializar o papel das unidades de conservação e das demais áreas protegidas no desenvolvimento sustentável e na redução da pobreza são de grande importância no alcance da melhoria da qualidade de vida das populações e, concomitantemente, na conservação da natureza. Contudo, um aspecto não foi abordado de forma clara: o modelo de desenvolvimento. O sucesso da manutenção da capacidade de suporte dos ecossistemas, da manutenção da diversidade cultural e biológica se dá por um conjunto de fatores relacionados às técnicas de manejo, às regras de uso do território, mas todo este saber está associado e direcionado à lógica de desenvolvimento adotado pelas populações tradicionais. Uma lógica que não visa lucro e a acumulação de bens, ao contrário do modelo adotado pela sociedade urbano-industrial contemporânea. Mesmo que algumas técnicas de uso dos recursos naturais sejam questionáveis e passíveis de serem readaptadas e aprimoradas, em face das atuais condições ambientais, o impacto de seu uso e da sua exploração sempre será

minimizado e reversível pela baixa intensidade de exploração, por uma diretriz cultural e até moral de não desperdício, de manutenção do patrimônio familiar através das gerações e pela predominância de uma economia semifechada: a economia doméstica.

A crítica maior a esse plano (apesar de representar um avanço em relação ao SNUC) é a de que, em primeiro lugar, ele não enfrenta a questão conceitual das populações tradicionais, utilizando, de forma corrente, o termo ‘populações locais’ ao longo do texto, sem estabelecer a devida distinção. Em segundo, não considera o território de populações tradicionais como territórios de conservação independentes das unidades de conservação, nem mesmo como áreas passíveis de uma gestão específica dentro da Reserva da Biosfera, reconhecida pelo Programa “O Homem e a Biosfera” da UNESCO<sup>23</sup>. Não são ainda indicadas como áreas de gestão prioritária, ou pelo menos especial, nas zonas de amortecimento das unidades de conservação ou corredores ecológicos, merecendo atenção diferenciada nas diversas políticas setoriais. Estas duas últimas estratégias não envolveriam polêmicas nem conflitos legais, se assim o fossem seriam formas de integrar as políticas setoriais nas suas diferentes esferas de governo, na promoção e valorização de áreas importantes do ponto de vista natural e cultural, porém esta perspectiva não foi adotada<sup>24</sup>.

Mediante o desuso do termo ‘população tradicional’ no escopo deste Decreto, seria passível de suposição haver uma tendência do Estado em mudar o foco da discussão incorporando-a numa perspectiva mais ampla da sociedade civil, enquanto população local. Todavia, meses após sua publicação dois outros documentos legais na mesma esfera de governo, a federal, foram promulgados: a Lei nº 11.428/2006 (BRASIL, 2006b), que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica e o Decreto nº 6.040/2007 (BRASIL, 2007), que institui a “Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais”. Os dois diplomas reafirmando a utilização do termo ‘populações tradicionais’.

---

<sup>23</sup> Cabe lembrar que a Declaração Universal da Organização Das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura sobre a Diversidade Cultural (UNESCO 2001) traz, como linhas gerais de um plano vários objetivos a serem realizados pelos Estados Membros, entre eles o de respeitar e proteger os sistemas de conhecimento tradicionais para a proteção ambiental, especialmente das populações autóctones; reconhecer a contribuição dos conhecimentos tradicionais para a proteção ambiental e a gestão dos recursos naturais e favorecer as sinergias entre as ciências modernas e os conhecimentos locais; elaborar políticas e estratégias de preservação do patrimônio cultural e natural. Portanto, dentro desta política, seria mais do que apropriada a previsão de estratégias de reconhecimento e valorização de modos de vida tradicionais no escopo das Reservas da Biosfera.

<sup>24</sup> Como agravante, conforme visto anteriormente os modelos de uso e conservação tradicionais não são estabelecidos como critério dentro das estratégias para ampliação do Sistema ou definição de percentuais de áreas protegidas por bioma e por grupo de categoria e sim de forma tendenciosa priorizando-se as populações de pescadores e extrativistas, sem o menor critério.

▪ **A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais: Decreto nº 6040/2007**

Este Decreto, centrado na consolidação dos direitos das populações tradicionais e na melhoria de sua qualidade de vida, traz uma abordagem territorial e de uso equilibrado dos recursos naturais; coloca como um dos seus objetivos “solucionar e/ou minimizar os conflitos gerados pela implantação de Unidades de Conservação de Proteção Integral em territórios tradicionais e estimular a criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável” e inclui entre os seus instrumentos os “Planos de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais” (BRASIL, 2007).

O art. 3º deste Decreto define povos e comunidades tradicionais como sendo grupos culturalmente:

diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição; [...]. (BRASIL, 2007).

Cabe questionar como duas políticas com abordagens convergentes, na mesma esfera de governo, que estabelecem em seu corpo uma perspectiva de atuação articulada entre os diferentes setores de governo, assumem linguagens distintas.

Sobre tal ou qual denominação possam ser chamadas essas populações culturalmente distintas, o fato é que em nenhuma dessas políticas foi prevista a necessidade urgente, enquanto ação de Estado, de identificação dessas populações, que, apesar dos documentos legais, continuam isoladas num mundo rural abandonado ou cada vez mais descaracterizadas no chamado novo rural, cujas atividades produtivas dos grandes empreendimentos, frequentemente, as consomem e as marginalizam.

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais estabelece como objetivo “reconhecer, com celeridade, a autoidentificação dos povos e comunidades tradicionais, de modo que possam ter acesso pleno aos seus direitos civis individuais e coletivos” (BRASIL, 2007). Entretanto a autoidentificação passa por um processo de conscientização política, pelo acesso à informação de que eles têm o direito de reivindicar este reconhecimento e o que lhes cabe por assim se distinguirem. É importante lembrar aqui o fraco poder político, enquanto característica cultural de grande parte das populações tradicionais

(Diegues; NOGARA, 1999). Portanto, se há o reconhecimento legal dos direitos tradicionais, cabe ao Estado a incumbência, seja por meio do órgão que for, de identificar, reconhecer essas populações como medida urgente, dado o acelerado processo de extinção dessas culturas, ante a histórica exclusão e o desrespeito das políticas públicas em geral.

Por outro lado, após todas as considerações feitas sobre as contradições do SNUC, parece um contrassenso justamente essa política trazer como objetivo a criação de unidades de conservação da natureza de desenvolvimento sustentável, em territórios tradicionais

▪ **A Lei Mata Atlântica: Lei nº 11.428/2006**

Esta lei dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica. Naquilo que lhe compete, resguarda explicitamente os direitos das populações espécies da flora nativa (art. 9º); à incumbência do órgão competente em assisti-las tanto no manejo quanto na exploração sustentável (art. 9º, parágrafo único); ao fácil acesso à autoridade administrativa, com gratuidade, simplificação e prioridade de atendimento dos pedidos de autorização (art. 13); ao reconhecimento do pousio e aos procedimentos especiais para a sua autorização (art. 16 e art. 20); à possibilidade de corte de vegetação em estágio médio de regeneração quando forem imprescindíveis à sua subsistência e de sua família (art. 23, inc.III) e à prioridade na concessão de créditos agrícolas (art. 41, inc.I).

Contudo, é necessário insistir sobre a dificuldade da identificação de grande parte das populações tradicionais não indígenas. As quilombolas possuem legislação específica, os pescadores e extrativistas apresentam menos dificuldade para sua identificação em face das atividades econômicas características. E quanto aos caipiras, por exemplo? Na prática, sabemos da real dificuldade de ordem técnica ou ideológica dos órgãos executivos nas diferentes instâncias do governo.

Os critérios para a caracterização da população tradicional devem ser assumidos enquanto prioridade legal, com todas as dificuldades que possam estar contidas nesse conceito, como, por exemplo, o fato de não mais estarem em seus territórios ancestrais, a descaracterização socioeconômica ou a perda de saberes, que não quer dizer ,necessariamente, que o modo de vida tradicional se perdeu.

O SNUC se omitiu na conceituação de populações ou comunidades tradicionais frente à grande polêmica. O Plano Nacional de Áreas Protegidas, se não fosse por um lapso, teria abolido completamente o termo, e embora tenha defendido o reconhecimento e a importância da

diversidade cultural, tornou-se utópico em suas boas intenções, tendo em vista a total falta de parâmetros para a identificação (no plano real) das populações merecedoras de tal consideração. A definição que, corajosamente, a Lei da Mata Atlântica, no âmbito das políticas ambientais, traz para si foi um avanço, mas não trouxe subsídios para a identificação na prática. Considera população tradicional como aquela “vivendo em estreita relação com o ambiente natural, dependendo de seus recursos naturais para a sua reprodução sociocultural, por meio de atividades de baixo impacto ambiental” (BRASIL, 2006b, art. 3º, inc. II).

A Política de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, obviamente, traz um conceito, mais consistente, entretanto não resolve, ainda, as grandes dificuldades práticas de identificação, lembrando que, em campo, na execução rotineira das diversas políticas públicas setoriais, trabalham os profissionais da saúde, da educação, do meio ambiente, da agricultura, quase que na totalidade, sem discernimento para tal identificação<sup>25</sup>.

Portanto, critérios legais únicos, qualificação profissional e, acima de tudo, determinação política dirigida aos órgãos setoriais das diferentes instâncias de governo para o reconhecimento não apenas ideal, mas real desses grupos culturalmente distintos são fatores sem os quais caminhamos para sua extinção.

Sabe-se de todos os problemas envolvidos num direcionamento político como este. O oportunismo de grupos não tradicionais que possam reivindicar reconhecimento territorial e mesmo os conflitos resultantes de interesses empresariais. Assim como as unidades de conservação, embora atendendo prioritariamente às conveniências da sociedade urbano-industrial, representam dificuldades aos projetos expansionistas. Também esses grupos, caso passem a ser de fato respeitados, irão competir não só com as unidades de conservação (e esta já é uma polêmica), mas tal como elas, também com interesses “maiores”, públicos e privados. Entretanto, trata-se de uma dívida antiga do Estado brasileiro e pagá-la é uma questão ética.

Em vista do que foi exposto, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Lei nº 9.985/2000) é contraditório, superficial e autoritário; enquanto o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (Decreto nº 5.758 /2006) é um documento extremamente extenso e confuso, pela grande quantidade de informação contida e pela sua falta de objetividade, trata de questões únicas com abordagens e diretrizes distintas, o que dificulta a sua assimilação na prática e deixa, ainda, lacunas importantes sobre a perspectiva da proteção

---

<sup>25</sup> A esse respeito, em uma das histórias de fiscalização no Parque Estadual do Jurupará, a Autora se recorda de um soldado da então Polícia Florestal se referindo aos nativos como vagabundos, sem ambição de vida, porque não haviam ido para a cidade depois da criação da Reserva.

cultural. Não se reconhece, portanto, que as duas principais políticas de conservação da natureza, da forma como atualmente estão estruturadas, sejam suficientes no estabelecimento de princípios, diretrizes e critérios para nortear a atuação das instituições públicas, de forma que se possa avançar na consolidação de políticas mais justas e inclusivas no que se refere às populações tradicionais.

A Política de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais tem um papel fundamental no redirecionamento das políticas públicas como um todo, contudo, deve ser aprimorada ainda nas questões aqui apontadas. A Lei da Mata Atlântica é um importante veículo de consolidação dos direitos das populações tradicionais no que se refere ao uso e exploração dos recursos naturais em seus territórios, mas sua aplicação depende de um trabalho de cadastramento em campo e de conscientização dessas populações sobre seus direitos.

Não se deve, obviamente, desconsiderar os avanços realizados, todavia é preciso não perder de vista as enormes dificuldades ainda a serem superadas nas políticas públicas de conservação para a salvaguarda dos grupos de cultura tradicional. Nesse sentido, trazer à consciência as perspectivas históricas de formação do território brasileiro significa compreender o fundamento das contradições das políticas públicas de conservação da natureza e considerar soluções mais justas do ponto de vista ambiental e social; significa trazer a possibilidade de desmistificar o antigo paradoxo da relação sociedade-natureza (que generaliza toda e qualquer sociedade).

A política territorial do Brasil, conforme observa Moraes (2005a), constituiu-se, ao longo da história, como essencialmente degradadora dos lugares e de seus habitantes; definindo-se pelo caráter predatório e expansionista de herança colonial, fato que coloca o Estado na situação paradoxal de responder pela defesa do meio ambiente e, ao mesmo tempo, de ser um dos mais expressivos agentes de degradação. Trata-se, portanto, de uma política territorial que traz a marca de um país que não foi concebido como uma nação e sim um macro projeto de exploração ecológica, cuja lógica incluiu a destruição da diversidade natural, o desprezo do saber indígena sobre a biodiversidade (PÁDUA, 2004) e a viabilização de interesses externos. Tais determinações históricas, que colocam a natureza e os grupos tradicionais em um mesmo contexto de atuação do Estado é que, devem pautar as discussões sobre as políticas de conservação da natureza, lembrando que as UCs jamais estiveram entre as prioridades do Estado.

### 1.3 A NATUREZA SOB A PERSPECTIVA DA (NÃO) CONSERVAÇÃO E AS POPULAÇÕES TRADICIONAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO: UM BREVE HISTÓRICO DAS ESPECIFICIDADES EM RELAÇÃO À CULTURA CAIPIRA

A partir da discussão feita anteriormente sobre a formação do Brasil e seus reflexos nas políticas de conservação, é importante observar o processo de constituição do principal órgão executivo e proponente das políticas públicas de conservação do estado de São Paulo, o Instituto Florestal (IF)<sup>26</sup>, para melhor compreender as especificidades da relação conservação-populações tradicionais no âmbito deste Estado. Sua origem histórica está relacionada à Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo (CGG)<sup>27</sup>, primeira instituição de pesquisa do Estado, cuja criação, em 1886, e atuação até 1931 vinculou-se à exploração científica do território paulista.

A criação da CGG, as vésperas da abolição da escravatura (1888) e da Constituição da República (1889), se deu em um momento de mudanças significativas na história do Brasil, às quais, como veremos, ela própria servirá de instrumento.

O final do século XIX representa um dos períodos de maior prosperidade nacional, advinda da produção cafeeira, sobretudo em São Paulo. O Vale do Paraíba reunia a grande parte da riqueza brasileira (PRADO JÚNIOR, 1987), nesse mesmo período surgiram os problemas e as demandas relativas a essa atividade econômica, tais como o esgotamento do solo, a necessidade de alargamento das fronteiras agrícolas, a construção de vias de transporte e a regularização de mão de obra (FIGUEIRÔA, 1987).

Os elementos discursivos desse período eram em torno da modernização, do progresso, da superação do atraso, da civilização, da integração dos sertões (MORAES, 2005b; ARRUDA, 2000). Originam-se, ainda neste período, as teorias explicativas do Brasil, sedimentadas no evolucionismo (ORTIZ, 2006). Tais idéias nos remetem ao país ainda em construção. Construir o país é levar civilização aos sertões, ocupar o solo é subtrair os lugares da barbárie. Assim a

---

<sup>26</sup> Deve-se colocar o tempo no presente, apesar da gestão operacional das unidades de conservação estar desde 2006 sob a responsabilidade da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do estado de São Paulo (cabendo ao IF somente a gestão e execução da pesquisa científica) por duas razões: primeiro porque a Fundação é concebida na década de 1980 dentro do próprio IF para viabilizar e agilizar os seus projetos e ações e, portanto a maior parte dos seus técnicos têm toda a sua atuação e experiência profissional vinculada a este órgão e; a outra é porque os recursos materiais e humanos que continuam viabilizando a gestão em campo, bem como a realização de grande parte dos planos de manejo destas unidades estão ligados formalmente ao IF, portanto na prática é ele que continua viabilizando a execução e proposição das políticas de conservação.

<sup>27</sup> Vinculado a esta Comissão é criado formalmente, em 1911 o Serviço Florestal do Estado (muito embora a competência a ele relacionada já existisse no CGG desde 1896); posteriormente, em 1978, é transformado no atual Instituto Florestal.

submissão das populações locais aparece como decorrência do processo, um resultado tido como de alta positividade (MORAES, 2005b).

Conforme a Resolução de sete de abril de 1886, caberia à recém criada Comissão Geográfica e Geológica da província, a topografia e a geologia, representando os principais pontos ou acidentes da superfície, os assentamentos populacionais, os principais estabelecimentos industriais e agrícolas, as vias de comunicação, a constituição geológica do solo, a distribuição das matas e campos e das terras de diversas naturezas e condições agrícolas (art. 2º).

Quanto à exploração dos rios, deveria ser prestada maior atenção às condições de navegabilidade, iniciando pelo rio Paranapanema. Caberia à Comissão levantar, com exatidão, em plantas especiais, os obstáculos que exigissem obras e os elementos indispensáveis para projetar e executá-los (art. 3º).

Além dos trabalhos para a determinação da natureza geológica, deveriam ser feitas investigações sobre as substâncias minerais de valor econômico (art. 4º). Conforme as circunstâncias permitissem seriam formadas coleções de objetos e se reuniriam informações concernentes a outros ramos da história natural, tendo em vista a relação prática e econômica da zoologia e da botânica com a indústria e a agricultura, principalmente a respeito dos vegetais e animais úteis ou nocivos; sobre as condições dos vários tipos de cultura e criação; sobre as moléstias que atacam as plantas cultivadas e os animais domesticados, assim como os meios usados para combatê-las (art. 6º).

Seriam remetidas aos especialistas, dentro ou fora da província, substâncias ou quaisquer objetos ou coleções sujeitos à análise e experiências para verificação do valor industrial, para as aplicações que pudessem se prestar ou para qualquer fim que interessasse à ciência (§ 2º, art. 6º).

Nesse contexto histórico, cabe refletir sobre a motivação da criação da Comissão Geográfica e Geológica, sobre a influência que o estado de São Paulo enquanto referência de progresso e desenvolvimento teria exercido sobre a concepção de conservação e de população tradicional no Brasil e, por último, sobre a dificuldade, até hoje, de se definir em São Paulo diretrizes para as populações tradicionais no âmbito das políticas de conservação da natureza. Dessa forma, a leitura dos trabalhos de Figueirôa (1987) e Arruda (2000) contribuem para o entendimento da importância da CGG, trazendo informações e interpretações relevantes.

Para Arruda (2000), a Comissão teve papel significativo na veiculação dos ideais de modernização e progresso (entendido como o crescimento econômico enquanto expansão da sociedade urbano-industrial em curso), na formação de um imaginário a respeito da natureza e da população brasileira e na consecução dos objetivos de (re)ocupar o sertão ou, melhor dizendo, de civilizar o sertão.

Segundo o autor, os termos do discurso produzido por essa instituição demonstravam a crença em uma verdadeira guerra dos técnicos, engenheiros e autoridades (representantes da civilização/cultura) contra a “barbárie”, representada pela natureza, pelos índios e moradores do sertão.

De acordo com Figueirôa (1987), o discurso (textual e visual) da Comissão Geográfica e Geológica, expresso por meio de seus relatórios, sintetizava a idéia do homem dominando a natureza e da ciência enquanto instrumento eficaz para tal. A Autora mostra como a ideologia do progresso, do desenvolvimento, da exploração da natureza, a intenção do avanço da civilização sobre a “barbárie vergonhosa” que ainda existia no Estado estavam presentes na produção científica do Órgão e guardava perfeita harmonia com o discurso do governo paulista.

No processo de delimitação e mapeamento do território paulista, segundo Arruda (2000), foi construída uma memória que eliminaria os vestígios daquela imagem de “mancha”<sup>28</sup> de desconhecimento; não apenas aquela que se definia nos mapas anteriores, mas também no campo da legitimação, ou deslegitimação, de valores e experiências culturais das populações residentes, dos espaços “atrasados”. Assim, ser do interior, ser caipira, significava ser o símbolo do “atraso” da indolência, da falta de pressa; aos indígenas, restaria a memória de que eram “ferozes”, “traíçoeiros” e “inimigos do avanço da moderna civilização” (ARRUDA, 2000).

Conforme explicita o Autor, os mapas produzidos pela Comissão Geográfica e Geológica reforçavam uma visão dividida do espaço. De um lado, estavam a civilização, o progresso, a inovação e a modernidade; e de outro, a barbárie, o atraso, a rotina e o arcaico. Idéias que não se relacionavam apenas a uma concepção espacial, mas também se estendiam à sociedade. Nesse contexto, Arruda (2000) destaca a particular importância do *Diário de uma viagem pelo sertão de São Paulo, realizada em 1904*, de Cornélio Schmit, que apresentava um mapa detalhado dos aspectos físicos do território paulista, estabelecendo um traçado dos limites do que era, geográfica e simbolicamente, conhecido como sertão, que, por sua vez, era

---

<sup>28</sup> Explica o Autor que no estado de São Paulo, no início do século passado, “mancha” representava os “terrenos pouco explorados” que enfeavam o “progresso do Estado”; tal “mancha” justificou o desencadeamento de um movimento político de alteração de seu status, cujo objetivo era “conhecer” este espaço representado.

classificado em “sertão caipira” e território indígena. O primeiro ligado à idéia de interior de fraco desenvolvimento, contrário à modernidade, argumentando que a cultura caipira precisava ser erradicada para que o desenvolvimento pudesse se concretizar. O segundo, território ainda desconhecido, precisava ser mapeado e seus ocupantes catequizados e eliminados.

Arruda (2000) enfatiza, ainda, a rejeição e indignação do engenheiro Schmit quanto aos modos de vida do caipira. De larga penetração por todo o interior do Estado, o caipira era qualificado como vadio, sem pressa, sem preocupação com o trabalho e com a acumulação, negando-se qualquer valor aos seus conhecimentos, muito embora durante as viagens a equipe precisasse constantemente dele. Tal atitude, para o Autor, representa o conflito entre formas e visões de mundo, o que criava uma paisagem pela negação de outra: a projeção da vida urbana, moderna, capitalista, com suas concepções de tempo, espaço e propriedade sobre a outra atrasada.

O discurso da CGG evidencia a adoção da lógica eurocêntrica na interpretação da natureza e de seus habitantes, como também, a ciência, legitimando a atuação do Estado segundo esta lógica. Assim ela disseminaria na sociedade, com credibilidade científica, um imaginário sobre os lugares estudados, ou seja, sobre a natureza (o sertão) e sobre as populações tradicionais (não civilizadas), ratificando a mentalidade vigente da elite brasileira da época.

A abordagem de Richard Peet, em *Imaginários de desenvolvimento*, é exemplar para a reflexão que aqui se propõe. Para o Autor, os governos utilizam as políticas sugeridas pelos especialistas como instrumento de poder, reformulando problemas sociais, culturais ou políticos na linguagem aparentemente neutra da ciência para obter o apoio das pessoas que creem que a ciência beneficia a humanidade, produzindo, a partir desse processo, mentalidades. Ou seja, construindo um imaginário social – fontes vitais de dinâmicas transformacionais e reprodutivas (PEET, 2007).

Assim, legitimou-se a devastação florestal no estado de São Paulo, bem como a quase extinção das culturas tradicionais, construindo-se um imaginário sobre o sertão, cujo real significado do termo é interpretado por Moraes como uma figura

do imaginário da conquista territorial, um conceito que ao classificar uma localização opera uma apropriação simbólica do lugar, densa de juízos valorativos que apontam para a sua transformação. [...] a designação acompanha-se sempre de um projeto (povoador, civilizador, modernizador), o qual almeja – no limite – a superação da condição sertaneja. [...] um espaço a ser conquistado, submetido,

incorporado à economia nacional: uma área de expansão. [...] Um conceito nada ingênuo (MORAES, 2003, p. 20 e 21).

E, ainda, sobre o significado de civilização que expressa “outra forma de qualificar a expansão territorial que reafirma as determinações da conquista colonial: apropriação da terra e submissão dos ‘naturais’ (MORAES, 2005b, p. 95).

A grande velocidade com que as matas paulistas eram derrubadas transformando-se em combustível para as locomotivas (e colocando em risco o desenvolvimento da própria atividade ferroviária) e os problemas de devastação e exploração predatória dos recursos naturais já vivenciados na Europa motivaram a proposta de criação de um serviço florestal já em 1896 (atrelado à Seção de Botânica e Meteorologia da CGG). A este caberia, na ocasião, a conservação de florestas de propriedade do governo, os estudos de aproveitamento econômico das árvores: propriedades das madeiras, rendimento florestal, fitopatologia e, ainda, o fornecimento das bases para a elaboração de uma futura legislação florestal. Tratava-se de um serviço totalmente inédito no Brasil (FIGUEIRÔA, 1987).

Já na primeira década do século, a Seção de Botânica e Meteorologia foi desligada e suas funções foram divididas entre : o Serviço Florestal (atual Instituto Florestal), o Instituto de Botânica e o Serviço Meteorológico, fazendo parte de uma reestruturação maior que, segundo Figueirôa (1987), visava imprimir uma modernização racionalizadora ao Estado, o que contemplava a tendência crescente de especialização das ciências que acompanhavam o processo de modernização.

É sob essa base científica e histórica que foram instituídas as diretrizes governamentais de exploração e proteção da natureza no estado de São Paulo. As competências descritas anteriormente para o Serviço Florestal em 1896 refletem-se até os dias de hoje no organograma do Instituto Florestal, cuja atuação se distribui em três divisões técnicas: Divisão de Reservas e Parques Estaduais, Divisão de Dasonomia e Divisão de Florestas e Estações Experimentais – o chamado trinômio pesquisa, conservação e produção, não tão equilibrado como possa parecer.

A “remota preocupação” com as matas do Estado não impediu a devastação dos seus biomas originais. O Cerrado e a Mata Atlântica, que originalmente cobriam respectivamente cerca de 20% e 80% do território estadual, reduziram-se a aproximadamente 1% e 80% do

território estadual, reduziram-se a aproximadamente 1% e 17%<sup>29</sup>, evidenciando que a política ambiental do Estado, na prática, cuidou muito mais de responder às demandas de abastecimento de madeira para o mercado do que propriamente da conservação da natureza, o que não poderia ser diferente, tendo em vista as idéias preconizadas pela Comissão Geográfica e Geológica enquanto instituição científica e berço da atuação pública sobre conservação no Estado.

Diante desse quadro de erosão, de devastação, as áreas naturais protegidas no Estado se ampliaram, mas, como visto, os sertões abrigavam também àquelas populações “atrasadas” (sem pressa e sem preocupação com acumulação material) descritas pelos técnicos e cientistas da CGG. Até a década de 1980, elas são completamente invisíveis, representando, quando muito, um problema fundiário a ser sanado.

Com a emergente valorização internacional das populações tradicionais nas políticas de conservação, a polêmica em torno da sua presença em unidades de conservação se acirra. São Paulo passa a se deparar com uma realidade complexa sobre a perspectiva da definição de políticas de conservação que contemplem os direitos tradicionais nas poucas áreas remanescentes de vegetação legalmente protegidas. É óbvio que se os sertões foram reduzidos a quase nada, também seus habitantes o foram, assim como sua cultura e seus saberes.

Apesar de importantes iniciativas<sup>30</sup>, prevaleceu, de modo geral, a desconsideração do problema, a demora na institucionalização de uma política clara com princípios, diretrizes e estudos científicos que embasassem a gestão das unidades com a presença de populações tradicionais. Dessa forma, permitiu-se (e ainda permite-se) que cada técnico agisse de acordo com sua formação (a grande maioria da área de agrárias e biológicas) e com as suas próprias

---

<sup>29</sup> Resultado do último inventário florestal realizado para o estado de São Paulo concluído em 2010. Informação verbal fornecida pelo pesquisador científico Marco Aurélio Nalon em março de 2009.

<sup>30</sup> Em 1994 e 2002 foram realizados no Instituto Florestal dois workshops (SMA, 1994; SMA, 2002) com a participação de outros órgãos do governo Federal e Estadual, universidades e representantes de populações tradicionais, ocasiões estas em que foram estabelecidas diretrizes e recomendações para a atuação institucional, visando à melhor condução da gestão na proteção das culturas tradicionais e da biodiversidade. Contudo as medidas discutidas não foram incorporadas como norma geral, já que cada unidade adotou ações e posturas distintas frente à problemática. Em 2005 um grupo de técnicos, reunindo as experiências consolidadas na Instituição propôs, sem que nunca tivesse sido levado adiante, uma minuta de Decreto e de Portaria regulamentando procedimentos administrativos e critérios técnicos e científicos de análise dos requerimentos para a realização das atividades desenvolvidas por populações tradicionais em UCs de proteção integral. Esta proposta teve como objetivo estabelecer uma política única de atuação e consolidar princípios, diretrizes e instrumentos técnicos e legais de gestão, além de, finalmente, definir critérios legais para a identificação dessas populações (SÃO PAULO, 2006; SANTIAGO, et. al. 2007).

crenças sobre a conservação da natureza, o que representou perdas irreparáveis à biodiversidade e à diversidade cultural do Estado<sup>31</sup>.

A lógica que permeia as políticas é: manter os padrões da sociedade hegemônica urbano-industrial em detrimento da natureza e manter a natureza<sup>32</sup> e em detrimento das populações tradicionais.

São unidades de proteção integral, sabidamente criadas sob território tradicional, a Estação Ecológica Juréia-Itatins, os Parques Estaduais do Jacupiranga, Turístico do Alto Ribeira, Ilha do Cardoso, Jurupará, Ilha Bela e Serra do Mar. As duas primeiras passaram, respectivamente em 2006 e 2008, por um processo político de negociação e recategorização, resultando na criação de dois mosaicos que contemplam diversas categorias de manejo de proteção integral e de manejo sustentável<sup>33</sup>.

Cabe destacar que, apesar desse processo, a deficiência de estudos científicos, relativos ao manejo dos recursos naturais e ao modo de vida dessas populações que pudessem subsidiar diretrizes e ações de proteção adequada, tanto à biodiversidade quanto à cultura local, foi (e ainda é) muito grande. Em 2009, a Lei que criou o Mosaico da Juréia, que se constituía de várias, incluindo categorias de proteção integral e de desenvolvimento sustentável, foi anulada por inconstitucionalidade, sendo o critério de classificação da comunidade tradicional o principal questionamento.

As APAS e as Reservas da Biosfera também são redutos de populações tradicionais e carecem, do mesmo modo, de diretrizes e ações objetivas e sistemáticas para a realização de estudos científicos, identificação, mapeamento e proteção adequada das culturas tradicionais.

Duas são as Reservas da Biosfera que incidem sobre São Paulo, a da Mata Atlântica e a do Cinturão Verde de São Paulo, (que insere-se na da Mata Atlântica). A primeira, com uma diretriz geral de atuação muito mais voltada à preocupação com a conservação e recuperação da biodiversidade, realiza ações e projetos pontuais com as populações tradicionais no Estado. A segunda, embora sobreposta ao tradicional *cinturão caipira*, tem sua atuação em campo

---

<sup>31</sup> Muito embora se deva reconhecer que, paradoxalmente, se por um lado as comunidades tradicionais foram vitimadas pela criação de unidades de conservação, por outro elas retardaram a sua completa descaracterização cultural, resguardando-as do processo de expansão urbana e econômica; especialmente “contra a especulação imobiliária galopante e a expropriação de suas terras” (DIEGUES, 2001, p. 132). Nas áreas externas às UCs, poucos resquícios restaram desses núcleos culturais no Estado, já que tais populações venderam suas terras iludidas pelos valores monetários oferecidos (GUILLAUMON, 2003). Um exemplo claro disso foi a extinção das vilas de pescadores nas praias de Boiçucanga e Camburi, em São Sebastião, no litoral norte de São Paulo, ocorrida pela grande especulação imobiliária na década de 1980.

<sup>32</sup> Afinal, os recursos estão se esgotando o que pode vir a comprometer a reprodução da própria sociedade urbano-industrial hegemônica.

<sup>33</sup> Lei n. 12.406/ 2006 e Lei n. 12.810/2008.

integralmente voltada a um programa de ecoprofissionalização de jovens estudantes, sem nenhum vínculo com a realidade dos bairros caipiras remanescentes, severamente ameaçados.

Como se vê, aqui mais do que em qualquer outro lugar do Brasil, não é mais possível adiar uma reflexão ampla e uma mudança de atitude sobre as estratégias de conservação.

É necessário um enfrentamento realista que não admita discussões simplistas, incapazes de estabelecer diretrizes e princípios para uma política coerente e, portanto, justa e exequível.

## 2. A TERRITORIALIDADE CAIPIRA

*“Caipiras”... Mas que são os caipiras?*

*São filhos das nossas brenhas, de nossos campos, de nossas montanhas e dos uberrimos valles de nossos piscosos, caudalosos, encachoeirados e innumeraveis rios, “acostellados” de milhares de ribeirões e riachos.*

*Nascidos fora das cidades, criados em plena natureza, infelizmente tolhidos pelo analphabetismo, agem mais pelo coração que pela cabeça. Tímidos e desconfiados ao entrar em contacto com os habitantes da cidade, no seu meio são expansivos e alegres, folgazões e francos; mais francos e folgazões que nós outros, os da cidade. De rara intelligencia – não vae nisto exagero – são, incontestavelmente, mais argutos, mais finos que os camponezes estrangeiros. Compreendem e apreendem com maior facilidade; facto, aliás, observado por estrangeiros que com elles têm tido occasião de privar.*

*É facto: o caipira puxador de enxada, com a maior facilidade se transforma em carpinteiro, ferreiro, adomador, tecedor de taquaras e guembê, ou constructor de pontes. Basta-lhe “uma só” explicação bem clara; elle responderá:*

*- Se os ôtro fáis... proque não hi de fazê!... Não agaranto munto, mais vô exprementá.*

Cornélio Pires, 1921, p.5-6.

### 2.1 O CAIPIRA: CARACTERÍSTICAS, ORIGEM E DISTRIBUIÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO

Não é o interesse aqui descrever o caipira tradicional, alguns já o fizeram de forma admirável, entre eles, sem dúvida, Pires (1921); Candido (2003); Queiroz (1973a, 1973b) e Brandão (1983). Cabe, entretanto, destacar características que entendemos importantes do ponto de vista histórico, geográfico e socioeconômico que possibilitem melhor compreendê-lo, distinguindo as nuances dessa cultura.

Quando se compreende quem é o caipira na sua origem étnica e cultural, passa-se a entender, em parte, a complexidade, do ponto de vista legal, do arranjo de população tradicional e da conservação da natureza, os conflitos e as dificuldades do legislador em tratá-las.

O caipira está na origem da população paulista que se forma entre os séculos XVI e XVIII e que se estabelece após as Bandeiras por uma vasta área que ultrapassa o território do Estado (CANDIDO, 2003; RIBEIRO, 1995). Portanto, a formação da cultura caipira se reporta ao início da colonização do Brasil e está relacionada às características culturais do mameluco, reconhecido por Ribeiro (1995) como, talvez o primeiro brasileiro consciente de si e por ele descrito como herói civilizador; cujo valor maior advinha da sua rusticidade de meio-índios, herdeiros do saber milenar acumulado pelos indígenas, das técnicas de adaptação dos povos tupis à floresta tropical.

“Os portugueses de São Paulo foram os principais gestadores de mameluco” (RIBEIRO, 1995, p.106) e os antigos aldeamentos paulistas, ao que parece, foram o berço da cultura caipira. Originalmente núcleos de concentração indígena, de caráter disperso, tipicamente rurais, mais significativamente localizados no planalto de Piratininga, tiveram sua instituição vinculada ao processo de colonização, em que índios eram instruídos na religião católica e submetidos a uma disciplina de vida coletiva; passando mais tarde, já no XVIII, a uma composição étnica cada vez maior de mestiços (PETRONE, 1995).

Os contingentes ameríndios dos aldeamentos, segundo Petrone (1995, p. 135), “foram se tornando gradativamente mais mamelucos, foram caboclicando-se, até adquirirem as características mais típicas de uma população caipira”.

Entretanto, o modo de vida caipira, propriamente dito, se difunde com a sedentarização do paulista ao término das Bandeiras, no final do século XVIII; cuja característica se define pela satisfação das necessidades mínimas de existência e pela constituição de unidades dispersas de convívio, denominadas bairro (CANDIDO, 2003; RIBEIRO, 1995).

Conforme observa Manuel Diegues Júnior (1960), as primitivas atividades agrícolas, iniciadas pelas plantações jesuíticas e estendidas para os sítios e fazendas, pouco a pouco decaem com o bandeirantismo que marca a vida dos paulistas, a partir do século XVII. Somente entre o fim do século XVIII e início do século XIX, verificou-se uma lenta transformação do modo de vida da gente paulista que se fixa e se sedentariza no cultivo da terra. Essa transformação representou, sobretudo, um esforço de reencontro das origens agrárias da população, tão cedo e rapidamente, desprezadas pelos homens que se deixaram seduzir pela penetração dos sertões (DIEGUES JÚNIOR, 1960).

Para Candido (2003), o termo ‘caipira’ vincula-se à cultura tradicional do homem do campo na área de influência histórica paulista, atribuindo-lhe a vantagem de relacionar-se a

aspectos exclusivamente culturais e não étnicos: um modo de ser, um tipo de vida; enquanto que o termo ‘caboclo’ (ou ‘mameluco’, conforme Ribeiro (1995), vincula-se às modalidades étnicas e culturais do contato do português com o novo meio, diferenciando, do ponto de vista étnico, o mestiço do branco e do índio, o qual em São Paulo, provavelmente, formou a maioria da população tradicional, ratificando, assim, a posição de Cornélio Pires (1921) que subdivide o caipira em: caipira branco, caboclo, preto e mulato, o que sugere a incorporação dos diversos tipos étnicos ao universo da cultura rústica<sup>34</sup> de São Paulo.

Para melhor entender o caipira deve-se reportar à distinção feita por Antonio Candido, segundo as características do povoamento disperso (por tipo de morador e natureza da ocupação) e, ainda, segundo sua estratificação que define a autossuficiência social e econômica do indivíduo. Para o Autor, superado o nível de mínimos<sup>35</sup> como condição geral do caipira para manter a vida e a coesão dos bairros (unidades ou povoamentos rurais dispersos), emerge uma estratificação que inicialmente se dá com relativa indiferenciação. Esta estratificação foi substituída por uma estrutura mais complexa posteriormente, definida mais pelo nível econômico e pelas formas de participação cultural do que necessariamente por uma diferenciação social na origem dos grupos que, na maioria das vezes, provêm dos mesmos troncos familiares, com as mesmas condições de vida. Assim, o fazendeiro se sobrepõe ao seu parente sitiante, muitas vezes, senhor de tantas terras quanto ele, mas trabalhando-as pessoalmente e este se sobrepõe ao agregado, sem estabilidade (CANDIDO, 2003).

Todavia, é no sitiante que se mantêm as manifestações mais típicas da cultura caipira, já que o fazendeiro tende a desligar-se dela, acompanhando a evolução dos núcleos urbanos – o que o torna frequentemente participante, mas nem sempre, integrante da cultura caipira e o agregado nem sempre possui condições de estabilidade para desenvolver formas adequadas de ajustamento social (CANDIDO, 2003). Quanto às características do povoamento disperso (o bairro rural), Candido (2003) estabelece a diferenciação entre morador transitório e permanente e o subdivide conforme o Quadro 1 a seguir.

---

<sup>34</sup> O Autor emprega o termo rústico para “expressar um tipo social e cultural, indicando o que é no Brasil o universo das culturas tradicionais do homem do campo; as que resultaram do ajustamento do colonizador português ao Novo Mundo, seja por transferência e modificação dos traços da cultura original, seja em virtude do contato com o aborígine” (CANDIDO, 2003).

<sup>35</sup> Candido (2003) alerta sobre a dificuldade de se falar em mínimos culturais, sem que se estabeleça larga margem de arbítrio e etnocentrismo. Podendo-se falar, entretanto, em mínimos vitais e sociais, abaixo dos quais, com menos recursos de subsistência e com menor organização das relações, não seria possível a vida orgânica e a vida social, a fome, no primeiro caso, e a anomia, no segundo.

**QUADRO 1 - FORMAS DE POVOAMENTO DISPERSO**

<b>Tipo de morador</b>	<b>Natureza da ocupação</b>	<b>Unidade de agrupamento</b>
Morador transitório		
1. Cultivador nômade	Precária	Bairro
2. Agregado	Consentida	Bairro
3. Posseiro	De fato	Bairro
Morador permanente		
1. Sitante	Propriedade ou arrendamento	Bairro
2. Fazendeiro	Propriedade	Bairro

Fonte: CANDIDO (2003, p. 78).

Para o Autor, tais características se refletem na importância dada à vida e ao trabalho familiares: máxima entre os moradores transitórios, menor na fazenda, via de regra, dotada de maior riqueza de relações internas e externas, pertencendo a um sistema aberto de compra, venda e participação na vida pública.

Também Queiroz (1973a) descreve a estratificação social tradicional, no meio agrário, chegando à conclusão de que, desde o início da colonização, sempre existiram pelo menos três segmentos distintos: os fazendeiros, com seus escravos, e após 1888, colonos, camaradas e parceiros; os sitiantes independentes, proprietários de direito ou de fato, em regime de trabalho autônomo com mão de obra familiar; e os trabalhadores sem terra e sem autonomia de trabalho.

Müller (1951), assim como Queiroz (1973a), não caracteriza o sitiante segundo a natureza da ocupação, como o faz Candido (2003), incluindo, assim, nessa categoria também os posseiros. A permanência estável na posse certamente era um fato no passado, em regiões sem vocação para a implantação de fazendas de produção intensiva e com incidência de terras devolutas.

Detendo-se aqui ao sitiante, já que é nele que estão mais impregnadas as manifestações culturais do caipira, torna-se importante destacar as características que o distinguem.

Como já mencionou Antônio Candido (2003), o sitiante pode ser dono de tantas terras quanto o seu parente fazendeiro, portanto não é o tamanho da área ocupada nem a origem que o define. As terras dos sitiantes têm extensões variadas, pequena é, entretanto, sua produção (QUEIROZ, 1973 a; MÜLLER, 1951).

Queiroz (1973 a) chama a atenção para a distinção entre o sitiante que contribuía para o abastecimento dos povoados e aquele que o fazia nas fazendas, também se prestando como reserva de mão de obra e assim definindo um tipo de subordinação característica. Entre aqueles que não serviam às fazendas, a Autora ainda distingue-os economicamente numa hierarquia que vai dos mais pobres aos mais abastados, passando a constituir a “elite” local, entretanto, sem que pudessem competir com os fazendeiros e raramente modificando o seu modo de vida (QUEIROZ, 1973a).

Observa ainda a Autora, que a economia dos sítiantes é independente e complementar tanto da economia dos monocultores, quanto da economia urbana e comercial do país, desenvolvendo-se paralelamente a ambas.

Na condição de sítiantes, mesmo atingindo posições de maior destaque, são desfavorecidos do ponto de vista de prestígio e de poder em relação à sociedade global (QUEIROZ, 1973a), não podendo jamais ter expressão e influência significativas (DIEGUES JÚNIOR, 1960).

Independentemente do que os possa distinguir entre si, os sítiantes compartilham em comum certas características que os definem do ponto de vista econômico: são trabalhadores rurais cuja produção é destinada prioritariamente ao sustento da família, podendo vender ou não o excedente, portanto ocupam pequena extensão de terras para o seu cultivo; são policultores e empregam instrumentos e sistema de cultivo simples e mão de obra predominantemente familiar (QUEIROZ, 1973 a).

Como visto anteriormente, seja qual for a situação econômica ou relação jurídica com a terra, a unidade de povoamento característico do caipira é sempre o bairro rural, “estrutura fundamental da sociabilidade caipira” (CANDIDO, 2003, p. 81); é o “agrupamento básico, a unidade por excelência da sociabilidade caipira [...]. Aquém dele não há vida social estável [...]” (CANDIDO, 2003, p. 98).

O bairro rural, para Müller (1951), é uma unidade social de pequenos proprietários sítiantes, onde se encontram traços de solidariedade e laços de parentesco e vizinhança.

O bairro, para Candido (2003), constitui-se em uma base territorial e pelo sentimento de localidade que se fundamenta não apenas pela posição geográfica, mas também pelo intercâmbio entre as famílias e pessoas. “As habitações podem estar próximas uma das outras, sugerindo, por vezes, um esboço de povoado ralo e podem estar de tal modo afastadas que o

observador muitas vezes não discerne, nas casas isoladas que topa a certos intervalos, a unidade que as congrega" (CANDIDO, 2003, p. 81).

Assim, complementando, o Autor diferencia os bairros entre os de unidade frouxa, denominados centrífugos, que propiciam um mínimo de integração, e os chamados centrípetos, de vida social e cultural mais rica, que favorecem a convergência dos vizinhos em atividades comuns.

Queiroz considera o bairro rural uma reunião de famílias,

cujos chefes estão à testa de empreendimentos agrícolas ou pecuários, de que guardam a responsabilidade e iniciativa na execução dos trabalhos, desenvolvendo uns com outros relações expressas de ajuda mútua, e uma vida social que se concretiza nas festas religiosas; sua configuração é do tipo igualitário, isto é, não existem no seu interior camadas sociais de níveis diferentes, com base seja no fator econômico seja no fator religioso, ou em qualquer outro; finalmente, seu ritmo de vida de reunião dispersão periódica seguindo a cadência dos trabalhos agrícolas e das festas, constitui por assim dizer a essência mesma de tal grupo de vizinhança . (QUEIROZ, 1973b, p. 122).

Conclui Fernandes (1972, p. 17): bairros são “unidades elementares, a um tempo sociológicas e geográficas”, são “células elementares da organização do espaço” .

Para Queiroz (1973b), é importante não esquecer que os bairros rurais foram a maneira pela qual se organizaram as unidades de povoamento histórico de nossa colonização, tendo sido a sede dos processos de aculturação e adaptação entre as civilizações portuguesa, autóctone e africana. “Eis porque constituíram e constituem ainda hoje, quando tradicionais, os portadores por excelência de nossa civilização caipira.” (QUEIROZ, 1973b, p.134).

Os bairros formam-se, assim, “historicamente ligados à civilização caipira”, (QUEIROZ, 1973a, p. 135). Enquanto estrutura fundamental é por meio dele que o caipira elaborou formas de equilíbrio ecológico e social, às quais se apegou “como expressão da sua própria razão de ser enquanto tipo de cultura e sociabilidade” (CANDIDO, 2003, p. 107).

Para Candido (2003), as formas de equilíbrio ecológico e social formam as determinações da cultura caipira, cujas características são fundamentadas em seis elementos: o isolamento (visto em relação ao grupo de vizinhança, e não ao indivíduo), acentuado do ponto

de vista geográfico e cultural; a posse da terra; a disponibilidade da terra<sup>36</sup>; o trabalho doméstico<sup>37</sup> e o auxílio vicinal; e certa margem de lazer.

Advertem, entretanto, Candido (2003) e, com maior ênfase, Queiroz (1973b) que, em sendo os bairros formas elementares da sociabilidade caipira, não se deve desconsiderar as relações exteriores a ele. Assim, relata a última Autora que os sitiante por ela estudados não ficavam restritos ao município, conheciam várias regiões e várias realidades socioeconômicas. Em constante circulação, estes sitiante eram solicitados a sair dos seus bairros fosse pelas atividades econômicas, fosse pelas práticas religiosas, servindo-se de todos os pretextos para não se isolarem em seu grupo de vizinhança.

Queiroz (1973b) salienta a importância da cidade para o sitiante caipira com a qual aparece em equilíbrio de complementaridade, fornecendo a ela os víveres e nela comprando tudo, ou o pouco, que não produziam. Trata-se de um dado de particular interesse para a nossa área de estudo, considerando a relação histórica com o tropeirismo e, portanto, a importância atribuída, pela população local, ao comércio e à circulação.

As características assinaladas anteriormente sobre o caipira possibilitam que se distinga as particularidades da comunidade aqui estudada.

## 2.2 O CAIPIRA NATIVO DO SERTÃO DE UNA

Ibiúna tem as suas raízes caipiras formadas pela fixação dos portugueses nestas terras (antigo povoado do Una), entre fins do século XVI e início do século XVII, originalmente povoadas pelos índios que as utilizavam como passagem, esconderijo ou pequenas lavouras (GOMES, 1997).

---

<sup>36</sup> Cabe aqui uma distinção, a posse da terra se refere à estabilidade na manutenção da terra pelo grupo; a disponibilidade de terra é concernente à extensão enquanto fator de equilíbrio, fosse pela subdivisão ou pelo risco de perdê-las, pela não comprovação de direitos, este último muito mais relacionado à realidade as zonas das grandes fazendas monoculturas, o que não se aplica a presente área de estudo.

<sup>37</sup> No âmbito do trabalho doméstico o Autor inclui além da lavoura as indústrias domésticas, principal fonte de bens de consumo: utensílios, roupas e alimentos; que muito contribuía para a auto-suficiência, configurada em dois planos interdependentes: família e vizinhos.

O sertão de Ibiúna integra-se ao chamado sertão de Itapecerica de Serra, apontado por Queiroz (1973b) e Petrone (1995), como a área de ocorrência caipira mais preservada do Estado. Para Petrone, nos “arredores de São Paulo definiu-se um mundo original, refratário a mudanças; somente tendo começado a transformar-se em face do impacto representado pela expansão do espaço paulistano, das mais significativas da primeira metade do século XX.” (PETRONE, 1995, p. 376). Assim, durante “um século, caipiras marcaram a paisagem dos arredores de São Paulo”; dirigindo-se á cidade para realizar uma atividade comercial modesta, transportavam suas mercadorias utilizando-se de “cargueiros isolados, tropas pequenas, ou carros de boi” (PETRONE, 1995, p. 375).

Petrone demonstra a estreita relação entre o “cinturão de aldeamentos das vizinhanças de São Paulo” (PETRONE, 1995, p. 374) e a definição de um cinturão caipira. O caráter disperso desses aldeamentos que ao abranger áreas de grandes extensões, contribuiu para que neles se formassem unidades de povoamento, constituídas não só pela população indígena, mas também pela presença, cada vez mais numerosa, de moradores brancos que propiciavam a formação dos bairros rurais, núcleos de concentração caipira (PETRONE, 1995). “No decorrer do século XIX, especialmente durante a segunda metade, os aldeamentos perderam suas características de *núcleos indígenas* e passaram a identificar-se com os *núcleos caipiras* dos arredores da cidade de São Paulo” (PETRONE, 1995, p. 373).

Do ponto de vista étnico, o caipira que aqui se formou teve uma contribuição, se não nula, muito insignificante de negros, fato que pode ser explicado, conforme assinala Petrone (1995), pela falta de condições econômicas que justificassem a utilização do braço africano de forma mais significativa, já que o sertão de Itapecerica se caracterizava pela predominância de uma economia de subsistência.

Embora o caipira se defina pela cultura e não pela etnia (CANDIDO, 2003; PIRES, 1921; PETRONE, 1995), a condição étnica constitui-se, contudo, em fato dos mais significativos para a identificação e caracterização do tipo (PETRONE, 1995). A “bagagem cultural típica dessa população, quer relativa à vida social, quer relativa às atividades materiais ou práticas espirituais, ficaria não pouco da presença indígena” (PETRONE, 1995, p. 374). Tais características favoreceram a preservação de “traços culturalmente residuais, em certos casos quase relíquias.” (PETRONE, 1995, p. 374).

Assim, Petrone (1995, p. 378) compreende que “os antigos aldeamentos, intimamente relacionados com a definição do *cinturão caipira* tenham participado de todas as suas mais

importantes características, isolados e esquecidos por um século”. Identifica-se, assim, na descrição do aldeamento, a característica autárquica do bairro:

[...] os aldeamentos tiveram uma orientação econômica que visava precipuamente à auto-suficiência. A tendência em consequência, era a dos aldeamentos se tornarem ilhas de economia fechada ou, então um sistema que abrangia o conjunto dos núcleos. Daí os indígenas homens e mulheres terem sido orientados para as mais diferentes atividades; daí ser possível encontrar, em cada aldeamento ou *fazenda* dos Jesuítas, não apenas quem cultivasse o solo ou quem estivesse capacitado a beneficiar os produtos da colheita mas, também, os que conhecessem os mais variados ofícios, desde o tecelão ou o marceneiro, até o músico ou mestre-de-capela. (PETRONE, 1995, p. 277-278).

Cabe notar ainda, como bem lembra o Autor, a influência do povoamento pré-cabralino na criação de novos núcleos durante o processo de colonização; não sendo “demais considerar alguns aldeamentos como núcleos que continuariam com a colonização a aproveitar *sítios* [...] tradicionalmente utilizados pelos indígenas, apenas sendo redefinidas suas características e funções” (PETRONE, 1995, p. 109).

O sertão de Itapecerica, especialmente Jucituba, foi considerado por Queiroz (1973b) e Petrone (1995) como a área de ocorrência caipira mais conservada. O município foi amplamente estudado na década de 1960 por Fukui (1972) e Queiroz (1973a, 1973b), estas Autora já na ocasião, constataram a decadência dos modos de vida tradicional. Nenhum estudo, entretanto, foi empreendido no sertão de Ibiúna que, por volta de 1960, ainda mantinha vários bairros bem conservados; cujos contatos externos eram mantidos, até o final da década de 1950, por caminhos que não permitiam o tráfego de veículos motorizados.

Várias famílias, identificadas por Fukui (1972), em Jucituba, no bairro das Laranjeiras, são provenientes do sertão de Ibiúna. Dada a proximidade, entre os dois municípios que fazem limite um com o outro, muitos moradores dos bairros rurais de Ibiúna estabelecem contato rotineiro com Jucituba, inclusive para cumprir suas obrigações eleitorais, tendo em vista a distância e a dificuldade de acesso até o perímetro urbano de Ibiúna.

Os bairros de Jucituba, especialmente Laranjeiras, apontado como “o bairro mais ‘tradicional’ de todo o sertão” (QUEIROZ, 1973b, p. 90), foram considerados “verdadeiros ‘testemunhos’ da organização social tradicional do meio rural brasileiro.” (QUEIROZ, 1973b, p. 91). E, sem dúvida, mais ainda, diante do exposto, pode-se transpor as características da vida tradicional do caipira ali identificado, conservadas até a década de 1930, àquelas do entorno

deste município, considerando-se ainda o que se observou, de maneira geral, no sertão de Ibiúna.

Corroborando com o exposto por Pasquale Petrone (1995), sobre a origem e destino dos aldeamentos indígenas, os recentes estudos efetuados para o Plano de Manejo do Parque Estadual do Jurupará (SMA, 2009), no sertão de Ibiúna, constataram para os dois únicos bairros amostrados, Paulo e Rio Bonito, a sobreposição de sítios arqueológicos multicomponenciais, ou seja, que reúnem vestígios de ocupação tanto indígena pré-colonial e quanto histórica: os bairros rurais tradicionais que guardam, ainda, um representativo patrimônio material e imaterial. As peças arqueológicas encontradas, segundo o relatório, sugerem relação com a tradição Uambu, relacionada aos grupos caçadores/coletores, primeiros ocupantes do planalto paulista.

Cabe notar que os caipiras do sertão de Ibiúna, localizado na Serra de Paranapiacaba, representam um dos últimos resíduos (não seria exagero falar, resíduo do resíduo) de uma população-relíquia, nas palavras de Petrone (1995).

Ao contrário do que ocorreu em outras regiões do Estado afetadas pela expansão agrícola, urbana e industrial, estas terras de relevo íngreme e solos propícios à erosão acabaram, durante muitos anos, por dificultar e retardar o processo de desestruturação da vida caipira, o que, em outros locais, já ocorria de forma marcante, conforme descrito por Candido (2003) e por Queiroz (1973<sup>a</sup>, 1973b), esta última apontando a decadência de bairros caipiras em áreas adjacentes, a partir do final da década de 1930.

Assim, organizados em diversos bairros, fortemente ligados entre si, estes caipiras do sertão de Ibiúna, historicamente, caracterizaram-se como sitiantes independentes, posseiros (ou proprietários de direito) ocupando terras extensas; ajustados numa economia semifechada, de pequena produção cujo excedente era comercializado na cidade de São Paulo, transportado em “lombo de Burro”, trazendo-se de lá o pouco que não se produzia nos sítios, conforme também constatado por Queiroz (1973a, 1973b) nos estudos realizados em Juquitiba.

O caipira aqui encontrado, se levarmos em conta os tipos descritos por Cornélio Pires (1921), se aproximam dos “caipiras brancos” e dos “caipiras caboclos”, distinguindo-se entre si pela maior ou menor proximidade étnica com o índio, porém quanto aos hábitos, também diferenciados entre um e outro pelo Autor, revelam uma mistura, que em geral – guardados os devidos contextos históricos entre um passado mais recente, ainda na memória dos moradores e aquele descrito pelo Autor, no início do século passado – aproximam-se mais do “branco” que

do “caboclo”, nos aspectos que se referem a uma maior preocupação com a casa, com a dedicação ao trabalho, à família e à educação dos filhos (PIRES, 1921).

Todas estas especificidades, em conjunto, abordadas aqui talvez justifiquem os traços caipiras que permaneceram arraigados por tanto tempo, especificamente no sertão de Ibiúna, e que ainda permanecem com maior ou menor intensidade em alguns bairros, nas localidades mais afastadas.

Cabe destacar que o que não se supôs, ao definir os limites da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde de São Paulo, de forma a abranger o Parque Estadual do Jurupará, é que se incluía não apenas mais uma área núcleo (reforçando a sua importância do ponto de vista da conservação da natureza), mas, também, um reduto histórico de cultura caipira, totalmente desconhecido pelos pesquisadores; desvendado somente até os limites de Juquitiba. Faz-se assim, coincidir, *cinturão caipira* e *cinturão verde* da cidade de São Paulo, claro que não por acaso, da mesma maneira que não por acaso, conforme demonstrou Pasquale Petrone (1995), se configurou o *cinturão caipira* sobre as terras dos aldeamentos.

### 2.3 REFERENCIAL TEÓRICO ACERCA DO TERRITÓRIO E DO MODO DE VIDA

Objetiva-se aqui abordar as especificidades da relação sociedade-natureza tendo em vista a cultura caipira no bairro dos Paulo. Serão tratados os aspectos históricos relacionados à apropriação da terra e sua significação; as regras de convívio; as hierarquias nas relações sociais internas; as reciprocidades internas e externas ao bairro; a economia; a posse e o uso da terra: como a transmitem, a zoneiam, liberando-a ou interditando-a para tal ou qual uso, os critérios e as técnicas estabelecidos pela experiência vivida junto à natureza, pelos saberes adquiridos; a mobilidade dos moradores como um elemento da vida tradicional. Pretende-se resgatar o processo histórico desde os primórdios até o final da década de 50 do século passado, a partir da qual ocorreram profundas transformações.

Trabalha-se com duas categorias centrais de análise, o *território* e o *modo de vida tradicional*. O *bairro rural tradicional*, como unidade territorial elementar e estrutura fundamental da sociabilidade caipira (CANDIDO, 2003), assume aqui importância crucial, visto que é, ao mesmo tempo, a sua origem e o seu produto; o portador da cultura caipira (CANDIDO, 2003; QUEIROZ, 1973a, 1973b) e, portanto, também do seu modo de vida.

Para Haesbaert e Limonad (2007, p. 42), “o território é uma construção histórica e, portanto, social, a partir das relações de poder (concreto e simbólico) que envolvem, concomitantemente, sociedade e espaço geográfico (que também é sempre, de alguma forma, natureza)”.

As relações de poder concreto ou simbólico vinculam-se a processos, respectivamente, de domínio e de apropriação, segundo os sujeitos que constroem os territórios e as razões de controle social do espaço. Como referência extrema, no primeiro caso, o território assumirá um caráter mais funcional, como recurso, onde predominam processos de dominação; no outro, valor simbólico, evidenciam-se os processos de apropriação (HAESBAERT, 2004; 2005). Entretanto, enfatiza o Autor que “todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar ‘funções’ quanto para produzir ‘significados’.” (HAESBAERT, 2005, p. 6776).

A territorialidade, segundo Haesbaert (2004), referenciando-se em Robert Sack, incorpora tanto uma dimensão estritamente política quanto também relações econômicas e culturais, pois está diretamente relacionada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como se organizam no espaço e como dão significado ao lugar. Assim, este Autor entende que, ao longo do tempo, quatro grandes objetivos da territorialização foram acumulados e distintamente valorizados: “abrigo físico, fonte de recursos materiais ou meio de produção; identificação ou simbolização de grupos através de referentes espaciais [...]; disciplinarização ou controle através do espaço [...]; construção e controle de conexões e redes [...]” (HAESBAERT, 2004, p. 6778).

A célebre pergunta de Antonio Candido (2003) a um velho caipira é exemplar para demonstrar a dimensão assumida pelo bairro enquanto configuração territorial:

O que é bairro? Perguntei certa vez a um velho caipira [...].

‘Bairro é uma naçãozinha’ – Entenda-se: a porção de terra a que os moradores têm consciência de pertencer, formando uma certa unidade diferente das outras”. (CANDIDO, 2003, p. 84)

Mesquita aborda o território como o que é mais próximo de nós, o que nos liga ao mundo:

Tem a ver com a proximidade tal como existe no espaço concreto, mas não se fixa a ordem de grandeza para estabelecer a sua dimensão e ou o seu perímetro. É o que tem significação individual e social. Por isso ele se estende até onde vai a territorialidade. [...] entendida como a projeção de nossa identidade sobre o território. (MESQUITA, 1995, p.83).

Visto desta forma e lembrando que o caipira tradicional estabelece relações além das fronteiras dos seus bairros, cabe ainda tratar o território dentro de uma dimensão que extrapola o próprio bairro, procurando entender em que medida esta territorialidade suplanta o “mínimo social” (CANDIDO, 2003, p. 98), fixado nos limites do bairro, bem como a sua importância na manutenção do equilíbrio e reprodução social do grupo, *no modo de vida tradicional*. Ou seja, compreender as relações sociais que configuram a territorialidade caipira, a *rede* de sociabilidade que integra e caracteriza o modo de vida tradicional.

O grau de isolamento do bairro, ou a “permeabilidade das suas fronteiras” (HAESBAERT; LIMONAD, 2007, p. 49), é um elemento importante para caracterizar as relações socioeconômicas do grupo e a abrangência do território, as relações estabelecidas em outras escalas.

Estudar o território caipira implica, obviamente, trazer uma dimensão cultural que pode ser melhor analisada e compreendida pela categoria *modo de vida*, já que ela é a forma pela qual se expressam as diferentes culturas.

A cultura, conforme Laraia (2005), está relacionada aos diferentes sistemas de padrões de comportamento socialmente transmitidos e, portanto, aos diferentes modos de vida, incluindo-se as tecnologias, a forma de organização econômica, o tipo de agrupamento social, as crenças, as práticas religiosas etc. De uma determinada cultura resulta um modo particular de ver o mundo, comportamentos sociais e apreciações de ordem moral e valorativa.

A cultura, contudo, não é estática e as mudanças podem ocorrer lentamente, de forma imperceptível, ao longo de séculos, em função da dinâmica própria do sistema cultural, ou podem ser mais bruscas e rápidas, como resultado da assimilação de padrões de outros sistemas culturais (LARAIA, 2005).

Dito de outra forma, para Paul Claval (1999), na perspectiva geográfica atual, “a cultura designa o conjunto de saber-fazer, de práticas, de conhecimentos, de atitudes e de idéias que cada indivíduo recebe, interioriza, modifica ou elabora no decorrer de sua existência.” (CLAVAL, 1999, (p. 64). Esta definição enfatiza as particularidades contidas no interior de cada cultura e a sua dinamicidade. De uma geração a outra os conteúdos mudam, transforma-se o meio físico e a atmosfera social; em cada família as tradições e os interesses diferem. Os indivíduos constroem-se a partir de modelos sociais por ele aceitos, imitados ou rejeitados (CLAVAL, 1999).

Assim, ao mesmo tempo, a cultura é legado do passado e realidade do presente, já que, em parte, é herança de gerações anteriores, mantendo a intercomunicação no tempo, mas, também é utilizada para assegurar a comunicação entre as pessoas no presente (CLAVAL, 2001). Enquanto a cultura definida pela tradição é menos sujeita a mudanças, a da sociedade urbano-industrial contemporânea é mais dinâmica.

A cultura é constituída por três componentes: a) os conhecimentos, técnicas e saber-fazer ambientais que permitem a cada um que se localize no mundo, distinguindo diferentemente os ambientes e acionando os meios necessários para o deslocamento, proteção e nutrição, bem como para a constituição dos utensílios e maquinários que explicitam a realidade a qual se inserem; b) os conhecimentos, técnicas e saber-fazer sociais que oferecem aos indivíduos a possibilidade de reconhecer o seu lugar no universo social em que se inserem, de utilizar os códigos de comunicação nele em ação e de compreender as formas de arquitetura social em funcionamento; c) a esfera de valores que tem por função integrar os dois outros componentes, definindo as opções ambientais e sociais, aceitas ou rejeitadas (CLAVAL, 1999).

O sistema de valores assim assume papel central. Para Woortmann (1990), a cultura pode ser compreendida como o universo de representações de um grupo, categoria ou sociedade e, ainda, como um sistema no qual diferentes núcleos de representações estão em comunicação uns com os outros formando uma rede de significados; categorias nucleantes agregam conjuntos de significações, os quais, em sua comunicação no universo de representações, se articulam e compõem uma totalidade.

Sob esta ótica, a diversidade das culturas nos estudos geográficos cada vez menos se fundamenta sobre seu conteúdo material, vinculando-se aos sistemas de representação e de valores que permitem às pessoas se afirmar, reconhecer e constituir as coletividades. Para serem aceitos por seus parceiros, os indivíduos devem se conformar aos mesmos códigos de comunicação, adotar as mesmas atitudes, respeitar as mesmas normas e aceitar os mesmos valores (CLAVAL, 2001).

Ao contrário da abordagem cultural dada pela Geografia entre o final do século XIX até meados do século XX, que enfatizava os aspectos materiais da cultura como o uso do solo, as técnicas e os utensílios, preocupando-se mais em descrever o mundo do que compreendê-lo, novos aportes se fundamentam nas relações sociais, na dinâmica da sociedade, na lógica que preside as escolhas e decisões humanas (CLAVAL, 1999, 2001).

Esta evolução estabeleceu, conseqüentemente, a mudança da noção que se tinha sobre o *modo de vida* nos estudos geográficos, cujo termo empregado no passado era *gênero de vida*. Assim a mudança do termo vem acompanhada da mudança de concepção.

Para Vidal de La Blache, a quem se deve a aplicação desta noção na Geografia, o homem era um fator geográfico, ao mesmo tempo ativo e passivo, ou seja, sofre a influência do ambiente (do relevo, clima, solo etc.), mas, também o modifica, o influencia (LA BLACHE, 1954). O gênero de vida é forjado como resultante das diferentes condições naturais e possibilidades criadas por cada grupo, contudo, consolida-se pela força do hábito, por meio das práticas habituais, da tecnologia herdada e transmitida de geração a geração.

Un genre de vie constitué implique une action méthodique et continue, partant très forte, sur la nature, ou, pour parler en géographe, sur la physionomie des contrées. Sans doute, l'action de l'homme s'est fait sentir sur son 'environnement' dès le jour où sa main s'est armée d'un instrument; on peut dire que, dès les premiers débuts des civilisations, cette action n'a pas été négligeable. Mais tout autre est l'effet d'habitudes organisées et systématiques, creusant de plus en plus profondément leur ornière, s'imposant par la force acquise aux générations successives, imprimant leur marque sur les esprits, tournant dans un sens déterminé toutes les forces de progrès. (VIDAL DE LA BLACHE, 1911, p. 193).

O hábito assumiu importância central para La Blache na definição dos gêneros de vida. Hábitos tradicionais são reforçados pelas superstições e pelos ritos:

L'homme est un être d'habitudes encore plus que d'initiative. [...] Ses habitudes traditionnelles se renforcent des superstitions et des rites qu'il a forgés lui-même à l'appui. Son genre de vie devient ainsi le milieu presque exclusif dans lequel s'exerce ce qui lui reste de dons d'invention et d'initiative. (VIDAL DE LA BLACHE, 1912, p. 304).

Evidencia-se, assim que os modos de vida a que Vidal de La Blache se refere são os tradicionais e cuja expressão no ambiente se faz pelas técnicas, instrumentos, utensílios, pela alimentação, pela atividade econômica desenvolvida, pelo tipo de uso e ocupação do solo etc. (VIDAL DE LA BLACHE, 1911, 1912).

A concepção do gênero de vida recebe uma atualização na abordagem de Sorre (1948), discípulo de Vidal de La Blache, que estabelece a distinção entre dois grandes grupos de *gêneros de vida*: tradicionais e modernos. O primeiro (rural), definido pela satisfação das

necessidades e pela autonomia do grupo. O segundo, fundado na especialização profissional, no avanço da tecnologia e na perda da autonomia, é o resultado do desenvolvimento industrial e urbano.

O *gênero de vida* para o Autor era um conjunto de atividades transmitidas e consolidadas pela tradição,

gracias a las cuales un grupo humano asegura su existencias en un medio determinado. Un conjunto de técnicas adaptativas, con o que comportan de elementos espirituales. Ofrece el máximo de estabilidad en sociedades sometidas a la tiranía de un medio natural muy especializado (ganaderos nómades del desierto, esquimales). (SORRE, 1967, p. XIII).

A técnica era, para Maximilien Sorre, um elemento-chave para a compreensão do gênero de vida:

Il n'y a pas d'abus à considérer, au moins pour commencer, un genre de vie comme une combinaison de techniques. [...]. Aussi, chaque technique matérielle se double d'une technique religieuse ou magique, nous n'avons pas ici à choisir entre les deux mots. (SORRE, 1948, p. 96).

A paisagem humana representava a expressão de um gênero de vida que, por sua vez, era uma combinação de técnicas destinadas a dominar as forças naturais ou sobrenaturais. E a descrição científica da paisagem consistia-se no fundamento da geografia humana (SORRE, 1967).

Klein (1986) destacou a importância da contribuição de Raoul Blanchard na evolução da concepção do *modo de vida* na Geografia, em seus estudos realizados no Canadá e iniciados na primeira metade da década de 1930, que articulavam diferentes sistemas econômicos e o papel da família na reprodução do gênero de vida de uma aldeia de pescadores, aproximando-se muito das preocupações atuais da disciplina para compreensão do modo de vida, as quais, segundo Klein (1986), devem considerar elementos como as articulações entre os diferentes sistemas e setores econômicos, bem como as condições da sua reprodução, a articulação entre o local e o global, a territorialidade dos grupos envolvidos, as redes, as práticas, o sentimento de pertencimento territorial e o trabalho solidário.

Numa concepção semelhante, para Marques (1994), o *modo de vida* se define a medida que o grupo reproduz a sua existência com base em um conjunto de relações; cujo processo se dá por meio de práticas sociais que são reconduzidas por meio da luta cotidiana pela sobrevivência social empreendida pelos componentes do grupo. E o seu estudo deve procurar compreender como os diferentes elementos que o constituem se combinam e a lógica que esta combinação encerra.

A tradição não é mais, dessa perspectiva, somente um fator de conservação, elemento de fixação ou marca do *modo de vida*, uma vez que “valores e referências culturais tradicionais podem ser acionados e revividos para dar sentido ao novo quando este aparece de forma inteligível. A tradição é recriada face ao novo” (MARQUES, 1994, p. 151).

Para a Autora, o *modo de vida tradicional* pode ser entendido “como um conjunto de práticas e valores que remetem a uma ordem moral; que tem como valores nucleantes a família, o trabalho e a terra” (MARQUES, 2004, p. 151). Estes valores são categorias culturais “nucleantes e, sobretudo, relacionadas, isto é uma não existe sem a outra” (WOORTMANN, K., 1990, p. 23). Tal característica é definidora de uma ordem que se opõe à ordem econômica da sociedade contemporânea, individualizada e voltada ao mercado (WOORTMANN, K. 1990).

O *modo de vida tradicional* se distingue, ainda, “por uma sociabilidade territorializada; preferencialmente em escala local informada por um sentimento de pertencimento ao lugar” (MARQUES, 2004, p. 153); “constituído a partir de relações pessoais e imediatas, estruturadas em torno da família e de vínculos de solidariedade, informados pela linguagem de parentesco, tendo como unidade básica a comunidade” (MARQUES, 2004, p. 151).

A noção de *modo de vida*, como visto, evolui ao mesmo tempo em que se altera a abordagem cultural dos estudos geográficos. Ela passa a abarcar todos os componentes da cultura, descritos por Claval (1999), e a sua dinâmica, dando ênfase às relações e aos valores sociais. É esta a perspectiva adotada no presente estudo.

As comunidades rurais tradicionais partilham de uma cultura que se distingue claramente e estabelece *um modo de vida* específico em relação às suas atividades básicas, à forma como percebem o exterior, aos seus valores e ao significado que eles concedem à realidade social (SHANIN, 1983). O alto valor à terra, enquanto patrimônio territorial familiar, que passa de geração a geração; o cultivo da terra, como o meio principal para

satisfazer a maior parte das necessidades de consumo; a família enquanto unidade básica de produção, consumo, sociabilidade e reciprocidade; a inviolabilidade da família patriarcal; o igualitarismo social e o conformismo em relação às aspirações materiais são características distintivas do *modo de vida tradicional*, detectados em várias partes do mundo (SHANIN, 1979a, 1979b, 1983).

#### 2.4 BAIRRO DOS PAULO: OS PRIMÓRDIOS DO PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO

O bairro dos Paulo (Figura 3) é composto por um grupo de vizinhança familiar, todos descendentes de Paulino Paulo Domingues, filho único do último casamento de Benedito Paulo Domingues, na memória dos moradores o *primeiro* da família a ocupar as terras: “o primeiro possiero que entrô aqui e fez a posse no Bairro dos Paulo, o primeiro que possô, foi meu avô: Benedito Paulo Domingues”. (M. D., jun/2007). Assim, a unidade social, o Bairro, sobrepõe-se à unidade de parentesco, tem-se aqui uma família extensa.

O núcleo do bairro localiza-se na gleba nº 100 da discriminatória do “2º Perímetro de São Roque”, com 136,94 ha, porém as terras da família abrangem ainda a gleba nº 131, com 157,30 ha, totalizando 294,34 ha. Áreas destinadas às “moradias, às roças, aos pousios e às reservas de mata”. Todas, posses legítimas, conforme o “Plano Geral de Legitimação de Posses do 2º Perímetro de São Roque”, homologado em 1973; cuja publicação em Diário Oficial anunciava a expedição de títulos de domínio<sup>38</sup> (SECRETARIA DA AGRICULTURA, s.d.).

---

<sup>38</sup> Títulos esses que não foram expedidos, tendo em vista a manifestação contrária efetuada pela então Secretaria de Agricultura, em 1973, à legitimação das posses nas terras devolutas do 2º Segundo Perímetro e favorável à incorporação ao patrimônio público; as quais, mais tarde, conforme veremos, foram transformadas em Reserva Estadual.



**Figura 3** – Vista geral do bairro dos Paulo

FONTE: Paulo Pimenta (2007), Arquivo do Instituto Florestal.

Estas glebas estão na família há, pelo menos, 120 anos<sup>39</sup>. E quanto à legitimidade das posses, os moradores fazem questão de salientar o rigor com que os impostos eram pagos, à custa de grande sacrifício para a família: “*meu pai nos anos que conviveu nunca atrasô um imposto, tirava da boca pra pagá os imposto.*” (M. Dona, jun./2007).

Entretanto, a ocupação da família Domingues no Sertão é bem anterior; o que faz necessário avançar um pouco mais na história para compreender a constituição do Bairro. Estes, assim como outros portugueses, considerados os fundadores de Ibiúna, chegaram ao povoado de Una entre o final do século XVI e início do século XVII, os primeiros Domingues a chegar foram João Cafezal Domingues e Benedito Domingues (GOMES, 1997). Em 1857, os descendentes de todos esses portugueses, já unidos consanguineamente, figuravam entre os vários nomes do abaixo-assinado (na condição de tropeiros, lavradores, negociantes, fazendeiros, inspetores de quarteirão etc.), encaminhado aos Deputados da Assembleia

---

<sup>39</sup> A Gleba 131 da discriminatória do 2º perímetro de São Roque inclui uma área equivalente à aproximadamente 20 ha. que foi adquirida por Paulino Paulo Domingues e agregada posteriormente às terras herdadas de seu pai.

Provincial, que solicitava a elevação da antiga “Freguesia de Una do Município de São Roque” em “Villa de Una” (IBIÚNA, 2007). Estes dados comprovam a vinculação histórica e o “enraizamento” ao solo de Una dos Domingues e demais famílias antigas, que acabaram ao longo do tempo unindo-se por laços de parentesco e, seguramente, mestiçando-se com os índios que aí habitavam (fato confirmado por vários nativos) dando origem aos caipiras, aos quais este estudo se dedica. Como se pode notar o ancestral mais antigo do Bairro, na memória coletiva dos familiares, leva o nome de Benedito, pelo costume local, provavelmente carregando o nome do primeiro ancestral a chegar na freguesia de Una.

Os que compõem as antigas famílias residentes do sertão do Una se autoidentificam como *nativos*, estabelecendo uma correspondência não apenas de *ancestralidade* e de vínculo histórico com o *lugar* (o sertão de Ibiúna), mas também um tipo, um *modo de ser e de viver* (no mato), como é possível identificar na fala do moradores:

“*Nativo é aquele que é nascido e criado aqui de pai e mãe.*” (T. D., jun./2007).

“[...] *que é nascido e criado neste lugar.*” (D. P. D., jun./2007).

“[...] *aquele que é do sertão de Ibiúna.*” (M. D., jun./2007)

“*Um nativo é um ser humano do mato* [...]” O que é do mato [...]. (H. P. D., jun./2007).

“*Nativo são o povo de dentro* [...]” (J. D., jun./2007).

“[...] *é mema coisa que do mato.*” (I. D., jun./2007).

Buscando o significado atribuído ao termo *nativo*, é interessante relacionar algumas das interpretações feitas por Cornélio Pires (1921) para a palavra ‘caipira’, a partir da sua etimologia. Assim, caipira pode estar relacionado aos termos de origem tupi: ‘Capiara’, quer dizer o que *é do mato*” ou “Capiâ’, *de dentro do mato*” ou ainda [mesmo que o Autor não associe este termo com a palavra ‘caipira’, mas entende-se que etimologicamente é a que mais se aproxima] “Caipora’, *pessoa do mato*” (PIRES, 1921, p. 210, grifos nossos).

Observa-se que embora em nenhum momento o morador do “sertão” tenha associado o significado de *nativo* à palavra ‘caipira’, ela contém em si os sentidos a ele atribuídos. Dessa forma o *nativo* é o caipira *deste lugar* – portanto, não é um caipira qualquer, mas sim o *de dentro deste Sertão*.

O *povo de dentro* significa aqui, então, os que vivem do mesmo modo, no mesmo lugar, mas, num domínio territorial pouco restrito: o “sertão” de Ibiúna, constituído por muitos bairros rurais, formados por famílias extensas, articulados e vinculados entre si por laços de parentesco; hoje perdidos na memória dos *nativos*, que se reconhecem como iguais, mas nem sempre como parentes. Entre sitiantes tradicionais, para Woortmann (1995), *de dentro* é uma linguagem que enfatiza a descendência, significado que apenas reforça a real vinculação ancestral dos *nativos* num tempo longínquo, quando todo território do município ainda era um grande sertão. Pode-se dizer que o sentido de descendência naturaliza-se entre *nativos*, atribuindo-lhes uma forte identidade territorial<sup>40</sup>.

Haesbaert entende que toda identidade territorial

é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das idéias quanto na realidade concreta, o espaço geográfico constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social (HAESBAERT, 1999, p. 172).

Complementa ainda que a identidade situa-se “frente ou num espaço simbólico, social/historicamente produzido” (HAESBAERT, 1999, p. 179).

As características mencionadas para o *nativo* são as que definem as semelhanças entre todos, a autenticidade do grupo, a sua identidade territorial e social: o lugar, a floresta e a ancestralidade.

Entendido este contexto e voltando ao bairro dos Paulo, Paulino Paulo adquiriu as terras de seus meio-irmãos mais velhos e, a partir da constituição de sua família, formou o Bairro com a configuração que hoje se conhece. Deve-se notar aqui que se trata de uma reorganização do território ancestral, onde um dos filhos assume a terra e os demais se mudam para outras.

---

<sup>40</sup> Cabe notar aqui que para os moradores o caipira tem um significado pejorativo, relacionado ao atraso e o sitiante é uma designação utilizada para distinguir aqueles que vieram de fora.

*Meu pai nasceu aqui [...].*

*A terra aqui é da herança que o meu pai [Paulino] recebeu do pai dele e o restante que ficô dos herdero, ele comprô de todos, porque era de família grande. Meu pai nunca gostô de coisa errada, como ele não queria dá prejuízo pra ninguém ele foi comprando um por um, porque ele disse: aí fica tudo no meu comandado [...] e eles compraram em outro lugar. (M. D., jun./2007).*

Esta dinâmica de saída da terra e constituição de outro sítio (mais tarde um bairro) era comum num período histórico, cujo número de filhos, em geral, era grande e havia muita disponibilidade de terra. A família Paulo Domingues mesmo é originária de outro bairro do mesmo nome, de outra localidade de Ibiúna: “[...] *meu avô Benedito Paulo veio da região de Ibiúna, tinha ôtro bairro dos Paulo ali, colado em Ibiúna [...].*” “[...] *ele tinha muitos irmão.*” (M. D., jun./2007).

*Nesse tempo, o pessoal ia numa terra sem morador nenhum, chegava numa nascente no Juquiá, ali pegava, fazia uma derrubada e plantava uns pé de laranja, banana e fazia uma casinha, daí eles midiam aquela área inteiro, pegava a nascente inteiro, iam na prefeitura e faziam o documento da terra. Só que aquela pessoa que fez, que pegô aquele pedaço, punha a família daquela pessoa, tudo vinha junto, mais a cabeça era um, mais tudo da família. Aqui [no bairro dos Paulo] aconteceu a mesma coisa e também lá onde os meus avô possiaram, onde nós morava no Porto Raso. Que nem nos ribeirão da Anta o Nelsinho Boava, o irmão do João Boava, tio do Zé, pegô um mundo de terra, entrô no meio lá fez uma posse, troxe a família inteira, féiz o documento, e tudo são dono. (I.A.D., out./2009).*

Como relata Candido (2003, p. 101), o bairro podia ser iniciado por uma determinada família e “o aparecimento de novos bairros era, não raro, devido à subdivisão da propriedade, numa passagem sobrecarregada de herdeiros, alguns dos quais buscavam oportunidade no sertão, onde se formariam novos bairros”.

À medida que os filhos constituíam suas famílias e que a integridade das terras se via comprometida, deixavam seus lugares de origem e fundavam outros sítios (ou fazenda), trazendo também consigo outros parentes; possivelmente, obedecendo a uma lógica própria de transmissão de terras, onde se iniciava outro ciclo, o que garantia a preservação da terra ancestral e a reprodução social da família. Prática não rara entre famílias rurais tradicionais as quais, como expõe Moura, comumente se submetem às normas legais para efetuar o inventário e a sucessão e, seguidamente, tomam “uma série de decisões que [...] retiram a terra das mãos

de certos membros da geração descendente, poupando o patrimônio territorial de uma fragmentação excessiva.” (MOURA, 1986, p. 29).

*A divisão era bem certinha. A gente ficô dono de tudo numa ciência certa. Meu avô [Benedito] casô com essa Eva que morreu; aí fez o inventário, era quarenta e tantos alqueires e depois dividiu: metade pro meu pai [Paulino] e metade pra irmã dele que morreu, a Tereza. Casô com a Maria, tornô a fazê inventário da parte da Maria [...].* (M.D., jun./2007).

Entre os confrontantes do bairro dos Paulo, estava, além de Salvador Anselmo Domingues e Benedito Domingues da Silva, o irmão de Benedito Paulo Domingues, Luiz Paulo Domingues que também deixou as terras de origem e constituiu o seu próprio Bairro, explicitando a proximidade e, ao mesmo tempo, a amplitude territorial do Domingues.

Tal como hoje se conhece, o bairro dos Paulo passa então a se constituir quando os filhos de Paulino Paulo Domingues com Catarina de Jesus casam-se com outros nativos, constroem suas moradias e formam suas próprias roças, em locais que o pai escolheu para cada um. Forma-se um bairro onde o vínculo da solidariedade de parentesco fortalece o grupo de vizinhança e desenvolve a sua consciência própria (CANDIDO, 2003).

Excetuando-se a informação de que o primeiro da família a chegar nas terras foi Benedito Paulo Domingues<sup>41</sup>, a memória coletiva não é precisa quanto à história da origem do Bairro. A primeira impressão que se tem pelo depoimento dos moradores é que Paulino era filho único; só mais tarde é que chega a informação sobre outros meio-irmãos, adotivos e irmãs de pai e mãe. Evita-se falar sobre o tempo anterior, mas aos poucos fica evidenciada a existência de um outro bairro, com uma configuração distinta da que se vê hoje, formada anteriormente pelos parentes:

*A casa mais antigo do bairro [atualmente, pois havia a do avô anteriormente] é a do Clementino ele comprô do Ricardo Anselmo meu tio, ele entrô porque caso com a Eva Mundo, [parente dos Ribeiro] o avô criô ela, e o pai comprô pra num misturá. O que foram desse lugar foram tudo parente do meu pai, tinha a casa do Gustinho Paulo que criô muitas família e depois mudaram tudo, tinha a casa do Antonio Claudio que foi das família também, misturado tudo com os Paulo também, só que eu lembro tinha umas três casa que saíram tudo e só meu pai que ficô, o único, e essa família que ele*

<sup>41</sup> Cabe esclarecer que provocados, após quatro anos de pesquisa, os Paulos “remexendo” suas memórias descobrem, através de uma tia, que a gleba 131 foi herança deixada a Benedito Paulo por Toninho Paulo, seu pai, portanto, acrescenta-se a ancestralidade das terras da família Paulo Domingues mais uma geração.

*criô. Se for procurá nossa família, meu Deus é por tudo quanto é lado. (L.D. jun/2008)*

O “veto” das informações pode estar associado à assimilação parcial de um juízo de valores quanto às regras tradicionais, obedecidas no passado, de transmissão da herança, tendo por referência o que é entendido como “legalmente correto”. Ou mesmo sinaliza uma necessidade de reforçar a identidade territorial ancestral do grupo vinculada à figura do pai<sup>42</sup>.

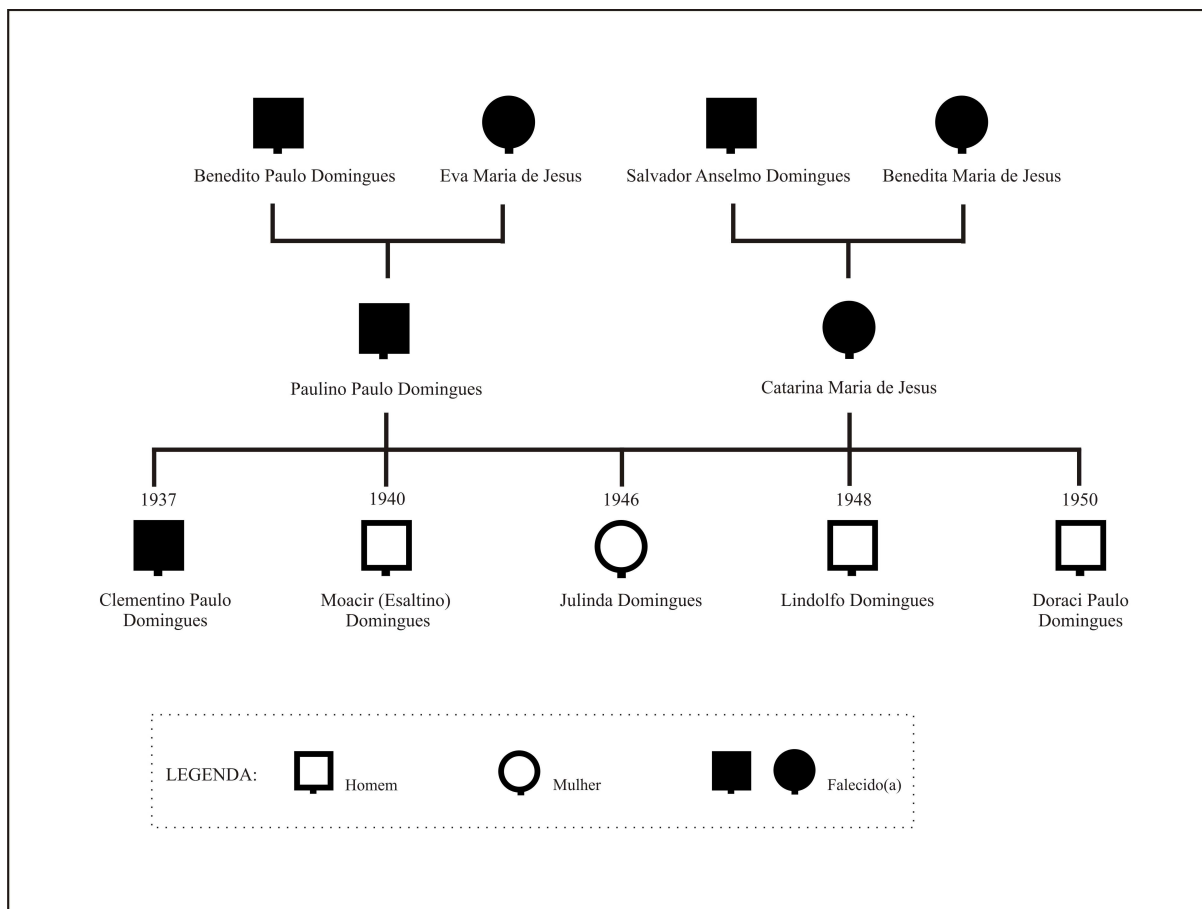
Destaca-se que eram vários os Domingues espalhados por aquele Sertão, além daqueles cujos sobrenomes simplesmente se combinavam com o de outras famílias, haviam claramente distinguidos os “Anselmo Domingues” e os “José Domingues”, identificados como famílias distintas, mas, na verdade, constituem-se em “ramos” de uma mesma família.

Este mesmo padrão nominal foi encontrado no bairro das Laranjeiras, fazendo-se alusão ao nome do pai; assim os filhos de Roque de Moraes eram designados de “João Roque e Antonio Roque” (FUKUI, 1972, p.172). Embora sem o acompanhamento do “de” trata-se de um tectonímico que, como explica Woortmann (1995), expressa a filiação, os direitos e deveres dos filhos para com o pai e unifica o grupo de irmãos. Segundo a Autora, esta diferenciação nominal designa os sitiantes *fortes*, ou seja, as famílias bem sucedidas.

Assim, a história do Bairro, por si, já revela um entendimento a respeito da estrutura social dos *nativos*. Catarina de Jesus era filha de Salvador Anselmo Domingues (Figura 4).

---

<sup>42</sup> Woortmann (1995) constata o que ela designa de uma “amnésia” do período anterior, tanto para os emigrantes nas colônias do Sul quanto para os imigrantes no Piauí, uma correlação que, em princípio, não se aplicaria a este estudo, já que Paulino permanece nas terras da própria família.



**Figura 4** – Genealogia dos moradores do bairro rural dos Paulo até a segunda geração

FONTE: A autora (2009), elaborada a partir de levantamento de campo.

Não se sabe o grau de parentesco entre os Domingues Paulo e Anselmo, mas, como pode-se observar na Figura 4, trata-se de um casamento consanguíneo, endogâmico, não apenas do ponto de vista do parentesco, mas também territorial, uma vez que Salvador Anselmo e sua família também são *nativos*. Como foi visto, suas terras estão em divisa com a dos Paulo. Todavia, esta informação apenas é possível porque sabemos, previamente, quem é o pai de Catarina, pois ela não herda o nome do pai. Nota-se, ainda, neste recorte genealógico que também a mãe e a sogra não podiam ser identificadas quanto às famílias das quais descendiam. “*Só ponhava ‘de Jesus’, a maioria num aceitava o ‘das Dor’; num ponhava nem o nome do marido.*” (M.D., maio/2009).

É importante se ater ao significado que tal nomenclatura diferencial, identificada também em outros estudos, possa originalmente carregar. Fukui referindo-se ao bairro das Laranjeiras conclui que na “herança do nome pelos homens se evidencia [...] a supremacia do homem sobre a mulher; elemento valorizado idealmente é ele quem herda o nome e a filiação; a mulher é a anônima” (FUKUI, 1972, p. 385-386). “Pode-se falar de uma ideologia e dentro dessa

ideologia, a mulher não herda e nem transmite, nem nome, nem terra.” (WOORTMANN, 1995, p. 298). Segundo a Autora, a ausência de nome é coerente com uma patrilinearidade endogâmica. Embora, quando perguntados, os Paulo aleguem desconhecer a razão dessa prática, corrente até a década de 1930, mesmo que no plano apenas material, ou seja, o não direito à herança. Questiona-se, assim, se a partir desses dados é possível deduzir que a posição da mulher em relação ao homem é de subordinação e inferioridade, o que será abordado mais adiante.

Dos cinco filhos casados, quatro permaneceram no Bairro; o filho mais novo foi para a cidade (Ibiúna): *“Foi o maior sufoco pra ele saí do pai, o pai num quiria de jeito nenhum, ele chorô tanto por causa dele, aí ele foi enganando meu pai: ó pai eu num vô demorá é só pra criá o meus filhos. Era o filho mais novo; pra ele era o maior carinho.”* (J.D., jun./2007).

Entretanto, a filha, cuja tradição determinava que fosse para as terras da família do marido, ali permaneceu:

*Meu pai num quiria que eu casasse pra í longe, se eu falasse ele chorava que nem criança [...]. Eu fiquei um ano lá perto dela [da sogra em Tapiraí], aí veio a Cida que é a primeira, né [a filha]; aí meu pai ficô incomodado comigo, porque não quiria dexá eu lá; era muita preocupação pra ele, porque duas vezes por mês ele fazia a viagem coitado, sozinho, muntava nu cavalo e ia até lá, pra chegá me vê. Quando ele saia de lá, ele saía até abatido, num quiria dexá eu lá. Aí ele deu em cima até que nós voltamo. Aí ele fez tudo pra nós, ajudo fazê aquela casinha que nós tem, deu aquela parte que eu tenho na minha casa, ele entrego pra mim [...] ele passô de todo gosto pra mim, pra família nenhuma ele entregô [fazendo referência aos irmãos], mas entregô pra mim.* (J.D., jun/2008).

A filha única de Paulino e Catarina casa-se com Isaias Anselmo Domingues, como se vê na Figura 5, ele é filho da irmã da mãe (tia) de sua esposa. Portanto, ele é *de dentro*, mas não apenas um *nativo* e sim um primo.

*Muito casamento me apareceu, mais meu pai dizia tem que sê gente drento. Ele falava uma vez só e eu já entendia, tem que sê gente de drento [...]. Meu pai sempre me falava [...] eu quero que você cresça na minha obediência, porque mais vale sozinho do que mal acompanhado. E eu pegava aquilo pra mim. [...] E graças a Deus que eu*

*tenho um esposo que o que meu pai me amô ele tá me amando[...]*”<sup>43</sup> (J.D., jun./2007).

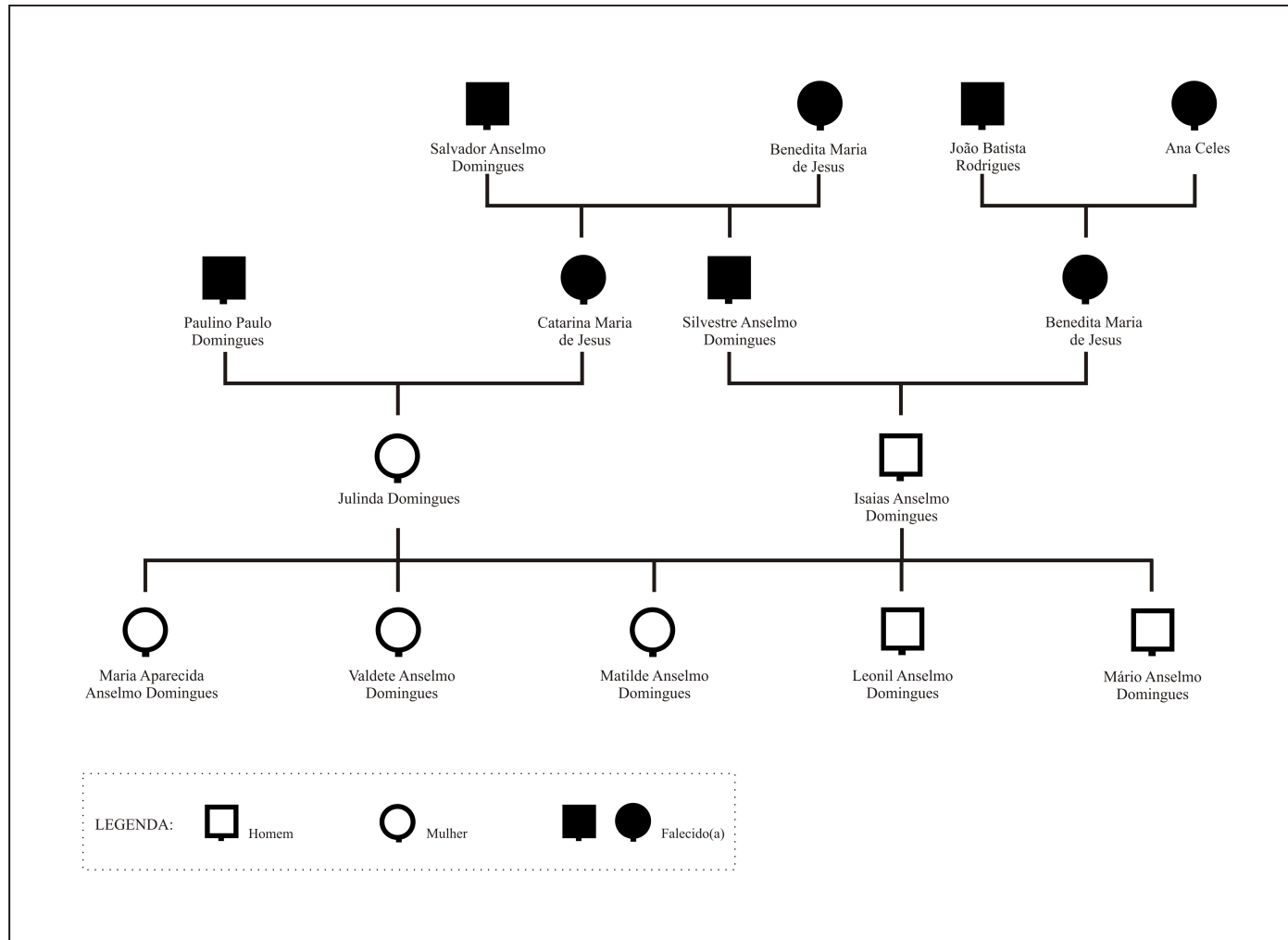
Assim, “juntos casamento e descendência não só reproduzem o patrimônio, mas produzem o nós, que se opõe aos estranhos” (WOORTMANN, 1995, p.93), aos “*de fora*”. Os casamentos endogâmicos no Bairro, deste modo, também ocorreram entre os filhos de Paulino Paulo, conforme observa-se nas Figuras 5, 6, 7 e 8 relativas à genealogia das esposas, todas nativas.<sup>44</sup>

O parentesco, deste modo, não é uma coisa em si, conceitos como o de descendência, filiação e casamento preferencial “expressam relações com a terra enquanto base material da existência do grupo; isto é, o parentesco é uma linguagem que fala do uso e da posse da terra”. (WOORTMANN, 1995, p. 258).

---

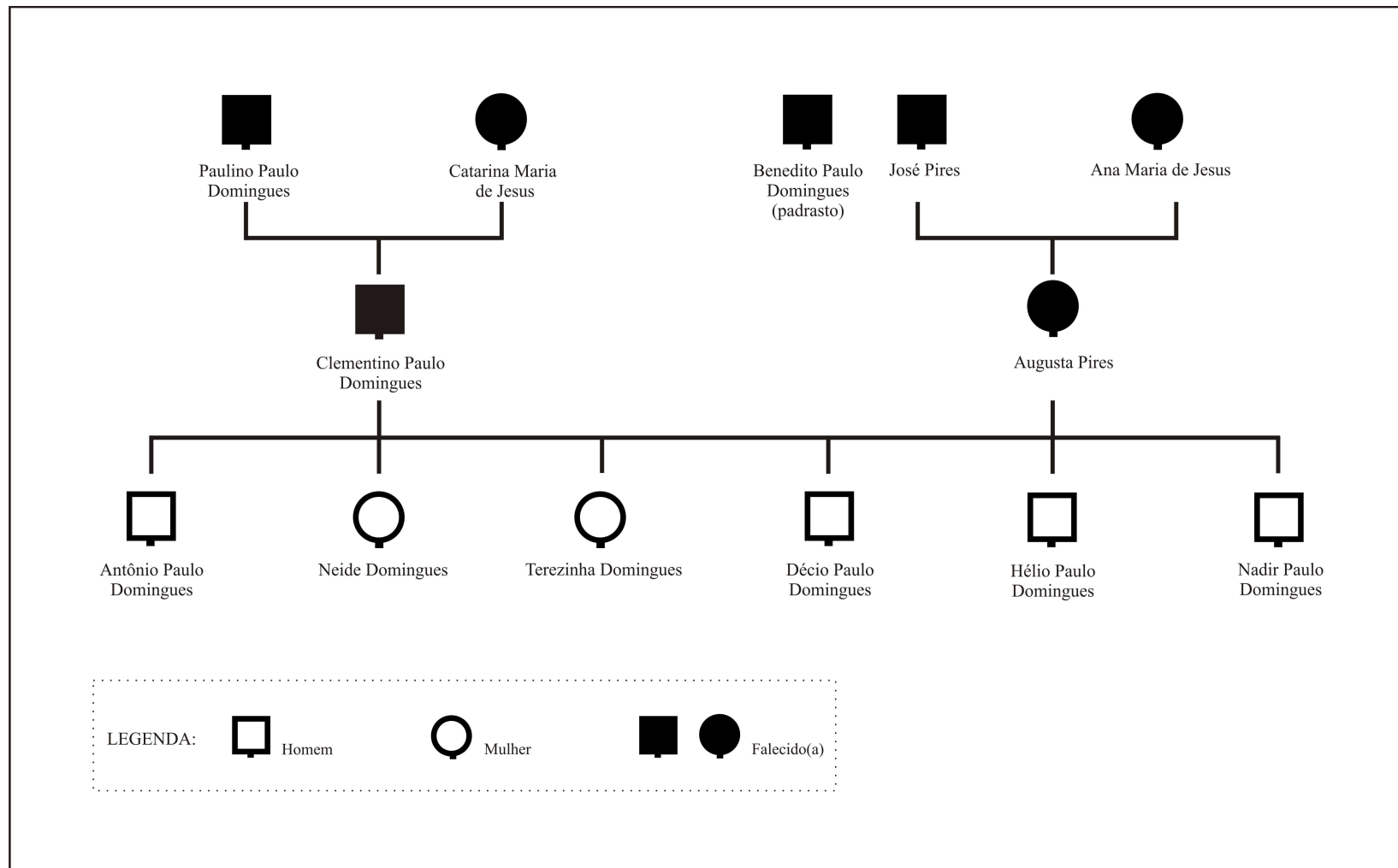
<sup>43</sup> É pertinente, neste caso, sublinhar ainda o que menciona Woortmann: O casamento envolve mais que os cônjuges enquanto indivíduos: envolve o grupo como um todo. Todo casamento é pensado e pesado, seja ele em Lagoa da Mata, seja na *colônia* no Rio Grande do Sul, seja entre os berberes da Argélia, na *maison* camponesa da França, ou em qualquer outro lugar. Os indivíduos podem pensar que se casaram “com quem gostaram”, mas geralmente realizam por sua “escolha”, o casamento que melhor reproduz o grupo. (WOORTMANN, 1995, p. 282).

<sup>44</sup> Em todas as visitas ao Bairro o filho mais novo, Doraci, não foi encontrado. A família reconhece a esposa como nativa, mas sabe apenas o apelido da família: “os Cuiabá” – todos foram para o Capim Azedo na década de 1970, Bairro que a própria família Cuiabá fundou. Os apelidos não são raros entre os *nativos*, outro exemplo são “os Boava”, que ainda permanecem na área abrangida pelo Parque e que correspondem aos “Alves da Silva”.



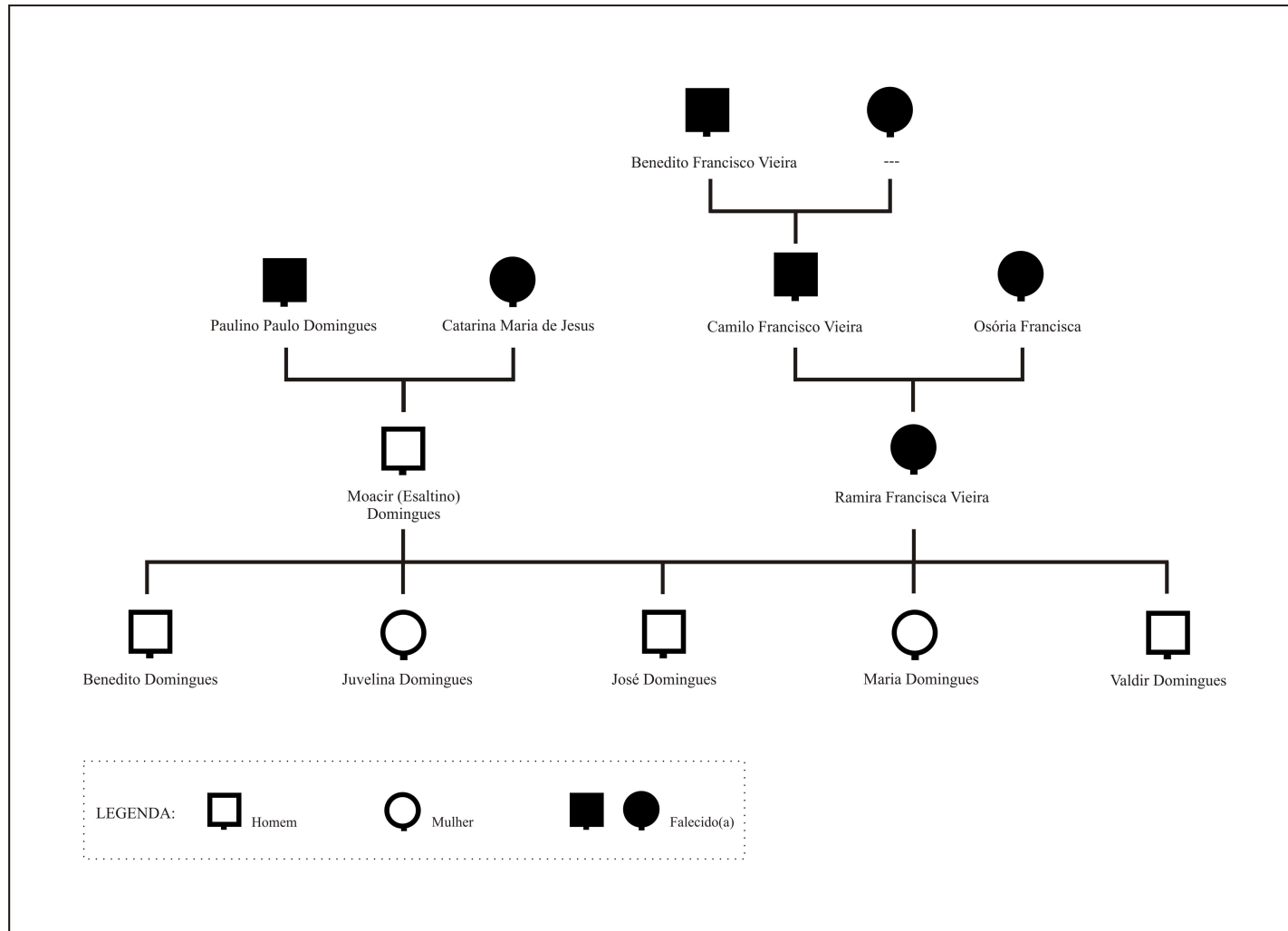
**Figura 5** – Genealogia de Isaias Anselmo (esposo de Julinda Domingues) e descendentes

FONTE: A autora (2009), elaborada a partir de levantamento de campo.



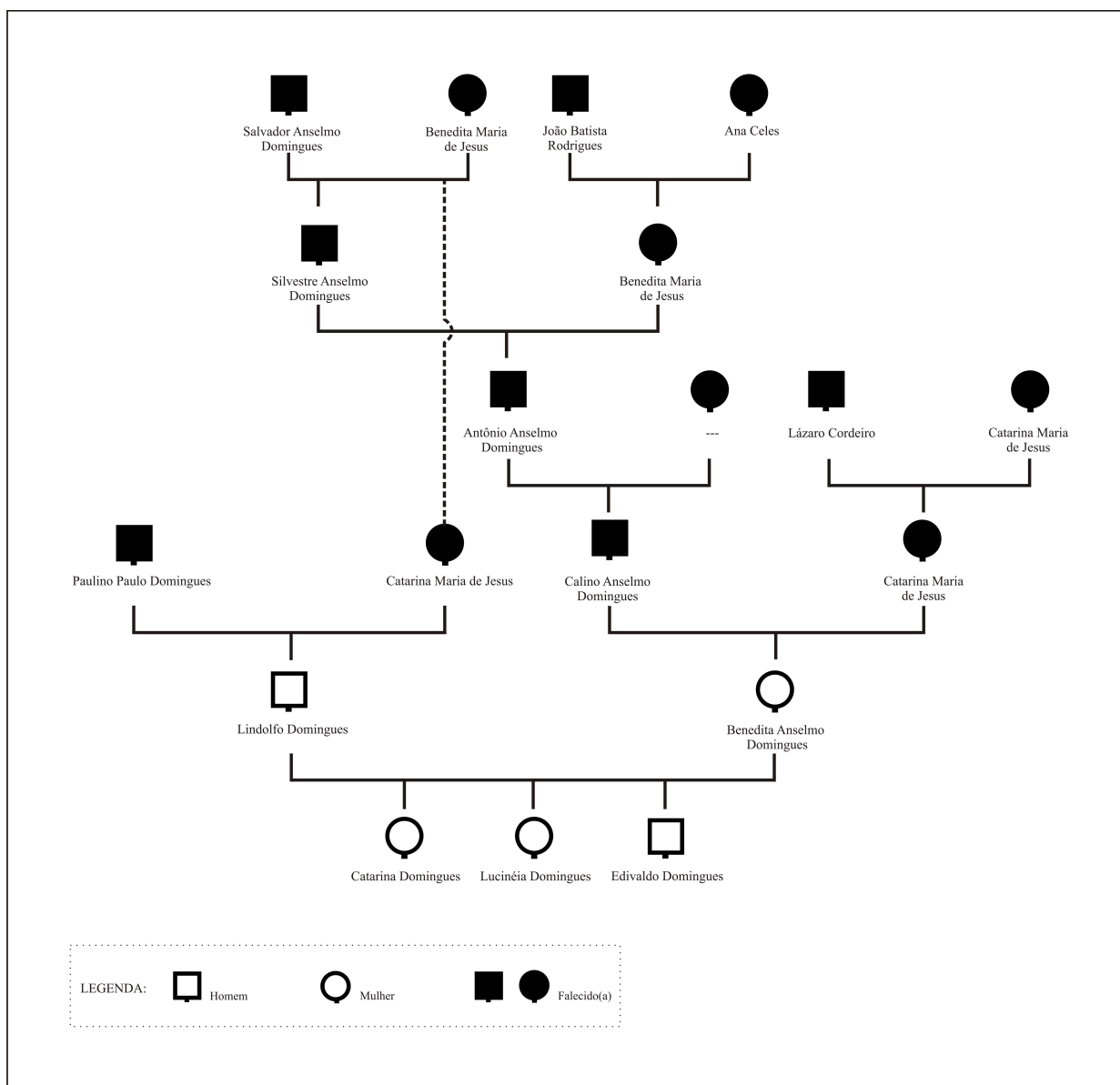
**Figura 6** – Genealogia de Augusta Pires (esposa de Clementino Paulo Domingues) e descendentes

FONTE: A autora (2009), elaborada a partir de levantamento de campo.



**Figura 7** – Genealogia de Ramira Francisca Vieira (esposa de Moacir Domingues) e descendentes

Fonte: A autora (2009), elaborada a partir de levantamento de campo.



**Figura 8** – Genealogia de Benedita Domingues (esposa de Lindolfo Domingues) e descendentes

FONTE – A autora (2009), elaborada a partir de levantamento de campo.

As terras jamais foram fracionadas do ponto de vista jurídico, fosse por venda ou por herança, o que sugere a adoção de um sistema de herança por partilha, em que são outorgadas parte da propriedade ancestral a todos os membros da nova geração, mas mantendo, por meio de algumas estratégias, intacta as terras da família (WOLF, 1976). A divisão da terra sempre se deu na perspectiva do uso tradicional, primando pela manutenção da autonomia de cada família. Ou seja, cada qual com o seu *trecho* de roça e seu quintal, extensão da moradia; mas o *trecho* de mata é de uso comum a todos, lembrando os baldios das terras de natureza comunal do sistema sesmarial no Brasil (mais conhecidas por logradouros públicos), terras que eram destinadas ao uso comum da vila, para a retirada de madeira, lenhas, cipós etc. (ABREU, 1997).

No *comando* de cada família sobre o seu *trecho* que, ao mesmo tempo, compõe ou se articula a terra de todos (parentes/vizinhos numa mesma figura), terra de vida, de trabalho, terra herdada dos seus antepassados, *governada* apenas pelos Paulo, ali, naquele “*sertão*” de Ibiúna, *terra dos nativos*, delineia-se o *bairro dos Paulo*, ou seja, por meio da formação de uma consciência e, portanto, de uma identidade solidificada nestes diversos âmbitos.

Como destaca Claval (2002, p. 24), as “identidades individuais e coletivas são fortemente ligadas ao desenvolvimento da consciência territorial”. E esta consciência “se elabora em direção à vontade de reconhecer-se como indivíduo ou como uma coletividade, isto é de chegar ao âmago da sua identidade através da autonomia e da sociabilidade” (MESQUITA, 1995, p.85).

Logo, fala-se de um território, com uma forte carga identitária e de autonomia, uma forma própria de “governo”, com uma configuração fundiária também própria, que não se enquadra naquela estabelecida pelas normas jurídicas formais da propriedade privada, como bem descrito por Little (2002) e Moura (1986), e exemplificados, entre outros autores, por Müller (1951); Wolf (1976); Moura (1978); Woortmann (1995); Godoi (1999); Galizoni (2002) e Sá (2007). A terra é dividida quando se destina a cada família o seu *espaço* (o *trecho* de roça, a moradia, o quintal), mas também é compartilhada por todos, além da mata, os espaços de convívio social e aqueles utilizados pelos animais.

*Fazê uma comparação: que nem as criação, cada um durante o dia, (aqui num tem esse negócio, tem uma cerca ali num quero que minhas criação vá, as criação mexe) um vai prum lugar, vai pru outro, [...] o espaço é grande - quando chega à tarde, cada um vai pro seu lugar, cada um chega no seu lugar, procura seu lugar, pra amanhecer a noite, quando é outro dia cada um de seus dono trata, aí eles segue o rumo deles. Chega a tarde a mema coisa. E assim é a família. [...] as parte das plantas, se tem*

*uma horta que nem nós tem aqui, ali está sob nosso comandado, mas se um da família vem ali e diz: eu preciso de um pezinho duma planta se me arruma? Leva! [...] num tem esse negócio de tudo misturado, tudo comanda, mas aqui não tem má querência, família num se combina e um num se bica com o ôtro. Eu acho que meu pai troxe do jeito que ele foi criado. (J. D., ago./2009).*

Trata-se de um território formado pela *herança* dos antepassados que se constitui pelo patrimônio material e imaterial: a terra, a natureza nela contida que oferece a *fartura* o alimento e tudo o que é mais necessário para o *sobreviver* e também o *saber* necessário para que se mantenha as condições de vida (dos filhos e dos filhos dos filhos) oferecidas por esta natureza, as técnicas, as regras de convívio social: a reciprocidade, a ajuda mútua e, ao mesmo tempo, o respeito à autonomia de cada família<sup>45</sup>.

Portanto, um território gerido por um saber empírico, por técnicas de manejo e normas de uso do solo específicas que nem a ciência e nem legislação de fato as reconhecem<sup>46</sup>, um território autônomo, não apenas no âmbito de cada família, mas no âmbito do próprio bairro em relação à cidade. “Antigamente vivia de tudo que era da natureza” (L. D., ago./2009), “Tirava tudo do mato” (I. A. D., maio/2009), “[...] ninguém comprava nada, tudo vivia da terra.” (M. D., jun./2007).

O bairro dos Paulo, assim, se institui sob uma lógica territorial que associa, em iguais proporções, funcionalidade e identidade. Arranjo este, conforme Haesbaert (2005), característico das sociedades tradicionais, para as quais a construção material (‘funcional’) do território como abrigo e base de (‘recursos’) se conjuga com uma profunda identificação que preenche o espaço de referentes simbólicos fundamentais à manutenção de sua cultura.

Trata-se de um território de parentesco. Como observou Woortmann, em sua pesquisa com sitiantes tradicionais em Lagoa da Mata, é um território onde

se reproduzem as relações de parentesco e é um território sobre o qual se exerce a dominância do parentesco. Em ambos os sentidos, é um espaço criado e recriado pela memória, onde a genealogia se funde com a história-mito fundante da identidade. No sítio, a terra “pertence” ao parentesco. (WOORTMANN, 1995, p. 311).

<sup>45</sup> O que não significa livre de conflitos, conforme será visto mais adiante.

<sup>46</sup> Vieira (2006) faz uma crítica sobre o conceito jurídico de costume, entendido como uma forma não racional de criação de normas jurídicas. Este entendimento se dá, explica a Autora, sob a alegação de que as normas são criadas espontaneamente e aplicadas sem que a regra gerada tenha uma função ou um processo de criação que se justifique dentro do modo de vida do grupo social que a reconhece como legítima. Para a Autora o costume está num plano subordinado à lei, a qual somente deixa a cargo deste os casos que não lhe foi possível ou conveniente positivar e desde que a norma costumeira esteja adequada aos pressupostos legislativos.

A lógica territorial aqui adotada, deste modo, não foi aquela da sociedade hegemônica do país, especialmente fomentada no estado de São Paulo, expansionista e de domínio da natureza, mas aquela em que a terra é patrimônio repassado de geração a geração, totalizando, pelo menos, sete gerações. Um território que se configura segundo um modo de vida tradicional.

O bairro dos Paulo se constitui, assim, marcado fortemente por uma identidade e uma autonomia territorial justaposta. Em um primeiro plano, o *trecho* de cada um (família elementar), inserido no *Bairro* (família extensa – descendentes de um mesmo ancestral), que, por sua vez, está inserido no *sertão de Ibiúna* (*povo de dentro* – os *nativos*). Pode-se dizer que é o que Haesbaert (2005, p. 6784) denomina de “multiterritorialidade”, resultante, nas palavras do Autor, “da sobreposição de territórios, hierarquicamente articulados, ‘encaixados’”. Neste caso, territórios e identidades estruturados sob um denominador comum: o parentesco, ou seja, laços de consanguinidade e de afinidade entre aqueles que compartilham das mesmas crenças e valores.

O “sertão”, por sua vez, não congrega apenas bairros interligados por laços de parentesco, trata-se de um território autônomo, gerido pelos próprios *nativos*. Eram eles que representavam o Estado, revestidos do seu poder por meio da figura do inspetor de quarteirão, simplesmente chamado de *quarteirão*, autoridade máxima para resolver todos os assuntos, desde a simples convocação para a manutenção ou abertura de caminhos até questões de postura e/ou de polícia que, quando necessário, eram encaminhadas por eles até a delegacia.

*Mais primero tinha muita gente aqui, mais tinha povo, nossa! Sê olhá aqui agora parece que num tem ninguém, aqui era uma família muito grande, juntava gente. Os quarteirão, tudo era com ele primeiro, se num resolvesse ia pra delegacia. Se o quarteirão encaminhava para a delegacia ia pra cadeia memo. Nessa redondeza era quarteirão: o Camilo Vieira, o José Anselmo, o José Floriano e o meu sogro o Paulino Paulo. Lá na Vila Verde era o meu pai Silvestre Anselmo, o João Godoy e o Romon (I.A.D., ago./2008).*

Mas, além da base material concreta o *bairro* e o *sertão* que confere aos Paulo esta forte identidade territorial, outra dimensão simbólica, expressa na fala dos moradores, se impõe, transcendendo o território: é o sentido de *nação*, não aquela que engloba todos os *nativos*, mas “a *nação dos Paulo*”, que se uniu à “*nação dos Anselmo*”. Uma grande *nação* composta por todas as *gerações* que se vinculam ao mesmo ancestral, independentemente de compartilharem

ou não do mesmo território. Portanto, assumindo um sentido mais abrangente do que aquele informado pelo caipira de Antônio Candido (2003), cujo significado de nação vinculava-se aos limites do bairro. O *bairro* aqui é parte de uma *nação*, porém, significativo enquanto guardião das lembranças, referência material concreta da origem de *um povo* – os descendentes de Benedito Paulo Domingues – *tantos que até já nem se consegue contar direito*. O termo *nação*, pronunciado na fala dos mais velhos, estabelece o peso da identidade e do forte caráter de autonomia dessas famílias no passado.

Cabe destacar que a família Anselmo Domingues, aparecendo em cena de maneira absolutamente discreta e secundária na fala dos moradores, além de integrar a família Paulo Domingues, pela união de Catarina com Paulino, vincula-se a ela, ainda, por meio de outros casamentos com seus descendentes. Das oito famílias presentes no bairro, atualmente, seis descendem, também, de irmãos de Catarina e, portanto, de Salvador Anselmo Domingues.

## 2.5 A VIDA NO “TEMPO DOS ANTIGOS”

Faz-se necessário esclarecer que o interesse principal da Autora em estudar as populações tradicionais, desde o princípio, na qualidade de engenheira florestal, não poderia ser outro que não o manejo da floresta nativa, compreender os saberes tradicionais sobre o uso e a conservação dos recursos naturais, compreender o porquê de justamente suas terras serem as eleitas para a proteção legal, ou seja, por que ao longo de períodos seculares de ocupação do solo modificam tão pouco o ambiente. Dessa perspectiva, a pesquisa efetuada buscou, com especial atenção, por meio de categorias geográficas, analisar e compreender o papel da floresta na vida dos caipiras e a lógica de manejo da natureza.

Na ciência florestal, o conceito de manejo está relacionado à aplicação de métodos e técnicas que propiciem a exploração periódica da floresta, obtendo-se o maior rendimento (produção contínua, visando ao equilíbrio entre crescimento líquido e material retirado no menor tempo), sem que lhe seja afetado o caráter de patrimônio florestal permanente (VEIGA,

1974). Aqui está implícito o princípio de rendimento sustentado ou de sustentabilidade, seja para a exploração da floresta ou de qualquer outro recurso<sup>47</sup>.

A partir deste raciocínio, de que forma poderiam as categorias *modo de vida e território* contribuir para o entendimento desta questão que na Engenharia seria respondida por meio de mensurações, equações matemáticas e estimativas?

Enquanto categorias geográficas é preciso lembrar que estas sempre terão como fim o entendimento da relação sociedade-natureza. Desse modo, fazendo um percurso que foge da racionalidade da ciência florestal, mas sem se divorciar dos conceitos por ela estabelecidos, pode-se dizer que manejar a floresta ou os recursos naturais significa administrar esses bens de forma a tê-los sempre disponíveis, isto remete a indagações como: quem administra? Que recurso é utilizado, para que, para quem, quanto, de quanto em quanto tempo, por quanto tempo? E quais técnicas são empregadas?

Ao buscar tais respostas, pode-se dizer, ainda, que se forma uma estrutura analítica voltada à economia, pois se trata de administração de recursos, de equilíbrio entre produção e consumo de bens, de produção contínua de bens. De fato, este é um caminho para compreender como ocorre o manejo dos recursos naturais.

Todavia, ao se tratar de administração de recursos ou de economia, logo se observa, junto aos moradores tradicionais do bairro dos Paulo, que estes são elementos relacionados a uma *forma específica de viver*, de ver o mundo, de se relacionar com a natureza, de administrar, manter (conservar e defender) um *território*. Ou seja, um *modo de vida* que exprime uma cultura, que estabelece uma ordem moral na relação *sociedade-natureza* e, portanto, uma aceção muito específica de economia, uma lógica que determina a obtenção dos seus meios de vida necessários à reprodução social.

Neste tipo de economia, o trabalho não é alienado dos meios de produção ou do produto; a terra é um valor espiritual, uma fonte beneficente: a terra dos antepassados. As coisas que o homem faz e habitualmente usa são suas expressões (SAHLINS, 1970). O trabalho não é alienado do próprio homem, separável do seu ser social:

---

<sup>47</sup> Cabe destacar que no conceito de manejo está implícito o princípio de sustentabilidade, mas também o caráter econômico da maior produção em menor tempo, visando, portanto, aos resultados financeiros, valores monetários. E o patrimônio referido diz respeito a um patrimônio material de valor econômico; a floresta, enquanto patrimônio é pensada como madeira a ser explorada.

Um homem trabalha como ser social, como marido e pai, irmão e companheiro de linhagem, membro de um clã de uma aldeia. O trabalho não se desenvolve separadamente dessas existências como se tivesse uma existência diferente. [...] o trabalho é organizado por relações ‘não-econômicas’ no sentido convencional, pertencendo mais a organização geral da sociedade. O trabalho é a expressão de um parentesco e relações de comunidades preexistentes, o exercício dessas relações. (SAHLINS, 1970, p. 125).

Manejo florestal (ou dos recursos naturais) e economia aqui se fundem enquanto conceito, enquanto fim, obviamente, não na racionalidade convencional da sociedade urbano-industrial, contudo, designando a administração da “casa”, pois, mais que recursos, a natureza representa a casa, na acepção da família, o abrigo que protege, que dispõe dos meios necessários ao conforto da família. O que se produz é primordialmente pensado, enquanto satisfação das necessidades domésticas, numa lógica contrária ao lucro; mesmo que se pense a comercialização de excedente, ainda assim, são as exigências familiares que comandam a produção, fala-se, portanto, de uma economia doméstica (QUEIROZ, 1968; SAHLINS, 1970, 1979a, 1983; GALESKI, 1979; NASH, 1979; THORNER, 1979; CHAYANOV, 1981).

A família está como tal diretamente engajada no processo econômico e em grande parte o controla. [...]. Os bens que as pessoas produzem assim como a alocação do trabalho são na maior parte das vezes estipulações domésticas. As decisões são tomadas em relação às necessidades domésticas: a produção desenvolve-se para atender às exigências domésticas. (SAHLINS, 1970, p.118).

Logo, trata-se de uma economia, no sentido etimológico da palavra, na acepção original dada por Aristóteles, em sua obra *A política*, escrita no século IV antes da era cristã.

A economia, nesse caso, está relacionada à administração da casa; aos bens provenientes da natureza necessários à manutenção da família; à arte de adquiri-los e de empregá-los. A ciência econômica era concebida por Aristóteles (1960) enquanto economia doméstica e se relacionava com a natureza, ocupando-se exclusivamente da subsistência.

Seria um equívoco imaginar que neste tipo de economia não se prevê a acumulação, a manutenção e, se possível, o aumento de riquezas. O núcleo dessa discussão é, entretanto, o que se entende por riqueza e qual é a finalidade desta riqueza e deste acúmulo.

Acumula-se prevendo o necessário à reprodução da família, o aumento do patrimônio para garantir o sustento da família, incluído o porvir das gerações mais novas. Os bens inserem-se no patrimônio e não se dissociam de valores morais.

A noção de riqueza também parece estar relacionada àquela tratada por Aristóteles, enquanto parte da economia, que ele denominou *verdadeira riqueza* (uma noção que estava contida no entendimento de subsistência dado por ele); definida como “a quantidade de meios ou instrumentos próprios para a administração de uma família ou de um Estado [conjunto de famílias]” (ARISTÓTELES, 1960, p.24). Além do necessário às exigências da vida, a *verdadeira riqueza* associa-se ainda à satisfação da alegria.

O ato da economia e o da arte ou da ciência de enriquecer, para Aristóteles (1960), não é o mesmo, são, desse modo, ciências distintas. A primeira tem limites, trata do necessário, e a segunda é infinita, não tem limites para aumentar indefinidamente a quantidade de dinheiro, trata do supérfluo. “O objetivo de uma é a posse, o de outra o aumento dos objetos possuídos [...]” (ARISTÓTELES, 1960, p.24).

Nesta concepção de riqueza e de economia, “a riqueza que provém dos frutos da terra, ou do aproveitamento dos animais, é para todos os seres uma riqueza em conformidade com a natureza. [...] O lucro é o dinheiro do dinheiro: e esta é de todas as riquezas a mais contrária à natureza.” (ARISTÓTELES, 1960, p.29).

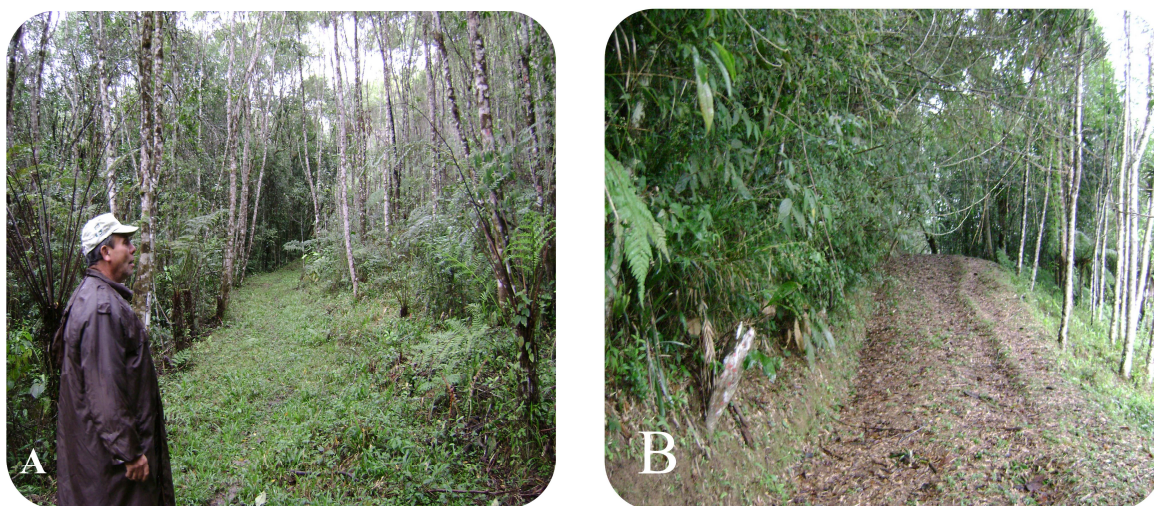
Os bens, desse modo, na economia doméstica, são aqueles contidos na natureza e, portanto, é ela a fonte de riquezas de uma família, é nela que se “acumula” a riqueza da família tradicional caipira.

O comércio, originalmente, para Aristóteles não pertencia à ciência de enriquecer, se estabeleciam, a partir dele, relações de socorro mútuo que se desenvolviam pela importação das coisas que faltavam e pela exportação das que sobravam, de onde se conclui que o comércio, nesta lógica, era uma atividade inerente à subsistência.

Por esta razão, Klaas Woortmann (1990) falou de uma ética e de uma concepção de mundo entre os lavradores tradicionais que replica os postulados da ética aristotélica.

### 2.5.1 “No meu criamento tudo era uso da natureza”

O *criamento* diz respeito, na fala dos moradores, ao período da infância (até os dez anos de idade), período que sobrevive na memória dos filhos, genros e noras ainda vivos de Paulino Paulo e Cartarina e que corresponde até meados da década de 1950. Tempo em que *era só mato, tudo sertão*, não havia escola, nem estradas, apenas caminhos (Figura 9), o tráfego se dava a pé ou em lombo de burro (menos comum era o uso do cavalo), era o tempo das tropas, tempo em que ninguém usava sapato, *era tudo descalço*.



**Figura 9** – (A e B) Caminho antigo de passagem dos tropeiros nas terras dos Paulo (Gleba 100).  
 FONTE: A autora (2009), levantamento de Campo.

Com menor riqueza de detalhes é possível recuar, ainda, mais um pouco no tempo, pois, também na memória dos mais velhos persiste a memória da memória dos seus pais, portanto, a lembrança do que seus pais contavam sobre a vida dos seus avôs:

*Meu avô e bisavô [Paulino e Benedito] sobreviviam da terra, plantavam, colhiam e vendiam. Meu bisavô continuô vida nesse ritmo até o final da vida dele (J.D., jun./2007).*

A vida da família girava em torno do trabalho, que por sua vez obedecia exclusivamente ao ritmo da natureza, cujo único sentido era a reprodução social e biológica da família.

*“Todo dia a família ia pra roça, comia e bebia na roça, nem em casa voltava pra comê, cada roça tinha um barraco grande, feito tudo coberto de sapê e palha do mato”* (J.D., abril/2009).

As atividades da lavoura concentravam-se, até final da década de 1950, na área denominada aqui gleba 131, era lá que, em determinados períodos do ano, quando o preparo do solo, o plantio e a colheita exigiam, a família centrava os seus esforços de trabalho.

*Essa área, divisa com a CBA [...] é onde meus avô viveu, morô e criô os filho. É que agora tá tudo mato, pra falá a verdade num tenho mais corage de andá, mais ainda tem a marca do barraco. Meu avô o Dito Paulo e a última esposa que ele casô, Catarina o nome dela, eles viviam e moravam ali drento, na roça. Ele só dexava as família pra lá [no bairro]. Eu memo vivia e morava ali drento, de dez anos pra cima eu ficava meses nessa mata, ali ó. Nesse tempo [mês de Julho] nós tava limpando, preparando pra plantá no final do ano.* (J.D., jun/2009).

Mas o trabalho da família não era só na roça, eram lavradores que viviam na floresta e da floresta. Tudo o que era necessário para o *sobreviver* era tirado da natureza, só o sal, o querosene, o tecido e uma ou outra ferramenta vinham da cidade, exigindo-lhes, assim, muitos conhecimentos e habilidades para produzirem o necessário à vida. Inteligentes, engenhosos, criativos, herdeiros do saber do índio e possuidores de muitas “profissões” são as qualidades apontadas, frequentemente, com orgulho pelos descendentes desse povo: *“Esse povo antigo o que Deus dava de inteligência pra esse povo aqui ó, até a gente que criô, fica admirado no dia de hoje.”* (J. D., ago./ 2009) *“É memo”* (L.D., ago./2009).

Hábeis carpinteiros, dominavam a técnica de encaixe para a construção de telhados, portões, mobílias e brinquedos. Construíam suas casas em sistema de pau a pique ou taipa de mão (com menor frequência) (Figuras 10, 11 e 12); fabricavam seus diversos utensílios por meio da técnica do trançado e do entalhe (Figuras 13, 14 e 15); costuravam suas próprias roupas; faziam seus produtos de higiene e limpeza; formulavam seus medicamentos, praticando a medicina e a veterinária popular; confeccionavam quase todas suas ferramentas e improvisavam seus “equipamentos de segurança”; além de dominarem as técnicas de produção e conservação de alimentos. Mas, fossem qual fossem as demais habilidades, os antigos eram sempre *lavradores*.

Ainda que um *nativo do sertão* também trabalhasse com a criação de gado, o que era menos comum, mesmo assim, sua família continuava sendo uma família de lavradores, todo o

alimento consumido era produzido na terra: “*O meu avô Vadô Anselmo, pai da minha mãe, criava gado, ele trabalhava menos com lavora. Mais o meu avô Dito Paulo era lavora memo.*” (J. D., jun./2007).



**Figura 10** - Sistema construtivo e carpintaria. (A) Detalhe das telhas produzidas pelos moradores do bairro; (B) vista interna de uma construção em pau-a-pique ; (C) abertura para ventilação e iluminação em parede de pau a pique; (D e E) detalhe de porta e janela confeccionadas em folhas de madeira em sistema de encaixe. A porta com mais de 100 anos pertenceu a residência de Benedito Paulo. (F) portão construído em sistema de encaixe.

FONTE: (A,B,C,D,E) A autora (2007), levantamento de Campo; (F) A autora (1994), Arquivo do Instituto Florestal.



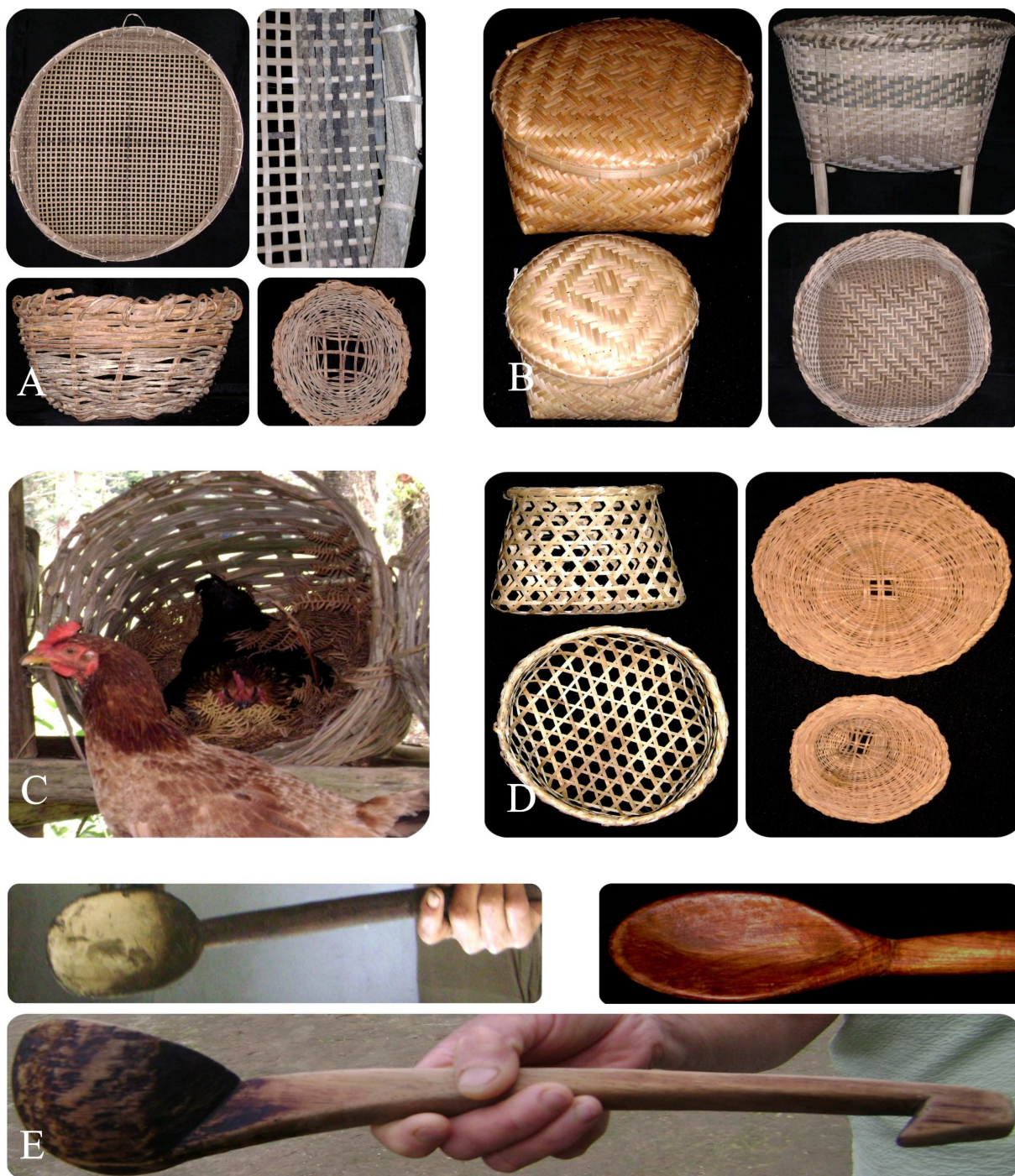
**Figura 11** – Peças de mobílias em sistema de encaixe.

FONTE: A autora (2007), levantamento de campo.



**Figura 12** – As duas construções em pau a pique mais antigas do bairro. (A e B) Vistas da casa que pertenceu a Paulino Paulo, com aproximadamente 80 anos, desocupada, desde a morte da esposa Catarina; (C e D) Casa que pertenceu a um cunhado de Paulino Paulo, com cerca de 90-100 anos, hoje residência de Hélio e Matilda Domingues.

FONTE: A autora( 2009), levantamento de Campo.



**Figura 13** – Utensílios diversos feitos a partir da técnica do trançado com taquaras e cipós e do entalhe em madeira.

FONTE: A autora (2009), levantamento de Campo.



**Figura 14-** Detalhes do monjolo, peças entalhadas a mão e construído em sistema de encaixes, com guatambu. Equipamento presente em todos os bairros de uso coletivo das famílias. Ausente nos Paulos há cerca de 30 anos devido à diminuição do fluxo de água do rio.

FONTE: Joseli Domingues (2009), bairro dos pescadores .Arquivo do Instituto Florestal.



**Figura 15** – Esteira de taboa manufaturada com bilros de madeira entalhados.

FONTE: A autora (2009), levantamento de campo.

Apesar da enorme lista de habilidades e conhecimentos apontados, a pesquisa empírica oferece um leque de informações e de possibilidades de aprofundamento sobre os saberes e o *modo de vida tradicional* que frustram o observador por não conseguir demonstrar com a mesma riqueza de detalhes, que àquela observada em campo, a real dimensão de toda a engenhosidade, criatividade e simplicidade destes lavradores, totalmente integrados à natureza. Assim, torna-se necessário, com frequência, recorrer às suas próprias falas.

As soluções eram diversas e cada uma delas demandava conhecimentos distintos, não raro de domínio de uma mesma pessoa, outras não exigiam habilidades técnicas, entretanto,

uma impressionante criatividade, mas todas demonstravam a familiaridade com a natureza, com todas as suas possibilidades.

Deste modo, por exemplo, a cobertura das casas podia ser feita de sapê, de telhas de barro ou de casca de palmito, exigindo cada uma delas o domínio de uma técnica específica.

*Meu pai sabia fazê telha. Lá onde morava minha sogra, lá eles cortava aqueles palmito bem grande, depois tirava aquelas lasca, grande assim, e daí ia fazendo os tecido como tece uma estera. Aí fazia aquelas Carrera, ficava bonito por drento da casa; faziam a cobertura intera assim. (J.D., abr/ 2009).*

O tempo dos antigos era o tempo do “pé no chão”; o trabalho de “lavar na floresta” oferecia riscos, cujas soluções encontradas só mesmo se justificam pela profunda intimidade e identificação com a natureza:

*Pra mechê naqueles mato (também aqueles tempo, quando chegava vê um rastro de sapato, a turma ficava tudo assustado) ninguém usava sapato, tudo descalço, isso foi no meu criamento. Quando quiria um sapato, sabe o que a turma fazia? quebrava aqueles pé de milho que nessa época, agora tá bem grandão, aqueles milho que agora tão procurando semente, quebrava e enfiava o pé, amarrava dizia que tava de sapato, de palha de milho. Já penso ?! (J.D. abr/2009)*

*Aqui na frente tem o nome de Botudo. Sabe por que ficô nome Botudo? O pessoal andava descalço e pra num estragá a barra do sapato e pra cobra num pegá, sabe o que eles fazia? Pegava aqueles palmitão, bem grosso, tirava a casca, amarrava uma casca aqui, outro aqui, amarrava com cipó. Fazia uma pernera de palmito; aí fico com apelido de Botudo. Bota de casca de palmito! (I.A.D., abr/ 2009)*

A floresta, em seus diferentes estágios de sucessão, era a fonte de vida, era todo o recurso que dispunha o lavrador. A ele disponibilizava a caça, as frutas, a lenha, as fibras, as raízes, as resinas, a cera, as madeiras, o mel, as ervas e as essências medicinais, os temperos/condimentos, enfim, toda matéria-prima necessária (figura 16 e 17):

*No meu criamento memo eu tirava o abelheiro do mato, por que o abelheiro tem uma cera. Né? Pegava aquela cera fazia um tipo de uma vela assim: maguava bem maguadinho, punha um pavio no meio enrolava de novo. (I.A.D., abr/2009).*

*A mesca é um pau grosso do mato, quando corta ele dá um tipo de uma regina [resina] bem grudento. Dá uma frutinha doce, quando é novo, é bem molinho, bem grudento memo; só esquento ele pra ele derretê e coloca em cima do berne. O berne, a bunda dele é mais grosso que o bico por isso que num sai. (I.A.D., abr/2009).*

Era a floresta, ainda, que regenerava as propriedades físicas e químicas do solo, as quais com os sucessivos plantios se *enfraqueciam*, perdiam a sua “*natureza*”. A floresta não se dissociava da agricultura, fazia sim parte de uma das suas etapas; também as fontes de água eram por ela mantidas.

Os inúmeros córregos encachoeirados, além de oferecer a sua “*natureza*” ao solo, nas baixadas, onde melhor se desenvolviam os plantios, eram fonte de grande variedade de alimentos: os peixes, o siri e o camarão. Era no rio que a família “usava mariscá de penera”, “*caçava* guarú, lambari, camarão graúdo, siri”.

*Mariscá era uma cultura do povo mais antigo. Eu cheguei a marisca um pouco também. Era uma tradição da igreja católica. Tinha a quaresma e eles não comia carne, então usava marisca, na quarta-feira, na sexta-feira e também na semana santa (J.D., jun/2007)*

*O melhor lugar pra lavora era a baxada, o acento, lugar que pega a natureza da água. Que nem lá se fizé um plantio no lugar da lomba num vai dá grande coisa, por que lá a água tem muito poco pra conservá a natureza da planta. Tem que procurá lugar mais baxo, que num fosse lombada. (L.D., jun/2007)*



**Figura 16**– Fibra de tucum. (A) extração das fibras da folha de tucum; (B) feixe de folhas de palmeira tucum (C e D) fios de tucum, impermeabilizados com cera de abelha, eram utilizados como linha de pesca.

FONTE: (A) Rayana Santiago de Queiroz (2009); (B,C e D) A autora (2009), levantamento de campo.



**Figura 17** – Entrecasca de embira. (A) “pau de embira”; (B e C) Fibra da entrecasca de embira utilizada para amarrilho no acabamento de diversas cestarias, esteiras de taboa etc. (D) Vassoura feita com cabo de taquara e folhas de “vassourinha” amarradas com embira.

FONTE: A autora (2009), levantamento de campo.

A água do rio também emprestava a sua força para socar o milho no monjolo e oferecia a sua “*natureza*” aos brejos, que, por sua vez, ofertavam o junco e a taboa, esta última amplamente utilizada na confecção de esteiras.

A floresta, o rio, a roça, compunham a vida doméstica, faziam parte da rotina diária da família trabalhadora, tanto quanto o conjunto, casa, quintal, paiol e monjolo, aqui denominado *moradia*. Neste último conjunto, concentravam-se os cuidados com os animais, o beneficiamento dos produtos agrícolas (especialmente, milho, feijão e tabaco) e a indústria doméstica: fabrico dos utensílios, das roupas, do sabão e a produção de alimentos, além daqueles de preparo rápido e rotineiros, aqueles que envolviam técnicas mais elaboradas, de preparo e conservação: chouriços, linguiças, paçocas (doces e salgadas), defumados, pamonha, farinha de milho etc. (Figura 18).



**Figura 18** – Feitura da pamonha caipira à moda antiga. (A) D. Julinda ralando o milho; (B) os netos acompanhando o preparo da massa; (C) folhas de caetê miúdo; (D) Matilde e Sr. Isaias desfibrando a folha de taboa; (E e F) massa da pamonha sendo despejada na folha de caetê; (G e H) amarração da pamonha com fibra de taboa; (I) pamonhas cruas na folha de caetê; (J e K) cozimento em fogão à lenha; (L e M) Pamonhas cozidas.

FONTE: A autora (2009), levantamento de campo.

A conjugação floresta, roça, rio e *moradia*, como um espaço doméstico articulado, fazia-se sentir em todas as atividades rotineiras do lavrador caipira, como pode ser exemplificado na descrição de uma das etapas de feitura da farinha:

*A minha mãe pegava aquelas carga de milho, na época que eu criei, sem engano, a carga que minha mãe ponhava na água pra fazê farinha tinha essa artura [mais ou menos 1, 30]. Isso que eu falo, é como se diz que os nativo tem parte com os índio, vive no mato, mas num passa necessidade, vive das natureza, e vendo pelas mente pra mantê a vida. Então daí minha mãe pegava **ia no mato, cortava aqueles caetê grande, bem grandão assim, aí ela forrava bem forrada aquela carga grande e enchia de milho socado e dexava, acho que uns 15 dias, na água [...]. E alí [num cesto grande de taquara] ela colocava, aquelas caetê bem forrado, colocava aquelas carga em cima, ela tecia tudo bem tecido, aí ia na mata cortava aqueles cipó (tem o cipó próprio também, tem chero de alho, que pode fazê do jeito que fô e num quebra), ali ela pegava fazia o memo que tece um fundo de balaio, bem tecido aquela carga, pegava aquele cipó e pudia torcê do jeito que fosse, aí ela soltava aquela carga na água que sumia. (J.D., jun./2007).***

Obtém-se, assim, da **lavoura**, o milho; da **mata**, a madeira do monjolo, a taquara do cesto, o caraguatá e o cipó que envolve a carga do milho para que os grãos amoleçam na **água**. Articulando-se, desse modo, um grande espaço doméstico de atividades rotineiras da família: a floresta, o rio, a roça e a *moradia*.

Todas as habilidades, *o sobreviver da natureza*, eram possíveis por meio da construção de um enorme conhecimento empírico, da experimentação cuidadosa e da adoção de um código de conduta, os quais, no conjunto, traduziam-se em práticas que garantiam a disponibilidade permanente de recursos e a prevenção ou o enfrentamento de situações eventuais de baixa produção agrícola.

## 2.5.2 Os antigos e a “sabedoria pra segurá a natureza”

*A pessoa que é cuidador sabe como segurá a natureza pra não destruí aquele lugar. Os que são nativo como nós que fomo criado aqui desdo começo dos avô, e entremo pela herança dos avô e depois pelos pai então, nós ficamo num lugar que o nosso desejo é não estragá a natureza e dexá um bom exemplo pros novo que estão criando. Por que senão, quando saí uma época que nós não vão sê como era antes, dá parte das idade, cultua uma lavora, a idade vai chegando, mas tem que deixá um bom exemplo. Como as pessoa que tecia um balaio, fazia um sexto, fazia uma gamela (de*

*madera mole que era fácil de cortá, com aqueles material que conseguia pra lavra a madeira), meu pai fazia muito, fazia concha de pau também. Tudo meu pai fazia, tudo, tudo, fazia pilão pra soca uma paçoca de amendoim, tudo eu aprendi e tenho guardado na minha mente. (J. D., jun./2008).*

Um desejo audacioso, para uma mente habituada ao raciocínio cartesiano, era entender o que vinha a ser a natureza no pensamento do lavrador tradicional. Esta curiosidade, obviamente estava relacionada à compreensão da sua lógica de manejo dos recursos naturais. Desse modo, de forma direta, no início dos trabalhos de campo, foram efetuadas as perguntas: o que é natureza para você? E cuidar da natureza?

Quase todas as respostas, num primeiro momento, eram pequenos trechos do discurso conservacionista (afinal há mais de trinta anos instituiu-se sobre suas terras a primeira unidade de conservação). Foi necessário provocar: isso significa então que os antigos não conservavam a natureza, será mesmo?

Algumas respostas vieram, mas na perspectiva almejada parecia, ainda, não ter a concretude desejada. Quando então passou-se a observar durante a análise dos depoimentos o emprego deste termo em diferentes contextos, conforme os exemplos abaixo:

*“A **natureza** dele [do pai] foi se desgastando [...]” (L. D., jun./2007).*

*“[...] quando ela vié brota [época de brotação], aí ela torna a vir a **natureza** e se cortá [a madeira] ela murcha muito.” (J. D., jun./2007).*

*“[...] lugar que pega a **natureza** da água [...]” (L.D., jun./2007).*

*“[...] lá a água tem muito pouco pra conservá a **natureza** da planta” (L.D., jun./2007).*

*“Praga tem, mais é muito pouco, a própria **natureza** combate” (D.P.D., jun./2009).*

*“[...] num passa necessidade, vive daquilo das **natureza** [...]” (J. D., jun./2007).*

*“A parte da mulher é a parte mais fraca, assim da **natureza**, na parte dos home são mais forte na parte do trabalho.” (M. A.D., ago./2009).*

*“A pessoa que é cuidador sabe como segurá a **natureza** pra não destruí aquele lugar” (J.D., jun./2007).*

Assim, buscando sinônimos que traduzissem o sentido da palavra ‘natureza’ ou das frases, no contexto em que ela foi usada por diversas vezes, foi possível atribuir significações como vitalidade, força, fecundidade, crescimento, equilíbrio, manutenção da capacidade de uso e fonte de recursos para a sobrevivência. Se natureza, então, se relaciona a tais propriedades, o cuidado com ela corresponderá à manutenção deste conjunto de propriedades.

Parece então que com este “jogo” de palavras e expressões é possível captar, ainda que de forma parcial, o entendimento que estes lavradores têm sobre a natureza e conseqüentemente sobre cuidar da natureza. A dedução feita, a partir da aplicação dessa palavra não se distancia do conceito atribuído ao manejo sustentado na ciência florestal, lembrando-se que dele se extrai palavras e expressões semelhantes: exploração da floresta, produção contínua, equilíbrio, crescimento e patrimônio permanente.

Obviamente que, com objetivos distintos e utilizando-se de diferentes formas de fazer, os lavradores tradicionais tinham a exata noção da importância da conservação e praticavam o manejo dos recursos naturais. E, sob a perspectiva do conhecimento e das técnicas de manejo empregadas, pode-se afirmar que o saber empírico é superior ao saber científico. Pois os lavradores executam um sistema de manejo silviagrícola, envolvendo o manejo de uma enormidade de espécies da Floresta Atlântica, incluindo a fauna silvestre e cujo saber a ciência florestal não conseguiu desenvolver de forma equivalente para qualquer sistema de diversidade complexa.

Eles extraem tudo da floresta nativa. Não existem os cálculos e as estatísticas exigidas na ciência para comprovar a sustentabilidade do manejo, mas a exploração, bem como o conhecimento secular sobre a aplicabilidade dos mesmos recursos, necessários à sobrevivência, repassados de geração a geração por estes lavradores de cultura iletrada e a facilidade com que tais recursos ainda são encontrados comprovam a existência de um manejo eficiente.

Eles também exploraram, por séculos, terras “impróprias” à agricultura, sem sinais de esgotamento do solo, erosão e assoreamento dos rios. Não utilizaram fertilizantes químicos e tão pouco defensivos agrícolas para manter a lavoura; selecionaram e conservaram durante centenas de anos diversas variedades de espécies agrícolas.

Como dito: “É, conservá a natureza, num é bem como muitos pensa”<sup>48</sup>. (M.D., jun./2007). Cabe agora compreender a lógica de manejo/conservação dos recursos naturais por estes lavradores tradicionais.

A relação sociedade-natureza na cultura tradicional expressa, conforme expõe Woortmann (2004), princípios morais pautados pelo que se pode chamar de triângulo Deus-homem-terra, uma relação de reciprocidade: o homem deve trabalhar a terra respeitando sua vocação, como que dialogando, avaliando aquilo que ela é capaz de produzir, sem forçá-la; o trabalho da terra, por sua vez, é o de retribuir com uma colheita abundante e o trabalho de Deus é fazer cair a chuva, num ciclo anual.

Para o lavrador tradicional, homem e natureza são obras de Deus e o diálogo com a natureza se expressa no que ele chama de *acordo* com a natureza. Conforme se observa na fala de um morador, quando perguntado sobre o significado de conservar ou cuidar da natureza:

*Cuidá da natureza? O certo é deixá a natureza cuidá da gente, quando o home que cuidá da natureza acaba invertindo o que Deus fez. O que não pode é home eliminá a natureza, tem que no mínimo entra num acordo com a natureza. Chega um ponto que tem que entra em acordo com a natureza, porque nem o homem vai quere se menos que a natureza - e a natureza, sabe que tem força, Né? Tudo vem da natureza e da inteligência dos home. O que num pode é o home querê sê mais sabido que a natureza. É onde acaba perdendo.* (H. P. D., jun./2007).

O tempo e o uso do tempo é cíclico, as atividades são comandadas pelas estações de seca e de chuva; pelas fases da lua e pelo sol que nasce e se põe todos os dias. Atividades, assim, regradas pelas leis da natureza.

*A noite num ficô pra nós andá, só pros selvagem, bicho memo. Que nem esse pessoal que trabalha a noite, tudo bem que num tão fazendo as coisa errada, só que é uma lei dominada pelo home, num é uma lei de Deus. A lei de Deus é igual a lei da natureza, agora tem muita coisa inventada pelo home que num é uma lei de Deus. Que nem o povo antigo num tinha relógio, quando nós ia trabalha o pai falava, quando Pará de falá araponga pode í embora que já vai escurecê. A araponga falava até umas cinco e meia da tarde depois ela parava. E nós falava vamo imbora que já tá tarde. Quando tem sor a pessoa tá vendo, mais quando tá querendo chovê num dá, aí ia pela araponga. Lanterna ninguém tinha.* (I.A.D., out./2009).

---

<sup>48</sup> Ironia dirigida à pesquisadora pelo único morador do Bairro que desafiou a presença do Estado, durante os sucessivos anos de implantação do Parque.

*Hoje em dia é tudo pelo horário do relógio, naqueles tempo quando meu pai trabalhava ele falava assim: sabe qual é a hora de pará o serviço? Olha pelo sor, enquanto eu tivé enxergando o que ta lá, eu tô trabalhando e aí ele vinha, saia cedinho quando era lá pelas seis, seis e meia ele tava de vorta. (J. D., jun./2007).*

Nesta lógica, natureza não é apenas fonte de recurso, além de técnicas de exploração, relacionadas ao valor funcional enquanto recurso, a apropriação da natureza envolve, ainda, práticas e crenças que se relacionam a valores simbólicos.

A terra é vista não como natureza sobre a qual se projeta o trabalho, mas como patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor (WOORTMANN, 1990). A ocupação do solo, o uso dos recursos naturais, o saber e as regras a eles relacionados são, dessa forma, a expressão da cultura tradicional, do modo de vida caipira, onde, como visto anteriormente, terra, trabalho e família são valores nucleantes e indissociáveis.

Em tal perspectiva, a terra não é vendida, ela é pensada para as próximas gerações; assim, a disponibilidade ou a extensão de terras é um fator de extrema importância, trata-se, conforme Candido (2003), de um fator de equilíbrio, seja social ou ecológico. Ela deve atender às demandas relativas às práticas culturais de uso dos recursos, o que inclui a manutenção da família que se multiplica a cada geração (ainda que haja estratégias sociais de controle) – de onde se configura o bairro, como já demonstrado.

*[...] a mata tem tudo que a pessoa precisa, cipó, lenha. Na época em que não era proibido meu sogro, quando não tinha carne de caça, ele ia no mato e fazia mistura de palmito, punha no feijão. Tem madera pra construí as casas, a palha guaricanga é a da folha pequena e a palha folha grande mas são da mesma família pra cobri a casa. (I. A. D., maio/2009).*

*Meu pai conviveu na roça, nunca trabalho fora, criô os filho, cinco filho tudo, tudo na roça e nunca faltou nada, nada, nada pra ninguém. E eu alembro que ele falava quando eu faltá aqui vô dexá muitas coisa proceis [referência às terras deixadas] e dexô memo. Mais ocêis trate de cuidá bem direitinho do que eu vô dexá prá ôcêis; se ôcêis cuidá vão ficar com muita fazenda. (J. D., maio/2008).*

Posto isto, o tamanho da “propriedade” a ocupação do solo por cada categoria de uso não eram aleatórios, assim como também não era a localização, o tamanho e a proporção entre elas. Tratava-se de um **zoneamento** (Figuras 19 e 20) que refletia um complexo sistema, dinâmico, integrado e de uso equilibrado que previa o atendimento às necessidades de

reprodução cultural e biológica da família. O que não significava apenas dividir áreas de lavoura, de floresta e de *moradia*.

O manejo do solo agrícola, assim como o manejo da diversidade de espécies nativas, exigia a manutenção da floresta em seus diferentes estágios de sucessão. Além de repor as propriedades do solo no velho campo de cultivo, a capoeira disponibilizava um grande número de espécies frequentemente utilizadas<sup>49</sup>.

*A macela [espécie medicinal também muito utilizada na confecção dos travesseiros] nascia muito nas época que plantava, crescia naquelas tigüera que vem de onde colhia o milho, tirava a mandioca, aí crescia aquela capoeira e vinha as muda de macela junto, no memo lugar que tirava plantio, aí nascia aqueles pé de macela, ia olhá assim até era bonito, tava verdejando aquele lugar de muda de macela. A época certa de colhê memo é abril, porque quando ela madura, se dé uma chuva pronto, caba tudo. (J. D., jun./2007).*

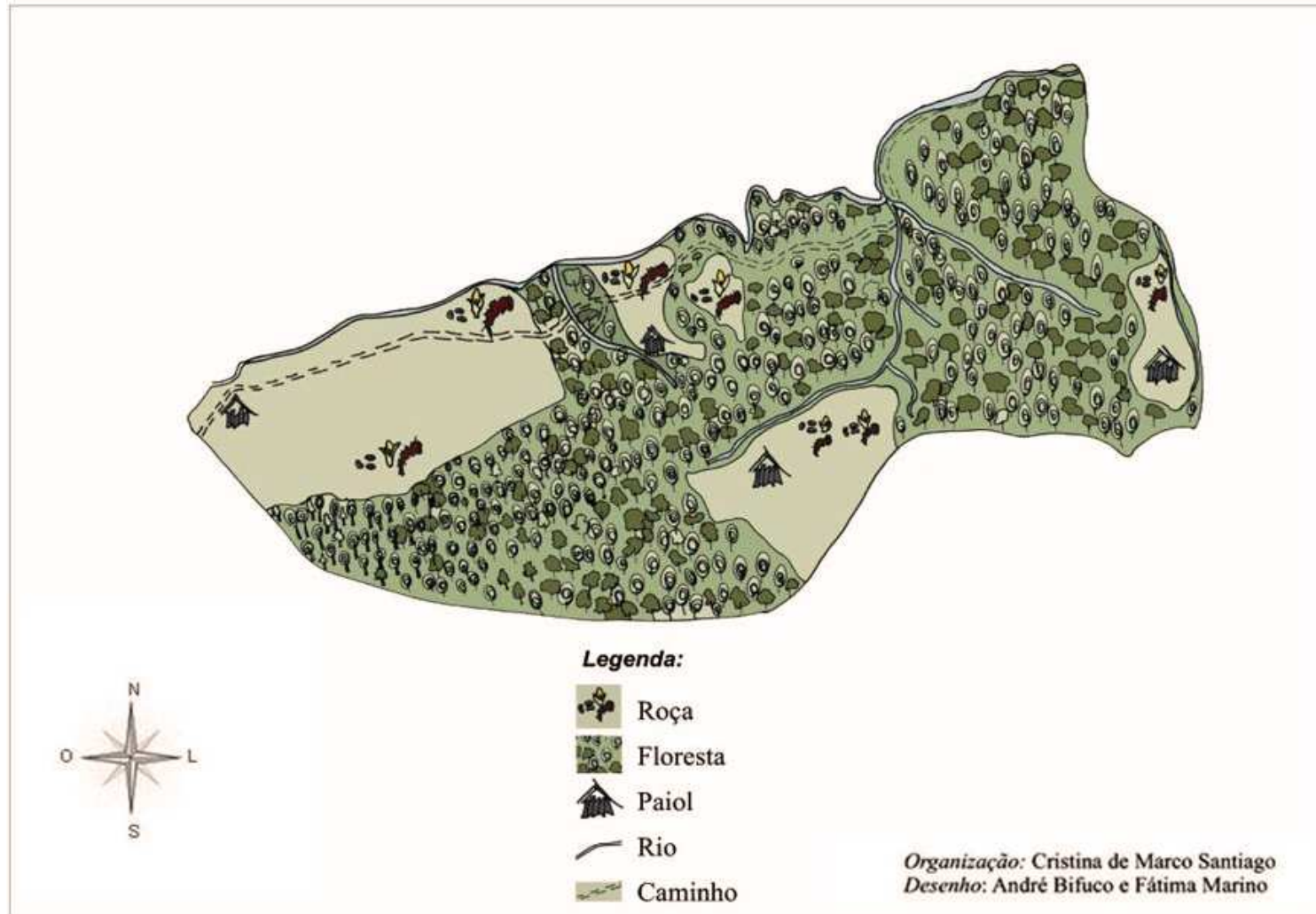
Também eram mantidas as chamadas *reservas*, áreas de floresta que não eram derrubadas; cuja localização se dava nas áreas mais íngremes, realmente impróprias à agricultura, cuja função, além da proteção do solo e da água, era a de fornecer lenha e espécies não madeireiras diversas. Nas áreas recobertas de floresta antiga eram retiradas as madeiras de maior diâmetro – o *cerne de pau caído*, eventualmente utilizadas na construção de uma casa (esteio, portas e janelas), de um monjolo etc.

*[...] tinha uns pedaços que não podia também mexê. Tinha uns canto que meu avozinho não dexava, tinha os cantinho certo. Era dividido uns pedaço pra plantá, pra moradia e uns que nunca mexia. (T. D., jun./2007).*

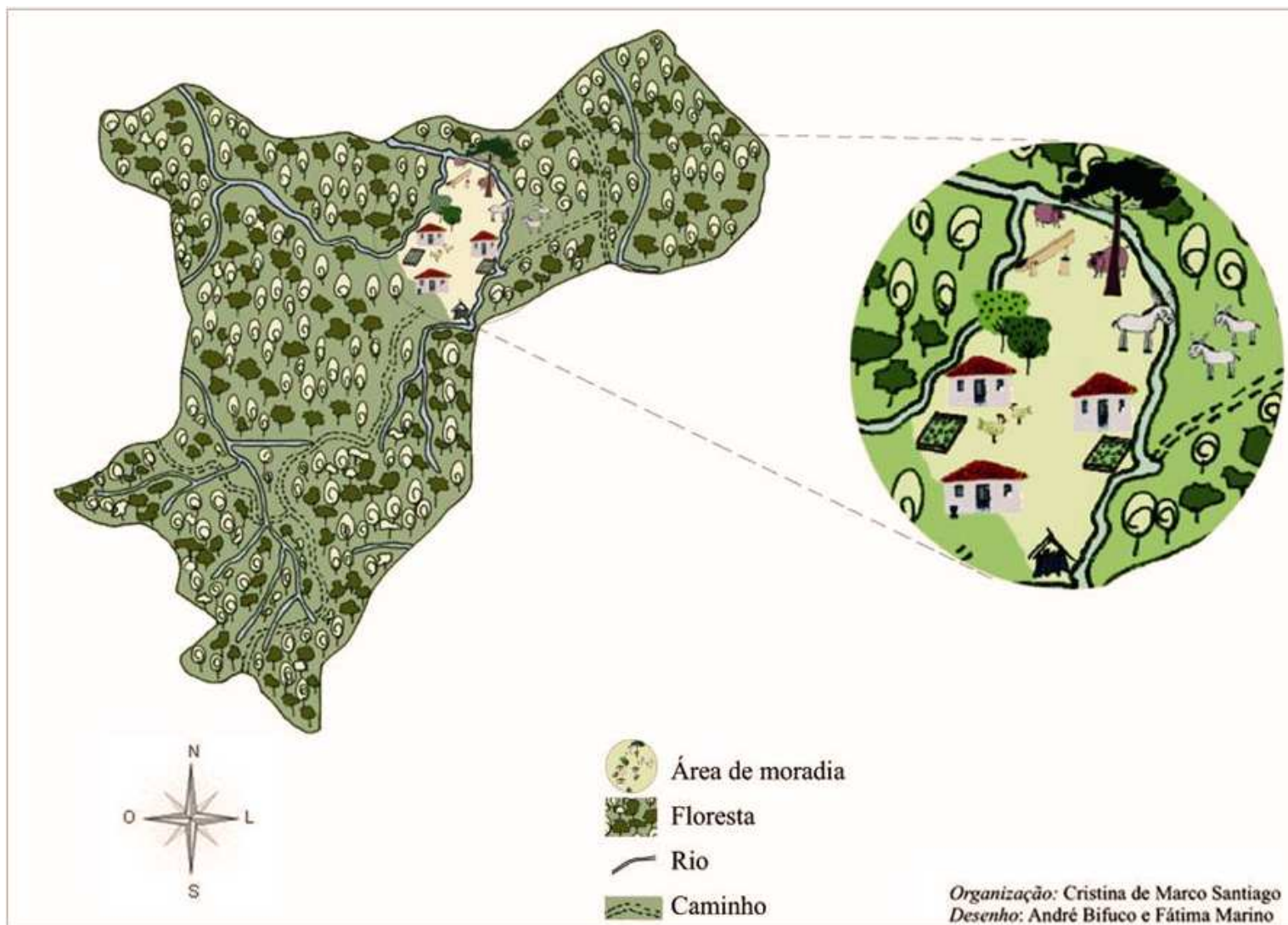
*Tinha que tê a área de mata, aqui era só mata eu me alembro, o tempo que eu fui criada aqui ó, aonde é o descampamento que é até agora, ficô o espaço para moradia mesmo. Esse trecho nunca foi derrubado, tô nessa idade [63 anos] e nunca que eu alembro que fizeram uma roça ali todo esse trecho dessa redondeza aqui. Aqui era só mata, tem o espaço das moradias, o descampamento e a reserva de mata. (J.D., jun./2007).*

---

<sup>49</sup> Posey (1987) em seu estudo sobre os Kayapó mostrou como a capoeira que nascia em antigas áreas de roça concentrava alta diversidade, fornecendo vasta gama de produtos úteis, além de se prestarem como fonte de alimento abundante à caça.



**Figura 19** – Croqui de representação do uso do solo da gleba nº 131 na “época dos antigos”, até a década de 1950 (sem escala).



**Figura 20** – Croqui de representação do uso do solo da gleba nº 100 na “época dos antigos”, até a década de 1950

Sob as matas antigas encontravam-se, ainda, os melhores povoamentos de palmito, que, além de ter uma vasta aplicação na vida do lavrador caipira (alimento, caibro para construção de telhado, cobertura de casa, folhas para “tecido”<sup>50</sup>, “botas” etc.), “*era como uma poupança dos antigos na época em que a lavoura num dava*” (J.D., 2009).

*“A lavoura é assim, tem época que dá ceifa boa e tem época que num dá. Meu pai era assim, quando via que a lavoura num ia cubri as despesa, ia na mata, cortava o palmito e levava vendê, pra trazê as mercadoria que precisava pra casa.”* (J.D., jun/2007).

Nas proximidades das moradias, áreas planas com boa oferta de água para as atividades domésticas e para o consumo dos animais associavam-se às gramíneas e às árvores de araucária plantadas pelos “nativos” que se prestavam à complementação alimentar, fosse das pessoas ou dos porcos criados soltos. Também eram destinados ali os espaços para a criação dos burros e cavalos utilizados no transporte. Mais próximo às casas ficavam as galinhas, as hortas (protegidas destas últimas por cercas – afinal as plantas não se movem) e algumas frutíferas (Figura 21 e 22).

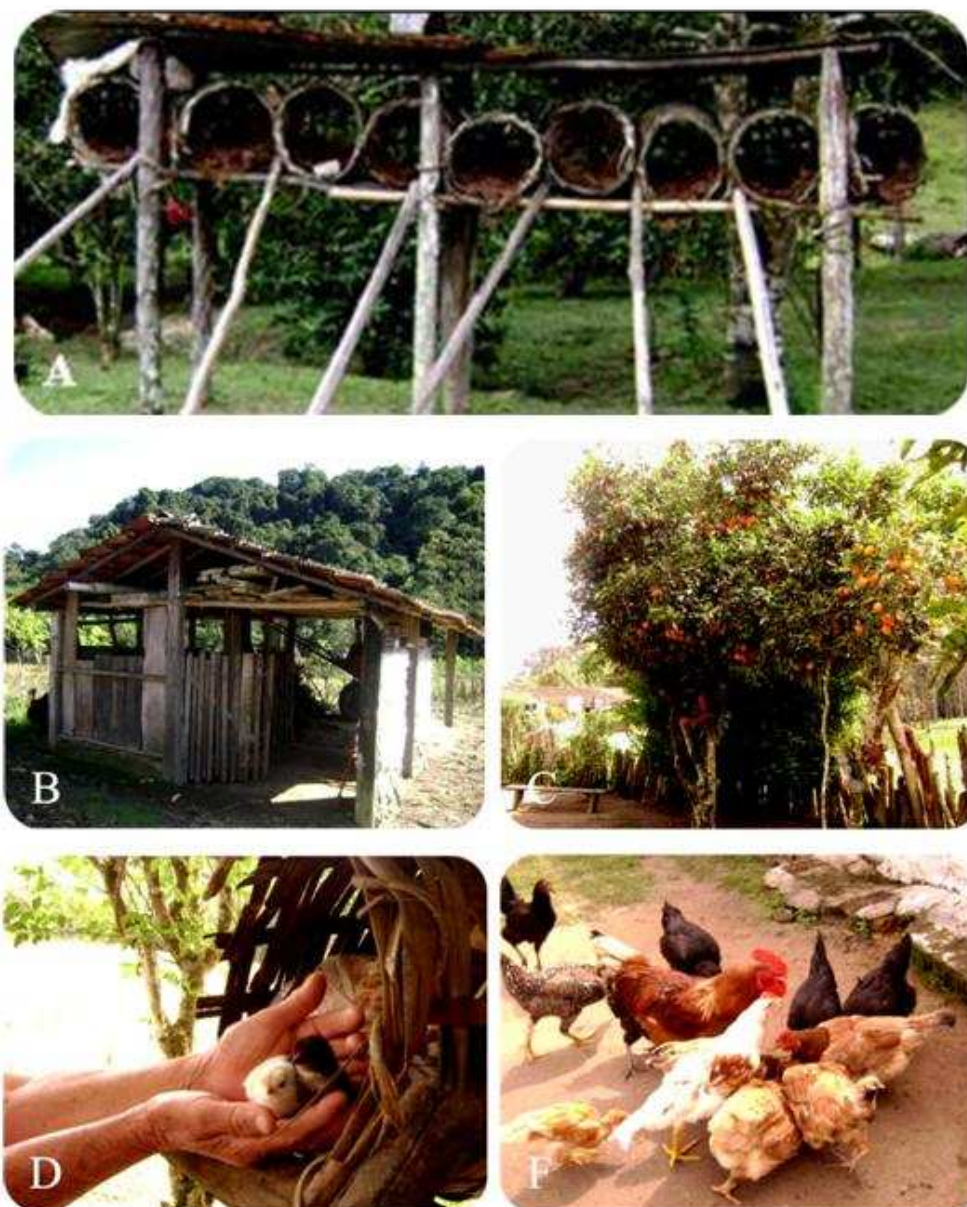
---

<sup>50</sup> Os “nativos” usam o termo tecido para designar os diversos tipos de trançados utilizados para a confecção de utensílios, no caso da folha do palmito é feita uma espécie de esteira de tamanho e aplicação variados.



**Figura 21** - Vistas da área de moradia no bairro dos Paulo, guardando a mesma feição da época dos antigos. (A) local onde ficavam os filhotes de burros; (B) Área que era destinada ao pasto dos animais, ao fundo as araucárias; (C) Casa de Paulino Paulo, à direita a capela. (D) Reserva para extração de lenha e outras matérias primas de uso rotineiros; (E) paio.

FONTE: A autora (2009), levantamento de campo.



**Figura 22** - Ainda vistas da área de moradia do bairro dos Paulo (A) galinheiro; (B) Paiol; (C) limoeiro; (D) ninho de galinha; (E) galinhas criadas soltas; (F) galinhas criadas soltas.

FONTE: A autora (2009), levantamento de campo.

Os critérios de manejo das espécies florestais eram regrados por saberes empíricos, por valores morais e crenças que se inter-relacionavam. O não desperdício, incluindo a aplicabilidade correta do recurso a que se destinava, e a época correta de retirada para que ele tivesse maior durabilidade, era um princípio que compunha as regras de uso de qualquer recurso, que, somado ao saber tradicional sobre a reprodução das espécies, seu ciclo de vida e suas exigências ecológicas, era suficiente para a definição de práticas sustentáveis.

O não desperdício está relacionado a princípios éticos em relação à natureza: caçar só para alimento; nunca matar um animal com cria; matar só o que se pode carregar; cortar da floresta só o que vai usar, sempre na mingunte *pra num carunchá*; e queimar apenas o *trecho* que vai ser utilizado na lavoura eram condutas exigidas de um homem de bem.

*O homem tem muitos tipo, tem aqueles que pensa o bem e o que pensa o mau. O que pensa o mau vai destruí a natureza, usá além do que precisa, pegá uma coisa errado pra depois desperdiçá. Né? No tempo que a gente fazia casa de pau a pique, tinha a maderá que era boa pra fazê, pra usá pra esteio: a peroba, o terumã, a guatinga, essas maderá punhava na terra elas guentava, guentava tempo, otras logo apodrecia. Tem que cortá o que serve, cortá o que vai precisá, se não vai cortá de bobera. Tem que tirá o que pode usá; queimá só o que vai usá. (I. A. D., maio/2007).*

O sucesso do manejo também era garantido pelo grande número de espécies utilizadas e/ou pela diversidade de aplicabilidade de uma única espécie. Portanto, não havia pressão de uso sobre alguns poucos recursos. As plantas, por exemplo, que forneciam fibras para amarrilho eram muitas, cada uma com uma propriedade, mais ou menos adequada, para cada fim: haviam as embiras, os diversos cipós, o tucum etc., todos tinham sua melhor aplicabilidade.

O palmitero (*Euterpe edulis*), como visto, era uma das plantas de mais ampla aplicação, além de ser um recurso comercializado. Desse modo, supõe-se que havia uma grande pressão de uso sobre ele. Contudo, o seu manejo era absolutamente eficiente. Utilizado na construção das casas como viga, para ter a resistência física ideal, era necessário que atingisse, pelo menos, 20 anos de idade; para alimento, a regra era que o corte fosse feito entre 8 e 10 anos. O palmitero frutifica pela primeira vez em torno dos 7 anos, portanto, o corte da planta ocorria pelo menos após duas a quatro frutificações. A manutenção de um grande número de matrizes produtoras de sementes garantia a reprodução da espécie e a manutenção de uma *reserva*. “[...] meu pai dizia tem um trecho que tem que dexá pra reserva, pra cresce, pra aumentá, e deixava memo, deixava aqueles palmito ficá bem velho, pra dá semente e pra corta madeira pra construí uma casa” (J.D., jun/2007).

Cada espécie tem as suas exigências e, assim, é a partir da observação empírica, do saber herdado e de uma postura ética que se configuravam as regras e os cuidados necessários à garantia contínua de cada recurso: “*O cipó pode tirá qualquer época do ano, dependendo do jeito que cortá ele brota de novo. O cipó-peba, a mãe dele dá lá em cima, num pode cortá.*”

(I. A.D., ago./2008).

*A Taboa pra ela dar boa tem que ser cultuada num lugar, tem que cortá no tempo certo e não pode nada estragá e judiá, nem fogo ficá queimano, si não, logo vai indo acaba tudo, a água tem que se sempre conservada, limpa. Aí a taboa vai crescendo, pode cortá todo ano num lugar só que todo ano tem. (T.D., jun./2008).*

*Tudo isso era serventia que vinha da natureza da mata, mas se não sobesse cortá destruía [...] logo num vinha mais, quando fosse precurá, acabô! Então ele [o pai] explicava tudo isso, tinha que sabê que serventia pra uso [...], tinha que dexá pra crescê e depois, quando voltasse tinha outra remessa de novo, como a colheita da planta. (L.D., jun./2007).*

Este “sistema natureza” era cuidadosamente manejado, sendo que a floresta, pelas suas diversas funções, ocupava a maior parte do território tradicional. As práticas de manejo agrícola não eram (e não são) pensadas pelo lavrador tradicional de maneira dissociada da floresta. A queima característica do sistema agrícola adotado era cuidadosamente dimensionada e vários dias de trabalho eram gastos para fazer *um carpido* em volta da área a ser cultivada para que a mata não fosse atingida. O fogo, sobre uma mesma área, sucessivas vezes destruía o solo, por isso a queima não ocorria de forma aleatória e o trabalho era realizado utilizando-se apenas ferramentas manuais e raramente com auxílio do arado de burro. Não se tratava de atraso tecnológico, mas aquelas terras não *aceitavam* que as revolvesse mais do que 15 a 20 cm. O cultivo de uma área ocorria durante dois anos e, em seguida, deixava-se a terra em *descanso* por três a cinco anos para repor a sua fertilidade, maximizada durante o período de lavoura pela rotação e pelo consorciamento de culturas.

Na derrubada da mata, as árvores maiores, cujo fogo não consumia, ali permaneciam favorecendo a fertilidade e a estrutura do solo e a dificuldade de cultivo era vencida com a criatividade na confecção e no uso de ferramentas mais apropriadas.

*Quando derrubava aquele tanto de mata, eles ia fazê uma roça, e o plantio era grande, num plantava com a enxada era com a cavadeira, porque então com a enxada num tinha jeito de fazê as cova do milho, por causa da madeira. Essa época era do mixirão, aí cada um com um tipo de uma sacola, colocava a arca aqui de lado, e ia com a cavadeira, **que faiz com uma foice velha, que já num serve pra trabalho, quebra a ponta amola bem amoladinho (trabalho de índio memo)** e passo a passo plantava o milho com a cavadeira, com aquela quantidade de gente, plantava tudo num dia só. Quando vinha aquela plantação vinha aquela coisa linda. (L. D., ago/2009).*

As plantas *antigas* e as suas variedades eram conservadas pelas suas diferentes características, fossem relativas a aspectos culinários ou de resistência a pragas, doenças e determinadas condições climáticas. Os grãos ou ramas (clones) utilizados para o plantio eram obtidos a partir da seleção das melhores plantas da colheita anterior; as diversas atividades da lavoura (preparo do terreno, plantio e colheita) eram regidas pelos ciclos climáticos anuais.

*Feijão cara suja, esse é da bainha vermelha, tem da bainha branca também. Tem bastante feijão que plantava no começo e num tem mais, o cara-rocha que tinha num tem mais, bem roxão, dexaram acabá. Feijão serra-azul é o mesmo que cara suja; é o mais antigo que tem por aqui. [...] Tinha um feijão branco da bainha bem roxa - piturra, eu plantava com meu pai, mas agora num existe mais. Tinha o milho branco, o milho roxo. (I.A.D., abr./2009).*

*Tinha uma qualidade de alho que ninguém mais tem, chama alho do reino, era remédio para dor de barriga. (J.D., abr./2009).*

*Milho tinha o branco, milho araçá, milho cunha – bem vermelhinho o milho amarelo. O feijão tinha o bragancera, o feijão grosso e o campinero que a turma chamava, só que agora desapareceu da praça. (J.A. D., out./2009).*

*O milho que o pai fazia muita farinha, tinha muito, eu acho que por aqui ninguém mais tem, diz que o Jair tem, mas num acho que tem não, é o milho marelão, ele dá bem alto o pé assim e os lugar que ele gostava de roça novo dava aquele espigão assim, é milho de fazê farinha, ficava bem bonita, assim branquicenta. (J.D., abr./2009).*

O uso da natureza, as suas regras eram, ainda, determinadas e vigiadas por entidades da mata; assim, o sobrenatural se integra às praticas de manejo da floresta, as histórias dão ênfase à caça, regulando aspectos relacionados à quantidade, à procriação e aos tratos despendidos aos animais silvestres.

O Pé-Grande era o pai do mato, o rei da caça que repreendia o trabalho noturno, o caçador e aquele que fazia grandes derrubadas, era o guardião da floresta. “No tempo dos antigo tinha muita coisa, a turma via memo.” (I.A.D., out./2009). “O Pé-grande é o pai do mato, esse aí tem história grande memo [...]. As caça se pegá tem que matá, porque se machucá o médico delas num gosta.” (J.A.D., out./2009).

*O meu pai contava, disse que ele tava fazendo uma derrubada grande anssim, ele tava andando, aí ele olhô anssim, ele tava na testada da roçada; tinha uma grumixavera grande, de tão grande que ele era que pisô e levantô a copa dela intera, aí ele viu. Í! o Pé Grande ó. Quando ele correu e olhô pra trais já num inxergô mais nada. (J.A. D., out./2009).*

*O Curupira é um tipo de uma menina de meio metro mais o meno. O Pé Grande é um homão muito grande, diz que ele é o rei da caça a turma fala. [...] O caipora, lá no rio do Peixe, um cara viu. Esses bicho são incantado, a pessoa quase num vê. Um cará que trabalhava no Jurupará ele viu, é uma muié, bem cabeludona, diz que veio pro lado dele e ele correu. Tudo espantava caçadô memo. [...] A Mula [sem cabeça] diz que ficava no pasto brigando com a criação. [...] O saci eu num vi, mais o assubiu dele eu cheguei a oví, quando morava lá na Vila Verde. O tio do Paulo Boava viu lá no meio do mato. Se a pessoa abusá, dizê que num acredita aí que aparece. Que nem o luisome tem muita gente que fala que vê. Né? (I.A.D., out./2009).*

O sobrenatural se manifesta não apenas por meio dessas entidades, descritas como *bichos encantados*, mas as próprias plantas na floresta podem ser encantadas: “Disse que tem um cipó no mato que se esbarrá a pessoa fica perdida. É, o mato tem muito segredo, tem muita coisa no mato...” (I.A.D., out./2009).

É assim que se configura o saber sobre o manejo desse “sistema natureza”, permeado por crenças, valores, princípios, critérios e técnicas que dão corpo a uma tecnologia nada convencional na concepção da ciência. Por esta razão cabe refletir sobre o significado mais amplo deste conceito. Conforme Molina e Valenzuela, pode-se entender a tecnologia como uma secreção humana,

una extensión o prolongación de sus miembros y capacidades, un medio de adaptación cultural extra-somático que amplifica el equipamiento biológico original. Sin embargo, entre el entorno físico y la actividad humana existe siempre una colección de objetivos y valores específicos, un corpus de creencias y conocimientos culturales, que ofrecen cierta singularidad a las técnicas y tecnologías (MOLINA; VALENZUELA, 2006, p. 175, 176).

Em sendo a terra concebida enquanto patrimônio, que passa de geração a geração, e fundamental na manutenção da coesão e da autonomia da família, esta era pensada, garantida e legada pelo pai lavrador sob três perspectivas integradas: o saber-fazer, respeitando e perpetuando a capacidade de uso da natureza; a disponibilidade ou extensão da terra; a posse da terra, relativa à estabilidade da sua manutenção (CANDIDO, 2003), conseguida por meio do pagamento de impostos, o que comprovava os direitos jurídicos sobre a terra; e, ainda, as

relações de reciprocidade com outros de *dentro*, os outros “*nativos*”, os quais podiam contar tanto para casar seus filhos quanto em todas as atividades e mesmo dificuldades em que a família por si só não fosse suficiente.

### 2.5.3 “A união do povo de dentro”

Se por um lado a natureza disponibilizava todos os recursos necessários para o *sobreviver*, as condições de estabilidade material e social da família somente eram possíveis pela *união do povo*. Era essa união que possibilitava a autonomia territorial tão prezada pelo lavrador caipira – o *comando* sobre o seu território (o trecho de cada família, o bairro e o sertão onde moram todos os “*nativos*”).

É importante frisar, neste sentido, que autonomia não significa autosuficiência, fechamento, “mas capacidade de autogoverno das relações de territorialidade, internas e externas, de auto projeção de um desenvolvimento centrado nessas relações” (DEMATTEIS, 2007, p. 9).

Se a autonomia era exercida em diferentes escalas, também a união o era. Terra, trabalho e família são valores que se referem a um ordenamento moral do mundo (WOORTMANN, 1990, p. 57) e ultrapassam o núcleo familiar. Deste modo, as relações sociais, fossem na família, entre parentes do bairro ou entre os “*nativos*” eram pautadas por códigos de reciprocidade, formando o que se pode chamar de uma “rede de reciprocidade” (MOLINA; VALENZUELA, 2006, p. 154).

Eram relações sociais peculiares ao modo de vida tradicional caipira, distinguindo-se por aproximar “os indivíduos em lugar de separá-los, relações estreitas, diretas e pessoais” (QUEIROZ, 1973a, p. 66). Uma rede de sociabilidade pautada pelo princípio da reciprocidade, constituindo-se, assim, em um elemento do território e, como tal, subordinada às suas fronteiras, conforme expõe Haesbaert e Limonad (2007), e, portanto, essencial na territorialização dos “*nativos*”.

A reciprocidade é mais que simples troca equilibrada. Sahlins (1970) admite um complexo contínuo de variações. Num dos extremos está a “reciprocidade generalizada”, relações, supostamente, altruístas baseadas na assistência gratuita e, se possível e necessário,

assistência retribuída. Incluem-se aqui a ajuda mútua entre parentes e vizinhos, a generosidade, as relações de incondicionalidade materna e paterna, nas quais não existe expectativa de retorno material direto. A obrigação de retribuir é difusa, o momento, a quantidade e qualidade da retribuição não são especificadas: quando necessária para o doador e possível para o retribuidor. Algumas pessoas nunca poderão ajudar a si mesmas ou aos outros, contudo, as obrigações dos parentes próximos para com elas não falham.

No meio do contínuo está a “reciprocidade equilibrada”. Trata-se de uma troca direta, ou seja, retribuição imediata (um período de tempo costumeiro finito ou muito rápido) e equilibrada, em valor ou utilidade comensurável ao bem recebido. O comércio justo e imediato é um comportamento exemplar neste tipo de reciprocidade.

E, finalmente, no outro extremo está a “reciprocidade negativa”. É a apropriação que se dá exclusivamente por interesse próprio, uma tentativa de conseguir algo sem dar nada em troca. Claro que, em sendo um complexo contínuo, há uma ampla série de combinações resultando em diferentes formas de reciprocidade; sendo importante destacar que “os extremos são especialmente positivos e negativos em um sentido moral e os intervalos entre eles não são apenas gradações de equilíbrio materiais, mas de sociabilidade. A distância entre os pólos de reciprocidade é distância social.” (SAHLINS, 1970, p. 128-129).

No passado, entre os *nativos*, observava-se uma reciprocidade predominantemente positiva que combinava, de diferentes formas ou intensidades, reciprocidade generalizada e equilibrada; podendo ser exemplificada pelo pai que generosamente *mantinha* o filho e sua esposa recém casados, por um ano, sem qualquer despesa, para que pudessem, com o produto da venda de parte da lavoura do casal, ter um início melhor de vida; pela família que acolhia um parente doente, necessitado, ou uma criança órfã pela obrigação do compadrio; pelo trabalho voluntário de poucos *escolhidos* e treinados entre os “*nativos*” para atender aos doentes e formular medicamentos ou realizar os partos e prescrever e acompanhar o tratamento adequado durante o período de resguardo; ou, ainda pela mais conhecida forma de reciprocidade entre caipiras: o *mutirão* (BRANDÃO, 1983; CANDIDO, 2003; HOLANDA, 1975; PIRES, 1921; QUEIROZ, 1973a, 1973b; RIBEIRO, 1995), *mixirão* ou *muxirão* na expressão local.

*Sabe o que é mixirão? Mixirão é reuni a família. Né? Aquela época era tudo deferente de agora, então quanto eles fazia um trecho grande de roça, então eles reunia os vizinho ali dos bairro que se convivia, aí eles fazia, só que hoje em dia ninguém se vê mais falá, eles fazia o mixirão (L.D., jun./2007).*

*O mixirão que foi do meu criamento, quando eles plantava não era lavorinha pra fazê dentro de uma semana, era pra muitos dia de serviço, aí então quando não dava conta de fazê, aí os nativos, muitos já faleceram e muitos mudaram daqui, aí eles **reuniam a família** e faziam tudo num dia só. E era um povo unido, chegava, **fazia aquela comidera aquele, banquete de comida, a vontade**, aí as pessoas chegava e logo as plantação tava tudo limpinho, era assim. Na época do meu pai foi assim, eu me alembro muito bem. (J.D., jun./2007).*

A reunião entre parentes, a *comidera*, o *banquete* dão ênfase ao aspecto festivo e de união entre as pessoas e não propriamente ao trabalho realizado. Atender a um chamado para participar de um *mixirão* era uma questão de honra; todo o pai de família deveria atender à convocação quando efetuada. “[...] a honra delimita um campo específico para o jogo da reciprocidade [...] onde as práticas são obrigatórias, pois o que realmente está em jogo é o todo (a comunidade, a “casa”, etc.).” (WOORTMAN, 1990, p. 60).

Conforme esclarece Woortmann (1990), trata-se de uma troca que não é pensada como trabalho, mas sim como ajuda entre iguais e que será retribuída; descrita mais como festa do que como labuta, e que, além de responder a uma necessidade prática, possui também um significado simbólico: “não se está apenas produzindo um roçado; está se reproduzindo uma comunidade.” (WOORTMAN, 1990, p.32).

A reciprocidade entre os de *dentro* permitia a reciprocidade equilibrada com a cidade. Esta última entendida por Queiroz (1973a), tal a sua importância, como um dos elementos definidores do modo de vida do caipira (do tipo sitiante independente), desenvolvendo-se historicamente em equilíbrio de complementaridade com a cidade. Havia, segundo a Autora, um paralelismo complementar entre as duas economias e os dois estilos de vida, de forma que a cidade necessitava muito mais do caipira do que ele da cidade.

Como visto, o pagamento dos impostos, a eventual e necessária aquisição de terras, e a compra de poucos, mas imprescindíveis, gêneros na cidade eram condições para a manutenção de uma vida digna do lavrador caipira; exigindo-lhe o aumento da produção agrícola, uma produção regular que pudesse gerar-lhe renda financeira.

Desse modo, adicionava-se ao plantio de consumo da família um excedente para venda. O milho, o feijão, a mandioca, a galinha, o porco e, eventualmente, o palmito eram os produtos levados e comercializados nas cidades de São Paulo (nos bairros de Pinheiros e Santo Amaro) e de São Roque. O transporte das mercadorias era feito em lombo de burro, saíam tropas com muitos nativos, num percurso de três dias (ida e volta), com paragem, se fosse à São Paulo, em

Juquitiba; se fosse à São Roque, em Ibiúna (no Murundu). Passava-se a noite em ranchos mantidos exclusivamente para tal fim.“[...] *ele [o pai] fazia pousada em Juquitiba, de Juquitiba ia pra Santo Amaro, em companhia de ôtros nativo, levava as coisa pra vendê, quando vinha de lá ele trazia as coisa que não tinha aqui, o açúcar e sal o resto era tudo em casa.*” (L.D., jun./2007).

As técnicas empregadas e a capacidade limitada de trabalho no âmbito da família nuclear estabeleciam a necessidade de cooperação e solidariedade entre os parentes/vizinhos, fosse para a produção destinada ao consumo ou ao excedente. O princípio geral do *mutirão* é, assim, o do auxílio recíproco, especialmente, em períodos de intenso trabalho na lavoura, mas, não só.

“*Era um servindo o outro*” (L.D., ago/2009), assim se diz sobre o *mixirão* no Bairro. Servir é a finalidade do auxílio, e o servir abre a possibilidade para que se receba, em troca do trabalho efetuado, aquilo que mais se necessita, podendo não, necessariamente, ser trabalho. E é neste sentido que o *mixirão* torna-se um importante mecanismo de manutenção da homogeneidade social entre os de *dentro*.

[...] *então eles fazia os empreito pra colhê aquela quantidade de planta, aquele que era mais fraco dos meio de sobrevivê ele [o pai] empreitava, aí ele dava em plantação, dava a banha de porco, pra pagá em serviço, num usava dinheiro, era feijão, era milho, banha, era tudo coisa pra turma comê.* (J.D., abr/2009).

[...] *Eu trabalhei muito em mixirão* (C.M.J., jun./2007).

Foram necessárias muitas indagações aos moradores para compreender as diferentes nuances envolvidas nesta relação de reciprocidade. Ouvia-se falar, de forma muito esporádica e contida, de *empreito*, de *gente patrão*, de *gente grande*, de *nativo remediado* e de *nativo mais fraco*: “*Nessas redondeza tinha os que era mais remediado de vida esses era os patrão dos mais fraco que precisava. Era um povo unido.*” (I.A.D., out./2009).

*Tinha nativo com funcionário, eu alembro que o tempo que meu pai plantava muito, tinha os ôtros que era mais fraco de trabalho, que ganhava mais pouco, ele pegava os empreito. Tenho um trecho lá, ele dizia, tem quantia de roça. Ocê vai colhe pra mim? Tudo da família.* (L.D., jun./2007).

O que se deduz inicialmente pelas falas dos moradores é que se tratam de relações distintas àquelas estabelecidas por meio do *mutirão* e àquelas por intermédio da *empreitada*, mas, quando a pergunta é feita objetivamente, a resposta é: *tudo era mixirão*. Contudo, de forma constrangida, tal resposta sempre vem acompanhada pelo esclarecimento espontâneo de que era um *povo muito unido*, de que na ocasião do trabalho todos eram bem tratados, tendo-se muita fartura de comida e de que não havia nenhuma distinção. Se o pai ou sogro (Paulino Paulo) ou qualquer *nativo* fosse chamado para um *mixirão*, eles participavam. Também não se fala diretamente que Paulino era *remediado*, ou *gente grande*, fala-se de forma genérica sobre a existência desse tipo de *nativo* e, sobre ele, apenas, das *empreitadas* que contratava.

A *união* sempre é mencionada como elemento central das relações, ou seja, não há uma relação de subordinação e dependência e sim de *união*, embora haja *remediados* e *fracos*, a reciprocidade praticada mantém em primeiro plano a autonomia de cada um. São, antes de tudo, parentes, portanto, iguais e servem-se mutuamente. Não se trata de *viver do alheio*, ou seja, de vender a força de trabalho a um estranho em terras *alheias*. A lógica terra, trabalho, família se mantém, o trabalho não se desconfigura; aquele que *pega o empreito* continua, emprestando as palavras de Sahlins (1970, p. 126), “um parente cumpridor de suas obrigações, cidadão da comunidade e um ser inteligente capaz de arte e alegria”. Não se modifica a organização e a relação social de trabalho: *empreito* e *mixirão* são a mesma coisa.

É interessante observar que não se usa o oposto de *fraco*, ou seja, *forte*, para designar aquele que tem melhores condições, mas *remediado*, como que se estivesse vetando a diferenciação absoluta. O *remediado* não era *forte*, nem *rico*, embora de fato o fosse, segundo seus próprios valores, pois era aquele que tinha acesso, por meio do seu trabalho, às condições e bens necessários à vida tradicional, sejam elas o alimento farto, a compra na cidade de alguns gêneros imprescindíveis, a realização das práticas religiosas e festivas, o cumprimento com as obrigações administrativas em relação à terra e até a possibilidade de adquirir mais terras, se necessário. Mas, a igualdade é uma questão de princípio e todos mantinham-se dentro dos mesmos padrões de vida.

Em um mesmo bairro, onde *remediados* e *fracos* conviviam, em geral, estes últimos assim o eram ou por falta de braços suficientes na família para trabalhar e/ou pela falta de *talento para o comércio*, já que sendo o bairro constituído de terras comunais, todos tinham acesso igualmente a elas. Muito embora, ainda, pudessem ocorrer parcerias entre familiares que não descendiam de um mesmo pai, ou seja, eventualmente, um parente necessitado poderia ser acolhido em terras *alheias*.

Fukui (1972), em seu estudo no bairro das Laranjeiras, identifica igual proporção entre famílias habitando as próprias terras e famílias habitando terras de outrem; estas eram proprietárias de pequenas glebas que, em razão da diminuição das parcelas agricultáveis pela subsequente divisão de terras com o passar das gerações, tornavam-se inviáveis ao sistema tradicional de plantio, a agricultura itinerante. De qualquer modo, evidencia-se a dificuldade da família em manter o patrimônio, em adquirir terras à medida que a família se expande, certamente por falta de recursos financeiros, possíveis, somente, por meio do comércio.

O comércio exigia mais do que excedentes produzidos, exigia a desenvoltura para negociar na cidade; era preciso que se soubesse lidar com o dinheiro, colocar preço nos produtos para ter o retorno financeiro necessário ao pagamento dos impostos e à compra dos bens não produzidos; era necessário, ainda, certa dose de astúcia. Tarefa não muito fácil àqueles que compartilham de uma cultura e de um território onde *muito pouco se usa o dinheiro* e cuja reciprocidade praticada se afirma, enquanto princípio moral, pela negação do negócio, pela negação do espírito do lucro (WOOTMANN 1990); mesmo se tratando de uma comunidade que possui vínculo histórico com o tropeirismo, como é o caso da comunidade estudada.

*Meu avô plantava bastante, era só pro gasto, nunca vendeu nem foi pra São Paulo, ia pra Juquitiba, vendia uns ovinho só, mas tinha um tanto de galinha, botava bastante.* (C.M.J., ago./2007).

Deste modo, os fracos não eram o produto de diferenciação social, de uma organização social injusta, eles não existiam para que os demais pudessem se manter na condição de “fortes”, de produtores de excedente, ou seja, os “fortes” não existiam em detrimento daqueles que não conseguiam, às vezes, sequer produzir para a subsistência; não se tratava de uma relação que visava ao lucro financeiro, aliás, para que ele ocorra, segundo o princípio moral tradicional, é necessária a distância cultural. A lógica que atuava ali era inversa. Em uma comunidade de parentesco,

uma família não se pode dar ao luxo de um auto-interesse doméstico quando os parentes vizinhos não tem o que comer. Se a produção familiar gera forças econômicas centrípetas, o parentesco gera forças centrífugas, trazendo os bens do grupo doméstico para distribuição de auxílio aos despossuídos. (SAHLINS, 1970, p. 124).

É nesse sentido que o excedente toma outra dimensão, não mais aquela do bem negociado na cidade, mas, da produção adicional, necessária ao sustento dos parentes mais

próximos, produção esta imposta pela responsabilidade do parentesco; este auxílio era, por consequência, um incentivo à produção adicional pelo doador, cujos bens mais necessários fluem em direção aos mais necessitados, por meio da linha do parentesco (SAHLINS, 1970).

O pagamento pelo trabalho, como visto, era feito em comida feijão, milho etc. e não em dinheiro, existindo, para tanto, um fundamento. Woortmann (1990) ressalta o significado da comida e a ausência do dinheiro nas relações internas às comunidades orientadas pelo princípio do parentesco, reproduzidas pela reciprocidade; nelas o dinheiro é um elemento de desmoralização, enquanto a comida, ao contrário, tem o seu significado simbólico associado à família, à terra e ao trabalho, a comida fala da honra do pai. Para o Autor; comida, trabalho e terra são categorias que expressam uma relação moral entre os homens e deles com a natureza; complementa que neste campo de reciprocidade quanto maior o valor de uso, maior é o valor de troca da coisa trocada. Desse modo, a comida em relação ao dinheiro assume um valor infinitamente superior.

A própria noção de riqueza está associada não ao dinheiro ou mesmo à quantidade de terras possuídas, mas sim à fartura do alimento produzido e à autonomia da família em relação ao seu próprio sustento, a autonomia em relação à cidade, graças a tudo que a natureza ofertava. Estes são sempre os fatores salientados por todos<sup>51</sup>.

*A plantação que nós tinha ali num vencia gastá e a criação que meu pai tinha, num era assim que nem hoje, era coisa linda. Eu, esse ponto eu tive na minha vida, eu criei pra fala a verdade, numa riqueza. De comê e bebê, era tudo, tudo, tudo; meu pai só comprava o sal e o açúcar, nossa família num usava plantá cana. Criação de porco que meu pai criava, nem terminava um ele já tava com ôtro. O resto era tudo em casa tudinho, pó de café, farinha, gordura. Óleo nem sabia o que era óleo, só banha de porco. Tudo trabalhava, tudo eles plantava, tudo do uso da natureza, nada vinha da cidade. (J.D., ago./2009).*

O mutirão, deste modo, é um mecanismo de homogeneização social, de distribuição de bens, de troca entre iguais, trata-se assim, de uma forma de reciprocidade que “transforma uma relação desigual noutra entre iguais” (WOORTMANN, 1990, p. 34), onde os parentes do Bairro servem-se mutuamente daquilo que mais precisam. Lembrando que “fraco” pode ser uma condição passageira decorrente de uma dificuldade, uma doença, a perda de um familiar etc.

---

<sup>51</sup> Uma noção de riqueza, portanto, que condiz com aquela tratada por Aristóteles (1960.) como parte da economia doméstica, a *riqueza verdadeira*, os meios próprios para satisfazer às exigências da vida.

Contudo, a união não se configurava apenas em momentos de dificuldade, mas, ainda, em ocasiões festivas, em “dias de Santo”, de casamento, de batizado ou de romarias nos grandes templos sagrados, em Pirapora, Aparecida do Norte, Iguape. Católicos fervorosos, os Paulo comemoravam o dia de São Benedito padroeiro do Bairro, uma reverência ao Santo, mas, também, uma homenagem a Benedito Paulo que fundara o Bairro. As festas juninas, casamentos, batizados ou dia de finados reuniam outros parentes *nativos* que não apenas aqueles do Bairro.

Não havendo igrejas, a capela dos Tuim era o local onde se reuniam os *nativos* nas cerimônias em que a presença do padre era imprescindível; era lá, também, que se localizava o cemitério<sup>52</sup>, onde os *nativos* eram sepultados. Uma multidão, composta de homens, mulheres e crianças, de vários bairros, se reunia em grandes festejos.

*Sabe lá na capelinha dos Tuim, tem o cemitério lá. Você conhece lá? Lá Tinha época que fazia aquelas festa, tinha os barraco das pessoa que saíam daqui, nós memo, o pai [Paulino] ia, tinha um barraco, levava comida, cuzinhava, cumia, bebia e durmia, ficava dois dias, depois que terminava a festa aí que vinha. (J.D., out./2009).*

*Iam busca padre lá em Ibiúna, ali tinha casamento batizado, ali, quando chegava era povo memo, tinha a capela grande e juntava povo que nossa; era bunito, juntava de tudu lugar, o povo era unido. Nessa época tinha só morador daqui num tinha ninguém de fora, só o pessoal do mato memo. (I.A. D., out./2009).*

*Levava as criança, colocava o cesto [no burro], colocava a criança dum lado, do ôtro, colocava mantimento, rochava ali as criança e ia embora. (J.D., out./2009).*

Nas festas e atividades religiosas, conforme, também, descrito por Müller (1956), Fukui (1972), Queiroz (1973a) e Cândido (2003), o *povo se unia* realizando atividades em comum, aquelas relacionadas ao preparo e organização dos eventos, como a construção de ranchos, o abate de animais, o preparo de alimentos, capinas, decoração; assim como a realização das novenas, procissões, danças etc. Ocasões festivas, como ressalta Fukui (1972), eram momentos de reunião, de encontro com a dimensão sagrada, de prestação de serviços coletivos e, portanto, momentos em que o grupo tomava consciência de sua unidade, estreitavam-se as relações e redefiniam-se as posições de prestígio individual e de cada família. “*Modo que dizia*

---

<sup>52</sup> Localizado no interior do Parque Estadual do Jurupará.

*antigamente, a pessoa que punhava o lenço no pescoço era gente patrão, quando ia numa festa via um com um lenção no pescoço era gente grande.”* (L. D., jun./2007).

O compadrio era outra forma de reforçar os elos entre *nativos*, a “rede de reciprocidade”, os familiares eram escolhidos de maneira preferencial, havendo obrigações mútuas de assistência entre compadres e entre afilhado e padrinhos. Na ausência dos pais eram eles que assumiam a responsabilidade pela criança, davam bons conselhos e em momentos importantes, as presenteavam (caso tivessem condições para tanto), como, por exemplo, no aniversário dos dez anos, idade que representava um marco entre o fim da infância e a iniciação para a fase adulta. Os presentes não eram simples agrados, mas tinham um significado e uma função para a ocasião que se comemorava. No caso da criança era comum se presentear com uma galinha, com a qual a criança já podia “começar a vida”.

*“O meu padrinho, Bastião Godói, me deu uma galinha de presente eu tinha uns dez anos. Meu pai matô essa galinha pra comê. Foi uma briga!”* (I. A. D., abr./2009).

Além dos padrinhos adultos, havia, ainda, a madrinha ou o padrinho *de apresentar* que era sempre um(a) jovem adolescente, que na cerimônia de batismo apresentava a criança aos futuros padrinhos.

Assim, os lavradores tradicionais, fossem *fracos* ou *remediados*, compartilhavam a vida juntos, com as mesmas condições de trabalho, as mesmas práticas religiosas e/ou festivas e de recreação, mantendo-se sob idênticas perspectivas de vida e igual nível social. Contudo, não se pode dizer o mesmo em relação à posição social ou prestígio de cada um. Para Queiroz (1973b), esta condição estava relacionada às qualidades pessoais do indivíduo, as quais, indiretamente, podiam depender da condição econômica, ou seja, o abastado tem maior possibilidade de fazer favores, de servir aos demais. Todavia, fatores como a religiosidade; a retidão; a presteza no auxílio aos parentes; a dedicação ao trabalho e à família; a inteligência e capricho para a realização dos vários tipos de trabalho, ou seja, as habilidades individuais; o poder de influência dentro e fora do grupo; a família a que se pertencia eram atributos definidores de prestígio social.

Portanto, não apenas *remediados* podiam chegar a ter muito prestígio, mas, também outros, quando revestidos de qualidades que lhe possibilitavam tornar-se líderes e autoridades dentro do grupo, como é o caso do inspetor de quarteirão. Este, como já mencionado anteriormente, era aquele a quem se recorria para todas as questões que ultrapassassem o âmbito familiar, aquele que chamava e liderava os trabalhos de interesse coletivo. Eram homens de

bem, respeitados por todos e capazes de manter a *ordem no sertão*. Um exemplo foi Silvestre Anselmo, pai de Isaias, produzia apenas o necessário ao consumo da família, mas era homem trabalhador, de boa família, tendo sido assim designado como inspetor de quarteirão.

Ser *remediado* não era um privilégio de alguns, *tinha muita gente remediada* e, tão pouco, a vida da família de um pai remediado era de privilégios, como será visto a seguir, evidenciando que a igualdade de condição de vida entre todos os lavradores era uma realidade.

Cabe, ainda, observar que, embora não houvesse diferença quanto às atividades rotineiras das famílias de lavradores tradicionais e do seu nível social, todos aqueles que se uniram aos Paulo por matrimônio e que eram provenientes de famílias desprovidas, unanimemente, afirmam que a vida era muito sofrida<sup>53</sup>, ao contrário dos depoimentos dos descendentes de Paulino. Estes falam que no tempo dos antigos a vida era de muito trabalho, falam das dificuldades gerais que os *nativos* enfrentavam, mas, não houve entre eles referências de pobreza e nem de sofrimento e, não raras vezes, os comentários vieram acompanhados de risos sobre a simplicidade daquela época. A falta de possibilidade de um recurso financeiro mínimo para se adquirir o que não era possível produzir, para a manutenção de um patrimônio familiar que garantisse colheitas fartas ou, ainda, que pudesse dar condições de auxiliar um filho ou parente próximo, eram condições degradantes, de desânimo para toda a família. Pois, tudo o que se almejava na vida era, apenas, o necessário, e justamente por esta condição, era indispensável, abaixo disso era a miséria.

A vida dos desprovidos somente torna-se possível, do ponto de vista da dignidade própria e das condições materiais, como visto anteriormente, pela reciprocidade, pelo desprendimento enquanto determinante cultural, equilibrando-se, de tal modo, a condição geral do grupo, ou seja, uma vida igualmente modesta para todos. Conforme Marshall Sahlins:

Mucho más interesante es preguntarse porque están, tan contentos con pertenecías tan escasas: para ellos se trata de una política, de una 'cuestión de principios' [...]. La modestia de los requerimientos materiales queda institucionalizada: se convierte en un hecho cultural positivo que se expresa en una variedad de disposiciones económicas. (SAHLINS, 1983, p. 24-25).

Evidencia-se, desse modo, a proximidade que havia entre as fronteiras da pobreza e da fartura.

---

<sup>53</sup> Embora todos afirmem gostar muito de fazer roça, provavelmente porque mais que trabalho a roça é um espaço de integração social.

#### 2.5.4 O núcleo doméstico e o papel do “homem e da mulher antiga”

Saberes e produção autônomos, valores e princípios centrados na tríade terra, família e trabalho, onde Deus é o mediador da relação homem-terra, são características culturais que conferem à família tradicional uma função altamente complexa do ponto de vista da reprodução social, cabendo ao casal muito trabalho, incluindo o ensinamento de um conjunto complexo de saberes técnicos e místico-religiosos aos filhos desde a mais tenra idade, pois, muito cedo já assumiam responsabilidades na família.

Foi visto anteriormente o quanto a união do povo era determinante na manutenção do equilíbrio social e material da família, do mesmo modo é de se supor que a união entre o casal fosse essencial para a reprodução de uma instituição familiar segundo padrões culturais tradicionais. Contudo, a ausência do direito da mulher em herdar o nome do pai ou do marido é um forte indício de que a posição da mulher em relação ao homem era de submissão e inferioridade; também a conhecida autoridade do pai nas famílias tradicionais é outro elemento que induz a tal conclusão (QUEIROZ, 1973a; THOMAS; ZNANIECHI, 1979; SHANIN, 1979b; GALESKI, 1979; DOBROWOLSKI, 1979; CÂNDIDO, 2003).

A análise dos dados recolhidos nos depoimentos fornecidos durante os dois primeiros anos de pesquisa, muitos fornecidos espontaneamente pela única filha de Paulino, levava a crer que se estava diante de um grupo onde havia no passado uma supervalorização da figura paterna e a ausência de reconhecimento do papel da mulher na família. Simplesmente quase não havia menção a respeito da mãe nas suas falas e o pai ao contrário era idolatrado.

Por outro lado, em momento algum, não apenas durante a pesquisa, mas durante os anos de convívio no Bairro, houve a impressão de se estar diante de mulheres com baixa autoestima, sem iniciativa e dominadas pela figura masculina, aliás, muito ao contrário. Fosse por meio da fala a respeito de si próprias ou por meio das observações efetuadas, na década de 1990, qualidades como iniciativa, liderança, auto-organização para o trabalho conjunto, influência sobre os filhos e até mesmo, em maior ou menor grau, sobre os maridos eram patentes. Essas características eram observadas, de maneira especialmente marcante, na filha de Paulino. Havia, portanto, uma contradição entre a aparente ausência de significado da *mãe/mulher antiga* e a personalidade feminina observada no presente. O lapso de apenas uma geração era muito pouco tempo para uma mudança significativa.

É importante lembrar, que o bairro dos Paulo foi eleito, enquanto estudo de caso, pelo seu valor em si, devendo ser visto e tratado “como único, uma representação singular da realidade” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 21). Desse modo, embora tenha sido possível identificar, por meio da memória coletiva, o que era comum à vida das mulheres e dos homens caipiras daquele *sertão* no passado<sup>54</sup> (e que, obviamente, tem importância nesta pesquisa), fazendo jus ao método adotado, foi dado destaque às singularidades do caso estudado e os fatos comuns tiveram valor, especialmente, para identificar o que é particular ao grupo em questão.

O tema sobre a posição do homem e da mulher não estava contemplado inicialmente na pesquisa, e foi incluído posteriormente, quando passou-se, então, a investigá-lo objetivamente no contexto da territorialidade caipira e, claro, procurar compreender a contradição identificada naquela família após a análise dos primeiros depoimentos. Tratava-se de uma regra geral ou de uma situação específica para o bairro dos Paulo? E se há uma desvalorização da mulher em relação ao homem como pode ele (no caso Paulino Paulo) ser idolatrado por uma mulher, mesmo sendo sua filha?

Comenta Shanin (2008) sobre a ampla gama de conhecimentos e habilidades que caracterizam a vida rural tradicional: “Só se aprende com seus pais. Se for um menino, aprende com o seu pai, se for uma menina com a sua mãe.” (SHANIN, p. 41, 2008). Esta regra valia apenas em parte no bairro dos Paulos, pois o pai tinha papel preponderante no ensinamento dos filhos, mas também da filha e, ao contrário do que se possa inicialmente avaliar, a autonomia da mulher era valorizada e incentivada.

O que delimitava a diferença entre o trabalho do homem e da mulher era a *natureza* de cada um, a menor resistência física da mulher para trabalhos que exigiam o uso da força e a maternidade que determinavam, em princípio, uma maior presença da mulher no âmbito doméstico.

As crianças desde cedo acompanhavam o pai e a mãe na roça, era lá que, *acompanhando o movimento dos pais*, viam e gradativamente aprendiam a fazer a lavoura. Com dez anos, fosse menina ou menino, já ajudavam efetivamente seus pais em todas as atividades. “*O trabalho das menina é o mesmo: Debulhá o milho, baná, ôtros fala ventá* [peneirar], usava muito das parte de 10 ano pra menos, as menina que era interessosa, pra

---

<sup>54</sup> Considerando que foram obtidas informações das demais mulheres moradores do Bairro, provenientes de outras famílias, inclusive de uma parenta, prima de Catarina acolhida no Bairro, hoje a mais velha das mulheres dali, com oitenta anos de idade.

*baná aquele feijão, tratá das criação, fazia de tudo os minino era a mesma coisa, tudo igual.”* (J., abr./2009).

*“Num tinha diferença do trabalho que o home e a mulhé fazia, dependia da mulhé aguentá. Menino e menina de pequeno aprendia a fazê as mesma coisa.”* (B.D., out./2009).

*[...] carpi, plantá, colhê, isso tudo, tanto faz é tanto serviço pra home como pra mulhé, é um só. Só que a mulhé a natureza é mais fraca, das partes dos serviço, já num é como a natureza do home, mais só que o serviço os dois pode fazê a mesma coisa, só quando é um serviço pesado aí já num dá. Na roça tem serviço pesado, serviço que a mulher num fazia era só roçá, era mais pesado, carregá as carga de mantimento grande também, aí as mulhé já num ia consegui ergue no animal, colocá na cangaia, no lombo do animal.* (J.D., jun./2008).

Na divisão do trabalho não havia regras sociais rígidas sobre o papel da mulher, restringindo-a exclusivamente ao âmbito da moradia; além da *natureza* definida pelo sexo, as atividades executadas dependiam do *interesse* de cada um e do *combinado* entre o marido e a mulher, estes dois últimos aspectos ressaltados tanto quanto o primeiro. O cuidado com irmãos mais novos também não se restringia à menina podendo ser executado por um menino.

A obediência ao pai era incontestável, um sinal de profundo respeito e, quando perguntado à filha de Paulino sobre a autoridade masculina na época dos antigos, um fato merece destaque, ela associou à figura do inspetor de quarteirão e não ao pai, avô ou marido. E muito embora o pai fosse inspetor, esta informação também não apareceu naquele momento, o que reforça o entendimento de que a autoridade do pai estava associada ao respeito e não à mera submissão a alguém com poderes de punição.

*Muito antigamente, na época bem passada que eu fui criada, cada município, que tinha um bairro, ali naquele meio do grupo que se formava naquele campo, ali tinha um setor que fala, que se chamava quarteirão, esse aí é o que comandava, se num fosse com orde dele ninguém podia fazê nada, aí quando fosse arruma uma estrada então vinha essa pessoa que era comandada por este trabalho, ali ele vinha de casa em casa falando, o que cada um tinha que fazê. Se ocê não faze o seu nome vai pra delegacia, por que ocê recusô. Tinha os home que comandava drento da lei.* (J. D., ago./2008).

O pai a ensinou a fazer de tudo, ela guarda na memória e descreve detalhes de técnicas que nunca executou, como a construção de uma casa em pau a pique ou de um monjolo, a

época de retirada da madeira, a arte da cestaria e os brinquedos do mato que o pai ensinou aos irmãos. Palavras como ‘carinho’, ‘amor’ e ‘ensinamento’ descrevem, na sua fala, a relação do pai para com ela e seus irmãos, quebrando a imagem autoritária do homem “rústico”.

Ele ensinava a plantar, a manejar o solo e a floresta, a construir, a fazer os artefatos, a criar, a lidar com o dinheiro, a ler e escrever, a rezar e orientava, ainda, sobre a importância de constituir uma família, entre tantas outras coisas.

*Eu andava direto com meu pai, eu só vinha pra comê e voltava com ele. Se ele tava preparando uma terra, aí ele tava no trabalho falando comigo, ele trabalhando e eu trabalhando do lado dele, eu aprendi com meu pai desde que eu criei, até pra casá meu pai deu corage. Eu guardei e nunca me esqueço, me deu corage pra trabalhá e pra casá; meu pai falava assim: ó filha ocê vai crescê, tê seus filho, vai tê uma pessoa, não ande em má companhia, e eu fui ficando com aquilo. Diz que meu avô falava assim pro meu pai: ocê tem que fazê uma casa, pra casá, ocê já tá com idade de casá, por que aí é bom pra ocê já mantê a sua família. O vô falava pro meu pai, aí o pai guardô aquilo com ele também, aí ele começo a passá pra mim. E eu ficava com aquilo. (J.D., jun/2007).*

E a mãe? Finalmente a resposta: além de todas as atividades domésticas, a mãe era parteira. “*Por isso que eu era tão apegada ao meu pai, minha mãe ficava muito fora de casa, era ele que me ensina as coisa.*” (J.D., jun./2009).

No resgate da memória da mãe, observa-se um exemplo de doação não apenas dela, mas, da família como um todo à comunidade ao abrir mão dos interesses familiares próprios e apoiá-la nesta incumbência. Um trabalho que não se limitava ao parto em si, mas ao acompanhamento da mulher meses antes e após o parto, num momento histórico em que o número de filhos não era pequeno e a população vivendo no *sertão* era grande. Tal atividade exigia-lhe que frequentemente se ausentasse de casa deixando os filhos e a única filha sob a responsabilidade do pai.

*A minha mãe era partera, ela saia pra todo lugar, e aonde ela era chamada ela ia, podia se uma hora da noite, vinham buscá ela, qualquer hora que chamasse ela ia, ia pra tudo lugar, quando era longe ela ficava junto. Minha mãe, nossa, o que ela cuida de criança nas redondeza aqui, tudo chamava ela. Conhecia as ervas, os remédios, desde antes da mulher ganha e na hora que a mulher tava de ganha ela já sabia o remédio que dava pra bebê pra ajudá, como hoje o médico ajuda com aquelas vitamina pra fortalece as mãe, tudo casero, minha mãe fazia tudo. Depois que ganhava aí ela juntava aqueles remédio casero de novo e dava no começo pras mãe criá os filho no peito, juntava muito leite este remédio, e quando tava no*

*finalzinho da dieta, que hoje num tem mais, comida era só aquela escolhida, era quarenta dias [...]. Que eu conhecia aqui eram só duas a minha mãe e uma outra.*

(J. D., maio/2008).

Desse modo, o pai assume para si, em grande parte, o cuidado e a educação da filha. Até mesmo nos períodos de maior trabalho, nos quais havia necessidade de ficar longe de casa por muito tempo, nas terras distantes de plantio da família, a filha acompanhava o pai que se organizava levando a sogra do filho mais velho, conforme descrito a seguir:

*[...] de dez anos pra cima eu ficava meses nessa mata, ali ó. Nesse tempo [mês de Julho] nós tava limpando, preparando pra plantá no final do ano, ali ficava eu meu pai, o Clementino [irmão mais velho] e a sogra dele; ficava direto aqui. Num tinha casa, num tinha morador nenhum, era só plantio, num tinha criação, colhia daqui pra levá pra lá. (J.D., out./2008).*

Além disso, muitas atividades, que em geral eram assumidas pelas mulheres, ficavam sob a responsabilidade do pai, como o cuidado dos animais.

*[...] quem cuidava era meu pai, e depois que eu comecei a cresce, comecei intendê eu ajudava, minha mãe também ajudava, mais a maioria era ele, chegava da roça e vinha com a mala lotada de mandioca e milho misturado, ali já tinha um cercadão bem grande, um tipo de curral grande, despejava ali tudo, podia olhá ali tudo no outro dia só tava o que era sabugo. Era ele memo que chegava da roça e cuidava. (J.D., out./2008).*

Contudo, a mãe Catarina não se furtava das obrigações que toda e qualquer mulher tinha: trabalhava na roça, fazia sabão, farinha, preparava os defumados etc. “*Minha mãe ajudava, trabalhava a semana intera, quando ela ia trabalhá, tinha os filho dela, era pequeno, punhava nas costa e ia tudo, ela num largava de trabalhá na roça.*” (J.D., jun./2007).

As mulheres antigas trabalhavam na roça quando ainda tinham seus bebês pequenos, colocando-os em pequenas covas forradas com pano e, quando transportados, eram amarrados ao corpo em lenços próprios para isso; quando maiores, já com mobilidade para engatinhar, eram deixados no paiol próximo à roça com os outros filhos mais velhos que os levavam até a mãe para que fossem amamentados.

“Nóis nos sitiama na roça, minha mãe com dieta ia trabalhá, plantava milho, feijão, cana.” (C. M. J., jun./2007).

*Hoje em dia as mãe, quando é trabalhadeira e depende do trabalho e precisa ajudá o marido, elas conseguiram creche. E naquelas época, as mulhé antiga num tinha esses tipo de coisa, essa solução. Sabe o que elas faziam? Pegava aqueles trecho de lavora que tava ali limpando, carpindo ou plantando, cada espaço que estava nas vista das mãe, ali eles faziam um buraquinho, no mesmo lugar que tava trabalhando no chão, forrava com um pano, colocava as criança sentadinho, antes deles sabe saí por conta própria, e aí eles carpiam e aquela criança sentadinha ali. Num precisava ninguém cuidá, as mãe trabalhava e cuidava das criança. (C. M. J., jun /2007).*

*Elas faziam aqueles panão bem cumprido, a mãe tinha um bem bonito, bem caprichado, pra carregá as criança, apertava bem apertado, e a criança num pesava no braço e andava tranquilo, ia-se embora carregando a criança, se era longe num precisava andá só no braço. E se precisava traze uma coisa na cabeça trazia da roça, as vezes precisa trazê o mantimento, fazia de tudo. Era assim. (H.P.D., ago./2009).*

Realmente é difícil compreender de onde saiu a ideia de que o caipira não trabalhava ou trabalha pouco, como expôs Candido: “um fenômeno que não deve ser considerado vadiagem, mas desnecessidade de trabalhar” (CANDIDO, 2003, p. 112); nem mesmo quando se coloca em termos de alternância de trabalho intenso e lazer (RIBEIRO, 1995). Marido, mulher e filhos tinham que ser muito *unidos*, o trabalho não findava, nem com a maternidade, nem em época alguma do ano e nem com o entardecer. O período de menor atividade na lavoura era destinado à construção ou manutenção das casas, à confecção dos utensílios, vestuário etc. O beneficiamento dos produtos continuava noite adentro com a família reunida trabalhando:

*O fumo, plantava, tirava as folha e secava, fazia um talero grande de madera e colocava aquelas folha tudo pindurada, tudo infiadinha como um tecido, aí quando ficava bem no pontinho de destalá tudo, aí ele [o pai] tirava aquele talero e ia apoiando aquelas quantidade de folha, tudo amontuado, ali nóis pegava de destalá, ia destelando e ele fazendo aquelas corda, nesse tempo nóis só descansava, quando chegava a hora de dormir, quando apertava o sono. Era durante o dia e até o ardor da noite. Quando chegava o dia era na roça, quando era época de carpi era carpi, quando era época de colhe era só aquilo, a roça era grande, chegava aqui perdia de vê a roça. Só discansava quando deitava memo lá pelas 10 horas, aí era hora de dormir, que nóis ia discansá pro outro dia. nóis ficava na roça de segunda a sábado, aí ficava pra discansá o domingo só, e quando num tinha serviço ainda. (L. D., ago./2007).*

Alguns trabalhos, como a produção da farinha, alimento essencial, base da culinária caipira, cuja frequência era de, pelo menos, a cada quinze dias, levavam horas consecutivas, sem descanso, iniciando-se de madrugada e se estendendo até o final da tarde.

*[...] farinha a minha mãe, tinha veiz que três hora da manhã ela já tava colocano no monjolo, quando tava clareando o dia, ela já pegava aquele balaio bem grande, de taquara ia lá e trazia lotadinho de farina moída. Aí sentava naquele forno ó, ali se quisesse almoçá, puxava a lenha pro fogo baxá pra almoçá sussegado, se não nem pra almoçá num tinha tempo, por que ali um segundo já queima tudo, tem que ficá direto naquele forno. Só que esse serviço eu num gostava, falá pra mim ficá sentada, eu achava graça quando tinha outra pessoa que colocava, mas quando era preciso eu fazia. (J.D., out./2008).*

*Em casa eu que fazia a farinha desde menina, fazia também pro meu avô, era um trabalho muito difícil (B. D., out./2009).*

De todas as habilidades necessárias à vida doméstica independente, não se dissociava o ensinamento, ou seja, a capacidade dos pais para a formação integral dos filhos, tarefa implícita em todo o trabalho realizado pelos adultos e em todas as horas do dia. Por meio do conhecimento repassado e da prática orientada, os filhos aprendiam e se aperfeiçoavam sob a orientação vigilante dos pais, desenvolvendo mais ou menos suas diferentes capacidades, de acordo com o *talento* inerente a cada um. A estes ensinamentos incluía-se o desenvolvimento da inteligência e da criatividade, pois *engenhar*, ser *engenhoso* (termos frequentemente utilizados para descrever *os antigos*) era uma característica imperativa; o desenvolvimento da capacidade física para executar as atividades (a prática) e das faculdades morais indispensáveis ao domínio das regras de conduta consideradas importantes daquele modo de vida.

Lavrar a terra era a atividade mais importante e obrigatória, todos deveriam saber, homens e mulheres, as demais eram importantes e desejáveis, mas dependiam do *interesse*, do *talento* de cada um, cabia aos pais atentos, em percebendo a aptidão dos filhos, estimulá-los, assim, os ensinamentos eram assimilados de forma espontânea pelas crianças.

*“Eu aprendi as qualidade de madeira tudo por conta, eu nem sei como eu aprendi”.* [mateiro experiente requisitado pelos pesquisadores científicos na identificação botânica em campo]. (I. A. D., jun. /2007).

Em casos específicos, a iniciação era transferida dos pais a um “especialista”, como, por exemplo, nos ensinamentos para formar uma parteira ou um “*médico do mato*”.

Durante a noite, quando não havia trabalho, Paulino procurava ensinar aos filhos o *ABC* e o catecismo, habilidade nada comum entre caipiras, pois, sabia da importância de uma instrução mínima para que pudessem lidar com atividades burocráticas e comerciais imprescindíveis na cidade.

*Meu pai ensinava nós a aprendê, naquela época nós era católico, a leitura do catecismo e da leitura do ABC que é os primero livro que as pessoa entra pra aprendê. Né? Porque meu pai sabia, reunia a família e fazia isso, mas quando ele tava apurado de serviço aí num tinha nada; daí era só fazê o serviço a noite, o serviço de dia era debulhá o milho, levá o milho pra socá pra no outro dia quem ia fazê a farinha ia; quem num ia, ia pra roça limpá as planta, plantá, era assim. (M. D., jun./2007).*

*Meu pai num era muito de contá história, [se referindo aos contos de saci e outros], mas agora meu sogro [irmão da mãe] já gostava, cada história... Agora onde que Ele [o pai] ensinô bastante, na época que eu fui criada nas parte da religião, era acompanhá ele na religião, isso era com ele, ensiná rezá, rezá nas festa, isso ele ensinva. (J. D., jun./2007).*

A maior parte dos trabalhos podia ser executada por homens ou mulheres, esta condição, obviamente, fazia com que a família estivesse preparada para os imprevistos da vida, para os momentos de dificuldade, de perda de um dos cônjuges ou mesmos a ausência temporária de um dos membros. Em sendo a família, ao mesmo tempo e em igual proporção, meio e fim de tudo que se faz, o nexos desta lógica determina uma maior distribuição de responsabilidades e, conseqüentemente, de direitos entre os dois sexos.

É assim que se explica a aparente contradição quando se diz no Bairro que o homem é o *cabeça do lar*, é ele quem *comanda*, mas a mulher, quando *sábia*, sempre deixa a casa em *ordem*, não *destrói* o lar. A *ordem* aqui não traz o sentido da arrumação da casa, representa sim uma oposição à destruição do lar, portanto, é sinônimo de construção. Ela tem o poder de construir ou destruir o lar, pode-se dizer que ela comanda as relações da família tanto quanto o homem, isso só não é verbalizado desta forma: “A *tola destrói, a sábia nunca dexa a casa em desordem, ela sempre coloca em ordem.*” (J. D., jun./2009)

A vinculação histórica desta área com o tropeirismo, onde os homens dirigiam-se, periodicamente (a cada quinze dias ou uma vez ao mês), em tropa às cidades para

comercializarem os produtos agrícolas, e as mulheres, durante este período de ausência, assumiam o comando da casa, provavelmente imprimiu na família uma característica de organização e liderança de forma compartilhada entre marido e mulher.

O pai assumia uma responsabilidade enorme na família, executava as atividades burocráticas e comerciais de compra e venda na cidade, administrava o dinheiro, organizava a produção; era dele que se cobrava a *obrigação* de sustentar a família e de dar a sua direção – era ele *o cabeça* da família; isso lhe conferia uma grande autoridade, mas não minorava, de forma alguma, a importância da mulher. Ela não era subestimada, excetuando as atividades que dependiam de força física, o que se diz é que a *mulher antiga* fazia tudo quanto um homem podia fazer, caso tivesse *interesse* e se *precisasse*.

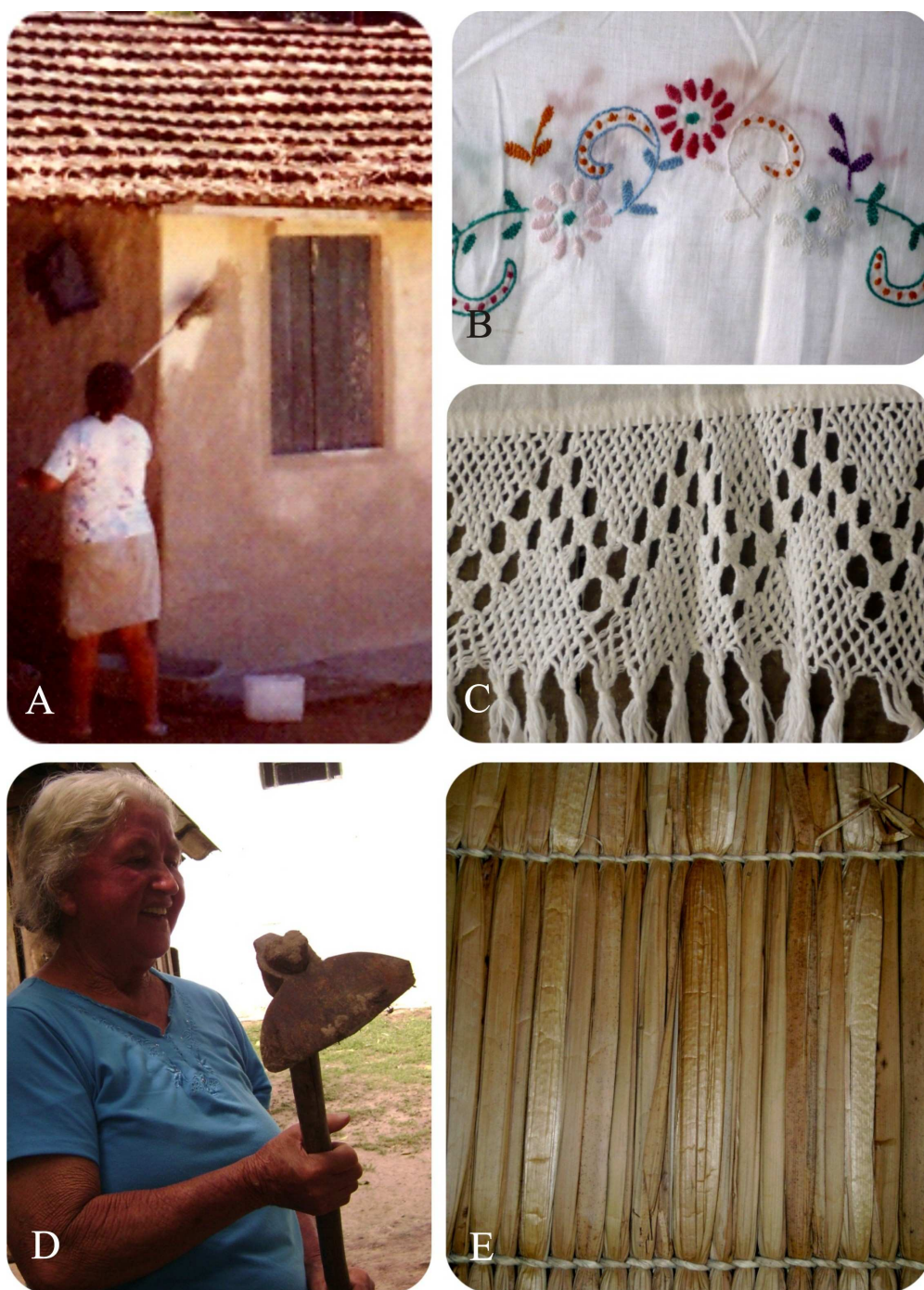
*“Eu tenho uma irmã, que somente num armava os esteio [referência à construção de uma casa], ela assentava as porta, assentava as janela, fazia de tudo”* (I. A. D., abr./2009).

Se o âmbito doméstico, como visto anteriormente, ultrapassava a moradia, as habilidades exigidas a uma boa dona de casa não eram aquelas por nós, tradicionalmente, conhecidas, não era a casa em si a depositária de todo o trabalho primoroso de uma mulher, eram-lhe exigidas habilidades diversas, na amplitude dada ao que se entendia por doméstico. E, mesmo quando a casa era o foco, as habilidades não se restringiam à boa comida, à ordem e à limpeza, à costura e ao bordado, mas à manutenção (impecável) do revestimento em barro, à confecção de esteiras de taboa (tipo de tecido com função de leito) etc., que envolvia um saber fazer que, também, se vinculava ao uso e manejo dos recursos naturais (Figura 23).

*Eu andava muito no mato, agora, hoje em dia, eu num tenho me metido pra lá. Conheço bem coisa do mato, nós usava o remédio do mato.* (C. M. J., jun./2007).

*[...] falou a verdade eu num tenho vergonha de falar, se ponhá eu numa faxina eu fico perdida, por que eu num sei, nunca trabalhei de faxina geral em casa, eu num criei assim, então eu num sei fazê, se fô na roça, o que caí na minha frente da roça eu sei, mas se dizê pra mim ocê vai lá e faça faxina na minha casa, se eu chega lá eu fico perdida.* (J. D., ago./2009). *Mais nós num sabe memo* (T. D., ago./2009)

*[...] as estera, minha mãe gostava do meu serviço... fazia uma berada de estera que era a coisa mais linda, até agora se eu quisé fazê eu faço.* (J. D., out./2009).



**Figura 23** – Habilidades femininas. (A) Benedita Domingues fazendo a manutenção da casa com barro branco; (B e C) renda e bordado de domínio de todas as mulheres no passado, aplicados nas roupas íntimas e nos panos que amarravam os bebês às mães; (D) esteira de taboa utilizada, o “colchão” dos antigos, trançada com fibra de embira, também de domínio de todas as mulheres no passado; (E) Julinda Domingues segurando a enxada que guarda de lembrança da mãe Catarina.

FONTE: (A) Sueli Herculiani (1994), (B,C,D e E) a autora (2009); (A) Arquivo do Instituto Florestal; (B e C) bairro dos Pescadores, Arquivo do Instituto Florestal; (D e E) levantamento de campo.

A mulher era preparada, tanto quanto o homem, para os imprevistos e a sua autonomia era estimulada, provavelmente, porque se sabia da sua importância para a reprodução da família em qualquer momento de crise ou caso o homem viesse a faltar ou ficar inválido por alguma doença. Antes de casar, a filha de Paulino, já tinha a própria roça e era incentivada a ter o seu próprio dinheiro, apesar deste ter pouco uso, não sendo necessário nas relações internas (dentro do Bairro e entre bairros), era essencial como possibilidade de adquirir o que não se tirava da terra. Fosse um homem ou uma mulher era necessário que soubessem ganhá-lo e usá-lo. Assim, se a mulher cuidava das galinhas era justo que, em havendo a venda de ovos, o dinheiro ficasse para ela.

*A minha mãe foi uma delas, minha mãe só num viajô longe memo porque quando ela criô nós, foi tudo um perto do ôtro, e num tinha vizinho pra dexá, aí num podia saí que tinha que saí cum tudo, aí ela ficava. Mais minha mãe roçava, plantava, carpia, colhia e ficava ainda fora de casa porque era partera. E stera ela fazia [atividade realizada já no final na década de 1950], naquela época ninguém usava colchão, só via estera, então lá nos carvoero encomendava pra minha mãe, aí ele [o pai] colocava no lombo do animal e aí ela acompanhava, ia com meu pai, entregava em cada casa, ia entregando e recebendo o salarinho dela. E lá ela ia entregando acompanhada do meu pai. Ela tirô muito sobrevivê dela com estera. Nos carvoero num dava pra í e vortá no memo dia. (J.D., mar./2009).*

Paulino remunerava os filhos quando crianças para que eles fizessem o trabalho na roça, o que pode, à primeira vista, parecer estranho à moral tradicional, todavia, este fato poderia, sim, se adaptar à realidade local, a um traço cultural arraigado, com maior ou menor intensidade, em muitas famílias daquele *sertão* e que está relacionado à atividade comercial: o lavrador era também um tropeiro em estreita relação com a cidade. E o uso do dinheiro neste caso pode estar relacionado a três aspectos que devem ser considerados. O primeiro é a relação que se tem com o dinheiro, como já apontado, o que significa principalmente a garantia de acesso à terra e, ainda, a possibilidade de adquirir produtos necessários (tecidos, sal etc.), assim, é importante que os filhos aprendam a lidar com ele, faz parte da construção da autonomia do lavrador tradicional. O segundo, especificamente no que diz respeito à filha, é o sentido simbólico deste ato de remunerar, como que preservando a hierarquia familiar (WOORTMANN, 1990), ou seja, o pai explicita, dessa forma, que o trabalho demandado tem um caráter de estímulo ao aprendizado, à construção da autonomia da filha e não de precariedade, em que ele necessita do trabalho da filha para ajudar no sustento da família, remunerá-la pode ser uma forma de resguardar a honra e autoridade de um pai cumpridor dos

seus deveres. Não foi possível confirmar se todos os filhos recebiam remuneração do pai em dinheiro, mas o terceiro aspecto a ser considerado é que o pagamento pode se configurar, conforme será visto mais adiante, em uma forma de compensar os filhos que terão “menos direitos” de trabalho na terra ou que um dia devem deixar a casa dos pais, como costumeiramente ocorria com as mulheres. Situações típicas de um sistema de herança por partilha.

*Porque que eu aprendi muito com o meu pai? Meu pai quando eu comecei a trabalhá, a única filha mulhé fui eu, então ele falava pra mim, ó se ocê carpi essa quadra aqui eu vô paga pra ocê, se ocê carpi eu pago tanto pro ocê. Ah! na hora, eu dizia: dexa comigo aí, quando chegava a tarde ele tinha que pagá, Né? Eu tinha meu dinherinho. E quando eu casei eu tinha o meu plantio de feijão que eu colhi. (J. D., abr./2009).*

União e harmonia eram regras basilares que sustentavam as relações mais íntimas da família, entre os cônjuges e entre os pais e seus filhos, relações que, por sua vez, sustentavam o valor maior do lavrador tradicional, aquele que encerra a um só termo terra, trabalho e família. Entre o casal era comum que se consultassem um ao outro nas decisões, que *combinassem* suas próprias regras. Por isso se diz até hoje: “*Se casá tem que combiná né?*” (H. P.D., abr./2009).

Este foi o legado deixado pelos antigos. Uma das características mais importantes apontadas para uma boa esposa e uma boa mãe é a calma, a passividade, mas não lhe é exigida enquanto uma atitude de submissão, cabe ao homem dar-lhe condições para tanto, dessa forma também dele é exigida tal característica: “*A mulher tem que te amor e compreensão do marido pra podê combiná. Né? Se fô cada um fazê as suas coisa do jeito qué, aí num dá. Né?*” (H.P.D., abr./2009).

No bairro dos Paulo, não se pautava, assim, em uma relação do tipo patriarcal/autoritária. Sabia-se que a construção e a manutenção dos saberes (para realizar o trabalho), do patrimônio e da própria família, ou seja, a construção de um valor moral centrado no modo de vida tradicional não poderia realizar-se sob o desrespeito com o outro, seja um homem ou uma mulher, um menino ou uma menina.

*A família o pai e a mãe que ama os seus filho vai chegá pros filho e num vai espancá porque ele num sabe fazê o serviço que qué que faça, procurá provocá a ira na família pra fazê se ele num sabe. Então ele [o pai] tem que sê uma pessoa boa e a mãe amorosa, honesta e ensiná, se eles faz a primeira errada, e se aquela pessoa tem o **talento** pra aquele serviço ele vai aprendê. Então eles vão dize ó o serviço que ocê,*

*fez não tá em orde eu quero que ocê faça assim de novo; com carinho, vai carinha eles, eles vão vortá e botá em ordem. Agora se é uma mãe ignorante que não sabe amá os seus filhos ela vai dizê: faça isso. Tem que entendê que a criança tá aprendendo, se não a criança vai ficá nervoso, irado, num vai aprendê nada e as criança vai criá sem sabe fazê nada. (J. D., maio/2009).*

A complementaridade entre o trabalho do homem e da mulher, peculiar aos grupos tradicionais (SAHLINS, 1970, 1983; BRANDÃO, 1999; SHANIN, 2008) – que, no caso dos Paulo, se caracterizava por uma divisão de trabalho pouco rígida; cuja importância prática residia na possibilidade real de autonomia da família, ou mais, na sua sobrevivência, em todos os sentidos – parece que estabelecia ali uma condição de autorreconhecimento e de reconhecimento do outro; manifestando-se no respeito e na solidariedade entre o homem e a mulher e, conseqüentemente, entre todos os membros da família, ainda que se admitisse, de forma ideal, como autoridade máxima a figura paterna.

O respeito à autoridade do pai claramente expressa nas falas dos filhos de Paulino está relacionada ao saber por ele deixado aos filhos, ao reconhecimento, enquanto aquele que bem comandava o trabalho da família, que detinha o conhecimento necessário a uma vida da qual *tudo* se tira da natureza. O respeito, assim, é evidente, está em muito relacionado ao saber que o pai comportava. Esta característica, embora reforçada pela grande ausência da mãe no bairro dos Paulo, foi apontada por Ellen Woortmann e Klaas Woortmann (1997) como comum aos lavradores tradicionais. Para os Autores, o saber-fazer é parte da hierarquia familiar, é o controle sobre o saber que faz a hierarquia do grupo doméstico, um saber que autoriza o pai a governar, a dirigir o trabalho da família. E se é o pai quem governa o trabalho é ele também quem governa o fazer-aprender e este é mais que transmissão de técnicas, inclui valores e construção de papéis (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997).

A preocupação do pai com a educação dos filhos foi uma herança deixada por Paulino aos seus filhos, a qual se configura, de fato, como um valor e não apenas como uma circunstância pela ausência da mãe. O saber-fazer pode ser de responsabilidade do homem, mas é por direito também da mulher: “*A Maria sabe fazê tudo, o professor dela fui eu.*” (M. D., jun./2007).

A quase indistinção das atividades que eram exercidas pelo homem e pela mulher denota um saber socializado entre eles e parece indicar, na prática, uma construção de gênero que tende a um poder compartilhado entre o homem e a mulher.

A pouca diferenciação do trabalho por gênero ficou evidente como uma realidade para todo o *sertão*, mas até que ponto as relações de respeito entre membros da família e de não subordinação das mulheres aos homens eram peculiares ao bairro dos Paulo e até que ponto pode-se generalizar para os demais bairros?

Fukui (1972) constata entre as famílias caipiras do bairro das Laranjeiras, cuja proximidade e composição permitem que os dados sejam, em grande medida, extrapolados para os bairros rurais de interesse neste estudo<sup>55</sup>, que a posição da mulher não era de membro submisso, obediente e passivo, mas, muito mais de complementaridade. O homem não lhe ditava deveres, era ela que decidia livremente sobre os trabalhos e atividades a serem executados.

A socialização de meninos e meninas, enquanto crianças e adolescentes, era semelhante, não havendo diferenciação significativa entre os sexos no desempenho dos papéis; quanto às obrigações que lhes eram conferidas, ambos trabalhavam na roça e, se necessário, se ocupavam das mais diversas tarefas domésticas, inclusive no cuidado dos irmãos mais jovens. Também não havia distinção do comportamento dos pais para com os filhos, todos recebiam o mesmo tratamento; a autoridade do pai não era drástica, mas as relações eram imbuídas de obediência e respeito (FUKUI, 1972).

A Autora constata, ainda, que a mãe era o centro da vida familiar. A criança era cuidada quase que exclusivamente pelas mulheres, os homens pouco participavam da educação dos filhos; para a criança, o pai representava a autoridade, uma relação que se caracterizava pela distância social, pelo respeito e, mesmo, pelo medo. Era raro que uma criança saísse com o pai, os homens não tinham paciência com as crianças, considerava-se que educar era uma obrigação da mulher; somente quando mais crescida, já assumindo responsabilidade por algumas tarefas importantes, é que adquiria o direito de fazer companhia ao pai (provavelmente a partir dos dez anos, conforme identificado entre as famílias que vivem no bairro dos Paulo); as relações entre mãe e filhos eram muito estreitas, e, desse modo, se, do ponto de vista da autoridade, a família era patriofocal, com relação à organização das relações, ela é, ao contrário, matrifocal.

Fukui (1972) conclui, por fim, que o padrão de supremacia masculina era vigente na ideologia dos sitiantes tradicionais, atestado pelo padrão nominal (em que a mulher era

---

<sup>55</sup> Várias famílias do bairro das Laranjeiras eram parentela daquelas encontradas nos bairros rurais de Ibiúna.

anônima); que a subordinação da mulher existia, todavia, apenas no âmbito dos valores, das opiniões, de papéis ideais, uma subordinação completamente desmentida na prática<sup>56</sup>.

Guardadas as peculiaridades entre as duas localidades, relativas principalmente à época aqui tratada (até o final da década de 1950) e a data de realização do estudo efetuado pela Autora, (final da década de 1960 e início da década de 1970), quando já se processavam mudanças importantes no modo de vida tradicional, pode-se considerar que o padrão de relações familiares identificado no bairro dos Paulo era o mesmo para os demais bairros, excetuando-se a especificidade quanto à dedicação do pai para com a educação dos filhos. Fato este que, provavelmente, se explica pela conjunção dos seguintes aspectos: um maior grau de instrução de Paulino (não era comum entre a população rural tradicional a leitura, mesmo que em nível elementar); a ocupação de Catarina fora de casa como parteira e uma maior permanência (à época dos antigos) dos traços culturais tradicionais em relação ao bairro estudado em Juquitiba.

---

<sup>56</sup> É pertinente destacar que o estudo sobre a família tradicional efetuado por Fukui (1972) considera, duas áreas distintas, uma em Juquitiba, São Paulo e a outra em Santa Brígida, Bahia; em ambas ela chega a tal conclusão. Para a autora, há uma notória tendência dos sitiantes tradicionais, no caso do Brasil, de igualitarismo efetivo dentro da família ao contrário de uma hierarquização rígida.

Especificamente em São Paulo, deve-se considerar que o bandeirantismo foi um fato histórico que parece ter influenciado profundamente esta característica de autonomia da mulher. Se por um lado o poder de chefe do homem foi fortalecido, enquanto bandeirante, por outro, é em decorrência do próprio bandeirantismo que também se forma, com a prolongada ausência do homem, um regime “quase matriarcal” (Diegues júnior, 1960, p. 369).

Para Barros (1967) o patriarcalismo paulista começa a se manifestar com o Senhor do açúcar, até então, no bandeirantismo, era por meio dos gestos heróicos de coragem que o homem demonstrava a sua autoridade de chefe. Tão evidente era a autonomia da mulher paulista que, descreve o autor, em certa vereança da Câmara Paulistana de 1640 os edis reconheciam que os moradores não podiam viver sem o sertão, a ponto dos filhos serem educados para em tenra idade poderem empurrá-los para o campo, assim como a mulher era preparada para se tornar apta para os azares sertanejos; do mesmo modo, em 1692 o, então, Governador Antônio Pais de Sande destacou que as mulheres paulistas eram formosas e varonis e que o costume em São Paulo era os maridos deixarem à sua disposição o governo das casas e das fazendas. A posição de liderança das mulheres devido à ausência, freqüente, do homem foi identificada, também, em comunidades tradicionais pesqueiras face à ausência dos homens em período de pesca (Molina; Valenzuela).

### 3 O BAIRRO RURAL DOS PAULOS: RUPTURAS, PERMANÊNCIAS E PERSPECTIVAS

*O caipira é um obscuro e um forte!*

*Eil-lo tangendo suas “tropas” cargueiras, empoeiradas ou cobertas de lama, pelos caminhos tortuosos e esburacados, furando matas virgens, galgando montanhas ásperas, vadeando rios revoltos e pestifeiros, afrontando pantanaes e “atoledos”, atravessando campos e campos, vencendo dezenas de léguas a pé ou arcado e molengão sobre o burro “manteúdo”, ao monótono “belém-belém” do sino pendurado ao pescoço da madrinha ruana!*

*É duro e constante na luta! Conforto? Deixa-o aos da cidade...*

*E, por isso, há de vencer, mesmo contra a vontade do “civilizado” que o avilta e o cobre de ápodos e defeitos.*

Cornélio Pires, 1921, p.4-5.

As transformações no bairro rural dos Paulo, que passaram a se consolidar a partir da década de 1960, são o reflexo de uma série de eventos, cujo processo histórico se inicia com a intensa urbanização da cidade de São Paulo e prossegue com a criação de uma Reserva Estadual e, posteriormente, de um Parque Estadual, os quais impuseram fortes restrições legais ao uso do solo.

Esta urbanização está relacionada à lógica de desenvolvimento do país, num processo em que se alteraram profundamente os valores que fundamentavam as relações sociais. Deste modo, é importante contextualizar historicamente a evolução da Grande São Paulo e como, neste processo, se estabeleceu e, posteriormente, se rompeu a relação do lavrador tradicional com a Metrópole.

#### 3.1 O LAVRADOR TRADICIONAL CAIPIRA E O PROCESSO DE METROPOLIZAÇÃO DA CIDADE DE SÃO PAULO

A venda dos excedentes da agricultura comercializados na cidade de São Paulo era uma das importantes estratégias de equilíbrio social do Bairro entre os lavradores tradicionais. Este tipo de agricultura insere-se no que Ribeiro (1995) designou de empresa ou microempresa de subsistência.

Com uma economia instituída fundamentalmente para a exploração agrícola em larga escala, voltada à exportação de alguns poucos gêneros, as cidades no Brasil Colônia contavam, prioritariamente, para o abastecimento de alimentos, com o fornecimento dos excedentes produzidos pelo pequeno lavrador, recorrendo, ainda, de forma complementar, aos produtos importados (PRADO Jr., 1976). Assim, desde tempos antigos coexistiram dois tipos de economia que apoiavam dois estilos de vida diferentes: a economia das grandes propriedades, voltada para a produção monocultora, destinada ao mercado internacional, e aquela complementar da economia e da urbanização do país (QUEIROZ, 1968).

Era, portanto, o pequeno lavrador com sua economia doméstica semifechada que, desde a época colonial, abastecia o país com gêneros alimentícios de primeira necessidade, levando o excedente para as vilas ou cidades mais próximas e trocando-o por tudo quanto não produziam (QUEIROZ, 1968).

Para Martins (1997), esta é uma economia de excedentes. O excedente, como explica o Autor, não é o resto ou a sobra; não se trata de que o agricultor assegure a subsistência e só depois venda o que sobrou.

Trata-se de uma economia de excedentes porque o raciocínio que preside a organização da produção, isto é, o que plantar e, sobretudo quanto plantar e até onde plantar está organizado a partir da idéia de que do que se planta uma parte deveria destinar-se primeiramente à subsistência da família do produtor e um excedente deveria ser produzido para troca ou comércio. (MARTINS, 1997, p. 190).

Em São Paulo, a relação entre o lavrador e a cidade se configurou, somente, após o término das Bandeiras, a partir de quando se supera a crise subsequente desse período, caracterizada pela estagnação e pelo empobrecimento econômico; a cidade passa, então, a adquirir certa importância comercial, ocorrendo os primeiros impulsos de urbanização, em decorrência dos progressos agrícolas no cultivo do algodão e da cana-de-açúcar e o consequente incremento econômico (MONBEIG, 2004).

É importante, todavia, situar o papel do urbano e do rural na vida do paulista nos primeiros séculos de colonização e sua progressiva alteração, com o intuito de melhor compreender a integração e a complementaridade, que perduraram durante mais de um século, entre o lavrador tradicional e a cidade de São Paulo, bem como as transformações que ocorreram até a completa dissociação entre eles.

Nos períodos quinhentistas e setecentistas, segundo Barros (1967), somente é possível compreender a organização social de São Paulo de Piratininga traçando a separação entre os dois tipos de vida do piratiningano: a vida na casa da vila, serena e ordenadamente urbana, onde, aliás, ele ia muito pouco, e a vida na casa da roça, vigilante e ardentemente aventureira.

A vila servia-lhe para descanso e ponto de apoio nos negócios e nas cerimônias importantes e a roça (ou o sertão) era a residência de fato; lá se forjaram as Bandeiras e residiram os bandeiristas, seus financiadores e promotores; nesse contexto, mais do que o núcleo urbano, era o sertão que assumia maior importância. Foi o sertão que moldou a alma paulista. Ali é que estavam quase todos os elementos materiais e espirituais que forjaram a sua cultura – sob forte influência indígena (BARROS, 1967).

Na segunda metade do século XVIII encerrou-se definitivamente a desordem econômica e a instabilidade do período das Bandeiras, a Coroa foi taxativa para que se abandonasse a mineração a fim de cultivar a terra e desenvolver o comércio da Capitania; o paulista estréia-se numa organização econômica de vida diferente (BARROS, 1967). Ele passa “a conhecer o trabalho regular e continuado, o pão-pão, queijo-queijo, a propriedade [terra] que passa de geração a geração” (BARROS, 1967, p. 57).

Com o cultivo comercial da cana-de-açúcar e a articulação das primeiras atividades mercantis, passa a existir uma relação econômica entre a cidade de São Paulo e o campo cada vez maior, acentuando-se uma rivalidade entre a Capital da Capitania e os demais aglomerados humanos escorados em sua fronteira. Uma rivalidade, todavia, sadia, estimulante de progresso, na verdade uma interdependência entre cidade e zona rural (BARROS, 1967).

No sistema econômico em desenvolvimento, neste período, se destacavam o lavrador e o tropeiro; a transformação econômica consistia, também, na mudança dos valores de vida, dos padrões de comportamento e de mentalidade (BARROS, 1967).

A lavoura significava uma profissão estável, enobrecia e dignificava o homem, aproximava-o da terra. O tropeiro era o empresário liberal do transporte, o veículo de circulação de riqueza na Capitania (BARROS, 1967). Mas, para o “povinho miúdo” ele representava uma classe de gente escrava do dinheiro, mercadejadora e ávara<sup>57</sup>. Efetuava o transporte, a comercialização de mercadorias e era também o portador de notícias, assumindo funções de jornal e correio. “[...] tropeiros o foram, até boa parte do século XIX, muitos chefes de grandes famílias paulistas, mineiras, paranaenses e gaúchas.” (BARROS, 1967, p. 173).

---

<sup>57</sup> O que talvez indique o predomínio de uma mentalidade que se consolidava, à época, em função de valores centrados no modo de vida rural tradicional.

Entre o fim do século XVIII e início do século XIX, a sociedade paulista não se apresentava tão miserável quanto um século antes. Havia muitas pessoas de reduzidas posses, algumas remediadas e poucas realmente ricas, neste caso, tratava-se dos chamados “senhores do açúcar” (BARROS, 1967), muito embora possa ser relativizada esta riqueza. O naturalista Saint-Hilaire (1940), em viagem ao Brasil entre 1816 e 1822, observou que em São Paulo havia algumas casas verdadeiramente ricas, mas, em geral, as fortunas não eram muito consideráveis; os proprietários de engenho de açúcar viviam, na sua opinião, muito frequentemente, em situação precária.

Antes confundida com o campo que a invadia, somente nesses anos, entre o fim do século XVIII e início do século XIX, é que São Paulo passa a assumir ares de cidade, firmando sua vida caracteristicamente urbana, separada do campo (BARROS, 1967).

Ao final do século XVIII, São Paulo já dependia do lavrador tradicional de várias localidades próximas à cidade, conforme constatado por Rodrigues (1973) na região de Bragantina, era ele que, com sua agricultura de excedente, a abastecia com gêneros alimentícios, como milho, feijão, arroz, tocinho, farinha de milho, farinha de trigo e aguardente.

Nas primeiras décadas do século XIX, os relatos dos viajantes estrangeiros atestam os primeiros indícios de uma profunda mudança na economia do Planalto Paulista; já se notava à época uma intensa atividade comercial na capital da província (MONBEIG, 2004), da qual os lavradores tradicionais faziam parte trazendo os seus gêneros para venda.

Com a dinamização da cidade, a função comercial de víveres se acentua. São Paulo, que desde suas origens contou com uma série de pequenas quitandas e mercadinhos, inicia o século XIX com uma nova área comercial, concentrada na rua das casinhas, em construções destinadas pela Câmara Municipal à venda de alimentos em geral (OLIVEIRA, 2004).

Disse Saint-Hilaire (1940, p.181): “Não há em São Paulo rua mais freqüentada que a *rua das casinhas* [...]”, descrevendo seu intenso movimento à época, onde as pessoas do campo vendiam aos comerciantes dali suas mercadorias, tais como farinha, toucinho, arroz, milho e carne seca, num congestionamento diário de escravos, lavradores, tropeiros e suas mulas.

Já se estabelecia, neste período, a clara distinção entre os habitantes da cidade e aqueles do seu entorno rural. Os cidadãos de maneira geral, ao menos, na fala do viajante, estabeleciam uma concepção valorativa inferior em relação ao homem rural.

Nenhuma dificuldade há em se distinguir os habitantes da cidade de São Paulo dos das localidades vizinhas. Estes últimos, quando percorrem a cidade, usam calças de tecido de algodão e um grande chapéu cinzento, sempre envolvidos no indispensável poncho, por mais forte que seja o seu calor. Denotam seus traços alguns dos caracteres da raça americana; seu andar é pesado, e tem um ar simplório e acanhado. Pelos mesmos têm os habitantes da cidade pouquíssima consideração, designando-os pela alcunha injuriosa de caipiras, palavra derivada provavelmente do termo curupira pelo qual os antigos habitantes do país designavam demônios malfazejos existentes na floresta (SAINT-HILAIRE, 1940, p. 189)<sup>58</sup>.

A despeito do progresso, o desenvolvimento da cidade na primeira metade do século XIX, ainda era lento, em decorrência da também lenta evolução agrícola. A cultura da cana-de-açúcar cessou de progredir e começou a ser revezada pela cafeicultura, que se inicia a partir do Vale do Paraíba, mas, mantendo a capital, a princípio, à margem da sua expansão e de seu movimento comercial (MONBEIG, 2004). Contudo, nas narrativas de Zaluar (1953) sobre a sua peregrinação, entre 1860 a 1861, à província de São Paulo, há o prenúncio das grandes transformações pela qual passaria em breve a cidade:

Eis-me finalmente na capital da província de São Paulo, depois de uma tão longa e variada peregrinação!

Daqui a poucos anos, quando os trilhos de ferro e as locomotivas cortarem as planuras que acabo de atravessar e nivelarem esses terrenos, que parece já estão predispostos pela natureza para receberem este grande meio de comunicabilidade, outros viajantes virão depois de mim e realizarão em poucas horas o trajeto em que gastei tantos meses; mas não gozarão de certo, como eu, o encanto de quem gosta de descobrir e observar todos os dias um ponto, uma curiosidade, um acidente novo, nos domínios do que era então desconhecido (ZALUAR, 1953, p. 122).

---

<sup>58</sup> Já foi tratada em outro capítulo a racionalidade eurocêntrica, que certamente orientava a visão de mundo desse naturalista, por meio da qual se estabelecia como inferior os grupos étnicos não europeus e tudo e todos que se relacionassem com o tradicional, com o não moderno. A cidade trás em si a concepção do moderno em oposição ao arcaico, no caso específico, Saint-Hilaire ressaltava as qualidades da cidade em relação ao rural pela presença do europeu; em outro momento deixa evidente seu posicionamento que talvez não refletisse, com exatidão, o de todos os cidadãos de forma generalizada, já que a cultura caipira estava impregnada à época, e por muitos anos mais, em toda a população paulista, fossem pessoas vivendo na cidade ou não. Assim o naturalista exprime seu pensamento de forma mais clara em outra passagem de sua narrativa:

Vários cruzamentos, em verdade, aproximaram da raça caucásica os descendentes dos primeiros mestiços; entretanto, como já tive o ensejo de observar, notam-se ainda, na fisionomia de um grande número de agricultores paulistas, traços característicos da raça americana; eles não procuram instruir-se, seu modo de vida continua a se ressentir da rusticidade de seus antepassados pelo lado materno [o índio] cuja indolência herdaram também. Na cidade de São Paulo, ao contrário, desde há tempo a civilização foi continuamente mantida pelos europeus. Não foram unicamente pessoas pobres e sem educação, procurando fazer fortuna, que na referida cidade vieram se estabelecer; a amenidade do clima, a sua localização aprazível, a vizinhança da costa e suas facilidades de comunicação tem atraído para seu seio homens de classe mais elevada; magistrados que estudaram na Europa, em São Paulo se casaram, tendo necessariamente, transmitido a seus filhos certa distinção e finura de trato. (SAINT-HILAIRE, 1940, p. 188)

Zaluar (1953) observou que a cidade de São Paulo, apesar de um grande número de habitantes, de suas funções políticas, enquanto capital da província; religiosas (sede do bispado); culturais; comerciais e industriais; apesar de seus capitais em circulação, de seus hotéis apinhados de viajantes, era uma cidade monótona, conservava em seus habitantes, em seus costumes e usos alguns traços tradicionais, legados pelos jesuítas.

A partir de 1870 já se fazem, então, sentir as grandes mudanças com o impulso da agricultura cafeeira, a qual ofereceu as condições favoráveis ao desenvolvimento urbano. A ascensão de uma classe de proprietários agrícolas e as suas exigências profissionais, abrangidas por complexas relações capitalistas e políticas que ocorriam na capital da província, bem como suas demandas de consumo, constituíram-se em fator de urbanização dessa classe dominante<sup>59</sup>, acentuando a função política e comercial da cidade de São Paulo que passa por mudanças estruturais (MONBEIG, 2004). Data, também, da segunda metade do século XIX a construção dos primeiros mercados para o abastecimento de gêneros alimentícios da população paulistana (OLIVEIRA, 2004).

Já havia se instalado na cidade uma pequena colônia europeia que foi crescendo continuamente a partir de 1870, a maioria artífices, comerciantes e engenheiros. A presença e as atividades desses estrangeiros eram uma consequência das mudanças sociais e, por sua vez, eles contribuía para acelerá-las ainda mais, aumentando as transformações da cidade (MONBEIG, 2004). A crise do trabalho escravo e a crescente expansão da lavoura cafeeira de São Paulo (Figura 24) atraíram para o país um grande número de imigrantes, estes somavam, entre 1881 e 1913, mais de um milhão e seiscentos mil imigrantes, a maioria vinda para trabalhar como colonos nas fazendas de café (MARTINS, 1990).

---

<sup>59</sup> Fazendeiros que, conforme salienta Monbeig (2004), pouco lembravam seus antepassados, que haviam desconhecido o luxo e até o conforto, pouco se preocupando com as ciências, as artes e as letras.



**Figura 24** - Expansão de lavoura de café no estado de São Paulo.

FONTE: Comissão Geográfica e Geológica do estado de São Paulo (1907).

O café, e, portanto, a província de São Paulo, passa a concentrar quase toda a riqueza do país; o Brasil era o grande produtor mundial, com o quase monopólio, desse produto, ocupando o primeiro lugar entre os gêneros primários no comércio internacional (PRADO Jr., 1987).

Nesse período, a cidade se amplia, empreenderam-se as primeiras grandes obras de urbanismo, surgiram novos bairros; além disso, os fatores de crescimento urbano também estão associados ao surgimento de uma indústria solidária à economia urbana que, por uma convergência de fatores, a partir de 1900, passa a se estruturar, favorecida, especialmente, pela fase de prosperidade do café nas décadas seguintes (MONBEIG, 2004).

A cidade e o lavrador caipira, dos seus arredores, que resistia às mudanças, mantinham, ainda, entre si relações econômicas, caracterizadas, como dito anteriormente, por uma reciprocidade equilibrada. Pode-se afirmar que, apesar das grandes transformações, eram relações que se estabeleciam, até então, em grande parte, entre pessoas que compartilhavam de valores semelhantes, eram os caipiras da cidade (PIRES, 1921) e os caipiras do mato, mas ambos essencialmente caipiras. Ambos provenientes de uma mesma cultura que deu origem, indistintamente, à formação de todo o povo do Planalto Paulista, por mais que já se estabelecesse a distinção entre o homem rural e o urbano e por mais que já se fizesse sentir a

influência estrangeira. Persistia, até então, entre os habitantes urbanos e os habitantes rurais, utilizando a expressão de Redfield e Singer (1979), uma “consciência cultural comum”.

Como lembra Barros (1967) os traços da cultura indígena constituíram o grosso do alicerce da formação cultural paulista, é em São Paulo, mais do que em qualquer outra região do país, que se harmonizaram os costumes indígenas com a nova cultura mameluca (ou, melhor dizendo, caipira) que se corporificou posteriormente.

A oposição entre a cidade e o rural, por muito tempo, como disse Mendras (1969), é uma face da realidade, os citadinos e os rurais compartilhavam crenças, distrações, participavam do mesmo mercado econômico, trocando os produtos de suas atividades.

Muitos bairros de São Paulo eram, ainda, eminentemente rurais. Tanto nos municípios dos arredores quanto em boa parte da Capital, nos primeiros anos do século XX, predominavam atividades caracteristicamente tradicionais, era comum o cultivo do milho, do feijão, da criação de porcos e outros tipos de animais, incluindo os destinados ao trabalho, e ainda, em algumas áreas, o cultivo de batata, de cana-de-açúcar e de fumo (SEABRA, 1971).

As atividades hortigranjeiras e o cultivo de frutas que começam a surgir em consequência da presença de estrangeiros, apesar destes já somarem um considerável número, eram praticamente inexistentes, e, embora havendo estrangeiros ligados ao cultivo de produtos tradicionais, esta era uma atividade, típica e predominantemente, atrelada às populações luso-brasileiras. Eram os brasileiros que estavam à frente de quase a totalidade das terras dos municípios do entorno da cidade no princípio do século XX (SEABRA, 1971).

Manteve-se, até então um paralelismo complementar entre a cidade e o rural tradicional, as duas economias e os dois estilos de vida, de maneira que a cidade necessitava muito mais do lavrador tradicional do que ele da cidade (QUEIROZ, 1973a). O caipira fazia parte da vida da cidade e esta, por sua vez, integrava-se à vida do caipira.

Mas a cidade já havia se transformado e não demorou muito para que houvesse a cisão entre ela e o lavrador tradicional caipira nas primeiras décadas de 1900.

Modificaram-se as paisagens culturais. O caminhão e o automóvel substituíram cargueiros e carros de boi; velhos e modorrentos núcleos tornaram-se centros de desenvolvimento próprio e um subúrbio, uma cidade dormitório ou cidade-satélite de São Paulo; a horta, a granja ou a chácara de flores substituíram a roça, ao mesmo tempo que o adubo, a irrigação e a drenagem, o arado e o trator, substituíram a queimada, o chuço e a enxada; o caipira tornou-se sempre mais raro, submerso pela massa da população cosmopolita que do aglomerado transbordou para todas as

direções, recuou quando possível, buscando uma sobrevivência de si e de seu modo de vida nos ângulos mais isolados. Porém, também estes começaram a ser devassados pela expansão da metrópole, e os próprios sertões foram violados. (PETRONE, 1995, p. 378).

Seabra (1971), de maneira apropriada, a fim de analisar as atividades rurais, em torno da cidade de São Paulo, vinculadas ao “cinturão caipira”, separa as áreas mais próximas que se destinaram à subsistência dos aldeamentos paulistanos, envolvendo, em grande parte, a então modesta cidade de São Paulo, daquelas mais afastadas, os chamados “sertões”, que correspondem às áreas onde o povoamento caipira esteve intimamente relacionado aos movimentos centrífugos das populações que viviam mais ou menos confinadas nos aldeamentos. Inclui-se aqui o sertão de Itapecerica que abrange o município de Ibiúna.

Para o Autor, na primeira área (que corresponde às proximidades da antiga São Paulo) já era notório o caráter decadente em pleno século XIX, fosse pela longa exploração agrícola, fosse pelas próprias vicissitudes que caracterizaram as terras atribuídas aos aldeamentos e à sua população, indígena e mestiça, mão de obra a serviço do colono europeu. Mas, na segunda (áreas mais afastadas da cidade que correspondiam aos sertões), prosseguiu-se, século XX adentro, com as atividades de produção mais ou menos intactas, em proporções modestas, basicamente de subsistência, mas cujo excedente proporcionava um pequeno intercâmbio com a cidade de São Paulo.

Com a queda do café houve uma reorganização da economia e das classes sociais. A função industrial da cidade se tornou cada vez maior, especialmente a partir de 1930, com a presença de todos os ramos da produção industrial. Uma classe média numerosa surge com suas exigências de consumo americanizado, que penetrou também nas classes operárias (MONBEIG, 2004).

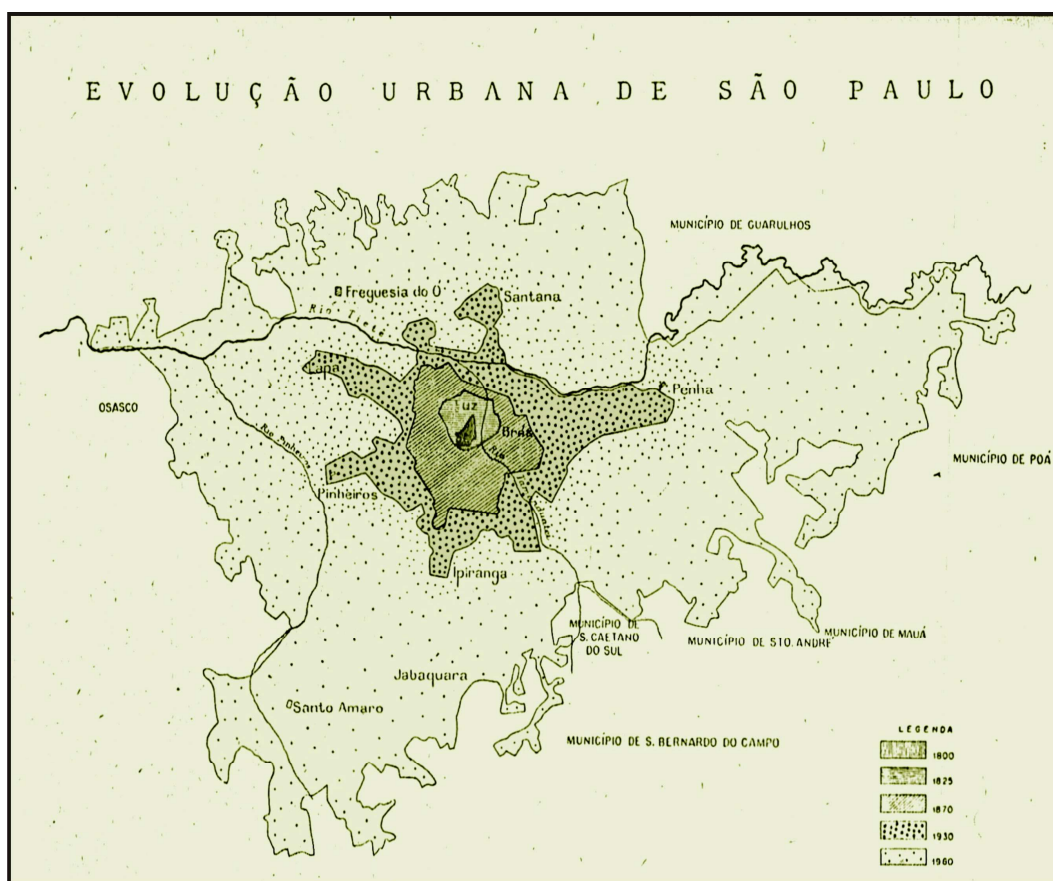
Todas estas mudanças imprimiram à cidade um processo crescente de urbanização, como pode ser observado na Figura 25, que apresenta a evolução dos limites urbanos da cidade de São Paulo em cinco períodos distintos: 1800, 1825, 1870, 1930 e 1960, na última fase denota-se a grande velocidade e a dimensão que assume este processo<sup>60</sup>. Uma nova lógica de

---

<sup>60</sup> A expansão da cafeicultura e a ascensão política dos cafeicultores têm, ainda, uma importante consequência, que não se pode deixar de mencionar, no processo de urbanização da cidade de São Paulo. Trata-se da mercantilização da terra, processo que se legitima com a Lei 601/1850, e que atendendo aos interesses dos cafeicultores estabelece o acesso à terra apenas por compra e venda, tendo sido de suma importância para que os escravos alforriados ou libertos e os trabalhadores imigrantes não se apossassem de terras, colocando-os a necessidade da sujeição ao trabalho. Este fato teve como resultado a alteração da lógica de expansão urbana de São Paulo, a introdução da noção de lote e loteamento e o surgimento do loteador; produzindo uma nova cidade, marcadamente capitalista, fundada na mercantilização da terra, na valorização do espaço, na extração da renda nos moldes capitalistas (SUZUKI, 2004).

desenvolvimento estabeleceu transformações, que Monbeig (2004) qualificou como de substituição da civilização do Brasil Colônia pela do tipo norte-americana. Conforme salienta Bonduki (2004), nenhuma cidade no mundo cresceu de forma tão acelerada como a metrópole paulistana, durante o século XX.

Com a revolução de 30, que alijou a elite cafeeira, inicia-se uma política de estímulo à industrialização, com o deslocamento do eixo agrário exportador para o urbano industrial. São Paulo torna-se o principal pólo de industrialização do país, atraindo migrantes da zona rural e de outros estados, processo que se acelera a partir da Segunda Guerra. (BONDUKI, 2004, p. 304).



**Figura 25** - Mapa de evolução da cidade de São Paulo. A figura apresenta a ampliação dos limites da área urbana em cinco períodos distintos: 1800, 1825, 1870, 1930 e 1960.

FONTE: IBGE (1960)

Obviamente todas essas mudanças foram em grande parte impulsionadas pela presença maciça de estrangeiros, cuja proporção era tal que Ribeiro (1995) a esse respeito comenta:

O que não aconteceu com o Brasil, aconteceu com São Paulo, que se viu avassalado pela massa desproporcional de gringos que caiu sobre os paulistanos. Em 1950, os estrangeiros, principalmente italianos e seus descendentes eram mais numerosos que os paulistas antigos. A esse soterramento demográfico corresponde uma europeização de mentalidade e de hábitos (RIBEIRO, 1995, p. 404).

A partir dos anos de 1940-1950, a lógica da industrialização prevalece, cujo termo deve ser entendido em sua mais ampla significação, não apenas com a criação de atividades industriais, mas como um processo social complexo que inclui a formação de um mercado nacional, os esforços de equipamentos de infraestrutura para torná-lo integrado, a expansão do consumo em formas diversas, impulsionando a vida de relações e ativando o processo de urbanização (SANTOS, 1993).

O crescimento populacional da cidade<sup>61</sup> e a entrada de grande número de estrangeiros, que não só demandavam gêneros alimentícios, mas introduziram novos hábitos alimentares, provocaram a dinamização do setor agrícola de produtos hortifrutigranjeiros no entorno da capital. Os estrangeiros tiveram, assim, papel importante,

tanto na implantação destas áreas de produção como no incremento dos hábitos de consumo destes gêneros pelo centro urbano paulistano, cuja população apresentava-se com uma parcela considerável de italianos, portugueses, espanhóis, japoneses, alemães, etc. e seus descendentes, sobretudo no decorrer dos 30 ou 40 primeiros anos deste século. Na implantação destas atividades produtivas, os agricultores japoneses e seus descendentes tiveram um papel fundamental. (SEABRA, 1977, p. 93).

Esta área em torno da capital, que passa a ganhar expressão como abastecedora da metrópole com produtos hortifrutigranjeiros, se sobrepõe, em grande parte, às áreas de cultura caipira. Assim, aquela economia de excedentes, que por muito tempo exerce a importante função de abastecer a cidade de gêneros alimentícios de primeira necessidade, passa a coexistir com a produção comercial que se consolida, principalmente, a partir da década de 1930.

---

<sup>61</sup> A respeito deste crescimento, conforme Dedecca (2004), em 1900 a população da cidade de São Paulo era de 240 mil pessoas, em 1950 era de 2 milhões. A aceleração do crescimento nas segundas metades de 1950 e 1960 foi acompanhada pela explosão do crescimento que transbordou para os municípios limítrofes criando e consolidando a Região Metropolitana de São Paulo, no final da década de 70 passava a pertencer ao grupo das dez maiores do mundo.

Manoel Seabra (1971) parece ter razão ao afirmar que o impacto da atividade hortifrutigranjeira no Sertão se deu muito mais em razão da necessidade de terras e mão de obra dos produtores, a qual os caipiras passaram a suprir assalariando-se e arrendando ou vendendo suas terras, do que devido a uma concorrência comercial, pois em grande parte os produtos provenientes das duas atividades eram distintos.

As cooperativas foram preponderantes no desenvolvimento agrícola dessa área. Em crescente número e, conforme descreve Seabra (1971), criadas sob a orientação e incentivo do governo japonês, coordenavam as atividades agrícolas e dispensavam os variados tipos de assistência ao produtor: técnica, comercial, econômica e social, passando a dominar o mercado de abastecimento alimentar na Grande São Paulo.

No período de guerra houve um crescimento expressivo dos associados das cooperativas sediadas na capital paulista. De um lado, pelo incentivo à entrada de elementos não japoneses, sobretudo nacionais, e, de outro, em razão do apoio que lhes deram os setores governamentais preocupados com os problemas de abastecimento alimentar, decorrentes da guerra, nos grandes centros urbanos: São Paulo, Rio de Janeiro etc. (SEABRA, 1977).

Em meados da década de 1950, já se notava a insuficiência da área comercial do mercadão como centro abastecedor, embora, ainda, fosse o principal centro comercial da cidade. Os alimentos vinham de todo lugar, da área rural do município, dos subúrbios da Grande São Paulo, do interior do Estado e de outros estados. E no entorno da cidade se consolidava o que muitos chamaram de “cinturão verde”, que, na verdade, se constituía de manchas de produção agropecuária entre reservas florestais, áreas de silvicultura e áreas residenciais (OLIVEIRA, 2004).

Durante estes anos de 1950 uma série de medidas governamentais (na esfera estadual e municipal), que coincidiram com um período inflacionário, progressivamente crescente, permitiram a fase de maior expansão das atividades das cooperativas. Entre elas, a concessão de favores fiscais e as medidas da Prefeitura de São Paulo, em 1953, que favoreceram a atuação destas organizações no antigo entreposto Municipal de Gêneros Alimentícios e no Mercado Municipal. Estas medidas, além de possibilitarem o crescimento das cooperativas existentes, sobretudo das sediadas na Capital, abriram perspectivas para a proliferação de um sem número de novas cooperativas e sociedades civis agrícolas, que foram geralmente organizadas pelos então comerciantes daqueles logradouros públicos para se aproveitarem das regalias então concedidas às organizações de agricultores (SEABRA, 1977).

Oliveira (2004) descreve o entorno rural da cidade, na década de 1950, deixando evidenciadas as temporalidades que coexistiam. De um lado, as práticas tradicionais e, de outro, as recentes atividades hortifrutigranjeiras; aponta, ainda, o lamentável preconceito e discriminação que sofre o caipira, quando comparado com o hortifrutigranjeiro japonês.

Seria impossível deixar de buscar a mesma fonte referenciada por Oliveira (2004), tal a sua pertinência para explicitar, apesar do inconveniente de uma extensa citação, a negação completa, à época, das técnicas e do saber caipira, bem como do importante papel que exerceu como abastecedor da cidade. Negação esta expressa nas ciências humanas, no posicionamento de Costa (1958):

Chocante é o contraste existente entre as propriedades cultivadas por japoneses e a que estão sob a guarda de caipiras locais. [...].

É profundamente triste constatar que sua ignorância, seu fatalismo, sua inércia, falta de ambição e desconhecimento da técnica mais rudimentar refletem-se nas propriedades em que trabalham por conta própria. O caipira não sabe aproveitar convenientemente o solo, nem consegue auferir lucros com o que produz. [...].

Sua técnica de cultivo praticamente inexistente, pois, em regra não emprega adubos, não utiliza o arado, desconhece remédios contra as pragas, não se preocupa em selecionar as sementes. Quando muito, pratica a rega. Por conseguinte, tudo quanto explica o sucesso de seus 'miraculosos' vizinhos está ausente em suas propriedades. Ignora as vantagens do cooperativismo ou não consegue compreender seu mecanismo, quando não pensa que o sistema serve apenas para os grandes produtores. Não se preocupa com a rotação das culturas e manipula as plantações ou o solo dentro de tradições puramente empíricas. Não acredita em métodos que desconhece, desconfia de inovações. Por isso, mesmo quando resolve trabalhar efetivamente, despendendo inegável esforço, não vê resultados compensadores. Desanima, sente que não pode enfrentar seus concorrentes vizinhos, fica arrasado. Mas não procura saber quais as razões de seu insucesso. Prefere tornar-se um trabalhador assalariado.

Não menos rudimentar é sua avicultura. Convencido de que as galinhas presas em recinto fechado não põem ovos, mantém-nas soltas na propriedade ou, quando muito, no interior de amplos cercados, julga desnecessário selecionar as raças, daí resultando um sem-número de cruzamentos, de que constitui um excelente testemunho o tipo bem conhecido da 'galinha caipira'. Dando-lhe reduzida alimentação (que, geralmente, não passa de grãos de milho), deixando-as ao léu, só consegue um produto de pequeno tamanho e de escassa produção de ovos. Não passa de exceção o caso em que galinheiros são construídos e alimentação racional é dada às aves.

Comum é a criação de porcos, destinados ao consumo da família e a venda, depois da necessária engorda. Também costuma ter cabritos e aprecia a criação de patos. (COSTA, E, 1958, p. 122-124).

Todo este processo de transformações pelo qual passa a cidade é reflexo de uma acentuada transformação da sociedade brasileira, ao longo de mais de dois séculos e que, de

forma extraordinária, se concentra, mais do que em qualquer outro lugar, na capital paulista. Com a urbanização e a industrialização que se generalizaram alteram-se, concomitantemente, os valores sociais, ocorre a “quebra da solidariedade mecânica, a dissolução ou o enfraquecimento dos caracteres comunitários do sistema social” (MARTINS, 1975, p. 2). Fator que muito deve ter concorrido para o rompimento das relações de reciprocidade equilibrada entre o lavrador caipira e a aglomeração paulistana. Já que, como um dos fundamentos econômicos da existência cidadina, instituiu-se a “‘liberdade de enriquecimento’, de alcançar o ‘êxito’, que marcou a ideologia das populações adventícias especialmente em São Paulo” (MARTINS, 1975, p. 2). Mentalidade esta, anteriormente, tão condenada pelo povo, quando começou a se manifestar entre os tropeiros comerciantes, ainda, de maneira incipiente.

Para Seabra (1971), é possível que nas relações com o comerciante de São Paulo estivesse um dos elementos importantes para justificar a decadência econômica de parte da população do “cinturão caipira”.

Diante da nova lógica da modernidade, a persistência da lavoura tradicional de alimentos, de economia doméstica semifechada, fosse no “cinturão caipira” ou em qualquer outro lugar do país, passou a constituir um problema a ser superado. As técnicas “primitivas” precisavam ser substituídas pelas modernas, pela mecanização, pela adubação, pelos defensivos agrícolas; em alternativa às velhas sementes rústicas, pouco produtivas, haviam agora os grãos melhorados, de alta produtividade, que passavam a ser introduzidos em todo o país. Também as técnicas de criação de animais deviam ser substituídas em prol de um maior rendimento, para tanto estavam à disposição as rações e os produtos veterinários. Claro que todo este aparato sustentava, antes de tudo, a grande indústria de insumos agrícolas, em plena harmonia com a política de industrialização instituída.

No início da década de 1960, a agricultura do país já se configurava predominantemente capitalista, os chamados agricultores de subsistência (ou de excedentes) foram dando lugar ao surgimento das empresas rurais, capitalistas, nas quais as determinações do mercado e a racionalidade do lucro são condicionantes fundamentais do processo de produção (GRAZIANO NETO, 1982).

Cabe destacar que este estudo se detém aos lavradores caipiras que não cederam à incorporação das técnicas modernas, por menor que fossem, ficando totalmente excluídos do setor produtivo de alimentos para a cidade; por esta razão não cabe a discussão sobre os questionamentos a respeito das políticas públicas que favoreceram o caráter não capitalista do empreendimento agrário, estabelecidas por um governo que, conforme explica Martins (1975),

estava empenhado em cumprir as expectativas das populações urbanas ou em processo de urbanização, comprometidas com o crescimento e o desenvolvimento da economia industrial e urbana. Ou seja, o estabelecimento de uma política agrária, que permitisse a fixação de preços em função de custos reais de produção e de uma taxa “satisfatória” de remuneração do capital, implicaria a elevação dos custos da produção industrial, já que seria preciso elevar os salários para atender às necessidades mínimas de reprodução da mão de obra (MARTINS, 1975). Este novo “ajustamento” do pequeno produtor rural que se configurou só fez reforçar o processo de empobrecimento e miserabilidade do caipira tradicional, preço imposto pela sua resistência cultural.

É neste contexto que ocorre a lenta, mas completa, desintegração do lavrador caipira, produtor de excedentes, com a cidade de São Paulo; mais que isso, a dissociação total do paulista com a sua própria cultura de origem, a negação de qualquer outra racionalidade econômica que não fosse a do lucro, em favor de uma economia nacional centrada no favorecimento do desenvolvimento industrial e urbano. A reciprocidade originalmente equilibrada entre o caipira e a cidade passa a ser uma reciprocidade negativa.

Como bem assinala Odete Seabra, foi lenta a dissolução dos modos de vida tidos por tradicionais.

A perda dos meios de vida não se traduzia imediatamente, em mudança nos modos de vida entre os caipiras. Por isso tiveram eles que viver como perda de condições objetivas, as mudanças que remexiam o seu modo de ser. Eles empobreciam materialmente à medida que perdiam as roças, os meios de coleta e comercialização dos seus parques excedentes. (SEABRA, 2004, p. 290-291).

Pierre Monbeig (2004), sem dúvida, foi brilhante na sua leitura sobre o crescimento da cidade de São Paulo, entretanto, ao discorrer sobre o efeito benéfico deste crescimento, comenta, de forma equivocada: “a atuação de São Paulo é ainda mais benéfica em relação às regiões deserdadas e empobrecidas pelas quais procura atender à demanda de alimentos da aglomeração urbana. As imediações da capital representam um bom exemplo disso [...]” (MONBEIG, 2004, p. 109). Este crescimento não trouxe nenhuma forma de benefício aos lavradores tradicionais do “cinturão caipira”, muito pelo contrário, constata-se sim, antes de tudo, por meio dele, o distanciamento, o antagonismo cultural que se estabeleceu entre as duas realidades.

Se por um lado houve a gradativa perda de mercado dos produtos da lavoura caipira, por outro os processos de industrialização e urbanização geraram uma demanda crescente de produtos madeireiros. Esses processos se acentuaram, sobremaneira, com as guerras mundiais; favorecidos, ainda pela fase de prosperidade do café, subsequente à Primeira Guerra, entre 1920 e 1929 (MONBEIG, 2004) e foi, justamente, durante esse período que se iniciou no “sertão” de Itapeperica a exploração comercial da floresta.

Alguns Autores que estudaram o “cinturão caipira”, como Lia de Freitas Garcia Fukui (1968) e Manoel Seabra (1971), embora não tenham negado a relevância do processo de urbanização na decadência da lavoura, muito pelo contrário, admitiram, também, com diferentes pesos e sob diferentes alegações, como fator de transformação dessas áreas o esgotamento das terras antes agricultáveis.

Para Seabra (1971), a existência de relações de parceria, a presença de vários tipos de sítiantes mais ou menos abastados, mais ou menos dependentes, cultivando suas próprias terras ou não eram a prova do esgotamento dos recursos e de uma, conseqüente, proletarização, iniciada antes mesmo do desenvolvimento hortifrutigranjeiro, já entre os próprios caipiras, a qual os teria levado à produção de carvão e lenha, às expensas das matas nativas.

Já para Fukui (1968), o tipo de agricultura praticada pelo caipira esgotava as suas terras, exigindo sempre a abertura de novas áreas na mata para a implantação das roças que, com o passar das gerações, eram cada vez maiores, tornando-se as terras insuficientes para todos de maneira a permitir o necessário rodízio do solo. E o carvão, desse modo, substituía o excedente de produção que diminuía em consequência do esgotamento das terras.

No entanto, os autores parecem não ter considerado aspectos culturais importantes entre os lavradores caipiras, como a manutenção do equilíbrio entre população e recursos, bem como os valores morais relacionados ao modo de vida tradicional, nos quais se incluem as relações de reciprocidade entre famílias e bairros, as estratégias de manutenção e indivisibilidade da terra enquanto patrimônio e, nesta perspectiva, também as funções que assume o excedente, como visto no capítulo anterior.

O impacto das transformações da cidade e, conseqüentemente, da formação de uma nova cultura refletiu-se na estrutura social caipira. Foi visto as diferenças de nível econômico entre as famílias caipiras e também as estratégias de manutenção da igualdade social, em que todos mantinham o mesmo modo de vida. As oportunidades, diante das dificuldades, eram restritas ao âmbito da parentela, o qual circunscrevia uma esfera territorial definida pelas

relações dentro do bairro e entre bairros, relações que se caracterizavam por uma reciprocidade positiva, comumente do tipo generalizada. Ou seja, aquelas famílias que, num dado momento, possuíam terras insuficientes para a produção de excedentes ou mesmo para a própria subsistência e, em contrapartida, muitos braços para trabalhar, recorriam a algum parente com terras suficientes para acolhê-los, permanecendo como parceiro, agregado e/ou jornaleiro. Contudo, mantendo-se o significado da ajuda mútua entre parentes.

Eram muitas as famílias remediadas, fato também constatado por Fukui (1968) e havia o compromisso, enquanto dever moral, daquele que se encontrasse em melhores condições de socorrer um parente necessitado. O excedente, e, por conseqüência, a cidade, fazia parte da estratégia de manutenção do equilíbrio social do caipira. Por outro lado, existiam, também, as regras de sucessão da terra que, não livre de tensões, acabavam por garantir a integridade do patrimônio. Com as mudanças ocorrendo, todo este arranjo de soluções fica abalado e transformam-se, junto com a cidade, as formas de enfrentar as dificuldades.

Há, portanto, que se observar, ainda, quanto às considerações de Seabra (1971) e Fukui (1968), a profunda diferença entre relações de trabalho na economia do tipo doméstica e na de tipo capitalista, na primeira não se pode dizer que existe a formação de proletariado. Também existe uma grande distinção entre o que se entende por recurso esgotado e recurso não disponível. Este tem uma relação direta com a dinâmica, não de exploração do solo, mas de transmissão da terra herdada; que, por sua vez, está relacionada à dinâmica de equilíbrio populacional em relação aos recursos disponíveis, especialmente ao solo agricultável e, também, a todos os recursos florestais. Por esta razão é que, conforme visto anteriormente, instituíam-se entre os parentes relações de parceria ou de camaradagem que, somente possíveis por meio do excedente, mantinham o equilíbrio social e ecológico, apesar da indisponibilidade de terras para algumas famílias.

O solo esgotado tem como indicador a presença de samambaia, espécie característica do estágio pioneiro de regeneração da vegetação. Estas áreas, em geral, levam muitas décadas para que a mata nativa e, conseqüentemente, o solo se recomponham, mesmo quando totalmente circundadas por floresta, o que significa em situação favorável de regeneração. Quando limitadas a uma pequena área em relação ao patrimônio familiar como um todo, o solo esgotado pode ser indicativo de conflito, de tensão social, mas nunca de forma a comprometê-lo, pois é a manutenção da integridade que está justamente em jogo. Por fim, solos esgotados não produzem material lenhoso, seja para tora, lenha ou carvão, necessariamente, proveniente da floresta.

Seabra (1971) reconhece que a relação com o comerciante seria uma das causas importantes da decadência do lavrador produtor de excedentes. Caso contrário, é difícil supor que este caipira, cauteloso, zeloso de sua terra e de sua família, se embrenhasse na aventura do carvão, caso houvesse uma remuneração justa de seus produtos, que lhe possibilitasse a compra do necessário à subsistência, ao cumprimento de suas obrigações burocráticas junto ao Estado à manutenção do seu modo de vida tradicional.

Deste modo, entende-se que a perda gradativa de mercado dos produtos tradicionais comercializados na cidade, que passam a ser supridos por outras áreas, é que, de fato, desencadeia, as várias modificações do uso do solo no “cinturão caipira” em função das novas estratégias de sobrevivência dos lavradores que passam então a buscar alternativas, como a extração de madeira e carvão, o arrendamento e a venda de suas terras e a proletarização. Pois, segundo a lógica inerente ao modo de vida tradicional caipira, nada é pior do que depender do *alheio* e, principalmente, viver em terra de *alheio*, lembrando que o *alheio* é o estranho, portanto o de *fora*, aquele que não é igual a ele, e que não vive sob o mesmo território.

### **3.1.1 A urbanização e o extrativismo comercial da floresta**

A partir do final do século XIX e início do século XX, já se observava nos arredores da cidade de São Paulo a difusão das atividades extrativistas, destinadas à produção de combustível e madeiramento para a construção civil e indústria moveleira, (LANGENBUCH, 1971).

Esta extração se deu primeiramente nas áreas mais próximas à cidade e naquelas de mais fácil acesso; expandindo-se à medida que evoluía o processo de urbanização e industrialização.

Especificamente, no município de Ibiúna dada as suas peculiaridades geográficas, nas áreas de mais fácil acesso, o que significa, à época, aquelas restritas ao planalto, empreendeu-se a extração de toras desde muito cedo, tendo sido instalada a primeira serraria em meados de 1850 e a segunda em 1888. Em 1939, outra serraria foi implantada, no bairro Itaguapeva, portanto, dentro dos limites do atual Parque Estadual do Jurupará - PEJU, desativada e transferida para a cidade, tendo em vista a dificuldade de acesso. Nos anos subsequentes, dez

serrarias foram instaladas na cidade fornecendo madeira para a construção civil, o fabrico de mobília de máquina de costura, a confecção de carretéis de linhas e para a indústria moveleira de São Bernardo do Campo, durante décadas (GOMES, 1997).

Além destas serrarias, adquiriram grandes extensões de terra para a exploração de madeira em Ibiúna, a Serraria Fazenda Sama S/A (GOMES,1997), a Faixa Azul Indústria de Móveis, fabricante da cama patente e a Indústria de Madeira Cerello Ltda. Estas duas últimas, em áreas internas ao Parque abrangendo, respectivamente, 3.540 ha e 109,52 ha. (SECRETARIA DA AGRICULTURA; PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, s.d.).

Além da madeira de lei, também eram comercializados o carvão e a lenha na cidade de São Paulo, nas suas proximidades e no próprio município, para abastecer os, ainda, utilizados fogões à lenha das residências, dos restaurantes, os fornos das panificadoras, das olarias e as caldeiras das indústrias e dos hospitais (GOMES, 1997).

Todos estes dados refletem o processo de industrialização e urbanização da primeira metade do século XX e a demanda gerada em áreas próximas à Capital com florestas disponíveis para exploração. Por volta de 1930, quando se acentua, sobremaneira, a demanda de produtos florestais madeireiros, os redutos caipiras do sertão de Itapequerica da Serra se iniciaram nas atividades extrativistas.

Os impactos dessas atividades na cultura caipira foram estudados e descritos por Fukui (1968) e Queiroz (1968) na década de 1960 e cujo processo social desencadeado reflete a realidade de grande parte das famílias caipiras que, mais cedo ou mais tarde, passaram a trabalhar com a exploração comercial da floresta. Foi por meio do extrativismo, especialmente do carvão, que o lavrador caipira, de imediato, encontrou uma forma de sobreviver às profundas mudanças que dificultavam, cada vez mais, a venda de seus excedentes; de continuar mantendo a sua relação comercial com a cidade e, como pensou num primeiro momento, de garantir a sua autonomia. Enfim, de resistir às significativas transformações que a realidade econômica do país impôs a ele e à cidade com a qual, durante mais de um século interagiu em situação de igualdade.

No município de Itapequerica, a partir de 1935, coexistiam a agricultura tradicional, a cultura comercial de gêneros alimentícios e a indústria extrativista. Os produtos tradicionais somente eram levados, com pouca frequência, até Santo Amaro, depois nas localidades mais próximas; o carvão ia para Aldeinha, onde lá era embarcado nos caminhões. Nesta época, os contatos com São Paulo já eram nulos (FUKUI, 1968).

A produção do carvão, a princípio pequena, se expande e, pouco a pouco, vai sendo exercida por quase toda a população do sertão. A abertura de uma estrada estadual até Jucituba dá acesso ao caminhão até o centro do Sertão e o carvão passa, a partir de então, a ser a atividade principal da população e a roça atividade complementar (FUKUI, 1968).

Logo, atraídos pelos ganhos, muitos chegaram a abandonar a agricultura. Como carvoeiros não plantavam para comer; os mantimentos eram comprados daqueles que lhes adquiriam o carvão. Mas, todo o lucro da produção era gasto em comida para a família e durante uma década, entre 1935 e 1945, toda a lucratividade desta atividade não atingiu os produtores, não os fez entrar em uma economia de mercado, voltando, assim, a plantar a roça. A produção de carvão voltou a ser complementar para suprir o excedente (FUKUI, 1968). Outrora, soberano, o sitiante do sertão de Itapecerica era, então, explorado pelo intermediário que impunha o seu preço (QUEIROZ, 1968).

Pentado (1958), na década de 1950, assim descreveu o “sertão” de Itapecerica:

[...] os modestos carvoeiros, os rústicos fornos a soltar fumaça, a mata devastada de maneira irregular, os toscos ranchos de moradia. De quando em vez, o ronco de um caminhão vem em busca do carvão ali preparado, quebra a tranquilidade sertaneja, resfolegando com dificuldade pelas estradas mal cuidadas e cheias de rampas fortes. (PENTEDO, 1958, p.53)

Em 1960, com a abertura da BR 116, ocorre a valorização das terras que passam a ser vendidas e o então lavrador caipira lança-se às atividades comerciais outras, como vendeiro ou vendedor de terras em beira de estrada, e só como último recurso é que se rende ao trabalho assalariado como meio de subsistência, (QUEIROZ, 1968).

Como explica Queiroz (1968), a economia e o estilo de vida do chamado sitiante tradicional sempre coexistiram com o estilo de vida urbano em diferentes fases. Na primeira, há paralelismo, complementaridade e independência entre os dois estilos de vida; na segunda, que corresponde à produção de carvão, a economia do sitiante começava a se integrar à economia comercial. O negociante de carvão é a primeira força de dominação econômica urbana que surgiu no sertão de Itapecerica e sua atuação fez a economia caipira, complementar e independente, passar a uma economia complementar e subordinada, quando começou, então, a sua vida social a se degradar.

Na terceira fase, enquanto carvoeiros, no meio da floresta, a sua subordinação ao regime econômico, comercial e urbano, é completa e sua degradação é máxima. O sitiante estava totalmente integrado num tipo de economia oposto ao seu; o modo de vida tradicional se alterou, empobreceu. O sitiante, isolado, vestido em farrapos, não participava mais das novenas, não conservava mais as antigas relações de compadrio, a miséria definia a sua existência de então (QUEIROZ, 1968).

O caipira, antes lavrador, tem a sua estrutura social abalada, perde a autonomia, as suas relações territoriais positivas de reciprocidade com a cidade. São relações impostas, as quais ele não mais controla e sim se subordina: uma “reciprocidade” negativa, em que só um lado ganha.

Enquanto em Itapecerica os sitiantes tradicionais já estavam em plena decadência no ano de 1960, assim como, muito provavelmente, os de outros bairros rurais no município de Ibiúna, no mesmo “sertão”, nos bairros circunscritos aos limites do que hoje é o Parque Estadual do Jurupará: as terras do 2º Perímetro de São Roque, estavam apenas iniciando-se as atividades comerciais de extrativismo da floresta. Portanto, três décadas depois.

### 3.2 O BAIRRO DOS PAULO E AS TRANSFORMAÇÕES DA TERRITORIALIDADE CAIPIRA

“[...] cada lugar é singular. E uma situação não é semelhante a qualquer outra. Cada lugar combina de maneira particular variáveis que podem, muitas vezes, ser comuns a vários lugares.” (SANTOS, 1988, p. 21).

Especificamente nos bairros rurais tradicionais circunscritos às terras devolutas do 2º Perímetro de São Roque, outros aspectos, além dos vistos anteriormente que abalaram profundamente a territorialidade daqueles que se designam *nativos*, devem ser considerados nas transformações do uso do solo.

Pretende-se, assim, compreender as peculiaridades associadas ao bairro dos Paulo, e de outros em circunstâncias semelhantes, em um contexto de transformações que traz as particularidades, nesse processo de metropolização de São Paulo, de uma mudança significativa na relação com o Estado. Este processo, é importante frisar, está associado, antes de tudo, a uma

lógica de desenvolvimento do território nacional e que muito influenciou a forma, especificamente, do Estado de São Paulo pensar a conservação da natureza.

Ou seja, o bairro dos Paulo sofre o impacto da urbanização, portanto, mesmo diante de todas as transformações socioculturais e, conseqüentemente, econômicas, envolvidas neste processo, num primeiro momento, pela perda do excedente, assim como diversos outros lavradores caipiras, este mesmo processo que lhes impingiu outras formas de sobrevivência, por meio da exploração florestal, num segundo momento, lhe atingirá pela ameaça da perda do território ancestral e da impossibilidade de explorá-lo, em atos do Estado que visam garantir um dos seus últimos remanescentes florestais.

### **3.2.1 As primeiras transformações com o advento do carvão**

Apesar das profundas transformações a partir da década de 1930, alguns lavradores conseguiram manter a venda dos excedentes da lavoura na cidade de São Paulo durante a década de 1940 e início da década de 1950. Com a grande parte dos lavradores caipiras abandonando suas atividades, muito provavelmente, ao longo dos anos, iam abrindo-se brechas que favoreciam a permanência do comércio por aqueles que viviam nas áreas, ainda, mantidas sob menor impacto direto do desenvolvimento urbano e econômico; por esta razão com maiores dificuldades para buscarem outras alternativas que lhes favorecessem tanto quanto a lavoura no passado.

Contudo, a partir de meados da década de 1950, alguns eventos locais estabeleceram um marco nas alterações socioeconômicas que passam a se materializar no bairro dos Paulo, são eles: a abertura da estrada que atravessa o Bairro pela Companhia Brasileira de Alumínio - CBA e outras que dão maior circulação interna e facilidade de acesso externo ao “sertão”, devido a implantação das Usinas Hidrelétricas do França e da Fumaça, entre os limites dos municípios de Ibiúna e Juquitiba (ambas respectivamente datadas da década de 1950 e 1960), estradas estas que passam a substituir os antigos caminhos das tropas, bem como a abertura da BR 116, em 1960.

Também em meados de 1950, a Procuradoria Geral do Estado - PGE dá início a caracterização das posses do “2º Perímetro de São Roque”, numa área equivalente a 26.847 hectare a cujo objetivo era demarcar em campo as terras ocupadas, identificar seus ocupantes e

verificar a documentação que comprovasse a legitimidade, ou não, daquelas posses. Trabalho este que durou vários anos e que interessa particularmente à pesquisa, por ter sido motivo de apreensão e incertezas entre os moradores e, cujos desdobramentos, ao longo do tempo, afetaram, de diferentes formas, a relação destes com as suas terras e as relações sociais entre bairros.

Foi, portanto, no ano de 1960 que se reuniram os fatores que, finalmente, deram início às transformações nas territorialidades das famílias caipiras que, em grande parte do Estado, já estavam impactadas pelas políticas desenvolvimentistas, inclusive, como visto, nos próprios municípios de Ibiúna e Juquitiba (este último, antes pertencente à Itapecerica), onde diversas famílias aparentadas dos Paulo estavam envolvidas com as atividades extrativistas de produto lenhoso da floresta.

Desse modo, a ocorrência de tais eventos e a perda gradativa do comércio dos excedentes na cidade de São Paulo, nos mercados de Santo Amaro e Pinheiros e que há algum tempo já se retraía para localidades mais próximas (Ibiúna, Itapecerica da Serra e mesmo Juquitiba), culminam com a substituição da economia de excedentes pela exploração de madeira e carvão; modificando o ritmo da vida das famílias nos bairros.

Cabe assinalar que neste período o interesse da grande indústria moveleira já se fazia perceber na área. Como dito anteriormente, duas grandes empresas, a Faixa Azul e a Cerello, já tinham ali adquirido terras para a exploração de toras. Era grande também o interesse do Grupo Votorantim, contudo, nos abundantes recursos hídricos disponíveis para a geração de energia elétrica às suas indústrias de alumínio e tecido. Assim, contrariamente às indústrias moveleiras, excetuando-se o desmatamento para a construção das enormes barragens, este último tinha interesse na manutenção da floresta “em pé” para a proteção dos rios. Para tanto, adquiriu extensas áreas de mata. Fatos estes que explicitam uma outra face do impacto das políticas de incentivo à industrialização e urbanização neste imenso território caipira. Mas, por não afetar diretamente o bairro dos Paulo, não cabe ser aprofundado neste estudo, mencionando-se, apenas, no decorrer deste capítulo os aspectos que de forma indireta afetaram a vida daquelas famílias.

Aquele era um território que, até então, só havia conhecido as marcas dos seus próprios moradores *nativos*, os caminhos de tropa, cujo intenso movimento se fazia com a passagem dos moradores, em geral a pé (descalços), baldeando nas suas costas a colheita da roça distante da moradia, puxando seus poucos ou muitos burros que transportavam os produtos agrícolas ou os

adquiridos na cidade, quando de lá chegavam, ou, ainda, nos dias de festa transitando de um bairro a outro.

Caminhos que só a eles serviam para circular dentro do “sertão” ou conduzi-los à cidade; acessos que eles abriam e mantinham por meio dos mutirões e sob a organização do chefe de quarteirão. As novas estradas, ao contrário, não eram uma obra dos *nativos* e nem a eles cabia sua manutenção. Nesses acessos, passam a entrar e transitar os de *fora*, com interesses alheios aos dos moradores, mas rapidamente envolvendo-os, oferecendo outras oportunidades de ganho excedente que não a lavoura.

*[...] depois que a CBA abriu a estrada aqui foi aumentado mais coisa. Nessa época aqui num tinha estrada, quando eu casei memo, tinha uma estradinha aqui; tinha os camiranga, estradinha de andá jipão; lá pras banda dos Lúcio era caminho de tropa. Depois que a CBA abriu a estrada entrô um maderero aí um tal de Paulo Forete, lá de Itapecerica, e o outro Dito Costa, os **primero maderero que entraram aqui**, nessa época. Já foram cortando madeira pra tora e já começaram a fazê carvão e gostaram e foi indo. Naquele tempo tinha madeira bastante. Né? Essas parte era só mato, só que daquela época saiu orde pro povo derrubá. (I..A.D., abr/ 2009).*

Paulino Paulo, por muitos anos, é importante lembrar, foi um agente do Estado, um chefe de quarteirão, portanto, um homem da lei, respeitado e cumpridor dos seus deveres de cidadão. A exploração de madeira e carvão não era nenhuma atividade ilegal, sequer havia sido promulgado o Código Florestal Brasileiro, datado de 1965, as atividades extrativistas, à época, atendiam as políticas de governo vigente, ao tão aclamado desenvolvimento urbano e industrial. E mais, Paulino tinha licença oficial do então Serviço Florestal do Estado (hoje Instituto Florestal) para explorar madeira e carvão, nas terras por ele adquiridas, na década de 1950 e incorporadas à área do Bairro.

A atividade madeireira e carvoeira se generalizou por todos os bairros. Nos Paulo o carvão substituiu quase que totalmente o excedente, mas de início não afetou drasticamente o modo de vida tradicional. As roças de subsistência continuavam a ser feitas, todavia, bem mais restritas, aproveitando-se parte das áreas onde se efetuavam as derrubadas de mata para retirada de madeira e/ou carvão, nas proximidades da área de moradia. A gleba 131, onde anteriormente eram feitos os grandes plantios passa a ficar, em sua quase totalidade, em descanso.

A licença de uma área era também utilizada na outra. O entendimento da família é que a terra adquirida pelo pai (cerca de 20 ha, incluída posteriormente à gleba 100) era a que possuía melhor documentação provavelmente, porque aquela, originalmente, do Bairro, recebida por

herança, estava, ainda, em nome do avô, Benedito Paulo Domingues, em processo judicial. Desse modo, vinculada a diversos herdeiros, não se conseguia a licença junto ao Estado.

O carvão representava o trabalho difícil e o dinheiro “fácil”, de rápido retorno financeiro, fosse pelo tempo de extração do produto, comparado à lavoura ou fosse pela grande demanda de mercado, também comparada a ela. A princípio um bom negócio para todas as famílias do bairro. Não é mais necessário ir à cidade vender o produto, ausentar-se do sítio, o próprio interessado vem ao “sertão” buscá-lo.

*O pai dizia pra mim ocê qué tirá um dinherinho mais fácil eu vô fazê um forninho pra ocê. Eu falava, eu quero memo. Aí ele ia lá ajudava eu picá lenha, eu enchia aí ele fazia a porta do forno, aí eu ficava olhando lá. Esse foi os primero começo do carvão que entro na área da nossa família. E sabe que eu tirei dinheiro desse forninho, naquele tempo era tudo baratinho. Abria o forno tava lotado de carvão até a porta, ia tirando, ensacando aqueles carvão, aí começava bardiá o carvão quando vinha aqueles caminhão grande de bardiá carvão, ficava aquelas pilha de carvão. (J.D., ago/2008).*

As lavouras, com o tempo, foram abandonadas pela maioria e, exatamente, como ocorreu em Itapeperica, o extrativismo passou a ser a atividade principal. As relações sociais dentro do Bairro e entre bairros alteraram-se, tendo como primeiro indicador a extinção dos mutirões, representando uma significativa desestruturação da organização social anterior. Pois, era por meio dele que se estabeleciam, em grande parte as relações terra, trabalho e família, numa escala que ultrapassava o núcleo familiar, era através dele, principalmente, que se davam as relações de reciprocidade. Ou seja, a nova atividade reduz a escala em que se configurava as relações terra, trabalho e família, isso significa que a rede de solidariedade se reduziu e se simplificou.

Entre o fim da década de 1950 e início de 1960, as famílias aparentadas dos Paulo que viviam nas terras, em sistema de camaradagem, deixaram o Bairro, ficando, apenas, Paulino com os filhos, alguns solteiros e outros que já haviam começado a constituir família. Isto explícita, por um lado a queda da comercialização do excedente da lavoura e dos animais e as consequentes dificuldades financeiras e, por outro, a substituição por uma atividade econômica que, além de não comportar mais a ajuda permanente dos familiares, deveria agora ser paga em dinheiro e não mais em comida, o que significava quebrar com um importante mecanismo de reciprocidade e manutenção da igualdade social. Dinheiro este, é bem provável, não suficiente, para manter os familiares com a mesma fartura alimentar de antes. Não que a sua circulação não

existisse anteriormente, pois havia itens de primeira necessidade que não eram produzidos no sítio, mas se dava na forma de pequenos empréstimos, pagos mais tarde em serviço pelo tomador, ou seja, não era uma relação de trabalho, mas troca de favores, difícil de se configurar com a nova situação.

O talento para o comércio e, conseqüentemente, a capacidade de estabelecer relações com o exterior, se já era um fator importante na época da lavoura, agora, no negócio de tora e carvão, ele faz toda a diferença, definindo, distintamente, o destino das famílias das novas gerações. E, provavelmente, influenciando na sucessão da liderança dentro do Bairro.

O filho de caráter mais empreendedor não demorou a ser o braço direito do pai e, com isso, a assumir uma posição econômica e de prestígio social diferenciada junto aos demais. É este mesmo filho que nos momentos mais difíceis vai socorrer a todos, tornando-se aos olhos dos parentes/vizinhos aquele que sabia lidar com o dinheiro, falar com o povo da cidade grande e nela “se virar”. Existem relatos de casos de vida ou morte, cuja salvação dependeu da sua presteza e desenvoltura na cidade de São Paulo.

O comércio da produção agropecuária era pequeno, mas continuou sendo feito por ele.

*“Meu pai e meu avô já começaram a vender o carvão logo que eu nasci, mas sempre produzindo na roça também. Eles tocavam os dois. Né? Exportava junto com o carvão, o milho e o feijão, o porco e a galinha.”* (J.D., jun/2007).

O volume de madeira e carvão disponível de início, a continuidade da lavoura para consumo e venda dos excedentes e, claro, a simplicidade da vida caipira, despendendo pouquíssimos recursos, propiciaram um ganho suficiente para comprar um caminhão. Esta aquisição representava a retirada do atravessador no comércio do carvão, elemento, também, identificado nos estudos de Fukui (1968), que explorava o povo do “sertão”, pagando o que ele queria pelo produto e, ali, comercializando os mantimentos que muitos já não produziam, desse modo, reavendo boa parte do dinheiro pago aos carvoeiros.

Nos demais bairros rurais tradicionais também era o extrativismo que imperava, com alguns casos de sucesso. E as gerações mais novas, crescidas na “época do carvão”, só conheciam uma função da floresta, a de produtora de madeira e carvão, conforme relato a seguir:

*“Meu tio compro carro em 62 pra puxá carvão e tora [...]. Eu conheço mato só pra tirá, mas pra usá não. Trabalhava mais no carvão e na tora pra serraria. Meu pai conhecia. Fazia cesta pra animal carregá.”* (M.P.M., jun/2007).

A quase ausência de memória, de detalhes sobre as relações sociais, sobre o fazer de cada dia, diferentemente da época dos antigos, reflete um tempo de “vazio de vida”. Com o carvão, festividade e trabalho já não se confundiam mais, como no passado, na época do *mixirão*; as famílias que ainda faziam roça contavam apenas com a própria força de trabalho, as demais compravam seus mantimentos dos atravessadores. E aqueles que não tinham tino para os negócios e/ou pouca terra com mata para explorar passaram a ter grandes dificuldades para sobreviver.

*[...] o pessoal começô a largá a lavora e desmatá, primero pra tirá tora e dispois pra fazê o carvão, era bastante que fazia e logo acabô o mato [...] O carvão ia pra Siderugica de São Paulo ia pra Matarazzo também, pros depósito, pras padaria. [...] A vida melhorô só pra quem vendia o carvão [o intermediário] porque trazia também de São Paulo os mantimento pra vendê pra nós, trazia de tudo porque num plantava mais. O pessoal falava vamo fazê carvão que dá mais lucro que fazê roça, o dinheiro que demora uma semana com o carvão, na roça demora seis meis pra tirá. (I.A.D., maio/2007).*

Com a exploração do carvão e da madeira, alterou-se o ritmo da vida do caipira, antes comandado inteiramente pelos ciclos da natureza, em função da agricultura, passou a ser dominado pelo trabalho árduo da exploração florestal que se dava por técnicas simples com machado e serra manual, bem como pelo fabrico do carvão, atividade não apenas fatigante, mas insalubre.

Contudo, é importante destacar que não se pode ver a exploração florestal apenas como uma imposição do mercado, mas também, e principalmente, como uma forma de resistência dos caipiras à manutenção da sua autonomia. Ao romperem com a lavoura, sua atividade principal, deixam de ser explorados dentro de um sistema econômico do qual não mais tinham governo sobre suas relações, subordinando-se aos comerciantes de São Paulo e demais cidades. O carvão rompe, ao menos de início, e, para alguns, como no caso dos Paulo, com esta lógica de exploração; além do que a nova atividade era rentável o bastante sem que eles se colocassem como reféns das técnicas agropecuárias modernas e do conseqüente consumo de todo o aparato, que a produção rural já estava submetida.

Por mais que o carvão tenha modificado o cotidiano das famílias no Bairro, a tríade: terra, trabalho e família permanece como lógica de vida. O território mantém as mesmas funções, os mesmos significados, é a terra ancestral e o meio de reprodução física e social da família. Ainda é a natureza, as habilidades tradicionais e o saber autônomo do caipira que

provêm o necessário à sua sobrevivência, e, acima de tudo é ele, o caipira, que estabelece e faz cumprir as regras no território sob seu comando: o Bairro. Fato que pode ser explicitado, também, com a exploração florestal, embora pequena, se estendendo para outras áreas, além daquela autorizada pelo Estado. Não se trata de uma simples insubordinação às regras (incoerente, segundo a racionalidade do modo de vida tradicional), mas, da consciência de uma capacidade de autogoverno, aliás, exercida durante séculos naquele “sertão”.

Mas, se não havia a terra perdido os seus significados e nem se alterado, ao menos dentro da família nuclear, a tríade terra, trabalho e família, a outra tríade, que se configurava na relação recíproca Deus, homem e terra, havia sido abalada. A relação homem-terra era uma questão de sobrevivência, inquestionável, mas não a relação com Deus, na qual se inclui o mundo sobrenatural do caipira como um todo.

As práticas e crenças religiosas já não davam conta da nova realidade. Muitas famílias passavam por necessidade, os laços de reciprocidade entre homens teriam que ser refeitos em escalas maiores, assim como deveria ser revista a relação Deus, homem e terra. A floresta estava sendo perturbada pelos *nativos*, os animais desaparecendo, atitude que, segundo as antigas crenças, era digna de punição. Assim, ao final da década de 1960, início da de 1970, em outros bairros, a religião católica já era substituída pela igreja protestante Assembleia de Deus. O que ainda demora a acontecer no bairro dos Paulo. Por muitos anos Paulino conseguiu manter a família unida, mantendo as condições necessárias à sobrevivência, e no exercício da religião católica, conforme se observa na figura 26 e 27.

Neste período, muitas terras já haviam sido vendidas. Além das já citadas Companhia Brasileira de Alumínio e outras empresas do ramo da indústria moveleira, encontravam-se na área alguns veranistas e agricultores japoneses, estes últimos, adquiriram áreas extensas para a produção comercial, uma delas equivalente a mais de 1.280 ha, num processo semelhante ao observado por Manoel Seabra (1971) e Adyr A. B. Rodrigues (1973) de expansão, nas cidades próximas à São Paulo, da atividade hortifrutigranjeira por comunidades japonesas. Acentuava-se, então, o processo de dispersão e dissolução dos bairros rurais tradicionais.



**Figura 26** – Foto de família. Da direita para a esquerda: Durval; Tereza (com Jorge no colo); Benedita (com Catarina no colo); Lindolfo; Clementino (Valdete no colo); Augusta; Maria; Doraci; Décio; Antônio; Catarina; Paulino Paulo; Moacir; Isaias, Julinda, Ramira, Juvelina, Esaltino. Pirapora do Bom Jesus, meados da década de 1970.

NOTA: Documentação fotográfica, obtida em levantamento de campo, fornecida pela família.



**Figura 27** – Foto de família. Da esquerda para a direita. Durval; Tereza (com Jorge no colo); Benedita (com Catarina no colo); Clementino(Valdete no colo); Augusta; Maria; Doraci; Décio; Antônio; Catarina; Paulino Paulo; Isaias, Julinda, Ramira, Juvelina, Moacir Domingues. Pirapora Bom Jesus, meados da década de 1970.

NOTA: Documentação fotográfica, obtida em levantamento de campo, fornecida pela família.

### 3.2.2 A “entrada” da Reserva Estadual

Paralelamente às transformações advindas da atividade carvoeira e madeireira, o impasse das terras continuou com os trabalhos da Procuradoria Geral do Estado - PGE que adentraram a década de 1960 e início da década de 1970.

Em agosto de 1972, já em fase final do processo de legitimação das posses do 2º Perímetro de São Roque, a Procuradoria Geral do Estado solicitou ao Instituto Florestal, à época, órgão vinculado à Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, que se manifestasse a respeito daquelas terras, consideradas devolutas, segundo aquela Procuradoria, com 80% de mata e passíveis de uma destinação que atendessem aos objetivos de uma política de flora e fauna.

Efetuados os levantamentos de campo, um ano depois, o Instituto Florestal emitiu um parecer que concluiu pela **não concessão da legitimação das posses** pretendidas, e, ao mesmo tempo, recomendou a instituição de Parque ou Reserva Estadual, considerando as **condições favoráveis que a área reunia para tal** (INSTITUTO FLORESTAL, 1973a).

Além da **exuberância da vegetação e dos recursos hídricos**, foram consideradas as características físicas condicionantes da capacidade de uso da terra (tipo de solo, grau de declividade, erosão), chegando-se à conclusão de que eram impróprias para **qualquer exploração agrícola**, com perigo de erosão acelerada laminar e em sulco.

Sob a perspectiva da legislação, o enquadramento às disposições dos artigos 2º e 3º do Código Florestal foi mais um argumento pelo qual concluiu-se, enfaticamente, pelo “ [...] impedimento legal para qualquer tipo de exploração da cobertura vegetal lá existente, de maneira clara, irrefutável e exauriente.” (INSTITUTO FLORESTAL, 1973a p. 28)

Sobre o uso e ocupação do solo na área, o Órgão manifestou-se chamando a atenção para o ilegal e “contristador quadro de derrubadas de florestas para a fabricação de carvão”. (INSTITUTO FLORESTAL, 1973a, p. 28). E com relação aos ocupantes e a eventualidade de um problema social, decorrente da emissão de posse por parte do Estado, concluiu ser **irrelevante**, tendo em vista que, por um lado, alguns eram pessoas jurídicas as quais, reconhecidamente, não seriam levadas à ruína pela perda da posse; por outro, a grande parcela dos demais posseiros detinham áreas que poderiam ser enquadradas na definição de **latifúndio**. Portanto, seria pequeno o número daqueles que poderiam ser efetivamente prejudicados. Acrescentou, ainda, à manifestação:

Além do que, **de que lhes serviria a posse de terra em que não pudessem exercer seu mister?** Com efeito, já foi demonstrado à sociedade que a cobertura vegetal lá existente deve ser preservada em obediência aos diversos diplomas legais já referidos. De sorte que, qualquer atividade exploratória e mui especialmente o fabrico do carvão constituirão infração à lei, que, longe de ser estimulada através de concessão e legitimação de posses, **deve ser energeticamente reprimida para salvaguardar o patrimônio de perda irremediável, a qual, em última análise acabaria por levar os próprios posseiros à penúria por falta de material para consumir e dilapidar.** (INSTITUTO FLORESTAL, 1973 a p. 31, grifo nosso).

Por fim, no rol de argumentos, incluídos no parecer emitido à PGE, o Instituto Florestal acrescenta: “Menciona-se por oportunos o conceito lapidar segundo o qual ‘o homem é o primeiro predador do meio ambiente e, como tal a primeira vítima da situação que gerou’. Exemplo gritante desta assertiva é a região serrana do **Vale do Paraíba.**” (INSTITUTO FLORESTAL, 1973a p. 31, grifo nosso).

Todavia, o diretor da então Divisão de Proteção dos Recursos Naturais – DPRN da Secretaria da Agricultura, após a manifestação do IF, procurou ponderar sobre a situação fundiária da área e a gravidade dos problemas de ordem social que não poderiam deixar de ser levados em conta. Alertou, sobretudo, a respeito dos valores de indenização a serem pagos que se configuravam totalmente insuficientes para garantir, aos desalojados, possibilidades de aquisição de terras ou mesmo a simples moradia fora das áreas que ocupavam, dada a precariedade das plantações e benfeitorias. As várias ponderações do diretor do DPRN, segundo ele, tinham o intuito resguardar a posição do Estado a fim de evitar a repetição de situações de embaraço e dificuldade como aquelas que já se configuravam nas reservas florestais da Lagoa São Paulo e da Serra do Mar (DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS, 1973).

Ao encaminhar o processo às instâncias superiores, o coordenador da Coordenadoria de Proteção de Recursos Naturais - CPRN se manifestou, endossando integralmente o relatório e o parecer do IF e, com a ressalva de que, também, merecia sua concordância as ponderações do Diretor do DPRN. Contudo, esclareceu que, embora inevitáveis, as implicações de ordem social constituíam assunto diferenciado do principal, ou seja, o da instituição da Reserva Florestal e que tal questão não era da alçada da Secretaria da Agricultura (COORDENADORIA DE PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS, 1973).

Além da omissão em relação à situação social e econômica do rural tradicional, posição esta peculiar ao Estado como um todo, dois aspectos são relevantes na manifestação dos órgãos,

refletindo uma contradição em relação a realidade e, portanto, merecem destaque. Primeiro, do rol de “latifundiários” citados que, segundo o parecer do IF, configurariam a maior parte dos ocupantes, cerca de 70% eram caipiras tradicionais, portanto uma situação que se configurava àquela descrita pelo Diretor do DPRN.

Segundo, se as atividades madeireira e carvoeira, é sabido, já se realizavam, de forma generalizada, há mais de 12 anos, em solos com tantas restrições técnicas de uso; se tão exuberante eram os recursos hídricos e a vegetação local (que recobria 80% da área), parece óbvio que o uso dado à terra pelos caipiras não se tratava de uma irracional e simples dilapidação do patrimônio ambiental, conforme procurou demonstrar o parecer. Executava-se sim o manejo da floresta. Claro, não mais sob a perspectiva anterior do lavrador tradicional, mas, certamente, uma atividade planejada, no que se refere à proteção do solo e da água e à contínua disponibilidade de material lenhoso para a produção de carvão. Caso contrário, se o uso fosse indiscriminado, a área já não apresentaria as condições descritas que a habilitavam à instituição de um parque ou reserva estadual.

Mas, apesar do parecer do Instituto Florestal, três meses depois, em outubro de 1973, a Secretária de Justiça homologou o Plano Geral de Legitimação de Posse e notificou aos interessados a apresentarem, no prazo de 15 dias, requerimento a fim de obterem o título de domínio de suas terras, (SECRETARIA DA JUSTIÇA, 1973). Todavia, a grande maioria não tomou conhecimento da notificação, pois, em seguida, muito provavelmente, em decorrência da manifestação do IF, encaminhada às instâncias superiores (INSTITUTO FLORESTAL, 1973 b), foram suspensas as titulações.

E, apesar da Reserva Florestal ter sido declarada somente cinco anos depois, em agosto de 1978 (SÃO PAULO, 1978), portanto, mais de vinte anos após o início dos trabalhos da PGE na área, a inquietação dos posseiros caipiras com relação as suas terras que já era grande, dada a demora na conclusão dos trabalhos, fica ainda maior, uma vez que e intensificaram-se os rumores e as incertezas num clima de terror entre a população local, já no início daquela década.

*O vovozinho já sabia disso aqui [referindo-se à restrição legal], pra mim ele falô quando nós fomo fazê essas casa aqui, faiz 36 ano atrás [em 1973], ele falô, vai tê um tempo, que vai entra esse negócio de Estado, ele falava memo, pra toda a família ele falô, ocê faça num lugarzinho mais arto, pra pega um poquinho de terra, assim rodiando, um arqueire, porque ocê vai tê direito, ele falava pra mim. Mais nós tudo unido um com ôtro, eu falei: Vô fazê aqui memo. Era pra fazê lá longe [no barro branco] o pai quiria que eu fizesse lá, tem água boa também. Daí nós peguemo e*

*fizemo aqui memo pra ficá mais unido da família, pra ficá pertinho, daí nós num saimo daqui. (T. D., ago/2009).*

***O pai sabia que isso ia acontecer. Só que eu não vô alcançá, ele falava, minha idade não vai alcançá, mas vocês vão vê. Ele explicava já, ele falava assim, só que vô fala pra ocêis, que aqui essas terras que nós temos, vai chega um tempo que ocêis já vão fica sabendo, eu num vô alcançá porque minha idade já ta avançada, mas ocêis vão ter direito só em volta das vossas moradias. Meu pai avisava. Né? Então ele sabia que quando ele pagava o imposto, já explicavam então as redondeza como ia acontece. (J.D., maio/2007).***

Em outros depoimentos como os vistos acima, também, é mencionada a fala de Paulino sobre a permanência, de forma restrita, na área. Algumas evidências levam a crer que se tenha sim considerado politicamente essa possibilidade e que ele tivesse realmente ciência sobre isso.

Por ter ele sido chefe de quarteirão, por tantos anos, deveria ter contatos que lhe favorecessem o acesso à informações fidedignas. Por outro lado, uma área declarada reserva estadual (equivalente à reserva florestal) significava que, pelos seus atributos naturais, ela deveria ser reservada a algum uso mais compatível com as suas características, mas cuja definição de manejo carecia, ainda, de estudos, devendo-se, contudo, proteger os recursos para uso futuro e impedir as atividades de desenvolvimento, ou seja, uma categoria transitória, uma área cujo destino de uso não se sabia exatamente qual seria. E por fim, porque entre as ponderações feitas pelo Diretor do DPRN sobre a criação da Reserva e suas implicações sociais, ele considerou:

A permanência dos posseiros no terreno, numa tentativa de sustar os contratemplos apresentados, é inevitável, desde que, para isso, teriam que continuar o trabalho ao qual se dedicam a fim de garantir a própria subsistência, trabalho esse impossível de ser tolerado numa reserva florestal, por relacionar-se com o corte da mata e a fabricação de carvão. (Informação nº 1842-DPRN, fls. 2).

Em consequência das incertezas e dos temores sobre o destino daquela área, muitos venderam suas terras antes mesmo da criação da Reserva e compraram em outros lugares fora do perímetro das “terras do Estado”.

*“Os nativo venderam pros veranista de medo já.” (L. D., maio /2007)”*

*“Minha família vendeu nos ano 70, antes da Reserva, prá comprá lá em Ibiúna.” (M. P., jun/2007).*

*[...] os ôtro venderam e foram mora aqui tudo pras banda de Ibiúna, mas todos venderam porque sabiam que aqui ia acontece isso, aí venderam tudo. (H.P.D., jun/2007).*

Paulino Paulo, também pensou em se desfazer de parte das terras (as da gleba 131), consultando os filhos, contudo, acabou desistindo do negócio. Assim, nas “terras do 2º Perímetro de São Roque”, antes, somente, território caipira, a presença do Estado já não mais se fazia representar por meio do próprio morador nativo. Agora, ao contrário, aos olhos do Estado, é ele um infrator, ocupando e usando um “próprio estadual” (já que as terras foram declaradas devolutas); seus direitos de posse e sua autoridade para fazer uso das terras não são considerados legítimos, devido às restrições legais, impostas à área, previstas no Código Florestal. Sua ação predatória, comparada à do café no Vale do Paraíba<sup>62</sup>, coloca em risco o patrimônio ambiental e a sua própria existência, merecendo, portanto, ser severamente repreendido e retirado daquelas terras. Quando muito, ele é visto como um problema social, mas que, ao final, não diz respeito às políticas conservacionistas de proteção à flora e à fauna.

É a partir desses pressupostos que, daquele momento em diante, foram restabelecidas as relações do antigo lavrador caipira com o Estado. Sua vida e sua história, assim como a de seus antepassados, como que por ironia, simplesmente não diziam respeito à Secretaria de Estado da Agricultura. Uma constatação da, já mencionada, “invisibilidade” dessa população rural perante as políticas de Estado.

Com a certeza, apenas, de que a quantidade de terras disponíveis se restringiria, cada vez mais, acirrou-se o conflito de terras entre os herdeiros mais velhos.

*[...] os dois irmão ficava dès das hora da manhã até umas ora, só brigando por causa de terra, aí meu pai chorava, calado, sozinho. Ele dizia: eu num sei o que vai acontecê, quando eu parta daqui, com esses dois irmão eles vão se acabá de tanto brigá por causa de terra [...]. Os dois nunca se bicaram, brigavam por causa de terra [...] (J. D. ,out/2009).*

E, com a idade do pai que avançava, o mais talentoso para os negócios, aquele que possuía mais desembaraço nas relações urbanas e questões burocráticas, colocava-se gradativamente no papel do “cabeça da família”.

---

<sup>62</sup> Tamanho é o disparate em associar a ação do caipira com a atividade cafeeira que cabe lembrar: ela constituiu uma fronteira móvel que envolveu milhões de pessoas, atingiu as matas do estado do Rio de Janeiro, Espírito Santo, a zona da mata do sul de Minas Gerais e por fim as de São Paulo, prosseguiu pelo noroeste do Paraná, adentrou em território paraguaio e depois subiu pelo Mato Grosso do Sul e Rondônia. Esta marcha envolveu bolsões ocupados por índios até então isolados, bem como formas antigas de ocupação econômica como os núcleos caipiras, levando tudo de roldão (RIBEIRO, 1995).

*Eu vô falá uma verdade, meu pai morreu com quase 80 ano e nunca levô uma murta, porque eu que assinava no lugar dele, vinha quarqué coisa em cima dele eu que assinava. Vinha a polícia florestal e falava desmatô um poco demais lá, num podia. Eu já era de maior, ele dizia: vai lá falá com ele que é ele que tá mexendo com isso. Metia a caneta em mim, caramba, Mais num tinha problema. (M.D., jun/2007).*

Todas estas mudanças continuam a remexer com os valores do antigo lavrador caipira. A transformação da economia, a tentativa de manter, a todo custo, a autonomia e a sobrevivência de cada família, ante a nova realidade, o esvaziamento dos bairros vizinhos, a chegada dos *de fora*, a ameaça de perda da terra, tudo isso foi quebrando lentamente as formas de solidariedade, de reciprocidade, antes presentes na sua rotina diária de vida, amalgamando as relações terra-trabalho-família, em diferentes escalas. E a igualdade vai cedendo lugar a uma diferenciação econômica que, com os mecanismos de manutenção da igualdade social, agora, não mais em funcionamento, provocam desigualdades antes pouco relevantes.

Queiroz (1973 b), com base nas pesquisas realizadas no sertão de Itapecerica, no auge da atividade carvoeira, explicou que não são os indivíduos de fora que formam a hierarquia social, mas sim aqueles pertencentes ao próprio grupo de vizinhança. Porém a posição de preeminência no interior do bairro, só é possível quando não funcionam mais os mecanismos que protegem o igualitarismo e nem está mais em domínio o sistema de liderança tradicional, em que o fator econômico não encontrava muita expressão.

Quando a Reserva, finalmente foi declarada, as terras do Bairro, antes quase totalmente recobertas por floresta, estavam em grande medida desmatadas e a atividade de lavoura era insignificante. Foram poupadas, todavia, as nascentes e as áreas consideradas importantes para a proteção do rio, em razão da declividade mais acentuada. Também não houve qualquer exploração na gleba 131; cabe sublinhar que esta gleba não tinha problemas documentais, pertencia exclusivamente a Paulino, e, portanto, eram passíveis de serem exploradas com ganhos muito superiores às demais áreas, já que possuía uma cobertura significativa de floresta antiga e de capoeira e capoeirão, após os vários anos de abandono.

*“Naquela parte perto da CBA, herança do meu avô, nunca ninguém derrubô pra carvão, lá só foi pela lavora e onde usava pra fazê planta [a lavoura] era fora da mata virge.”* (J. D., jun/2007).

Nessa época, dos cinco filhos de Paulino, todos já casados, um empreendeu-se no comércio ambulante pelo “sertão” vendendo tecidos, roupas e outros itens, a filha com o marido

passou a trabalhar fazendo carvão em terra de “veranista”; e os demais, além da agricultura de subsistência, continuavam a explorar o carvão nas terras da família juntamente com o pai.

Embora tenha ocorrido a declaração da Reserva, o Estado não a implantou, ficando a unidade, durante quinze anos, sem administração alguma, apenas sob fiscalização esporádica da então Polícia Florestal e não se empreenderam estudos mais detalhados.

A atividade carvoeira passou, então, a ser totalmente repreendida, já eram tempos difíceis para a grande maioria dos antigos lavradores caipiras, mas, com a criação da Reserva Estadual, ficou ainda mais complicada a sobrevivência das famílias. O carvão resistiu, por algum tempo, obviamente, como atividade ilegal, os “carvoeiros” antes tolerados passam a ser perseguidos pela polícia.

*“[...] depois que começô a entrá a Reserva, aí já num conseguia mais, pela lei vinha complicando num dexava mais derrubá, cozinhá carvão eles num dexava”. (L.D., jun/2007).*

*Quando entrô a Reserva, com o carvão se a polícia pegava multava e perdia tudo, podia tá prontinho o serviço. Naquela época nós trabalhava fazendo carvão nas terras do Francisco Rizzo as mata era dele e o que ele vendia dava a nossa parte; com aquilo lá nós fazia a compra e nessa parte nós passemos apuro no criamento dos nossos filhos. Né ? Com a Reserva a Florestal não queria que fizesse, derrubava até os fornos. Era arriscado fazer um serviço e perder tudo. (J.D., jun/2007).*

“Da Reserva foi **enfraquecendo** o trabalho, já não podia fazer o carvão, tirá tora.” (M. P. M., jun/2007). Reduziram-se as alternativas para quem permaneceu no bairro: restava a roça de subsistência; o emprego na CBA ou nos sítios de veraneio e, para quem tinha capital e habilidade para os negócios, uma venda para a comercialização de gêneros variados.

Com exceção de que não se podia mais explorar o carvão, o que para muitos já não fazia diferença, não se sabia direito a que fim tinha se constituído a Reserva. A vida prosseguiu, com poucas alternativas. Por esta razão é que muitos dizem que com a *entrada* da Reserva pouco mudou. Entretanto, acreditava-se, ao menos no bairro dos Paulo, e em alguns outros, que as terras continuariam sendo da família e talvez pudessem ser um dia liberadas, com restrições, para outros fins.

Uma coisa era certa, não se tinha mais a mesma disponibilidade de terras que antes. Apesar de cuidadosamente mantidas, nem a lavoura, nem o carvão as esgotaram, e acrescidas pela compra de mais alguns hectares, agora havia a limitação legal. A família havia crescido.

Além dos cinco filhos de Paulino Paulo, com suas respectivas esposas, os netos somavam mais vinte e quatro pessoas que, caso permanecessem, no mínimo, esse número se triplicaria. E, deste modo, o conflito pela terra se intensificou, não mais entre os irmãos mais velhos, mas agora afetando todos os irmãos.

Apesar das restrições legais, persiste o significado da terra, é ela, ainda, o meio de reprodução da família, o patrimônio territorial herdado e deve, portanto, ser poupada da fragmentação. Dessa maneira, de tempos em tempos é necessário o reajuste da população. Este é um processo cíclico e inerente ao território tradicional, composto por regras internas, dinâmicas, de transmissão da terra de geração a geração e dentro de uma mesma geração (MOURA, 1978, 1986; WOORTMANN, E. 1995; GODOI, 1999). Neste processo pode ocorrer a saída de alguns que podem ir para a cidade; fundar seu próprio bairro ou ser abrigados por outros bairros rurais tradicionais. Outros podem permanecer como moradores, buscando trabalho fora das terras de origem. Assim, um novo ciclo inicia-se, cujo objetivo é a menor fragmentação possível da terra e a manutenção do patrimônio territorial familiar. O que não significa que estes não tenham direito à herança, como bem demonstrou Moura (1978), mas que devem abrir mão de permanecer ou trabalhar nas terras.

O processo descrito acima anteriormente pode gerar grandes tensões, por isso, em geral, é conduzido da maneira menos traumática possível, ou seja, as tensões são minimizadas pelo prévio conhecimento das regras e das práticas tradicionais, pelas compensações materiais e pelo preparo daqueles que um dia terão que abandonar a terra. Neste último caso, o critério pode estar relacionado a um talento específico que garanta condições para um bom desempenho na cidade, a condição feminina de “ter” que acompanhar o marido e passar a morar nas terras dos seus familiares ou, ainda, ao caráter de grande autonomia e empreendedorismo que garanta a capacidade de explorar novas terras e implantar um novo núcleo, como aconteceu, em tempos passados, com aquele que firmou posse fundando o bairro dos Paulo.

Nestes casos, a saída dos “expulsos” se faz de forma menos traumática, inculcando-lhes a saída, desde cedo, e dando estrutura material para o momento do abandono das terras, (MOURA, 1978; WOORTMANN, 1995). Em geral, facilitada por uma ideologia, conforme expõe Moura (1978), que se expressa impedindo as formas de exteriorização dos conflitos; também constatada no bairro dos Paulo pelo uso frequente de expressões como: *aqui não tem má querência, aqui é tudo é unido, tem que combiná.*

A criação da Reserva, não apenas diminuiu a disponibilidade de terra, mas restringiu drasticamente o seu uso, comprometendo severamente a sobrevivência das famílias, e, assim,

intensificando e acelerando um processo de “expulsão” que, ao que parece, não ocorreria nesta geração. O que significa dizer que os herdeiros não haviam sido preparados para deixar as terras. Nem o filho empreendedor e desapegado o bastante para ir longe implantar outro bairro, talentoso inclusive com atividades comerciais, e mesmo aquele que sempre preferiu o comércio à lavoura.

Exceção talvez possa ser feita à filha que, embora não admitindo de maneira categórica, a tradição local ditava: que ela deveria acompanhar o marido ao se casar, e o pai, desde cedo, favoreceu-lhe financeiramente de diversas formas. Estes são indicativos, segundo os costumes tradicionais, de uma possível compensação material pela sua saída: o pagamento em dinheiro pelo trabalho na roça (além de, provavelmente, expressar o significado de autoridade e honra de pai que não necessita do trabalho da filha para manter o sustento da família, o que pode estar relacionado a uma contrapartida); as áreas concedidas, quando solteira, para a realização de suas roças, bem como as fornadas de carvão, cujo dinheiro das vendas, realizadas pelo pai, era revertido em seu benefício.

Ocorrência semelhante foi descrita por Moura (1978) em seu estudo no sul de Minas Gerais, no caso, a prática era exercida para com os filhos homens. São doações do pai para o filho que, segundo a Autora, estão relacionadas àqueles que vão abandonar a terra por via da emigração. Contudo este favorecimento, no bairro dos Paulo, deve ser relativizado, já que Paulino ajudou de diferentes formas a todos os filhos e a compensação pode estar relacionada não necessariamente à saída, mas também a diferentes privilégios em relação ao uso do solo pelos filhos e suas respectivas famílias.

Os conflitos são tabus em um grupo que compartilha fortes valores de união, por sinal, imprescindíveis à manutenção do modo de vida tradicional. Assim, os depoimentos são escassos a respeito deste assunto e apenas os vários anos de convívio anterior, tendo a oportunidade de assisti-los, por vezes, e a insistência em desvendá-los, por meio desta pesquisa, possibilitaram reunir as informações aqui tratadas sobre este assunto. Conflitos este que somente foram expostos e analisados aqui tendo em vista a sua relação com a intervenção do Estado na área.

Entre os dois irmãos mais velhos, o conflito, originalmente, era sobre qual pedaço de terra caberia a cada um e não sobre ficar ou sair, o que caracterizava mais uma disputa pela sucessão na liderança do território, do que exatamente por terras (WOLF, 1976). Havia terras o bastante para todos; numa partilha igualitária entre filhos (que nem sempre é o caso), caberiam aproximadamente 75 ha para cada um, o bastante para todos viverem bem: “*Cinco alqueire de*

*terreno, planejado com plantio dá pra um familiar vivê a vida tudo e fica feliz, cinco alqueire de propriedade de terra de plantio memo ela fornece pra familiar grande.”* (M. D., jun./2007).

O fato de Paulino ter ido buscar a filha e o genro, ainda no início da década de 1960, a qual voltou a contragosto do marido, e de tê-los presenteado com a moradia e uma parcela de terra para roça, também, evidencia a disponibilidade de terras e a intenção de manter a família unida, ao menos nesta geração.

*“Ele falô assim, ôi qui filha isso aqui é docê, isso aqui, o resto do tempo de sua vida que ocê vivê aqui ninguém toma esse lugar. Entregô pra mim, deu a área de roça também pra trabalhá, [...]”* (J. D., abr./2009).

É possível ainda, que na década de 1970, com as transformações advindas da Reserva, Paulino tenha procurado readaptar as regras usuais de transmissão da terra. Era um homem letrado e bem informado, deveria saber que a partilha da terra, ao contrário da situação anterior era a forma de garantir a integridade do patrimônio familiar. O depoimento da neta Terezinha, sobre a orientação do avô em fazer a casa distante das demais, garantindo uma parcela de terra em volta da moradia, expressa uma possível estratégia. Caso se configurasse um bairro centrífugo, cada casa com seu paiol, quintal, horta e até uma roça, a família ocuparia boa parte das terras, do contrário, as terras “desocupadas” seriam congeladas, ou, melhor dizendo, confiscadas pelo Estado. Interessa observar que não se trata mais da doação de terras para os filhos, mas para uma neta, mulher.

*“Aí ele falava pra mim, minha área que eu tenho, se for de ficá pra ocêis dependê de sobrevivê e convivê [ele tinha os neto contados um por um] tem lugar pra tudo ocêis fazê casa, num precisa ficá morando em moradia alheio.”* (J. D., ago./2007).

No que se refere à liderança (e, portanto, a uma distinção de privilégio de uso da terra por um dos filhos como estratégia de manutenção da integridade do patrimônio familiar em sistemas de herança por partilha), algumas informações podem ser relevantes. Todos os filhos, ao se casarem, receberam do pai o seguinte presente: um ano vivendo na sua casa e ele pagando todas as despesas do casal, o produto do trabalho do casal, durante este ano, era revertido para que eles comessem a vida, a partir daí em suas próprias casas. O único que “não quis” receber este presente foi o mais velho. Ele, também, é o que foi morar, ao se casar, na *casona*, como se diz na família, a mais antiga e a maior do Bairro (pertencente antes ao tio). Estes são fatos que demonstram, de um lado, uma maior autonomia, por outro, um privilégio com relação aos demais irmãos; estando, talvez, relacionados à sucessão da liderança.

Este filho era trabalhador e tinha um temperamento pacato, com exceção das discussões com o irmão, não estabelecia confronto com os demais. Entretanto, os novos tempos exigiam mais qualidades, especialmente uma capacidade grande de envolvimento e enfrentamento com os novos sujeitos que se impunham no cotidiano do caipira; um temperamento mais empreendedor que, com certa facilidade, pudesse vislumbrar e colocar em prática outras alternativas para dar continuidade aos Paulo, não apenas na perspectiva da sobrevivência, mas de *remediados* que sempre foram, de se manterem na condição de *fortes*.

E é assim que o segundo filho, já há algum tempo no comando dos negócios do pai, em razão de suas habilidades comerciais com o carvão, estabelece um conflito traumático, numa postura muito mais de dominação do que de liderança, cujo objetivo era a expulsão de alguns e a submissão de outros. Uma tarefa um tanto quanto difícil, tendo em vista os valores de autonomia e de solidariedade impregnados em cada um dos filhos e até mesmo na filha.

O filho mais novo que já havia se empreendido no comércio, estabeleceu-se nas terras do sogro, *nativo* que havia vendido as terras ancestrais dentro do perímetro do Estado e comprado fora, fundando um bairro: o Capim Azedo. A informação de que ele havia deixado o Bairro porque não queria envolver-se com a briga de terras chegou, somente, no último dia de trabalho de campo, após quatro anos de pesquisa. O irmão não permitia que ele plantasse; apesar da sua saída, há mais de vinte anos, a sua casa e as suas coisas permanecem lá até hoje. Antes os depoimentos informavam que ele tinha tido um filho atrás do outro e que por isso não conseguia sobreviver da lavoura, tentando o comércio fora para sustentar a família. A saída do filho foi um grande desgosto para Paulino, relatado por toda a família.

Além de dar continuidade à lavoura, o segundo filho abre dentro do próprio Bairro um pequeno comércio, deixando a casa de origem e estabelecendo-se, mais tarde, do outro lado da estrada. O irmão mais velho continuou na lavoura e o marido da filha empregou-se na CBA, contudo era a roça e as criações que garantiam o sustento da família, tal a insignificância do valor do salário.

*Eu criei meus filho tudo na roça, desde os 10 anos, naquele tempo ele [o marido] trabalhava na CBA e ganhava um salário, e o salário num dava pras dispesa de casa, eu plantava tanta roça, criava criação, buscava pra comê, colhia feijão, colhia milho, tudo de roça. Eu sofri com minhas crianças. (J. D., jun/2007).*

Em meados da década de 1980, provavelmente, impulsionados pela crise na família e pelas grandes dificuldades de sobrevivência da maioria, os Paulo, à exceção do 2º filho de Paulino, abandonaram a Igreja Católica e ingressaram para a Assembleia de Deus, mudança que já vinha se operando em outros bairros, como dito anteriormente.

Com a morte do pai, já em 1988, e as dificuldades financeiras das famílias, o conflito acirra-se ainda mais. Nesta época muitos netos já haviam deixado o bairro e, os que permaneceram, buscaram trabalho fora. O penúltimo filho se solidariza ao segundo irmão.

Por outro lado, a dispersão e redução do número de bairros, a indisponibilidade de terras e a quebra da solidariedade entre os bairros, foram fatores que estabeleceram uma mudança nas regras de matrimônio. As mulheres e os homens passaram a se casar também com os *de fora*, no primeiro caso, deixando, obrigatoriamente, as terras. Entre os poucos que permaneceram reduziu-se, drasticamente, o número de filhos para um ou dois, no máximo.

Deste modo, a partir da intervenção do Estado, estabeleceu-se ou, pelo menos, acelerou-se em muito, no caso do bairro dos Paulo, um processo de empobrecimento material e de conflito social que, em outras circunstâncias, como foi observado, poderia ter sido equacionado acionando-se estratégias menos traumáticas.

O bairro rural é dinâmico (QUEIROZ, 1973b), o território é dinâmico. E as mudanças, assim como as formas de se adaptar a elas e de equacionar novos problemas, são inerentes a essa dinâmica. Como explica Woortmann (1995, p. 272), “modificam-se as práticas juntamente com as condições materiais de existência, mas o significado permanece o mesmo: *assegurar a integridade e a reprodução do Sítio.*” ( WOORTMAN 1995, p.272). Ou seja, do patrimônio familiar.

É difícil avaliar se em consequência dos ganhos da produção florestal houve um comprometimento dos valores tradicionais no que se refere ao enriquecimento enquanto um fim em si mesmo, e, deste modo, uma dissolução dos mecanismos tradicionais de liderança, como nos casos estudados por Queiroz (1973 b), onde a transformação da economia, conforme explica a Autora, pode gerar, dentro dos próprios bairros, indivíduos que vão exercer opressão sobre os demais. Ou se, ao contrário, foram acionados mecanismos tradicionais extremos de manutenção da integridade do patrimônio. Ou, até mesmo, se houve um conflito cultural entre duas formas antagônicas de resistência, uma mais adaptativa, a do pai, e, uma mais conflituosa, a do filho.

É possível, ainda, e é o mais provável, que todos estes elementos tenham sido operados, um contexto de uma avalanche de transformações que incidia sobre os lavradores tradicionais e que exigia o equacionamento de um problema: a manutenção da integridade do patrimônio familiar e a reprodução dos Paulo na condição de *fortes*.

*Vô falá uma coisa certa, tem um filho que o pai gosta mais, meu pai, pra falá bem a verdade, era eu. Sabe por quê? Vô falá. A gente num tem estudo e raciocina formá uma comunidade onde a gente tá. Então eu brincava com ele, aqui a gente pode fazê tudo ó, pode levantá uma farmácia, um mercado forte, um plantio forte, porque aqui é grande, podia rasgá tudo, entrá por meio desse matão, agente punha os peito em tudo e comia torto com o machado. (M. D., jun./2007).*

Uma coisa é certa, o conflito acionou formas de solidariedade e de resistência na terra entre a maior parte dos familiares que se sentiam constrangidos a deixá-la ou a abandonar a lavoura. Constrangimento este, é importante frisar, exercido somente pelo irmão (o segundo filho) e não pelos seus (esposa ou filhos). Aliás, numa “justificativa” espontânea dos parentes, sem que se adentre em maiores explicações, o que se diz é que *ele é o único diferente da família*, explicitando-se, assim, os valores de união da família como um todo.

### 3.2.3 A “entrada” do Parque Estadual

Abordar a criação do Parque representou um grande desafio, pois colocou em teste a capacidade da pesquisadora de manter a imparcialidade e a habilidade, em campo, de construir uma relação de confiança com os moradores, desvinculada daquela de gestora, fiscalizadora e para alguns de hierarquia (chefia), por meio da qual as informações fluíssem também de forma imparcial. Também foi um desafio estabelecer um corte na abordagem deste assunto, dada à grande quantidade de informação que se detém, contudo, na perspectiva do Estado. Interessa aqui compreender os critérios do Estado para propor a criação do Parque e como ela afetou a territorialidade dentro do Bairro. Portanto, não se deve aprofundar a discussão sobre as diferentes administrações ao longo dos anos, apenas situar os encaminhamentos dados ou não sobre o assunto. O esforço deve ser feito no sentido de desvendar as rupturas e permanências na perspectiva do território e não em tratar as atividades empreendidas pelos técnicos, ainda que,

em alguns momentos, isso seja feito em razão da importância das informações para o assunto em pauta.

A Reserva Estadual do 2º Perímetro de São Roque representava dentro do Instituto Florestal, após treze anos de criação, um grande problema. Ouvia-se dizer que a Instituição aguardava a regularização fundiária da área para assumir a administração. Embora esta não fosse a regra para as demais unidades de conservação, a referida Reserva tinha como peculiaridade ser, entre todas, a que apresentava maior complexidade fundiária. Era a única cuja propriedade era do Estado, mas também era a única totalmente ocupada, apresentando uma enorme diversidade quanto aos interesses de uso dos seus ocupantes e, portanto, uma enorme diversidade de problemas.

Do ponto de vista político havia pressões para que ela fosse revogada, sob o argumento de que lá já não se tinha mais nada a conservar. Assim, em 1991, em uma situação de completo acaso, a Autora foi designada, pelo então Diretor da Divisão de Reservas e Parques Estaduais, para atualizar as informações e a se manifestar tecnicamente sobre a pertinência de implantar a unidade, bem como, se fosse o caso, indicar as ações emergenciais para tanto.

Num estudo comparativo da vegetação foi constatado que a área continuava com a mesma porcentagem de cobertura florestal da época em que foi criada a Reserva, alterando-se apenas a configuração das áreas desmatadas. O relatório técnico realizado foi consubstanciado também por um levantamento detalhado de campo. A exemplo dos pareceres anteriores apontou para a grande exuberância dos recursos hídricos, da vegetação remanescente e da fauna silvestre (Figura 28), dando ênfase à importância de se conservar um dos últimos remanescentes de Mata Atlântica do Estado (SANTIAGO, 1992), já que pois durante aqueles últimos anos tomavam vulto os movimentos que denunciavam a destruição deste bioma, bem como apelavam para a necessidade da sua proteção e recuperação.



**Figura 28** – Parque Estadual do Jurupará. (A) Rio Juquiá. (B) Vista geral do Parque.

FONTE: A Autora (1992). Arquivo do Instituto Florestal.

Contudo, a categoria reserva florestal era insuficiente para conter o processo de degradação que agora se caracterizava por um número crescente de edificações de todos os padrões, em muitos casos associado a loteamentos clandestinos. Deste modo, foi sugerido que se transformasse a Reserva em parque estadual, a única categoria regulamentada legalmente, nos âmbitos federal e estadual e que, portanto, dava o respaldo necessário para a atuação enérgica que a Instituição deveria adotar na área (SANTIAGO, 1992).

Em consonância com a mentalidade instituída nas políticas públicas e no meio técnico e científico atuante na área de conservação da natureza, o aspecto social, de maneira geral, se resumiu a uma mera questão fundiária<sup>63</sup> (SANTIAGO, 1992).

Não se pode apreender da realidade o que o pensamento desconhece. Mais uma vez os lavradores tradicionais caipiras não foram vistos. E é por esta razão que tão duramente foi criticado no primeiro capítulo a arrogância das políticas públicas em apontar a necessidade de capacitação da população tradicional e em não fazer nenhuma referência sobre a urgência de se construir um saber entre os profissionais da conservação que possa dar conta da realidade, que possa propor e executar políticas públicas mais justas e factíveis. Avaliando deste modo a Autora assume, antes de tudo, para si esta dura crítica.

Assim, em setembro de 1992 a Reserva Estadual do 2º Perímetro de São Roque foi transformada em Parque Estadual do Jurupará (SÃO PAULO, 1992). As regras, agora, eram claras, no Parque, mais cedo ou mais tarde, **todos** teriam que sair. E até que a questão

<sup>63</sup> E cujas conseqüências ambientais em grande parte passaram a ser minimizadas, mesmo antes da criação do Parque, em a atuação conjunta com a Polícia Florestal, com a Delegacia de Polícia e com o Ministério Público.

fundiária fosse resolvida, só se podia usufruir dos bens existentes. Nada além disto, poderia ser realizado.

É possível imaginar o primeiro impacto e o terror instituído entre os *nativos* com a decretação do Parque e a chegada da informação de que todos deveriam deixar o território ancestral. Contudo, apesar do Instituto Florestal se fazer presente rotineiramente e acompanhado frequentemente da polícia florestal, havia um descrédito completo sobre o desenrolar da questão fundiária, sobre a efetiva implantação do Parque. Não se tratava mais de um território predominantemente ocupado por caipiras, eram vários os interesses ali em jogo e as grandes resistências agiam disseminando a desinformação, o que não era difícil devido ao histórico da área. Já se adentrava a década de 1990 e a situação com o Estado e todos os rumores, se arrastavam desde a década de 1950.

Assim, o que de tão diferente poderia representar a instituição do Parque em relação à Reserva no cotidiano dos *nativos*? Paralisadas as atividades já estavam. Há muito não se fazia o carvão, a lavoura já era só de subsistência, ocupando poucas áreas. Como foi dito os interesses eram muitos e tinham aqueles que apostavam na implantação do Parque, mas, principalmente na falta de capacidade de fiscalização do Estado, ou seja, a terra era de ninguém.

Em terra sem dono não existe fronteiras. E, deste modo, a área foi invadida pela ação dos palmiteiros, segundo os moradores do bairro dos Paulo, o principal impacto do Parque. Uma verdadeira surpresa, pois, nunca o IF havia feito a associação da problemática do palmito à criação do Parque.

Claro que não é o roubo de palmitos em si a questão, mas o que ele significa: a perda da autoridade dos moradores nativos sobre os seus territórios.

*“Aqui só se via palmito agora pra acha um pé dá trabalho. Quando não era o Parque todos respeitava a divisa, depois muita gente fala, o Parque é do Estado então não tem dono.”* (M.P.M., Jun/2007)

*Entrô o Parque, prá formá um Parque entrô a fiscalização do Estado, daí implico o sitiante governá o divisor dele, então é o memo que dizê que o dono não é dono mais, o dono é o Estado, então esse povo que num era dono de propriedade, ele acho que é do Estado, que então todo mundo é dono, então invadiu todo mundo e se o dono reagisse: não aqui é do Estado e o Estado que tem que toma conta num é ocêis, ocêis num é dono mais. E o povo robava e tá robando e como é que fica? Aí chego ocêis, lá de longe e ocêis também num consiguirum olhá. Só falo pra eles,*

*só num roube a minha vida, deixem a minha vida vivendo e o resto pode robá tudo.*  
(M.D., jun/2007).

Contudo, o depoimento acima retrata parte da realidade. A submissão relatada na última frase, não foi um fato. A criação do Parque representou um novo momento de crise, mas, com ela novas opções de enfrentamento das dificuldades surgiram.

Esaltino, o segundo filho de Paulino, como era de se supor, enfrenta os palmiteiros e condiciona a retirada do palmito nas terras do Bairro à sua autorização, tornando-se, pouco mais tarde, um “aliado” dos palmiteiros.

O palmito era tirado, em larga escala, dentro do Parque, por grupos organizados que atuavam também em outras unidades de conservação e, portanto, não era o que se pode chamar de uma opção econômica. Embora muitos *nativos* tenham se envolvido com ela, quase ninguém teve um retorno financeiro compensador. Era uma atividade clandestina, ilegal e os colocava numa condição de marginalidade. Mas, ao mesmo tempo, e, contraditoriamente, de dignidade, pois, o que estava em jogo era uma questão de honra: a defesa das fronteiras do território familiar, uma forma de provar a si próprios que, ainda, mantinham a autonomia territorial, apesar do Estado e dos palmiteiros atuando sobre suas áreas. Além disso, representava a possibilidade de poder ultrapassar a miséria em que muitos se encontravam.

Mais uma vez, a habilidade em empreender-se, em negociar e em lidar com povo da cidade fez toda a diferença. Mas esta habilidade, agora, se fazia necessária enquanto condição para lidar com uma situação extrema de *reciprocidade negativa*, envolvendo um alto grau de astúcia, roubo e violência (SAHLINS, 1970 soc. Tribais). Reciprocidade esta que não se restringia, apenas, aos *nativos* e palmiteiros, mas, incluía também o Estado, cada qual com seus interesses, opostos entre si, estabelecendo um confronto de poder.

Eram tempos difíceis, de sofrimento dentro do Bairro, não havia perspectiva alguma de melhora, com o Parque muitos veranistas foram embargados e uma grande fazenda que empregava muitos moradores foi desativada completamente. O conflito entre os irmãos continuava e à medida que os netos e netas de Paulino casavam ou, simplesmente, cresciam iam deixando o bairro em direção a outras localidades de Ibiúna ou para outras cidades como Juquitiba, Embu, Juquiá e até para fora do Estado. Alguns conseguiram se estabelecer mais próximo, trabalhando nas Usinas da CBA e morando na Vila Residencial, dentro dos limites do Parque.

Também o Instituto Florestal, em 1994, abriu concurso admitindo três pais de famílias. Este fato acirrou o conflito interno, não só porque se tinha literalmente transformado três integrantes do Bairro em funcionários do Parque, portanto, legitimando-os, enquanto tal, como uma autoridade que se sobrepunha àquela estabelecida naquele território; mas, também, porque se tratavam de três famílias que deveriam ser expulsas. O emprego efetivo no Estado dava-lhes a estabilidade material necessária para continuar vivendo e *convivendo* na morada ancestral e, se quisessem, de boicotar o poder instituído – o que não aconteceu.

*“Na parte de trabalho pra mim o Parque mudô pra melhó [...]. Se não fosse o Parque nem mais aqui nós tava.”* (L.A.D, jun/ 2007)

*“Nóis que somo nativo qué morá aqui onde somo nascido. Né? Se o Estado mandá pra ôtro lugar tem que í. Depende memo de tê como sobrevive. Nóis mesmo se não tivesse trabalhando no Parque nós não tava mais morando aqui, tava em Tapiraí, Ibiúna.”* (I.A.D., jun/2007).

*[...] Depois com o Parque ficô mais complicado ainda, não tinha um emprego e não se podia plantá nada, não tinha como vivê. E aí a pessoa fica sem jeito. Né? **Como um nativo, como é que vai abandona a própria área, pra entra no alheio e depende do alheio só?** A pessoa fica sem jeito. Né? Aí depois que entrô a ordem que quem quisé plantá um pouquinho, não destruí tanto, então melhorou bem mais. **Se a pessoa quisé fazê faiz, quem trabalha de emprego e não tivé tempo dá pra ter a convivência.** Que nem eles aqui tem o meu esposo, meu subrinho Décio e meu filho Leonil também que trabalha aí. Graças a Deus pra nós não precisa melhó. **Dependemo esperá o resto da nossa vida e como funcionário e não mudá porque é o que nos interessa.** (J.D., jun/2007).*

Nenhum dos filhos de Paulino se empregou em terra de *alheio*, somente o genro e os netos, todos viviam da lavoura e da criação de animais e o segundo filho, concomitantemente, dava prosseguimento ao comércio. Assim, a situação dentro do bairro estabilizou-se, com exceção do irmão mais novo, todos eles permaneceram na terra, os conflitos continuaram, mas não havia mais o medo de não ter como sobreviver. Somando-se a lavoura, os animais, os salários e o comércio (incluindo o palmito). A vida econômica do bairro como um todo se estabilizou, ultrapassando-se o período de quase miserabilidade.

Na década de 1990 muitas mudanças estavam ocorrendo, no meio técnico-científico, em decorrência, principalmente, das discussões internacionais sobre os povos tradicionais, como visto no primeiro capítulo. E não demorou para que a administração do Parque logo reconhecesse e diferenciasse os moradores *nativos*. A persistência histórica das características

do bairro tradicional rural nos Paulos logo saltou aos olhos e lá se iniciaram alguns trabalhos com o intuito de valorizar o saber fazer tradicional e ao mesmo tempo favorecer um ganho financeiro. As mulheres, todas elas, foram receptivas e se organizaram com muita rapidez e determinação. A implementação destes trabalhos se valia da prerrogativa da pesquisa científica, pois estavam vinculados a projetos de pesquisa<sup>64</sup> e do último artigo do Regulamento de Parques o qual estabelece que os casos omissos, portanto, não previstos naquele Decreto, ficam a cargo da administração.

Contudo, com a mudança da administração, em 1996, estes projetos não vingaram<sup>65</sup>. Em 1998, apesar de todos os avanços que ocorriam nas políticas públicas, os funcionários (*nativos*) do Parque tiveram suas roças embargadas pela Polícia Florestal (SMA, 1999), ainda não havia respaldo legal para que se pudesse fazer algo, especialmente, por se tratar de agentes do Estado.

Mas a cada dificuldade, como visto até agora, uma nova solução, e deste modo a roça, no caso dos funcionários, passou a ser desenvolvida na forma de uma horta ampliada no quintal da moradia, onde se misturam também os produtos da roça: o milho, o feijão e a mandioca, conforme observa-se na figura 29..



**Figura 29** – Horta e roça num mesmo local.

FONTE: Autora campo (2009), levantamento de campo.

O manejo do Parque com relação aos nativos, assim como em relação aos demais ocupantes, em todas as administrações, deu-se de maneira a permitir que as suas atividades

<sup>64</sup> Técnicos e estagiários desenvolveram projetos relativos à caracterização socioeconômica da população tradicional; ao sistema construtivo em taipa; ao uso e manejo de espécies não madeireiras e à atividade cesteira.

<sup>65</sup> O Parque da data de sua criação até hoje contou com cinco administrações. A primeira que se iniciou ainda no período da Reserva em meados de 1991 a 1996, subseqüentemente, de 1996 a 1997; de 1997 a 2000; de 2001 a 2007 e de 2008 até hoje.

prosseguissem, mas com grandes limitações quanto à retirada da vegetação nativa. Desse modo, a execução das lavouras, especialmente no que se refere à prática da queima e da rotação das áreas ficou prejudicada. Razão pela qual os moradores passaram a reduzir o descanso da terra para que a vegetação não ultrapassasse o estágio pioneiro de regeneração, a partir do qual passariam ter complicações legais com o corte.

Finalmente, em 2009, contratada uma empresa de consultoria especializada, a Fundação Florestal e o Instituto Florestal, deram início à execução do Plano de Manejo, ao mesmo tempo em que se realizava esta pesquisa. E, sem dúvida, foi um momento importante para avaliar, não apenas a evolução das políticas de conservação no Estado, mas, também, a mentalidade vigente entre os profissionais da conservação em relação às populações tradicionais (e, até mesmo, testar a validade, a pertinência da análise efetuada no primeiro capítulo), já que neste trabalho de planejamento reuniram-se três instituições diferentes e um rol enorme de técnicos, formados em diferentes ocasiões, nas últimas três décadas.

Não é o caso de se detalhar e aprofundar uma discussão sobre este processo de planejamento, seria, sem dúvida, um outro trabalho. Contudo, cabe destacar a grande dificuldade que se teve em participar dele<sup>66</sup> e de fazer valer um posicionamento que levasse em conta, da maneira mais justa possível, os direitos dos *nativos*, bem como que garantisse a participação e contribuição desses, apesar, das dificuldades impostas pela opção metodológica<sup>67</sup>.

Mas, os embates, ao final, foram muito produtivos. O Plano de Manejo da unidade contou com importantes diretrizes e ações no seu Programa de Pesquisa e Manejo que devem ser implementadas em curto prazo, para a valorização da identidade e melhoria da qualidade de vida dos nativos; bem como previu estudos detalhados urgentes que contemplam o cadastramento fundiário, a identificação da necessidade de uso dos recursos naturais (agricultura e manejo florestal) e a caracterização socioeconômica de todas as famílias

---

<sup>66</sup> Esta participação se deu na condição de membro da equipe de coordenação do Plano e de responsável pela elaboração do Programa de Pesquisa e Manejo do Patrimônio Natural e Cultural.

<sup>67</sup> Muito embora, como visto de forma exaustiva no primeiro capítulo, tenham orientações, principalmente em nível internacional, absolutamente claras sobre a questão das populações tradicionais; embora existam importantes contribuições acadêmicas (cabe destaque a tese de Rodrigues (2001) que questiona, em particular no estado de São Paulo, a metodologia adota, na elaboração dos planos de manejo, com participação dessas populações), observar-se, ainda, a falta de conhecimento e de habilidade com que os profissionais da conservação, formados nas últimas décadas, saem das universidades para trabalhar com planejamento, ou melhor, para trabalhar com a realidade, onde Parques, de fato, nem sempre são Parques. Da mesma forma, constata-se que os profissionais das instituições de pesquisa e desenvolvimento, continuam sendo designados para gerir unidades com este tipo de conflito sem que se exija e promova uma atualização do conhecimento profissional compatível para tal. É no processo de planejamento (e replanejamento) que as questões, obrigatoriamente, devem vir a tona, propondo-se soluções ambientalmente e socialmente justas, com o respaldo de profissionais de todas as áreas de conhecimento.

tradicionais, para que se tenha elementos técnicos e científicos para resolver definitivamente, em até no máximo cinco anos, em conjunto com os moradores, o encaminhamento a ser dado à problemática de sobreposição do Parque em terras ancestrais, considerando as opções de realocação dos moradores, a revisão dos limites ou recategorização de parte da unidade.

A rapidez com que se desfazem as marcas do uso tradicional no solo representa um enorme problema à garantia dos direitos desses antigos moradores. A gleba 131, após 50 anos de abandono da roça, teve sua vegetação nativa recomposta, parte significativa dessas terras possui mata com cerca de 100 anos. E se não fosse por uma pequena mancha de solo esgotado, de menos de 2,0 ha, não haveria um indicativo sequer, nos mais de 150 ha, do uso agrícola intenso efetuado no passado e, tão pouco, do manejo realizado na floresta, especialmente, para a retirada do palmito. E, por esta razão, esta terra foi sobreposta pela zona intangível do Parque.

O mapeamento do uso do solo das glebas pertencentes aos Paulo, apresentado nas Figuras 28 a 33 e as Tabelas de 1 a 6, apresentadas a seguir, representam o processo histórico de transformações ocorrido e expressam os três períodos aqui descritos, com a respectiva dinâmica de organização socioeconômica dessas fases. O mapeamento reflete a situação no momento em que se processou e somente adquire verdadeiro sentido quando associado à memória dos moradores e à contextualização dos fatos.

Em 1960, a atividade extrativista de madeira e carvão se principia; em 1962, observa-se, ainda, a dimensão assumida, até pouco tempo, pela lavoura na vida cotidiana dos moradores, bem como o da floresta, tal a sua expressão no território. Na gleba 131, embora houvesse, aproximadamente, 6,1% (9,60 ha), apenas de uso agrícola do solo, ainda permaneciam as marcas da lavoura que chegava a ocupar cerca de 20% da área total, na falta de uma denominação melhor estas áreas foram mapeadas como pousio (**Figura 30 e Tabela 1**). Mas os primeiros desmatamentos na gleba 100 já refletiam as transformações que se processavam com a economia, cuja atividade migrava para a exploração florestal. Esta gleba, que comportava anteriormente, somente, moradia e reserva de floresta, passa a comportar o uso extrativista e as lavouras. Neste ano, cerca de 3,8% (5,21 ha) da área era destinada à lavoura e 14,9 % de floresta, aproximadamente, já havia sido derrubada para a exploração de madeira e carvão, valor que inclui a área posteriormente destinada à roça (**Figura 33 e Tabela 2**).

**TABELA 1** – Uso do solo na gleba 131 em 1962

Uso	Área (ha)	%
Cobertura florestal nativa	121,28	77,1
Pousio	26,49	16,8
Roça	9,60	6,1
Total	157,30	100,0

FONTE: A Autora.

**TABELA 2** – Uso do solo na gleba 100 em 1962

Uso	Área (ha)	%
Cobertura florestal nativa	108,57	79,3
Extrativismo de carvão e madeira	15,23	11,1
Moradia	7,94	5,8
Roça	5,21	3,8
Total	136,94	100,0

FONTE: A Autora.

Em 1978, ano em que foi criada a Reserva Estadual, a lavoura representava pequena parte do uso do solo. Na gleba 131, a cobertura florestal nativa já estava em grande parte recomposta (95,7%), com apenas, cerca de 1,2 % (1,80 ha) da sua área, aproximadamente, ocupada por lavoura (**Figura 31 e Tabela 3**). Na gleba 100, embora a floresta nativa ainda predominasse recobrando 60,7% da área total (83,09 ha), a exploração florestal era significativa, cerca de 31,5 % (43,12 ha), enquanto que a lavoura ocupava cerca de 2,6% da área total (3,5 ha) (**Figura 34 e Tabela 4**).

**TABELA 3** – Uso do solo na gleba 131 em 1978

Uso	Área (ha)	%
Cobertura florestal nativa	150,58	95,7
Pousio	1,80	1,1
Roça	1,84	1,2
Samambaial	3,07	1,9
Total	157,30	100,0

FONTE: A Autora.

**TABELA 4** – Uso do solo na gleba 100 em 1978

Uso	Área (ha)	%
Cobertura florestal nativa	83,09	60,7
Extrativismo de carvão e madeira	43,12	31,5
Moradia	7,23	5,3
Roça	3,50	2,6
Total	136,94	100,0

FONTE: A Autora.

Quando o Parque foi criado as atividades carvoeiras há muito já não eram realizadas, a maior parte da cobertura florestal foi reconstituída, a atividade de roça havia sido reduzida drasticamente, não apenas pela restrição legal, mas também pelo conflito interno de terras. As **Figuras 33 e 35 e Tabelas 5 e 6**, respectivamente da gleba 131 e 100, representam a situação em 2009, já consolidada a partir de 2000. A primeira gleba, sem uso, apresenta cerca de 98,8% de floresta. A segunda apresenta, aproximadamente, 85, 2% de cobertura florestal nativa (116,65 ha), 0,8% de lavoura (1,06 ha) e 2,9% de pasto (4,01 ha). As áreas de pousio, ocupando 4,0% (5,46 ha) são roças em potencial e, portanto, variam de tamanho. Com a maior restrição legal a partir da criação do Parque nas áreas com cobertura florestal, não se pode mais proceder o corte para a lavoura, desse modo, os moradores passaram a roçar este local com frequência, impedindo a regeneração da florestal e mantendo-o disponível para os plantios.

**TABELA 5** – Uso do solo na gleba 131 em 2009

Uso	Área (ha)	%
Brejo	1,59	1,2
Cobertura florestal nativa	116,65	85,2
<i>Eucalyptus</i> sp.	0,32	0,2
Moradia	6,69	4,9
Pasto	4,01	2,9
<i>Pinus</i> sp – invasor	1,06	0,8
Pousio	5,46	4,0
Roça	1,16	0,8
	136,94	100,0

FONTE: A Autora.

**TABELA 6** – Uso do solo na gleba 100 em 2009

Uso	Área (ha)	%
Cobertura florestal nativa	155,43	98,8
Samambaial	1,87	1,2
	157,30	

FONTE: A Autora.

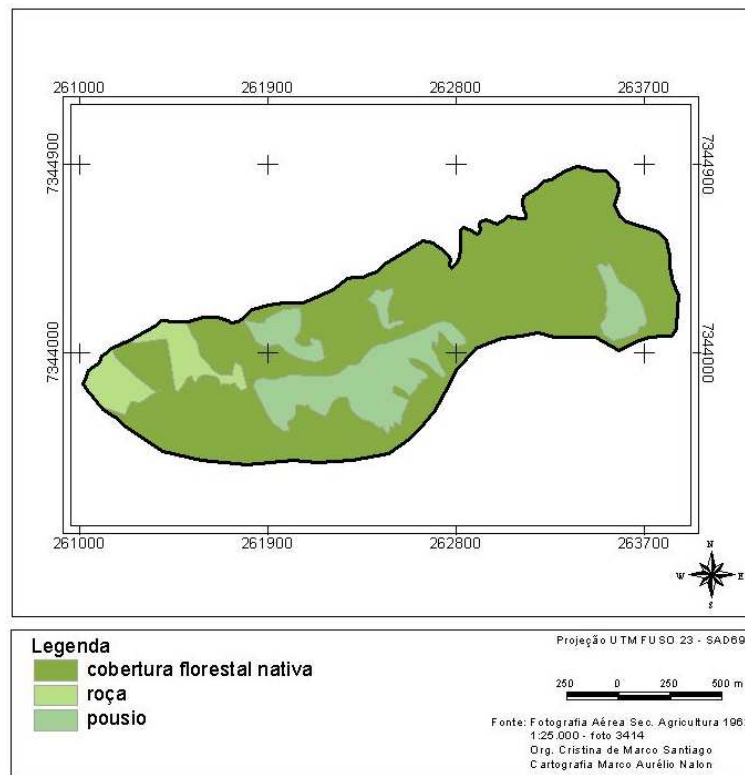


Figura 30 – Uso do solo em 1962 na gleba 131.

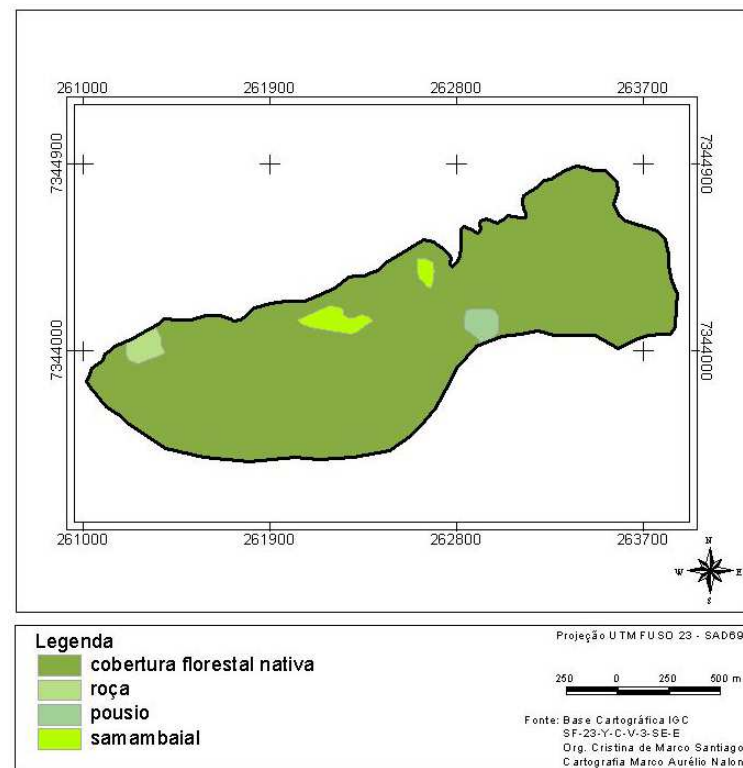


Figura 31 – Uso do solo em 1978 na gleba 131.

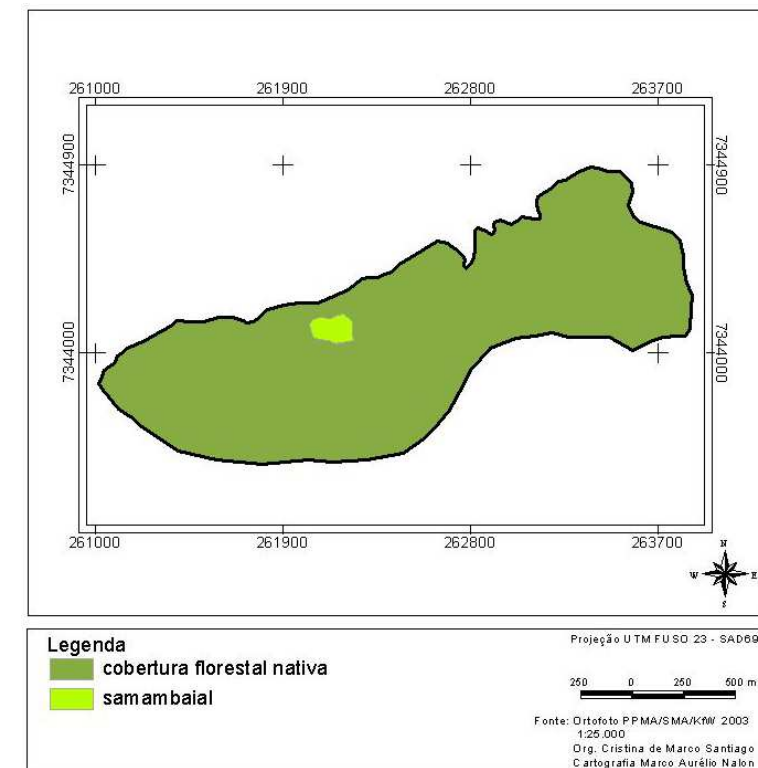


Figura 32 – Uso do solo na em 2009. gleba 131.

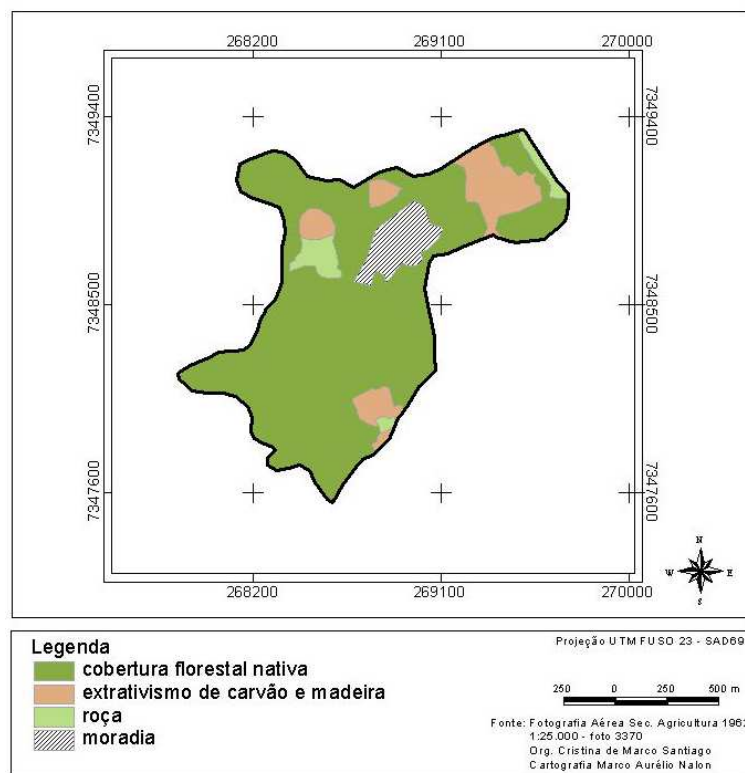


Figura 33 – Uso do solo em 1962 na gleba 100.

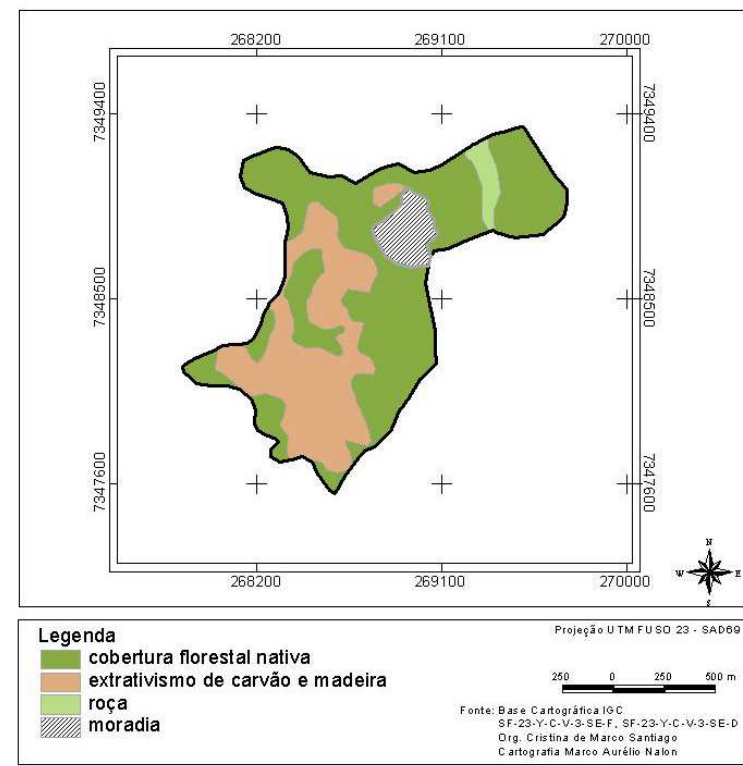


Figura 34 – Uso do solo em 1978 na gleba 100.

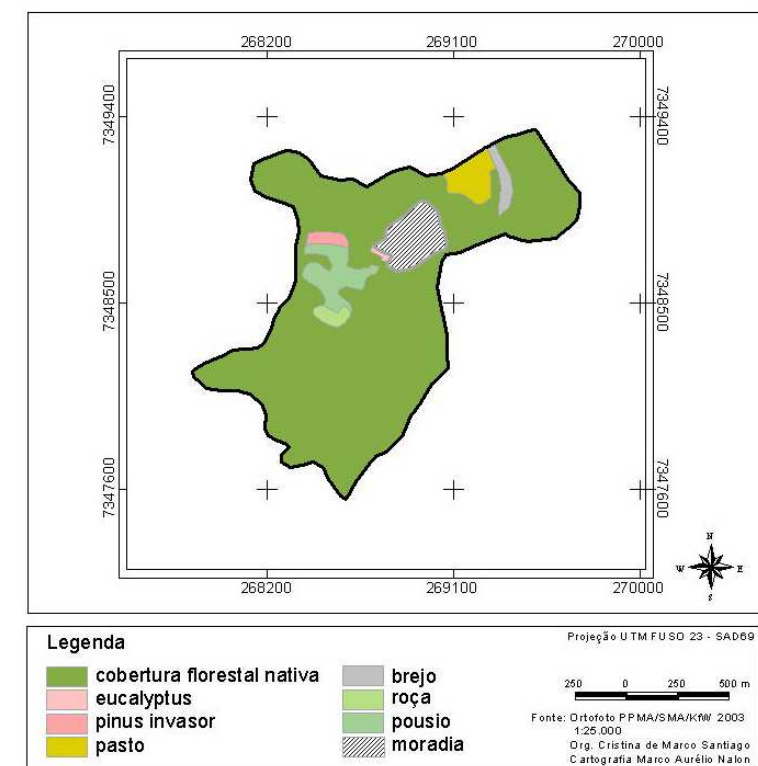


Figura 35 – Uso do solo em 2009 na gleba 100.

### 3.3 AS PERMANÊNCIAS DO MODO DE VIDA TRADICIONAL

Como se viu valores, princípios morais são definidores do modo de vida tradicional (MARQUES, 2004; WOORTMANN, 1990; WOORTMANN, 1995, 2004; MOURA, 1978; BRANDÃO, 2004; SHANIN, 1979<sup>a</sup>, 1979<sup>b</sup>, 1983; SAHLINS, 1970). Eles é que constituem a referência única entre as diferentes culturas tidas por tradicionais, é em função deles que ocorrem as mais diversas formas de adaptação (ou de resistência) ao longo da história de um grupo.

Desta perspectiva, como se demonstrou até agora, tem-se o território ancestral, familiar como um valor central entre os Paulo e, também, um forte sentido de *nação*, em que, além do território, a *união* e a *autonomia*, por regra, não devem ser abalados. O conflito que se estabeleceu entre os irmãos acabou, deste modo, por buscar uma forma de equacionamento entre a sobrevivência digna de cada família; o respeito à hierarquia familiar e, por consequência, a aceitação do sucessor que emergiu, inquestionavelmente com o aval do pai e, ainda, a manutenção da união entre as famílias descendentes de Paulino, ou seja, a manutenção da paz na *nação* dos Paulo.

Todas as mudanças de rumo com que o “sertão” de Una foi acometido nos últimos cinquenta, sessenta anos, atingiram os diversos bairros e suas famílias de diferentes formas, fazendo com que, cada qual, com a sua história, com as suas possibilidades, buscase se adaptar-se da melhor forma possível. Já há alguns anos, no bairro dos Paulo o conflito se abrandou, à medida que as transformações e pressões externas diminuíram, as novas soluções encontradas para cada família tenderam a acomodar uma situação de compartilhamento do território. O equilíbrio econômico, a superação das dificuldades de sobrevivência, significou o restabelecimento da autonomia de cada família.

A tentativa de domínio e os limites que cada um ofereceu a ela foram motivados por regras e valores tradicionais, bem como nos acertos prévios estabelecidos entre pai e filhos, respeitadas, ainda, a vocação de cada um. Não se pode dizer, desse modo, que a acomodação da situação de conflito tenha se dado sem um consenso de todos; a partir do qual foram estabelecidas novas regras para o compartilhamento e continuidade do território: o território dos Paulo, um território *forte*.

*Nóis que fomo nascido e criado aqui se num fosse o ajudo, o apoio do cêis, que até hoje eu agradeço a Deus de vir aqui no começo. Lembra, quando ocêis entraram no começo aqui? [...] eu falava: eu dependo de consegui dum emprego pra nóis **convive aqui, que eu não queria sai daqui dentro da herança que meu pai dexô, não importa que eu fique só no lugar da minha casa, mas que eu seja herdeira do lugar que eu fui nascida e criada.** Eu falava: **não me interessa tanta coisa, eu não vô aproveita tanto espaço, o poco que eu ficá mantendo pra leva a minha vida aqui e meus filhos ta bão [...].** (J.D., ago/2007).*

Assim, é um consenso que se estabelece fundamentado, antes, em valores. E é por causa deste consenso, e só por ele, que os moradores do Bairro, agentes do Estado, atuando inclusive na fiscalização do Parque, não se sobrepuseram à autoridade posta.

Como explica Souza (2009), se um grupo delibera, em condições de plena liberdade, sobre o estabelecimento de certas regras, por exemplo, de uso do solo e de fruição de recursos,

o poder é compartilhado por todos os participantes em condições de forte igualdade no tocante às chances de influenciar o estabelecimento do *nómos*. Em tais circunstâncias os indivíduos são influenciados uns pelos outros, na base da persuasão, mas não dominam uns aos outros sob a cobertura de estruturas assimétricas. [...] Cada um dos participantes [...] se verá obrigado, moralmente a respeitar as regras de cuja construção ele participou livremente, mesmo que suas posições não tenham sido vitoriosas. Cada um dos participantes, por conseguinte, está submetido a um poder – o poder que emana legitimamente da coletividade. Submissão essa, entretanto, que jamais se deve dar de modo a asfixiar a liberdade individual. (SOUZA, 2009, p. 69).

Esta liberdade, talvez, possa ser questionada, contudo, é importante salientar que havia uma maioria e não uma minoria sendo “expulsa”, que reagiu a essa “expulsão” e admitiu como regra, apenas, o que os seus princípios tradicionais determinavam, ainda que possuindo outras referências de mundo e conhecendo plenamente a lei estabelecida pelo Estado, portanto, o direito igualitário de todos os herdeiros, segundo o Código Civil.

A declaração a seguir estabelece o limite das negociações entre vizinhos/parentes:

*“O bom vizinho, pra sê um bom vizinho, num sê um vizinho encrenquero, ficá só arrumando confusão, então ele tem que chegá ali, tem que combiná entre o vizinho a coisa que vai fazê, ele num vai levantá contra o vizinho.”*

Estipuladas as novas regras, colocou-se em prática mais um valor caro ao território tradicional: a autonomia do grupo, ou seja, sua capacidade de autogoverno (DEMATTEIS, 2007; SOUZA, 2009).

Mas, o novo arranjo, aos moldes tradicionais, deveria possibilitar que todos, inclusive o que deixou a terra, tivessem a mesma possibilidade de ser bem-sucedidos. E, de fato, foi isso o que ocorreu. O irmão mais novo, com suas habilidades próprias de comerciante (e com a ajuda do pai) é motivo de orgulho para a família. Constituiu um negócio *forte*, *ajuda* a todos os filhos indistintamente, manteve-os *unidos* e sob o seu *comando*. Como se diz por lá, ele é *patrão dos filhos*<sup>68</sup> e um homem *remediado*. É um homem de fibra que começou de baixo e cresceu na vida, mas, ele é um Paulo, um filho do Bairro, um *forte*.

*Que nem o Oracy, o casula que morava na casinha perto do pai, Ele foi embora daí e se deu muito bem, ele é comerciante ele tem uma filha que é professora, os três filho casado, os três casô e mora assim ó, todos filho tem a casinha que ele deu, mora tudo assim no mesmo quintal, casinha frente a frente, e os filho trabalha pra ele mesmo, e ele paga pros filho, ele é patrão dos filho, por que ele só num dá conta, tem um mercadinho em cima e em baixo, tem que fazê uma entreguinha ali e então ele num dá conta [...] E tem a casula que é a solteira, mas ele também num vai dexá a caçula sem nada. Ele se deu muito bem o tio Oracy. (C.D., ago./2009)*

*Talento, se sabe que já vem de família, a quantidade de família que tem, um já vem com talento. Porque o Oracy, esse que mudô lá, hoje ele é patrão dos filho, sabe que ele já veio com esse talento pra esse plano. Quando ele começô trabalhá e passô a entendê o que é negociá, aí tudo que ele juntava, foi juntando aos poquinho e [...] ele num achô que outro serviço pra ele tinha cabimento, ele quiria negociá, [...] aí ele foi pro quatro e meio, num deu certo, foi pra esse lado do Capim Azedo, chegô lá [...], daqui a pouco, foi aumentado, foi aumento em cima de aumento, já aumetô o bar, dum bar foi passando pro outro, hoje ocê fica besta. E levo daqui ó, levo daqui [saiu daqui]. (J.D., ago./2009)*

*Hoje ele tá remediado da vida, pode vir aqui pra um passeio. Ele num gosta de vir aqui. Ele falá fazê o que lá no sertão. Mais as coisa dele tão tudo aí até hoje (H.*

*D., ago./2009)*

O parâmetro de bem-sucedido, portanto, envolve valores tradicionais. Não se tem a terra agricultável, mas a referência de patrimônio familiar permanece (o negócio e a moradia familiar no mesmo lugar), numa variação da tríade terra-trabalho-família; as falas ressaltam, ainda, a

<sup>68</sup> Entre lavradores tradicionais o “pai-patrão”, como explicam Woortmann. e Woortmann (1997), faz referência a hierarquia familiar, como visto anteriormente, estabelecida pelo domínio do saber, um saber que autoriza o pai a dirigir o trabalho da família.

*união, a hierarquia, a reciprocidade generalizada* e, finalmente, o orgulho de *pertencimento* à família dos Paulo, a uma família de *fortes*, de bem-sucedidos, não importa quantas sejam as adversidades.

A mudança de religião parece ter reforçado a autonomia do grupo, descentralizou o poder, restabeleceu os laços de reciprocidade além bairro e os fortaleceu entre os parentes/vizinhos dentro do bairro. Possibilitando a recuperação da vida social e a superação de momentos difíceis de crise, do ponto de vista material e social – se é que se pode dissociar os dois.

Como lembra Sahlins (1970), é por meio do divino, da religião, que os homens realizam, para si próprios, a autoridade moral da sociedade, estabelecem a disciplina, além deles mesmos, à qual se submetem, recompensando sua submissão. É nos rituais do culto religioso, onde o poder da sociedade é materializado, na coletividade que eles afirmam a dependência em relação a esse poder, ou seja, afirmam a autoridade da sociedade constituída. Podendo assumir a função de integrá-la, de prover a coesão, promover a solidariedade e manter a continuidade. Numa outra linha, o sobrenatural pode estar associado à incerteza econômica, seja pela inadequação de meios técnicos ou por eventos incontroláveis; tendo como função diminuir as contradições e conflitos de interesse nas relações sociais existentes (SAHLINS, 1970)

A Assembleia de Deus entra no momento em que a pobreza assume grandes proporções, quando as relações extra bairro se afrouxam e a reciprocidade dentro do bairro, do ponto de vista material e não material, torna-se muito limitada. Um momento em que os valores são postos à prova, seja pelo conflito de terra, seja por questões outras comportamentais não admitidas dentro dos princípios tradicionais estabelecidos.

A Igreja Católica, na figura do padre, sempre esteve distante, mas, as frequentes ocasiões de festejos de dias santos nos bairros, de batizado e de casamento; as romarias; a ampla possibilidade de ajuda e o domínio dos ensinamentos e rituais católicos pelo próprio grupo favoreciam, em época de “riqueza”, à “presença” da Igreja entre eles e, desta forma, à obediência aos princípios tradicionais. Por outro lado, enquanto o “castigo” não chegava (a pobreza e a desunião da família), infligir algumas regras, incluindo aquelas que não faziam parte do arcabouço católico, porém, igualmente assimiladas pelos seus crentes, como as de herança indígena, não era tão preocupante.

Mas, com todas as dificuldades postas, a capacidade do grupo de exercer os ensinamentos da religião foi abalada. Tratava-se de um momento em que a presença do padre

enquanto, enviado de Deus, autoridade maior, representante legítimo da Igreja, diferentemente do passado, fazia toda a diferença, para aconselhar, encorajar e perdoar os pecados. Um momento em que o rito da missa, pura e simples, se fazia mais necessário do que nunca.

Na nova religião o pastor é a autoridade, antes exercida pelo padre, e ele é alguém de dentro da própria comunidade; o culto é realizado rotineiramente, a rigidez na obediência dos mandamentos de Deus e a vigilância no seu cumprimento são muito maiores do que na Igreja Católica, atendendo às necessidades daquele momento de crise. O pastor é a encarnação do divino que, como um Pai, usa toda a sua autoridade para devolver a ordem, a integração, a obrigação da solidariedade. A nova religião dá o devido respaldo para que o grupo reassuma o comando e restabeleça a ordem por si só, como sempre foi.

Assim, o pastor é uma autoridade forte dentro do Bairro e que, por sua vez, não está associada ao sucessor do pai. Autoridade esta, já há alguns anos, exercida pelo filho do irmão mais velho (Figura 36), falecido no princípio da década de 2000. Como que se devolvesse algo de direito à sua família:

*“O mais velho tinha o direito de responsabilidade, mais o Esaltino era o mais esperto.”*  
(J.D., out/2009).



**Figura 36** – Igreja Assembléia de Deus. (A) Vista interna da Igreja construída no bairro dos Paulo; (B) Décio Paulo Domingues, Pastor do bairro dos Paulo.

FONTE: Autora campo (2009), levantamento de campo.

O conceito de irmandade, entre os crentes da mesma religião, amplia a rede de sociabilidade e, assim, a obrigação da ajuda recíproca. Nesse contexto, a “parentela” se amplia, não é mais formada, apenas, pelos descendentes dos Paulo, ou pelos *nativos*, mas, por todos os irmãos da igreja. Tem-se agora a “parentela” da igreja. Os cultos são realizados às terças-feiras, sábados e domingos, reunindo todas as famílias do Bairro. O segundo domingo do mês é o dia da Santa Ceia (dia da comunhão), neste evento os irmãos de uma igreja visitam outras das proximidades. Há, ainda, o congresso, que ocorre no Bairro uma vez por ano, para o qual muitas igrejas de várias localidades distantes são convidadas e, ainda, as festas de final de ano, que reúnem muitas igrejas também.

*Todo ano tem festa da igreja em Juquitiba, na passagem do ano eles fazem uma festa grande, reúne a família, a **parentalha de todas as igreja** e faiz um grupo grande. Tem festa, se viu ontem é que só tinha a família, mas sempre **vem visita**. [...] **Todo ano em tar lugar tem uma festividade, aí faiz o grupo, arruma condução vai lá tudo pacífico**. E tem o Waldir que é daqui de drento, **ele é prontinho**, a hora que quisé, ele **num abre a boca pra dizê não**. Agente só fala pra ele: quanto se vai cobrá a passage, aí ela vai lá levá, **num abre a boca pra reclamá de nada**, num fala, atrasô meu sono. **Isso é união** [...] (T.D., ago/2009).*

Logo, a religião, enquanto um patrimônio cultural, neste caso, não deve ser entendida, em sua essência, por manifestações como festas, romarias etc., mas, sim, pela concretização de práticas que expressam a manutenção de valores tradicionais, como: a *união*, a *autonomia* e a *reciprocidade*.

*Na parte da religião é só isso que muda: usava comê essas coisa (churiço) e agora num pode comê mais, a bebida num pode mais, fumá num pode mais, é só isso que é implicado. Mais, o resto, a base da religião é só isso, dizê que implica tudo, num é isso. **Na parte de ama um o outro é mais do que era ainda**. (J. D., ago./2009).*

*Que nem nós mora lá, a casa do Décio fica de frente, então eu tenho minhas galinha, as vez minhas galinha lá, elas dexa de botá nos meus ninho e vem bota no ninho dele, mas se eles vejam que é uma galinha da minha casa, bota ali, eles sabe que boto, eles pega guarda o ovo pra mim, e devolve, porque sabe que a galinha procuro o ninho errado. Aí pronto é **um vizinho servindo o outro num há má querência**. E aí, se precisa, se é bom vizinho a pessoa **confia**. Então eu vô em tar lugar fazê uma visita, na casa da minha família, na casa dos parente. Se fica aqui a tarde, se fecha as criação aqui, coloca uma comidinha aí e amanhã se solta? **O vizinho vai com aquele carinho, faiz tudo direitinho e num tem desconfiança, num tem discussão. Tem que se tudo unido entre a família** (M. A. D., ago./2009).*

Mas, não se pode deixar para trás, certas crenças, apesar de proibidas na nova ordem religiosa, que suscitaram fatos no passado, histórias verídicas, ocorridas entre parentes, e que remetem a fortes valores relacionados à identidade caipira, ao *homem do mato*, como àquelas do Saci, do Caipora e do pai do mato: o Pé-Grande. Entidades estas que num dado momento foi necessário enfraquecê-las e, assim, acabaram por se “esconder”.

*“Essa história que ele tá contando é verdade, memo. [sobre o saci] (S.,D., abr./2009).*

*A caipora é bicho agressivo, agora ninguém fala mais nada, depois que a religião evangélica avançou, foi escondendo [...]. Depois que o evangélico avançou, aí dexô dessas coisa, mais, que tem, tem. Só que a pessoa num pode acreditá. Né? mais que tem, tem.” (J. A. D., out./2009).*

*“Existi, existi memo, mas num pode acreditá.” (I. A. D, out./2009).*

Com a morte do primogênito e a viuvez do segundo irmão mais velho, que se casa novamente com uma mulher de *fora* e estabelece moradia na cidade de Juitituba (mas sem abandonar as suas atividades), deve se iniciar outro ciclo na sucessão que parece se delinear entre os filhos destes dois irmãos.

Todas as famílias, inclusive aquelas em que o pai tem por atividade o emprego assalariado, mantêm a sua horta, a criação de animais: porco, galinha e pato que são vendidos quando alguém procura, assim como os ovos, as esteiras de taboa, os cestos e balaies, quando há alguma encomenda.

Duas famílias no Bairro mantêm a roça, uma como atividade principal, e a outra diversifica com a criação de gado e o comércio. E ambas continuam utilizando estratégias de reciprocidade, entre si, ainda muito parecidas com as de antigamente entre *remediados* e *fracos* de trabalho, contando ainda com a ajuda extra, eventual, de um familiar que mora e trabalha fora, mas que faz planos para voltar em breve, quando se aposentar, e trabalhar com a lavoura.

*“Hoje mudô tem os sitiantes e nós que somo nativo, tem meu pai que ainda segue o ritmo, meu irmão, meu tio, e eu que trabalho na firma [CBA] e to junto com eles trabalhando, segundo o ritmo de antigamente ainda.” (J. D, ago./2007).*

O trabalho na roça é identificado como uma atividade importante e prazerosa por grande parte dos moradores homens e mulheres adultos e aqueles que não fazem mais declaram sentir

falta. Apenas uma das mulheres que não tem residência fixa no Bairro relatou que nem todo trabalho da roça é fácil e o rapaz que trabalha com gado diz preferir este trabalho ao da roça.

*Eu num tenho roça, só horta, mais vontade eu tenho de tê um pedacinho pra mantê, é bom tê pra comê, um trechinho só. Né? (T. D., ago./2009).*

*Até agora num acostumei bem ainda de comê só o que vem de fora (T. D., jun./2009).*

*O Parque que veio em cima de nós e não nós em cima dele, se num plantá num adianta. (C.D., ago./2009).*

A roça já não faz mais parte da educação das meninas, elas estudam, ajudam as mães na casa e participam ativamente das atividades religiosas. Há uma grande preocupação por parte dos pais quanto aos ensinamentos que não estão sendo mais repassados aos jovens. As questões sobre o modo de vida antigo suscitaram várias conversas entre mulheres sobre o assunto, bem como depoimentos espontâneos. A educação de adolescentes e crianças e as suas expectativas futuras não foram tratadas neste trabalho, pois foi tema de uma dissertação defendida em dezembro de 2009, que abrangeu todas as famílias do Parque, inclusive as do bairro dos Paulo (HERCULIANI, 2009).

Cabe apenas sublinhar, frente às informações fornecidas de maneira espontânea, o impacto de outras políticas públicas na continuidade dos saberes e do modo de vida tradicional. Políticas que causam indignação aos adultos, pois afetam não apenas as possibilidades de sobrevivência futura de cada jovem, mas, profundamente, a transmissão de valores, pois dizem respeito, especificamente, ao trabalho na roça:

*Uma coisa que num tá no mandamento que Deus dexô escrito, hoje em dia o governo que fez isso, de bota a ordem de que os pais num pode deixa os filho trabalhá. Se acha que isso é correto? É claro que num vai judiá [...]. (T. D., ago./2009).*

*Eles tinha que te uma regra pra num perde aula, uma regra mais completa que dissesse assim pode ensina os filho com cautela. Né? não exagerá. O que a criança não agüenta fazê, ninguém vai obriga uma criança a fazê o que não pode, mais vai dexando lá porque depois, tudo que os pais faiz, no fim eles sabe fazê. (S. D., ago./2007).*

As roças possuem um significado extremamente importante, pois são elas o meio pelo qual se mantêm vivas as tríades terra-trabalho-família e Deus-homem-terra, a despeito de todas as transformações ocorridas. É por meio dela que se dá a continuidade da tradição de lavrar a terra entre as gerações caipiras, ou seja, é o meio pelo qual se reproduz o *lavrador nativo*; é o saber autônomo legado aos filhos, sem o qual a terra não tem sentido (WOORTMANN, 1990). Entre aqueles que trabalham e dispõem de pouco tempo, ativa-se o sistema de ajuda mútua; além, é claro, de ter um fundamento econômico, podendo-se poupar o dinheiro do salário e ajudar os filhos, os pais ou um parente próximo necessitado.

As mulheres têm suas atividades restritas ao âmbito da moradia, estando bem demarcada, assim, a distinção entre as atividades exercidas pelo homem e pela mulher, diferentemente do que ocorria no passado, com exceção de uma das mulheres que continua a lida na roça. Cuidam da casa, dos animais, da horta e das crianças. É uma questão de adaptação aos novos tempos, mas, não são atividades de menor importância e elas sabem a exata importância do valor de seu trabalho e zelam pela sua autonomia, inclusive econômica, do mesmo modo que na época dos antigos já se fazia no Bairro.

*A mulher tem o dinheirinho que é da parte dela. A galinha em casa só eu que cuido, o dinheirinho dos ovos vem pra mim, a estera a mema coisa. Se eu quisé compra uma coisa em compro. [...] Mais, se eu interessá, si precisá í num lugar e num tivé dinheiro, aí eu pego dinheiro dele [do marido], porque eu num tenho ordenado. **Tem que se combinado entre o casal.** [...] eu tenho um salarinho da parte do emprego dele, porque, se Deus o livre num pudé fazê, ele vai tê que pagá outra pessoa de fora pra faze. Então eu fazendo tô tirando o meu ordenado que ele ia pagá pra fora, eu pego pra mim. A limpeza em vorta de casa, a horta que eu cuido direto [...]. Eu tenho direito de pegá o meu ordenadinho também.*

*A Esaltina [nora] sabe fazê uma porção de coisa, tecido, tá agora aprendendo a fazê tapete, tudo ela tá aprendendo a fazê. Então ela tem o dinheirinho dela, sempre tira o ordenadinho dela, sempre ela tira o salarinho dela.*

*A Paula [irmã da nora] do Nadir ela só cuida da casa, limpa bem limpadinha. Mais todo meis, uma parte ele [o marido] tem que dá pra ela. [...] É o ponto que vai concordando entre o casal. (J.D., out./2009).*

*O homem pode se trabalhado, mais quem sabe administrá é a mulhé. (T. D., abri/2009).*

No casamento homem e mulher devem respeitar um ao outro e ser unidos, o que significa acordar decisões em que a opinião de ambos seja considerada. Não são apenas as falas que expressam a regra, mas as atitudes cotidianas. Foram diversas as oportunidades em que se presenciou rápidas conferências, em particular, entre os casais para se decidir algo. Mas não só entre casais, em outras situações envolveram também pais e filhos casados e entre mulheres, refletindo-se a estratégia consciente para manter a *paz* e a *união* na família e no território familiar como um todo.

*Tem que se combinado, um com o outro, ele [o filho] casô, ele sabe que tem uma esposa, ele tá lá fora trabalhando, ele sabe que ele tem uma esposa do lado dele, sabe que ele num pode fazê coisa errada, porque um dia vai no ouvido da esposa e a esposa vai sabê. A mulhé pode amá o marido como for, mas, se ela perdê a confiança, já viro confusão drento de casa. Tudo tem que combiná o marido e a mulhé. Num casamento num pode se só a vontade de um, tem que combiná os dois [...]. O casal tem que precurá de se uni. (T. D., ago./2009).*

*Uma coisa que eu num gosto é confusão, gosto de vive tudo em paz, num gosto de confusão perto de mim não. [...] A coisa mais ruim que tem é ocê vê um bairro tudo desunido, com briga pra tudo quanto é lado. Deus mi livre. Nem criança eu num gosto que brigue. (B. D., ago./2009).*

Em geral os casais jovens, mais particularmente as mulheres, reclamam a falta de comunicação, transporte, energia, escola, opções de trabalho e pequenas melhorias dentro de casa, reivindicações justas que expressam a necessidade de uma melhoria na qualidade de vida.

*Que nem o filho dela o Claudinei, pra ficá aqui, vai roçá de foice paga 15 real por dia, inda que fosse pra fazê todo dia, num tem o que fazê. Que nem meu irmão, foi embora pra Bertioça, só vem aqui cada 20 dias [...]. As menina pra estudá levanta as duas horas da manhã. Tem cabimento? E a hora que mudá pra noite vai se pior porque vai chegá aqui uma hora da manhã. (C.D., ago./2009).*

Mas, a vida na cidade, nem pensar, tanto que não houve um dentro do Bairro que se mostrasse favorável a viver nela.

*“É como eu falo [sobre a cidade] é memo que tá dentro do fogo.” (I. A. D., abr./2009).*

O bairro do Capim Azedo é uma referência para os (poucos) mais “exigentes”: “num é cidade, mas num é só mato” (C. D., ago./2009) e lá é lugar de *nativo*, tem família dos Paulo, irmãos, primos e tios.

*Se fosse pra morá, lá no Capim Azedo, lá em Ibiúna, um bairrinho assim que nem o Capim Azedo. É um lugar gostoso, é um bairro sussegado, de morá, nossa eu gostaria. Ichi, cidadona assim num é bom não, é ruim. Agente olha assim, que nem aqui que só vê mato, lá só vê a cidade. (C. D., ago./2009).*

Outros, contudo, não trocam o Bairro por nada: o mato, a água, a roça, a união da família, o abrigo da terra ancestral que acolhe o filho em qualquer dificuldade e, até mesmo, o orgulho de pertencer àquela terra são as fortes razões para não querer deixá-lo ou para sempre voltar. Apesar de tudo. E, em muitos casos, a razão é óbvia: um *nativo* tem que viver no mato.

*“Eu gosto de mora aqui, adoro o mato, a família tem que se todo mundo junto só nós dois num tinha graça.” (E. R. D., ago./2009).*

*Eu gosto muito daqui, da paz, porque graças a Deus nós tem muito familiar que é unido isso eu gosto e do jeito de vivê, lugar de largueza. Das água, eu gosto muito das água é uma benção a gente usa, usa, termina na mangueira, a gente vai no ribeirão, é gostoso, eu gosto, eu nem reclamo de í lá (no ribeirão). A gente nunca tem farta de água, tem a vontade. [...] (T.D., ago./2009).*

*Com certeza um nativo tem que ficá, se tirá um nativo do mato, é que nem eu falei, ele vai pega uma coisa natural e por num lugar que num é dele, aí num vai dá certo. Um nativo é um ser humano do mato memo, se tirá e pô fora num vai dá certo. Tem um ditado que diz quando o cipó é novo ele ainda obedece, uma maderá, ela é fininha ainda indireita. Tirá uma pessoa já de idade, um tempão aqui, num acostuma. O Lindor é um, é mema coisa que tirá uma pedra, uma planta do rio, um peixe. (H. P.D., jun./2007).*

*O meu sobrevivê, eu só sairei pela última mudança daqui, pra nunca mais vortá, [...]. Por que eu fui nascida e criada aqui e nunca saí daqui e nem meu pai. (J. D., abr./2008).*

Para Shanin (2008), são qualidades encontradas em todas as comunidades rurais tradicionais que sobrevivem às crises: a flexibilidade de adaptação com o propósito de reproduzir o seu modo de vida (e não o de acumulação), o apoio e a ajuda mútua e a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida. E no centro destas particularidades, ressalta o Autor, está a natureza da economia familiar. As qualidades apontadas anteriormente por Shanin foram também identificadas no bairro dos Paulo, contudo, a economia doméstica está enfraquecida, seja pela indisponibilidade de terras para a agricultura ou pela dificuldade de comercialização dos excedentes, fragilizando a continuidade dos modos de vida tradicional, nas próximas gerações dos Paulo Domingues.

As fotos apresentadas na Figura 37 flagraram momentos que dão expressão à falas de paz e de união na família e retratam o caipira do bairro dos Paulo.



**Figura 37** – Retratos dos moradores do bairro dos Paulo

FONTE: A Autora (2009), levantamento de campo.

### 3.3.1 Perspectivas futuras frente às permanências do modo de vida tradicional

Houve mudanças significativas na vida cotidiana dos lavradores, que sob outras perspectivas de análise poderiam ser avaliadas como grandes perdas culturais, concluindo-se, a partir daí, o sentenciamento do fim dos lavradores tradicionais caipiras, contudo, as categorias território e modo de vida tradicional, articuladamente, expuseram uma realidade surpreendente.

O bairro dos Paulo, assim como outros bairros rurais tradicionais, nos quais se sobrepôs a Reserva Estadual do 2º Perímetro de São Roque, e, posteriormente, o Parque Estadual do Jurupará, tem sua história associada a um processo de resistência/adaptação do modo de vida tradicional aos novos contextos que se impunham, à medida que o mundo se transformava e os obrigava a buscar novas formas de sobrevivência material e estratégias de manutenção da integridade do patrimônio familiar ancestral, em muitos casos não sendo possível garantir este último.

Por meio do estudo dos Paulo foi possível estender a pesquisa a outras famílias que a eles se uniram pelo matrimônio (se é que se pode falar em diferentes famílias, diante dos profundos laços de parentesco unindo-as por meio de ancestrais em comum); sendo possível constatar que, com estratégias e possibilidades distintas, cada qual, ao seu modo, procurou conservar os valores tradicionais, mantendo os laços de origem com o “sertão”.

Cada bairro seguiu o seu próprio percurso. Algumas famílias adentraram o “sertão” de Tapiraí, nos limites com Ibiúna, dando continuidade até os dias de hoje a um cotidiano que muito pouco se altera em relação ao tempo dos antigos em bairros rurais tradicionais. Outras, afastadas das vias de maior circulação, com acesso somente a pé ou de motocicleta, ficaram praticamente isoladas pela extinção dos bairros mais próximos e pela debandada dos parentes/vizinhos, vivendo, apenas, da roça de subsistência num processo crescente de empobrecimento material e social, mas famílias profundamente enraizadas à terra ancestral.

Há, ainda, as famílias que mantêm as terras no Parque, contudo vivendo e trabalhando em terras de *alheio* (*sitiantes* que compraram as terras dos *nativos*); outras, do mesmo modo, lá permanecem, contudo sem terras. Algumas fundaram bairros rurais, fora do Parque, um pouco mais adaptados às transformações da vida moderna, mas mantendo valores tradicionais, ainda que adequados a uma nova realidade. E, por fim, há aquelas que se estabeleceram em bairros urbanos, rompendo com o ritmo de vida da roça, em Ibiúna, ou nos municípios limítrofes de Piedade e Juquitiba. Mas, a *rede de sociabilidade* entre os velhos moradores do “sertão”

mantém-se, seja pelos fortes e antigos laços inabaláveis de parentesco e de amizade ou por laços frequentemente renovados no exercício da religião.

As famílias que permaneceram nos limites do Parque, mais ou menos bem-sucedidas no processo de adaptação, distinguem-se pela resistência territorial e pelo forte vínculo identitário com o lugar de vida dos seus antepassados. A situação de integridade do bairro dos Paulo, no que se refere à manutenção do patrimônio histórico-cultural, material e imaterial, e à permanência das famílias na terra ancestral, é muito particular. Todo o arranjo de soluções encontradas que acabou por diferenci-lo dos demais bairros rurais tradicionais, parece estar relacionado a uma situação anterior de grande estabilidade socioeconômica, aos moldes do padrão cultural caipira, a que perdurou por gerações consecutivas, conferindo-lhes grande capacidade de adaptação/resistência, mas mantendo-os fortemente arraigados aos princípios tradicionais.

Também outras peculiaridades locais, talvez não comuns aos demais bairros, possivelmente tenham contribuído para um caráter diferenciado na personalidade da família e para sua forte resistência frente a tantas transformações: Paulino Paulo Domingues era letrado, o que lhe dava acesso a saberes diferenciados, relacionados ao mundo da burocracia e à possibilidade de leitura e ensinamento dos livros sagrados. Era lavrador e comerciante bem-sucedido, chefe de quarteirão e sua esposa era parteira, qualidades que reunidas conferiam a ele e à família grande prestígio social. Estes fatores parecem ter fortalecido, em muito, a identidade territorial e os valores de união e de autonomia na família.

O bairro rural dos Paulo, enquanto uma relíquia que perdurou no tempo, como um testemunho da organização rural do Brasil Colônia, reúne aspectos materiais e imateriais da cultura caipira e uma história de resistência e adaptação que constitui uma referência territorial extremamente importante, necessária para a compreensão do modo de vida tradicional e à reestruturação de outros bairros rurais tradicionais que não contaram com a sorte de reunir os mesmos elementos que possibilitaram aos Paulo resistir tão eficientemente às transformações, contudo, famílias que compartilham dos mesmos saberes e dos mesmos valores.

O bairro rural tradicional se inclui em um tipo de território que tem sido alvo de atenção entre pesquisadores, como Rodrigues (2006, 2007, 2008) e Sabourin (1999, 2001, 2005, 2007a, 2007b, 2008), que discutem o desenvolvimento territorial, dentro de concepções socialmente justas e culturalmente diferenciadas, portanto, sob perspectivas distintas daquelas que estabelecem foco exclusivo no desenvolvimento econômico segundo relações de mercado.

Sabourin (2007b) o distingue como território de reciprocidade, explicitando esta prática e os valores humanos a ela associados enquanto uma lógica própria de vida das comunidades rurais tradicionais, pela qual se estabelecem as relações e a organização socioeconômica local.

Na concepção de Rodrigues (2008), pode-se incluí-lo entre os territórios zonais de resistência/inação. A Autora os caracteriza como sendo territórios de abrigo e recurso, prenes de simbologia,

onde predominam as relações de poder local marcadas por forte endogenia, ancoradas nos princípios de liberdade e autonomia. [...] São intertecidos pelas representações sociais que urdem valores, crenças, expectativas; modos de pensar, agir e sentir, que criam laços identitários – elos interpessoais e das pessoas com o lugar, donde emana o sentido de pertencimento que vai constituir a chamada consciência territorial. (RODRIGUES, 2008, p. 303)

O que importa destacar com isso é que o tratamento teórico dado a este tipo de território, mesmo guardando diferenças de abordagem entre si, sinaliza a construção de um conhecimento científico sobre a capacidade destes de (auto) gestão e desenvolvimento, segundo princípios e competências próprias. Não se enquadram, portanto, no modelo de tutela proposto pelo Estado nas políticas de conservação da natureza para salvaguardar os seus territórios. Compreensão que estabelece uma orientação teórico-prática que permite que se saia do discurso sobre a valorização dos saberes e do modo de vida tradicional e se passe a uma ação que dê significado real às palavras.

No que se refere à manutenção da relação sociedade-natureza e, conseqüentemente, à proteção da cultura caipira, o grande desafio que se impõe no bairro dos Paulo e nos demais é a permanência no tempo dos conhecimentos tradicionais que já começam a se diluir entre aqueles que possuem menos de cinquenta anos, acentuando-se entre os que possuem menos de trinta. A necessidade de sobrevivência e, em contrapartida, a impossibilidade de viver da terra impele os jovens à dedicação aos estudos que lhes possibilitem a busca de empregos. A floresta e a terra sem o trabalho da família perdem o significado de patrimônio e não se tornam mais necessárias a transmissão do saber, perdendo-se, inclusive, a razão desses grupos estarem sendo tratados no âmbito das políticas públicas de conservação da natureza.

Com mais de sessenta anos, idade que corresponde à primeira geração acima da qual se inicia a perda de saberes, morando efetivamente no Bairro, tem-se hoje, apenas, três pessoas. São os que detêm, juntos, todo o conhecimento ancestral herdado da família, mas, já com

perdas relativas à medicina doméstica tradicional e à confecção de alguns artefatos. Também no âmbito do território dos *nativos* como um todo, a autonomia do saber medicinal talvez tenha sido a maior perda, correspondendo aos conhecimentos ancestrais das parteiras e dos *médicos do mato*, um saber que parece ter sido completamente extinto.

Torna-se, assim, necessária especial atenção quanto à formação dos jovens caipiras, às oportunidades de prosseguir a vida na terra e às suas expectativas futuras. Herculiani (2009) observa a importância e a influência do ensino formal na educação das crianças e adolescentes que acaba por reforçar as perdas do saber tradicional. Para a Autora, na vida da criança caipira a escola e a aprendizagem dos trabalhos da família são elementos importantes que estão inter-relacionados à sua formação, contudo, apesar do Plano Nacional de Educação prever

‘adequada formação profissional dos professores, considerando a especificidade do alunado e as exigências do meio’ as características culturais são ignoradas pelo professor como também pelo currículo do ensino oficial, de maneira que as formas sociais e culturais comunitárias, em muitos casos, não são levadas em conta, são desvalorizadas e, mais do que isso, por vezes são entendidas de maneira preconceituosa. (HERCULIANI, 2009, p. 128).

Herculiani (2009), ao descrever o envolvimento das crianças e adolescentes das famílias tradicionais com o lugar, no interior do Parque Estadual do Jurupará, e as suas expectativas futuras, acentua as considerações com relação a estas fases específicas da vida do indivíduo, generalizando-as tanto para a área urbana quanto para a localidade em questão, não deixando muito claro as especificidades culturais, com exceção à rotina diária das crianças, obviamente vinculada às atividades rurais. Assim, as crianças participam da vida familiar mais que os adolescentes, e estes, por sua vez, passam a não valorizar as coisas dos mais velhos e ter dificuldades para realizar planos, pois sua identidade ainda está em formação, o que dificulta as suas escolhas.

Quanto às diferenças de gênero, as atividades desenvolvidas por cada um e o seu vínculo com o lugar, a Autora comenta que os rapazes demonstram ser mais amadurecidos, o que poderia estar relacionado às exigências de envolvimento nas atividades de subsistência da família, e que possuem um vínculo maior com o lugar do que as moças. Estas contribuem com as atividades domésticas, tornando-se visível a “[...] absorção de valores característicos urbanos, nas vestimentas e na fala.” (HERCULIANI, 2009, p. 44). Contudo, tais considerações não vêm acompanhadas de uma análise.

Cabe sublinhar, entretanto, que a partir da presente pesquisa, pôde-se observar que as moças assumem grande responsabilidade nos serviços da lida com a casa e este serviço, no âmbito da economia doméstica, como visto anteriormente na fala das mulheres, também é valorizado na reprodução da família. Por outro lado, as mulheres, habitualmente, nas culturas tradicionais são educadas para deixar a terra dos pais. E, no novo contexto, frente às transformações relativas à indisponibilidade de terras nos bairros rurais tradicionais como um todo, pressionam a saída, não apenas das moças, mas, também dos rapazes para fora de suas terras ancestrais. Considerando a grande capacidade de adaptação/resistência da cultura caipira às transformações identificadas neste estudo, sem que se faça uma análise dirigida, tendo-se por referência os princípios e valores que norteiam o modo de vida tradicional, talvez seja precipitado afirmar sobre a absorção de *valores urbanos* e, especialmente, acentuados na mulher.

Foram identificados, no presente estudo, fortes valores tradicionais em um determinado morador do bairro dos Paulo (Hélio Paulo Domingues), na faixa dos 40 anos, que passou grande parte da sua vida fora das terras ancestrais e que demonstrou nas questões dirigidas a ele pouco domínio de saberes. Este morador retornou, há cerca de dez anos, pouco antes da morte do pai (Clementino - filho mais velho de Paulino Paulo), para assumir o seu “lugar”, casando-se com uma prima-irmã (que também vivia fora do Bairro) e dando continuidade à descendência.

Também na fala de uma das mais jovens netas de Paulino, Catarina Domingues, que por várias vezes já deixou o Bairro, tendo inclusive morado na cidade de São Paulo, e que manifesta claramente o seu descontentamento com as limitações relativas a transporte, energia, comunicação e emprego no local, observa-se, ainda, muito arraigados os valores tradicionais.

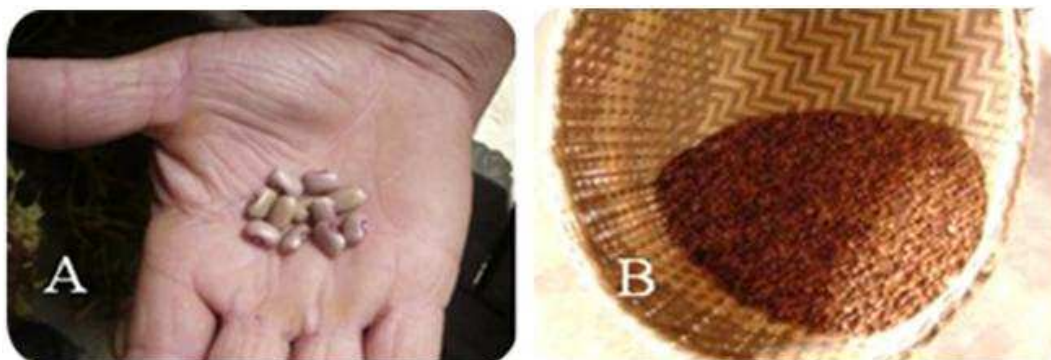
A importância da transmissão dos saberes tradicionais, contudo, é uma questão indiscutível para a manutenção da cultura caipira, identificadas tanto neste trabalho como também no estudo efetuado por Herculiani (2009).

Desse modo, destaca-se aqui a necessidade e premência de projetos de pesquisa e desenvolvimento que possam fortalecer e restabelecer antigas práticas socioculturais e saberes sobre o uso e o manejo da floresta e sobre a agricultura tradicional, que dêem condições para o patrimônio familiar se tornar novamente o meio pelo qual a família se reproduza em condições socialmente estáveis. O lavrador tradicional caipira que já em meados da década de 1930 encontrava dificuldades de comercializar o seu produto, hoje pode encontrar grandes possibilidades. A demanda por produtos orgânicos é grande e eles sabem reconhecer sua importância na atualidade.

*Hoje em dia tão tudo se matando, comendo coisa contaminada de droga [...], tão se matando a si próprio por causa da fraqueza da mente, querendo facilidade, querendo fazê a coisa produzí mais rápido e, no fim, tão si matando a si próprio [...], no modo de vivê de comê, de bebê, no modo de pensá. (M. D., jun /2007).*

Apesar das transformações, a *autoestima* do caipira, o *orgulho* do *saber-fazer ancestral* são muito facilmente reativados; assim como se denota a forte herança *empreendedora* (associada ou não ao talento para o comércio), *criativa e de organização para o trabalho*, especialmente entre aqueles que estão na faixa entre 35 e 45 anos de idade.

O período de quatro anos de pesquisa, com todas as indagações sobre a vida dos antigos, reacendeu a memória dos mais velhos, e, por conseqüência, o orgulho e interesse dos mais jovens, resultando em iniciativas de resgate da culinária da família e na procura das variedades de mandioca e de grãos de milho e feijão cultivados pelos antigos que se perderam ao longo dos tempos (Figura 38).



**Figura 38** – (A e B) Feijão “cara suja”, cultivado no passado entre os antigos, hoje raramente encontrado, novamente introduzido no bairro dos Paulo em 2009.

FONTE: A autora (2009), levantamento de campo.

Observou-se, também, iniciativas de aprimoramento e adaptação de técnicas tradicionais. Com a necessidade de reduzir ao máximo a rotação das áreas de cultivo em razão da dificuldade de supressão da vegetação natural e da indisponibilidade de terras, os lavradores caipiras passaram a experimentar formas alternativas de melhorar a qualidade física e química do solo. Por meio da incorporação de resíduos orgânicos da própria colheita e pelo “empréstimo” do solo orgânico da floresta depositado no solo agrícola, obtiveram uma produção melhorada a cada ano.

A experiência, no início da década de 1990, com as mulheres, já mencionada anteriormente, é uma referência quanto à capacidade de organização do trabalho e administração dos recursos, sem que a menor intervenção fosse feita neste sentido. Na mesma época, a simples possibilidade de obtenção de um ganho complementar na família, face ao interesse dos técnicos pelos artefatos caipiras, gerou o interesse nos mais jovens de aprender a arte cesteira que já não era mais de domínio da última geração. Do mesmo modo, a partir dessa pesquisa estimulou-se a absorção de outros conhecimentos tradicionais que até então não eram de domínio ali e que rapidamente foram incorporados.

As queixas e limitações apontadas pelos mais novos, em relação à vida no Bairro, foram rebatidas pelos mais velhos ou mais experientes que imediatamente apresentaram soluções, todas fundamentadas na união da família como forma de superação, fosse para os problemas relativos a transporte, energia e até comunicação.

Estes são fatos por meio dos quais se denota a grande capacidade de desenvolvimento autônomo aliado à persistência dos traços de tradicionalidade que devem ser valorizados por meio de um programa de desenvolvimento específico. Contudo, é importante insistir que a condução de qualquer política de desenvolvimento local deve ser pautada por princípios que comportem as características do *modo de vida tradicional*, as distinções culturais quanto à concepção de economia, de qualidade de vida e de riqueza e, especialmente, que admitam a autonomia territorial e a reciprocidade, sua parceira indissociável (em diversas escalas), enquanto um valor caro e imprescindível à proteção das culturas tradicionais e, ao mesmo tempo, à proteção da natureza.

Ter em mente considerações culturais acerca do desenvolvimento econômico, no caso de comunidades tradicionais, é estabelecer limite às generalizações em relação à pobreza (ou à riqueza) e ao bem-estar. Para a pobreza não existe uma lógica preconcebida de economia, não existe bem-estar em qualquer nível, nem fartura e se quer um patrimônio material e imaterial que lhe possibilite continua e indefinidamente o sustento dos indivíduos e de sua família. Na pobreza não existem escolhas, opções a se fazer e não existe autonomia em qualquer nível.

Portanto, uma política pública de desenvolvimento centrada nos aspectos culturais deve levar em conta que a igualdade de direitos e de tratamento para com os cidadãos requer o respeito às suas diferenças, pois, é quando esta distinção não é feita que a pobreza emerge. Ficou evidenciado que a exclusão socioeconômica dos lavradores tradicionais se deu não por falta de capacidade interna de desenvolvimento, mas pela ausência de políticas que pudessem reconhecer as particularidades do *modo de vida tradicional* e admiti-lo como uma realidade do

território nacional a ser tratada diferentemente. O contexto nacional de transformação de valores sociais que passaram a ser admitidos afastou qualquer possibilidade de prosseguimento das relações econômicas externas equilibradas, um fato que se consolidou com o impedimento legal de uso do solo, afetando drasticamente também as relações internas.

E a discussão que se trava aqui sobre políticas que se pautem em um desenvolvimento diferenciado das perspectivas dominantes não é recente e já se conta com importantes reflexões e contribuições que partem, inclusive, da própria ciência econômica.

Schumacher (1985) já no princípio da década de 1970, em sua obra *Small is beautiful*, defendeu a busca por padrões de vida alternativos àquele imposto pela sociedade urbano-industrial contemporânea e fez reflexões de grande importância. Embora fazendo referência a uma política de desenvolvimento para os *pobres* (os quais, segundo ele, se localizavam nos setores *não modernos* dos países em desenvolvimento), tratou, na verdade, de forma relevante, dos aspectos culturais (ou seja, *tradicionais*), defendendo soluções tecnológicas simples e baratas, o uso de matéria-prima local e para consumo local. Delineou, portanto, uma proposta original de desenvolvimento que considerou as diferenças, priorizando a autonomia territorial e o saber-fazer autônomo.

Schumacher (1985) criticou a imposição generalizada de um desenvolvimento centrado nos padrões de vida urbano e na economia dominante, para ele os métodos deveriam ser adaptados às diferentes circunstâncias: “[...] os métodos de produção, os padrões de consumo, os sistemas de idéias e de valores que convém a gente da cidade, relativamente abastada e educada não é natural que convenha a camponeses pobres e semi-letrados” (SCHUMACHER, 1985, p. 160).

Deste modo, o Autor sublinha a inadequação da *economia dos ricos*, cuja absorção pelos *pobres* representaria a ruína. Se a natureza da mudança é tal que não se deixe nada aos pais para ensinarem aos filhos,

[...] nem aos filhos para aceitarem dos pais a vida da família desmorona-se. A vida, o trabalho e a felicidade de todas as sociedades está dependente de certas ‘estruturas psicológicas’ que são infinitamente preciosas e altamente vulneráveis. A coesão social, a cooperação, o respeito mútuo e, acima de tudo, o respeito por si próprio, a coragem perante a adversidade e a capacidade de resistir aos sofrimentos – tudo isso e muito mais se desintegra e desaparece quando as “estruturas psicológicas são gravemente ofendidas. (SCHUMACHER, 1985, p. 160).

Estas considerações feitas por Schumacher não se referem à classe social, mas são, evidentemente, de ordem cultural. Sua perspectiva é econômica, dando ênfase, assim, à melhoria dos métodos de produção e, ainda que, avaliando os métodos tradicionais como ineficientes e ineficazes, chamou a atenção para a capacidade local, inclusive de inovação, e destacou a importância de considerar o fazer das comunidades, observando que é totalmente errado supor que as pessoas *pobres* sejam totalmente avessas à mudança;

[...] todavia as mudanças que lhes sejam propostas devem ter alguma relação orgânica com aquilo que elas já andem a fazer, e tem boas razões para suspeitar das mudanças radicais – a que opõe resistência – que lhes são propostas pelos inovadores citadinos e burocratas que se avizinham delas neste espírito. (SCHUMACHER, 1985, p. 166).

O valor da proposta de Schumacher, denominada Tecnologia Intermediária, é que ela aponta para uma possibilidade concreta de melhoria da qualidade de vida da população, centrada na permanência dos valores das sociedades, rejeitando as mudanças tecnológicas drásticas e valorizando a autonomia local.

Em 1992, John Friedmann (1996) publicou *Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo*, que propõe um desenvolvimento de base local, envolvendo um processo de empoderamento social e político cuja finalidade é de reequilibrar a estrutura de poder na sociedade. Para o Autor, um desenvolvimento alternativo centra-se em proteger os interesses do povo, parte dos espaços de vida da sociedade civil, a qual deve ser tratada na sua diversidade, e baseia-se na melhoria das condições de vida e de existência, segundo a perspectiva da unidade doméstica. Trata-se, assim, de uma proposta de política que nasce do reconhecimento da falta de equilíbrio de poder na sociedade e que coloca o propósito de uma mudança na conduta do Estado, propõe o seu fortalecimento, contudo, para promover os interesses dos cidadãos.

O desenvolvimento alternativo enfatiza as necessidades territoriais específicas de diferentes grupos sociais, particularmente daqueles que são reconhecidamente sem poder, e defende a participação e descentralização da tomada de decisão no desenvolvimento, dando voz às gerações futuras que desejam manter uma continuidade histórica num desenvolvimento territorial (FRIEDMANN, 1996). Para o Autor a análise territorial, a territorialidade é o meio pelo qual se pode fazer uma avaliação sobre o que realmente significa uma melhoria nas condições de vida e de existência dos grupos.

Friedmann (1996) também estabelece uma importante discussão acerca da pobreza, sobre a falta de entendimento claro que se tem sobre o seu significado e do que fazer com ela e observa que se pode, segundo alguns padrões, avaliar como pobre alguém que não se considera como tal. Tradicionalmente, entretanto, observa o Autor, a pobreza é definida pelos que se julgam socialmente superiores aos pobres, a eles, em geral, são atribuídas características como estúpido, sem habilidade para nada, sujo, irresponsável, inclinado à violência e, assim, devem ser geridos pelo Estado. Mas, na política de desenvolvimento alternativo altera-se esta perspectiva, “os pobres não são vistos como incapazes a cargo do estado, mas como pessoas que, apesar de grandes constrangimentos, estão ativamente empenhadas na produção das suas próprias vidas e condições de existência” (FRIEDMANN, 1996, p, 71).

Esta é uma reflexão absolutamente relevante que serve não apenas de alerta sobre a orientação de programas de desenvolvimento, mas, sobretudo, para se pensar sobre a persistência de um juízo de valores em relação ao caipira, ao mestiço, como visto anteriormente, historicamente associado à indolência, à incapacidade de fazer mudanças e até à violência. Logo, o caipira, ou qualquer outra forma de expressão do modo de vida tradicional, é sinônimo de pobreza, o que reforça a compreensão sobre as contradições das políticas de conservação, conforme explicitado na primeira parte deste trabalho em relação ao SNUC. Assim, identifica-se nas entrelinhas da Lei que o pobre é incapaz e deve ser gerido, também é irresponsável, portanto, deve-se obrigá-lo, colocando explicitamente na Lei, a se comprometer com a proteção do seu próprio território (a unidade de conservação) e, por fim, a pobreza deve ser erradicada, impondo formas alternativas de subsistência.

Cada vez mais a postura impositiva e de tutela do Estado é questionada. E se ela já é inadequada, como demonstra Friedmann (1996), em relação à sociedade civil como um todo, mais ainda se torna autoritária e inadequada frente às comunidades tradicionais.

Deve-se ter em mente que a adoção de uma abordagem cultural impõe uma lógica de desenvolvimento fundamentada nos componentes intrincados da cultura, como observou Claval (1999): o saber-fazer ambiental, o saber-fazer social e a esfera de valores.

As teorias aqui apontadas, as experiências e pesquisas realizadas, que tratam de um desenvolvimento territorial culturalmente diferenciado, são referências extremamente importantes que indicam, concretamente, uma nova forma de fazer e executar políticas públicas nos territórios tradicionais. Deste modo, considerando-se a persistência dos bairros rurais tradicionais, identificada neste estudo, e mediante uma atuação urgente e comprometida do Estado, pode-se vislumbrar uma perspectiva real na reconstrução e valorização do saber-fazer

tradicional, no fortalecimento da economia doméstica e na melhoria da qualidade de vida nos bairros rurais tradicionais remanescentes.

## CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos processos históricos de evolução das *políticas públicas de conservação da natureza* expôs as particularidades do Brasil e do estado de São Paulo, permitindo compreender as contradições das políticas atuais em relação às chamadas populações tradicionais. O estudo de caso realizado no *bairro rural tradicional dos Paulo*, por sua vez, trouxe a materialidade dos conflitos históricos provenientes da sobreposição de unidades de conservação em territórios tradicionalmente ocupados, possibilitou aprofundar a compreensão sobre o *modo de vida tradicional* e as suas especificidades geográficas que se refletem na dinâmica do *território* e, assim, explicitou as deficiências das políticas públicas de conservação na salvaguarda das culturas tradicionais e da natureza.

Tais deficiências decorrem das diferentes racionalidades culturais e da conseqüente dificuldade do Estado, ou melhor dizendo, da sociedade como um todo, já que estamos falando de técnicos, cientistas e políticos, em absorver suas normas, valores e práticas. Os *territórios tradicionais* se configuram a partir de uma conduta *ética* diferenciada na relação sociedade-natureza. Na sua construção histórica, enquanto *patrimônio territorial*, se delineia um tipo de *gestão e planejamento específicos*, onde *princípios, normas, critérios, formas de comando e hierarquias* existem, anteriormente à intervenção do Poder Público, por vezes séculos antes, e calcados em uma forte condição de *autonomia*.

Tais deficiências também são decorrentes da não incorporação de um princípio fundamental: a *estreita relação entre diversidade cultural e biodiversidade*, o que significa dizer: natureza ameaçada, culturas ameaçadas e vice-versa. Estes são aspectos extremamente relevantes para a proteção das culturas tradicionais e, portanto, para a manutenção da sua importante relação sociedade-natureza, razão pela qual são tratadas no âmbito da conservação. Desse modo, destacam-se a seguir as principais contradições encontradas nas duas principais políticas de conservação da natureza no Brasil.

O conteúdo do SNUC – Lei nº 9.985/2000 – evidencia as contradições relativas à uma época em que as orientações das políticas internacionais e as críticas acadêmicas das ciências humanas se impuseram, sem que houvesse, no entanto, um amadurecimento e uma internalização de novos princípios de conduta por parte dos órgãos executores e propositores das políticas públicas de conservação e pela sociedade como um todo.

Assim, as categorias de manejo Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável trazem como pressuposto básico a proteção aos recursos naturais necessários à subsistência das populações tradicionais pelo Estado. Nesta perspectiva, aplicam-se a elas a mesma forma de gestão e planejamento das unidades de conservação de proteção integral, desconsiderando as territorialidades inerentes ao modo de vida tradicional. Impõe-se o comando e a tutela do Estado, numa lógica de atuação pública que acredita que somente a guarda e a autoridade do Estado são capazes de proteger o homem da ameaça que ele representa a si próprio com sua incontrolável tendência a destruir a natureza, sem que se faça, desse modo, nenhuma distinção cultural. Ao contrário, explicita-se na lei a obrigatoriedade da população tradicional em participar da conservação do seu próprio patrimônio familiar.

A Política Nacional de Áreas Naturais Protegidas – Decreto nº 5.758/2006, apesar do grande número de objetivos, ações, princípios e diretrizes os quais muitos buscam sanar os problemas estruturais do SNUC; apesar do grande avanço em relação a ele, deixa, ainda, pendentes questões prementes que deveriam ser tratadas com maior detalhamento ou com a objetividade necessária. Como, por exemplo, estratégias que contemplassem com a devida urgência a proteção da diversidade cultural associada à biodiversidade; a capacitação técnico-científica do Executivo para tratar de forma qualificada as peculiaridades socioeconômicas e culturais das populações tradicionais, ou ainda estratégias e definição de critérios para a resolução dos casos de sobreposição de antigas unidades de conservação de proteção integral em territórios tradicionais que se mantêm submetidas aos ditames dos órgãos executores.

Além disso, este Decreto negou a questão da problemática da identificação cultural das *populações tradicionais*, quase que abolindo o termo que foi mencionado apenas uma vez e com foco somente a uma parte delas: as pesqueiras e extrativistas (além daquelas que já têm o seu território reconhecido e que, portanto, não se incluem neste caso). No conceito de Áreas Protegidas incluiu as unidades de conservação previstas no SNUC, as áreas de preservação permanente, as reservas legais, as terras indígenas, os territórios quilombolas, e outras, as quais não foram explicitadas.

As demais formas de expressão cultural pressupõe-se que estejam incluídas, de forma genérica, no que o Plano designou de populações locais e os seus territórios nas não explicitadas Áreas Protegidas, designadas simplesmente como “outras”, como visto anteriormente. Fatos que talvez expliquem o porquê de terem sido “esquecidas” as estratégias que pudessem dar conta de corresponder aos princípios e às diretrizes, estabelecidas pelo próprio Decreto, de valorizar a diversidade sociocultural associada à diversidade biológica. E, desse modo, as

demais populações tradicionais, como, por exemplo, a caipira tratada nesta pesquisa, não foram consideradas merecedoras de critérios específicos de gestão territorial, nem mesmo no âmbito das Reservas da Biosfera e das zonas de amortecimento das unidades de conservação.

Observa-se, assim, que os documentos oficiais de orientação política, internacionais, são importantes mecanismos de *informação*, mas não de *compreensão*. A única forma de se vencer as limitações e as injustiças sociais, que ainda persistem nas políticas públicas de conservação da natureza, é por meio do *conhecimento*, da qualificação técnico-científico dos profissionais que trabalham na proposição e execução das políticas. Conforme observa Boisier (2001, p. 4): “Conocer supone información, pero comprender supone conocimiento.”

Isto posto, as contradições presentes nas políticas públicas, sejam elas de caráter legal ou técnico-operacional somente podem ser *vistas, compreendidas e superadas* a partir da integração entre as diversas áreas do conhecimento, entre pesquisa e desenvolvimento e entre saber científico e saber empírico tradicional. Uma integração que significa a superação do conhecimento fragmentado, a produção e a assimilação de um conhecimento que dê conta de entender, de captar a realidade como um todo e não, apenas, parte dela.

Como observam Gómez-Pompa e Kaus (2000), é preciso integrar as diferentes visões sobre o ambiente, conhecer as práticas e tradições de conservação de culturas e crenças distintas da ocidental, aprender a ouvir as comunidades rurais, incluir suas necessidades, experiências e aspirações locais em nossas perspectivas e ter consciência do papel que desempenhamos na vida dessas comunidades.

Portanto, a maneira como hoje está consolidada a legislação das Áreas Protegidas e a explícita falta de diretrizes e critérios claros para inventariar e proteger as culturas tradicionais reflete a desconsideração a uma importante estratégia complementar de proteção à natureza e aos direitos desses grupos, previstos, vale lembrar, explicitamente na Constituição Federal, que, no mesmo nível de importância e de hierarquia legal do meio ambiente, reza pela salvaguarda dos seus modos de fazer e viver.

Numa mostra de persistência da racionalidade eurocêntrica, que insiste na inferioridade daqueles que não compartilham do modo de vida e da lógica urbano-industrial, inverte-se o fundamento do princípio de assegurar a importante relação entre diversidade cultural e biodiversidade como uma das estratégias de conservação da natureza. A cultura e, conseqüentemente, o saber tradicional, que deveriam ser considerados como aliados na sua proteção, passam a ser emoldurados segundo as determinações culturais da sociedade

dominante urbano-industrial que impõe, aos grupos tradicionais, regras, limites que contrariam o seu modo de vida e suas práticas, a partir de um instrumento legal (as UCs) e de um pretensão conhecimento técnico-científico que tem como determinação “proteger” os recursos naturais dos quais os grupos tradicionais dependem.

É preciso registrar a importância das unidades de conservação de proteção integral e os argumentos dos conservacionistas na prioridade em instituí-las e implementá-las, considerando-se os padrões, crescentes, de consumo e destruição impostos pela sociedade hegemônica. A conservação da natureza é de fato um grande problema e este assunto merece seriedade e investimentos por parte dos governantes.

Todavia, as unidades de conservação não são formas exclusivas de se proteger a natureza. Elas representam uma parte da solução do problema e não se ajustam à lógica dos territórios tradicionais. No estado de São Paulo a diversidade cultural está ameaçada tanto quanto a biodiversidade. Deve-se, portanto, refletir seriamente sobre a capacidade das unidades de conservação ser, de fato, um instrumento para assegurar a proteção dos modos de vida tradicionais, dentro do princípio da relação estreita entre diversidade cultural e biodiversidade.

Não se quer aqui desconsiderar o avanço que representou a criação de novas categorias de unidades de conservação nacionais e internacionais. É fato que por meio delas se deu toda a reflexão sobre a necessidade de mudanças de conduta em relação aos grupos tradicionais. A política de conservação da natureza, de uma maneira geral, tem um papel extremamente importante na valorização e legitimação do saber e do *modo de vida tradicional*. Contudo, as determinações legais e as ações práticas dos órgãos executivos devem ser revistas e redirecionadas para que tais políticas sejam exitosas em *apoiar* a proteção e o desenvolvimento dos territórios tradicionais.

É preciso ter claro que existe uma limitação real de capacidade técnica e financeira dos órgãos executores das políticas de conservação da natureza para poderem dar conta, sozinhos, da administração competente de territórios tão vastos e com realidades tão diversas. A amplitude do atual sistema de categorias atribui-lhes uma onipotência absolutamente ilusória e cuja flexibilidade, inerente aos diferentes objetivos de manejo de cada tipo de unidade de conservação, parece, sim, escamotear a rigidez do Estado em tratar a proteção da natureza na gestão territorial de forma integrada às demais políticas setoriais; em questionar os padrões de desenvolvimento socioeconômico, em reconhecer e impulsionar outras formas de desenvolvimento de bases não capitalistas e, acima de tudo, de reconhecer a diversidade cultural e, conseqüentemente, os diversos territórios aos quais ele (o Estado) se sobrepõe.

Por meio do estudo de caso no bairro rural tradicional dos Paulo, foi possível aprofundar a compreensão sobre os processos históricos tratados e sobre as contradições das políticas públicas de conservação da natureza em relação à manutenção do *modo de vida tradicional*, explicitando-se a grande complexidade envolvida no conflito entre racionalidades culturais distintas, bem como a premência na adoção de estratégias políticas adequadas.

Identificou-se as formas de adaptação e a alta capacidade de resistência da cultura caipira naquele Bairro frente aos impactos a que foi submetida, particularmente, com as transformações advindas do “progresso” brasileiro e, posteriormente, com a investida do Estado em assegurar mais uma parte do pouco de “sertão” que ainda lhe restava, com a criação da Reserva Florestal, posteriormente transformada em Parque Estadual. Nos dois momentos, fosse na condição de civilizar o “sertão” ou de resguardá-lo como patrimônio natural, em nenhuma das situações cabia a existência do caipira que resistiu bravamente, apesar das estratégias inibidoras do Poder Público.

A capacidade de autogoverno do grupo e de manejo do território, enquanto um patrimônio familiar por cerca de 120 anos – tempo que a memória do grupo permitiu identificar; a contínua disponibilidade dos recursos utilizados pelos lavradores tradicionais caipiras, dentro de uma economia doméstica, semifechada, caracterizada pela grande autonomia em relação à cidade, são fatos que não podem ser menosprezados, enquanto um dado científico que constata os saberes tradicionais sobre o manejo do solo e da floresta; são elementos que identificam saberes, mas principalmente uma *ética* na relação sociedade-natureza, distinta da encontrada na sociedade urbano-industrial.

As características intrínsecas ao *território tradicional* e, portanto, ao *modo de vida tradicional* devem ser adotadas como referência na condução das políticas públicas de conservação da natureza, características a partir das quais se explicitam os *princípios* e *valores* da relação sociedade-natureza nas populações tradicionais.

As categorias *território* e *modo de vida tradicional* jogam luz sobre a possibilidade de uma atuação séria do Estado na reconstrução e valorização dos saberes tradicionais e na melhoria da qualidade de vida nos bairros rurais remanescentes. Foi possível, a partir destas categorias, tecer algumas premissas sem as quais não há como se referir a reconhecimento e respeito ao *modo de vida tradicional* e que, portanto, devem orientar a atuação pública futura junto aos territórios caipiras:

1. O bairro rural tradicional é a unidade territorial de atuação, a partir do qual se deve considerar a rede de sociabilidade interna e externa a ele<sup>69</sup>;
2. a terra não é só o meio de reprodução material, mas também cultural, ela é um território familiar que passa de geração a geração, um território vigiado, regado, planejado e manejado;
3. um território constituído pressupõe comando, hierarquias, princípios e normas em funcionamento, ou seja, uma forma de organização socioeconômica interna não imposta;
4. terra, trabalho e família são indissociáveis, configurando-se, a partir daí, o modo de vida tradicional e os valores e princípios que a ele correspondem;
5. princípios de reciprocidade e autonomia são capazes de estabelecer uma estrutura social mais justa e igualitária pela qual se definem as relações sociais no mundo caipira;
6. independência em relação à cidade, diversidade de saberes e diversidade de uso da Floresta (incluindo o uso da lavoura) são três elementos indissociáveis que fortalecem a autonomia territorial e são a chave para a conservação da natureza e para a manutenção dos saberes tradicionais;
7. o social e o econômico não se constituem, de forma isolada, a economia não tem como fundamento o lucro ou acumulação de ganhos financeiros, mas sim o provisãoamento, o bem-estar e a segurança da família, configurando-se num sistema econômico específico: a economia doméstica;
8. a noção de riqueza e desenvolvimento está associada à autonomia do que se produz em relação à cidade e à disponibilidade de um patrimônio natural familiar, a partir do qual se dá o provisãoamento de todo o lastro necessário para a reprodução material e social;
9. o excedente é parte integrante da estratégia de manutenção do equilíbrio sociedade-natureza, enquanto a produção simples de subsistência é a miséria;

---

<sup>69</sup> Apesar da grande coesão entre parentes/vizinhos encontradas no bairro, cada família é uma célula autônoma e independente. Autonomia que diz respeito aos saberes, a organização do trabalho, a administração do dinheiro, ao comando das áreas sob seu uso exclusivo, características extremamente marcantes na territorialidade tradicional e as quais não podem ser desconsideradas no âmbito das hierarquias ali estabelecidas.

10. o comércio de excedentes e, portanto, a relação com a cidade tem importância crucial para o desenvolvimento social digno do grupo e para a manutenção da capacidade do equilíbrio terra/população.

De acordo com esses pressupostos e reconhecendo a capacidade histórica de resistência do *bairro rural tradicional* e, em específico, desses *nativos* – cuja autodesignação não se deve desprezar, pois tem um peso imenso não se restringindo ao sentimento de pertencimento apenas, mas de originalidade com aquele lugar, é o caipira descendente de índio impregnado há séculos naquela de floresta de Una – as instituições devem adotar, como princípio, a menor intervenção possível e acima de tudo assumir que muito se tem a aprender com os lavradores tradicionais, daqui ou de qualquer outro lugar, não se devendo jamais dissociar pesquisa e desenvolvimento, com qualquer adjetivação.

Desse modo, compartilha-se com o posicionamento de Shanin (2008): a pesquisa é importante não só pelo conhecimento aplicado aos interesses dos lavradores tradicionais, mas, porque eles podem nos ensinar muitas coisas que não sabemos. O Autor observa que não se deve ensiná-los como viver e sim aprender com eles como viver e como resolver problemas que, em grande parte, são compartilhados por toda a população, aprender sob a perspectiva da criatividade e multiplicidade de respostas dadas em situações de crise; da capacidade de se ancorar na família para se defender de calamidades. Certamente, eles sabem melhor do que os acadêmicos como solucionar os seus problemas.

A organização social e o saber tradicional autônomos engendram normas de conduta e valores que se expressam na gestão do território quanto à organização do trabalho familiar; às condutas de ajuda mútua e de trabalhos comunitários; aos critérios de tamanho e de escolha das áreas de plantio; à transmissão da terra; aos critérios de sanidade dos animais e à extração dos recursos os quais devem ser compreendidos antes de se estabelecer ações junto a estes territórios.

Sabourin (1999) demonstrou a ineficiência e as dificuldades das políticas públicas em projetos de desenvolvimento executados sem o devido respeito às formas de poder e de representação local e aos princípios e práticas tradicionais, propondo-se a criação de entidades jurídicas em apoio à organização local, ou mesmo estabelecendo regras de manejo das infraestruturas comunitárias que se opõem completamente à lógica da reciprocidade e baseiam-

se apenas no desenvolvimento do intercâmbio mercantil, privilegiando-se a acumulação material e a concorrência para o lucro.

A economia doméstica se organiza e se fundamenta por meio de princípios distintos da economia capitalista, definitivamente a única forma reconhecida pela sociedade urbano-industrial contemporânea e cujos fundamentos, frequentemente, são estendidos para as comunidades rurais tradicionais, num entendimento equivocado de que é a única forma de se fazer inclusão social, dentro de um princípio de igualdade que não reconhece a diversidade cultural<sup>70</sup>. Nesse sentido, cabe enfatizar algumas contribuições de autores que discutiram a economia sob outra perspectiva que não a dominante.

A economia doméstica é um sistema econômico específico que se distingue da teoria economia capitalista, conforme demonstrou Chayanov (1981). A ela não se aplica categorias econômicas como salário, renda, lucro e capital, portanto, não se trata de um capitalismo mal sucedido, de uma condição de marginalidade como tende-se a pensar na lógica dominante. Nem é um tipo de economia menos relevante, influente e capaz de resolver problemas, do que outros sistemas econômicos (SHANIN, 2008).

Contudo é certo, também, que os sistemas econômicos coexistem, interagem (CHAYANOV, 1981), constituindo-se realidades complexas, sistemas mistos, híbridos. E, deste modo, o que interessa ter em mente é a necessidade de se compreender, reconhecer e respeitar a diversidade cultural, buscando alternativas, também híbridas, que se coadunem eticamente com os valores pelos quais se pauta o *modo de vida tradicional* e desta forma, salvaguardando a relação histórica sociedade-natureza.

Resumidamente, para Chayanov (1981), são princípios universais da atividade econômica humana, portanto, válidos para todos os sistemas econômicos: equipar a força de trabalho humana; aumentar a produtividade do trabalho humano; aumentar o montante da produção agrícola por unidade de área de terreno e produzir, anualmente, além do necessário para manter a capacidade individual de trabalho e assegurar à família a oportunidade de viver e se reproduzir, ou seja, produzir um excedente que, como enfatiza o Autor, é um pressuposto para qualquer desenvolvimento social estável.

Estes princípios dizem respeito a fenômenos de ordem natural e técnica, são questões pertinentes à superação de limitações técnicas ou ambientais que influenciam na melhoria da

---

<sup>70</sup> Uma noção de igualdade que se coaduna com a perspectiva de economistas como Beckerman (1995) que defende o crescimento econômico e a distribuição de riquezas na perspectiva capitalista, sem fazer qualquer consideração cultural, associando, de maneira generalizada, a pobreza com problemas ambientais.

produção e que, conseqüentemente, afetam a capacidade de reprodução social e material dos grupos.

Para Schumacher (1985), numa visão de economia de pequena escala, pautada na conservação dos recursos naturais e na distribuição equitativa de riquezas, as necessidades estão relacionadas ao desenvolvimento de métodos e equipamentos que sejam: a) baratos, ou seja, compatíveis com o nível de rendimento da sociedade em que vão ser utilizados; b) adequados a uma utilização em pequena escala, com mínimo impacto à natureza; c) compatíveis com a necessidade de criatividade do homem, de modo a não automatizar o trabalho humano e preservar as suas relações. Logo são questões plenamente compatíveis com a economia doméstica.

Schumacher (1985) e Chayanov (1981) oferecem elementos importantes que dizem respeito ao aprimoramento econômico das comunidades tradicionais, sem que para isso se interfira na racionalidade da economia doméstica. Como lembra Suzuki (2007), a modernização de técnicas, a evolução do sistema de cultivo e de criação de animais, não está necessariamente relacionada com a assimilação do capitalismo.

Esse entendimento é essencial no estabelecimento e no discernimento das ações de melhoria da qualidade de vida nos bairros rurais tradicionais. Nesse sentido, o intercâmbio de saberes tradicionais e científicos é extremamente importante, da mesma forma que o intercâmbio tecnológico entre grupos tradicionais distintos, aprimorando-se a economia como um todo, segundo os princípios de autonomia em relação à cidade e ao saber-fazer e, o principal, dentro dos próprios padrões de desenvolvimento da cultura caipira.

Tratando de um modelo alternativo de desenvolvimento econômico, de forma mais abrangente, Friedmann (1996) faz consideração extremamente importantes. Para o Autor, existem oito elementos que constituem os principais meios da economia doméstica e que formam as bases de poder social, são meios distintos, contudo, interdependentes, imprescindíveis ao autodesenvolvimento das unidades familiares. São eles: 1) *espaço de vida defensável* - uma base territorial; 2) *tempo excedente* - além e acima daquele necessário para obter as condições de subsistência; 3) *conhecimento e técnicas* - relativos aos níveis educacionais e ao domínio de técnicas, específicos em cada membro da família; 4) *informação adequada* - e também contínua, relativa à melhoria dos métodos de produção, práticas de higiene e saúde, cuidados infantis, serviços públicos, mudanças de configurações políticas e oportunidade de trabalho remunerado; 5) *organização social* - organizações formais ou informais a que as famílias podem pertencer, como igrejas, associações etc. importantes como

fonte de informação, apoio mútuo e ação coletiva, ligando a família à sociedade exterior; 6) *redes sociais* - relações essenciais para ações autônomas baseadas na reciprocidade, como entre famílias, amigos, vizinhos etc.; 7) *instrumentos de trabalho e condições de vida* - incluem tanto o vigor e a saúde física quanto ferramentas, equipamentos, materiais e os meios necessários à produção doméstica; 8) *recursos financeiros* - rendimento monetário líquido, como também créditos formais e informais.

Desse modo, ao contrário de modelos de desenvolvimento econômico “*tout court*”, formatados na racionalidade das (micro)empresas capitalistas que valorizam os ganhos financeiros e que interferem drasticamente na organização da produção e na estrutura hierárquica local, deve-se delinear propostas calcadas na pesquisa para o desenvolvimento como forma de equacionar as questões socioeconômicas, adotando uma postura de aprendizado com os sujeitos. Deve-se estimular a autoestima das famílias, legitimar o saber tradicional, incentivando a sua adoção e o seu aprimoramento; incentivar os mecanismos coletivos de reciprocidade; valorizar a forma de organização local; estimular a iniciativa e a autonomia de cada família; enfim, compreender as verdadeiras necessidades da comunidade, sem interferir na racionalidade histórica posta, de maneira que antigas estratégias configuradas com base nos valores do modo de vida tradicional sejam atualizadas e adaptadas quando necessário.

A manutenção do modo de vida, especificamente, das famílias do bairro dos Paulo, assim como das demais afetadas pela criação do Parque Estadual do Jurupará, depende de medidas urgentes em relação à regularização fundiária das terras; à liberação das áreas de roça para todas as famílias; ao estabelecimento de um programa de transmissão da tecnologia caipira aos mais jovens, possibilitando o aprendizado dos diversos ofícios e saberes associados que faziam parte do universo do lavrador tradicional caipira e a ampliação e aprimoramento desses saberes; depende ainda do restabelecimento da reciprocidade positiva com a cidade para o comércio de excedentes. Ações que devem ser realizadas por meio de arranjos e parcerias adequadas envolvendo as famílias (inclusive outras de fora do perímetro do Parque que conservam a tradição caipira inabalada), a municipalidade e o Estado, atentando-se para a necessidade de integração entre as diferentes políticas públicas. A partir destas ações e com base em todas as considerações feitas anteriormente parece ser possível restabelecer a autonomia territorial nas diversas escalas (família, vizinhos/parentes, bairros e cidade), promover a melhoria da qualidade de vida dos moradores, segundo os seus próprios padrões culturais, e assegurar a histórica relação sociedade-natureza construída naquele território caipira, tão diversa daquela encontrada na sociedade urbano-industrial contemporânea.

Conforme observa Souza (2009), se a autonomia coletiva for pensada em várias escalas, vê-se que nada está mais distante da ideia de autonomia que qualquer tipo de “fechamento”.

Trocas e interações são e continuarão sendo um fator de enriquecimento material e cultural. Mais que isso, e mais que simples resultado de quadros indesejáveis de dependência, articulações entre grupos e espaços, sob a forma de trocas, acordos e negociações e cooperações entre territórios de mesmo nível escalar e de nível escalares distintos, deverão ser eticamente, uma decorrência dos princípios da solidariedade e da ajuda mútua [...]. Autonomia não é sinônimo de autarquia econômica ou de isolamento cultural, isto é de auto-suficiência ou insulamento; nenhum indivíduo é uma ‘mônada’ isolada e tão pouco o são as coletividades organizadas que os indivíduos formam. (SOUZA, 2009, p.70).

Para finalizar, importa destacar que, a partir dos dados empíricos obtidos e da discussão teórica trazida aqui, o *modo de vida tradicional* não implica um nexo de pobreza, mas um nexo de economia, trata-se de uma lógica de desenvolvimento que tem um fundamento cultural. *Governo, comando, nação, permanência* (territorial) e *planejamento* são conteúdos (na falta de uma expressão melhor) encontrados no bairro rural tradicional que demarcam uma forte *consciência territorial*, a existência de uma *política interna*. Procurou-se explicitar, desse modo, que o Estado tem um papel determinante na proteção da cultura caipira (ou de qualquer outra de modo de vida tradicional), todavia, de facilitador, frente a tantas mudanças da sociedade contemporânea que acabaram por desintegrá-la totalmente do “mundo urbano” que também lhe pertencia, que fazia parte da sua territorialidade. Portanto, não existem soluções ou modelos mágicos a serem aplicados para “salvar” as comunidades tradicionais da extinção, mas diretrizes e princípios de conduta, de postura em relação a elas. Também ficou evidenciado que falar de outros padrões alternativos de desenvolvimento econômico não é mera elucubração. Já existem referências teóricas de peso e práticas, não recentes (e de modo algum se teve a intenção de aprofundá-las neste estudo), que se configuram como exemplos, como ponto de partida para se delinear programas de abordagem cultural plenamente compatíveis com as dez premissas que se teceu a partir deste estudo.

Após todas as considerações, é evidente o entendimento que se tem sobre a incompatibilidade entre qualquer unidade de conservação, nos moldes que hoje se propõe na legislação, e os territórios caipiras. A reserva da biosfera parece ser o instrumento de gestão territorial de conservação da natureza, atualmente, mais adequado, por meio do qual é possível estabelecer parcerias e projetos de desenvolvimento territorial com as características expostas anteriormente, considerando a amplitude geográfica e política que abarca e a natureza de seus

propósitos. Projetos a partir dos quais é possível desenvolver uma concepção alternativa de território de conservação da natureza, um modelo cujas regras e os métodos de gestão e planejamento não sejam centralizados e impostos pelo Estado.

Alguns depoimentos explicitam a importância dos limites da lei, depoimentos que trazem inclusive o posicionamento de Paulino Paulo e que revelam o lado positivo da constituição da unidade de conservação, segundo os moradores. Apesar de todos os impedimentos e do impacto à suas vidas, os *nativos* expressam-se favoravelmente em relação à volta da floresta madura e dos animais que, em muitas áreas do Parque, não mais eram encontrados após a exploração do carvão. Também a proteção das águas é ressaltada, as quais – após a entrada dos *sitiantes (os de fora)* com suas técnicas de manejo e exploração intensiva do solo, a abertura de estradas e diversos represamentos – tiveram a sua qualidade e fluxo alterados, impossibilitando o funcionamento do monjolo de farinha e extinguindo ou diminuindo drasticamente, nos córregos, espécies que faziam parte da dieta caipira.

“A reserva não é uma má coisa, depende de entrá num **acordo** tem que vê o que precisa e o que não precisa.” (H. P. D., jun /2007).

No estado de São Paulo a diversidade cultural está ameaçada tanto quanto a biodiversidade, ou mais, deste modo, os critérios de identificação e definição geográfica das populações tradicionais, bem como o seu cadastramento são também instrumentos extremamente importantes e devem ser encarados como estratégias de conservação complementares à instituição de unidades de conservação da natureza. A presente pesquisa, por meio da categoria *território*, pôde caracterizar a *rede* de sociabilidade, de parentesco local e, assim, identificar a existência de bairros rurais tradicionais fora dos limites do Parque Estadual do Jurupará, com modo de vida e práticas culturais caipiras, especialmente no que se refere à economia, muito conservados, conforme mencionado anteriormente. E que por estarem inseridos em importantes remanescentes de Mata Atlântica, especialmente do ponto de vista da fauna, estão ameaçados pela instituição de novas unidades de conservação (inclusive de proteção integral) ou mesmo pela ampliação do referido Parque.

O *bairro rural tradicional* é uma relíquia histórica, um resquício da forma de organização rural do Brasil Colônia, é a unidade geográfica e social elementar da cultura caipira e um elemento concreto de fácil reconhecimento, a partir do qual se podem associar dados de ancestralidade, redes de parentesco, informações sobre o tipo de economia, informações que permitem a fácil identificação de características tradicionais.

Neste contexto, cabe insistir sobre o âmbito privilegiado das reservas da biosfera para a construção de um modelo de gestão territorial em que se identifique, de forma sistemática, e se delimite os redutos de cultura caipira tradicional. Ou seja, é necessário o desenvolvimento de um modelo de território de conservação que conceba a visão de mundo e as necessidades da população caipira tradicional. Um modelo que inclua a salvaguarda de valores e saberes em extinção na sociedade urbano-industrial contemporânea; partindo de uma racionalidade distinta do modelo de *unidades de conservação* que se estabeleceu com a modernidade, o qual não distingue diferentes formas de relação sociedade-natureza. O Estado deve reconhecer os caipiras tradicionais como parceiros capazes de compartilhar a responsabilidade de conservar a natureza.

Desta forma, entende-se que o que deve pautar as discussões é o fortalecimento de uma política de conservação da natureza que comporte estratégias distintas e complementares à instituição de unidades de conservação. Assim, na perspectiva de um novo modelo, o compromisso do Poder Público seria o de dirigir políticas setoriais apropriadas que, integradas e dotadas de suas competências específicas, deveriam promover o adequado desenvolvimento dessas comunidades; permitindo que elas respondam pela gestão dos seus territórios, por meio dos seus próprios mecanismos tradicionais, valorizando-os na perspectiva de aprimorá-los e fortalecê-los, contudo, respeitando sua visão de mundo. Neste contexto, o órgão de conservação seria apenas mais um entre os demais.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de Almeida. A apropriação do território no Brasil. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). *Explorações geográficas: percurso no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.p, 197-245.
- ARISTÓTELES. *A política*. São Paulo: Atena Editora, 1960. 333 p.
- ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões: entre a história e a memória*. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2000. (Coleção História). 255 p.
- BARROS, Gilberto Leite de. *A cidade e o planalto: processo de dominância da cidade de São Paulo*. São Paulo: Editora Livraria Martins, 1967. 267 p.
- BECKERMAN, Wilfred. O Pequeno é Estúpido: Uma chamada de atenção aos Verdes, 1995. Grã-Bretanha: Compolito – Artes Gráficas Ltda. (Lisboa-Portugal); 2000. 220p.
- BOISIER, Sergio. Sociedad del conocimiento: conocimiento social y gestión territorial. *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Mato Grosso do Sul, Universidade Católica Dom Bosco, v. 2, n. 3, p. 9-28, sept. 2001.
- BONDUKI, Nabil. Habitação e urbanismo. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.). *História econômica da cidade de São Paulo*. São Paulo: Globo, 2004. p. 300-326.
- BRANDÃO, Carlos R. Sobre a tradicionalidade rural que há em nós. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros. *O campo no século XXI*. [S.l.]: Editora Casa Amarela e Paz e Terra; 2004. p.121-131.
- BRANDÃO, Carlos R. A vida dos gêneros. In: BRANDÃO, Carlos R. *O afeto da terra*. Campinas, São Paulo: Editora UNICAMP; 1999. 194 p.
- BRANDÃO, Carlos R. Pesquisar-articipar. In: \_\_\_\_\_ (Org.) *Repensando a pesquisa participante*. 3. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1987a. p.7-14.
- BRANDÃO, Carlos R. A participação da pesquisa no trabalho popular. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Repensando a pesquisa participante*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987b. p. 223-252.
- BRANDÃO, Carlos R. *Os caipiras de São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1983. 92 p.
- BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2007.
- BRASIL. Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006. Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. 2006a.
- BRASIL. Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 2006b.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.340, 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 2002.

BRASIL. Lei nº 9.985, 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 2000a.

BRASIL. Mensagem nº 967, de 18 de julho de 2000. Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do parágrafo 1º do artigo 66 da Constituição Federal, decidi vetar parcialmente o Projeto de Lei nº 27, de 1999 (nº 2.892/92 na Câmara dos Deputados, que “Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências”. *Diário Oficial da União*, 2000b.

BRASIL. Decreto nº 750, de 10 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 1993.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1988.

CANDIDO, Antonio *Os Parceiros do Rio Bonito*: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 10. ed. São Paulo: Editora Livraria Duas Cidades, 2003. 34 p.

CARDOSO, João Pedro. Comissão geográfica e geológica do estado de São Paulo. São Paulo: Typografia Brazil de Rothschild & Cia, 1907, p. (apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Carlos Botelho, M.D. Secretário de Agricultura). Relatório técnico.

CARVALHO, Marcos de. *O que é natureza*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2003. 85 p.  
CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. 103 p.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José Graziano da; STOLCKE, Verena (Orgs.). *A questão agrária*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. p. 133-163.

CHRISTOFOLETTI, Antônio. As perspectivas dos estudos geográficos. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Perspectivas da geografia*. São Paulo: Difel, 1985. 318 p.

CLAVAL, Paul. O papel da nova geografia cultural na compreensão da ação humana. In: ROZENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Matrizes da geografia cultural*. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2001. 144 p.

CLAVAL, Paul. A geografia cultural: o estado da Arte. In: ROZENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1999. p. 59-97.

CLAVAL, Paul. “A volta do cultural” na geografia. *Mercator – Revista de Geografia da UFC*, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 19-28, 2002. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/view/192>>. Acesso em: 27 abr. 2008.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso futuro comum*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991. 430 p.

COSTA, Wanderley Messias da. *O Estado e as políticas territoriais no Brasil*. 9. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2000. 83 p.

COORDENADORIA DE PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS (São Paulo). Informação CPRN nº317 de setembro de 1973. Ao Secretário da Agricultura. Dossiê da Reserva Estadual do 2º Perímetro de São Roque. Instituto Florestal.

COSTA, Emília Viotti. Cotia e Itapeverica subúrbios agrícolas. In: AZEVEDO, Aroldo (Org.). *A cidade de São Paulo: estudo de geografia urbana. Os subúrbios paulistanos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958. p. 109- 150. 4 v.

DAVENPORT, Lisa; RAO, Madhu. A história da proteção: paradoxo do passado e desafios do futuro. In: TERBORGHE, John; SCHAIK, Carel Van; RAO, Madhu (Orgs.). *Tornado os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos*. Curitiba: UFPR/Fundação O Boticário. 2002. 518 p.

DEDECCA, Cláudio Salvador. O trabalho na metrópole. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.). *História econômica da cidade de São Paulo*. São Paulo: Globo, 2004. p. 238-262.

DEMATTEIS, Giuseppe. O território: uma oportunidade para repensar a geografia. In: SAQUET, Marcos Aurélio. *Abordagens e conceitos de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.p. 7-11.

DESCOLA, Philippe. Ecologia e cosmologia. In: CASTRO, Edna Maria R.; PINTON, Florence. *Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: CEJUP, 1997.

DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS (São Paulo). Informação DPRN nº 1842 de 28 de agosto de 1973. Ao Coordenador da Coordenadoria de Proteção dos recursos Naturais. Dossiê da Reserva Estadual do 2º Perímetro de São Roque. Instituto Florestal.

DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. 3. ed. São Paulo: Hucitec/NUPAUB-Universidade de São Paulo, 2001. 170 p.

DIEGUES, Antônio Carlos. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Hucitec/NUPAUB, 2000. 290 p.

DIEGUES, Antônio Carlos; NOGARA, Paulo José. *O nosso lugar virou parque: estudo sócio-ambiental do Saco de Mamanguaba: Parati – Rio de Janeiro*. 2. ed. São Paulo: NUPAUB/USP, 1999. 187 p.

DIEGUES JÚNIOR, Manuel. *Regiões culturais do Brasil*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisas Educacionais, 1960. (Sociedade e Educação). 535 p.

DOBROWOLSKI, Kazimierz. La cultura campesina tradicional. In: SHANIN, Teodor (Org.). *Campesinos y sociedades campesinas*. Tradução de Eduardo L. Suárez. México: Fondo de Cultura Económica, 1979. p. 249-267. (El trimestre Económico Lecturas, 29).

DOUROJEANNI, Marc. J. Unidades de conservação: técnica, lei e ética para a conservação da biodiversidade. BENJAMIN, Antônio Hermam (Coord.). *Direito ambiental das áreas protegidas: o regime jurídico das unidades de conservação*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 42-107.

DOUROJEANNI, Marc. J. ;PÁDUA, Maria Tereza J. *Biodiversidade: a hora decisiva*. Curitiba: Editora da UFPR, 2001. 282 p.

FERNANDES, Liliana Laganá. *Bairros rurais do município de Limeira: estudo geográfico*. 1972. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

FIGUEIRÔA, Silvia F. M. *Modernos Bandeirantes: a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo e a exploração científica do território paulista (1986-1931)*. 1987. 136 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

FRIEDMANN, John. *Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo*, setembro de 1996. Portugal: Celta Editora Ltda., 1996. 197 p.

FUKUI, Lia Freitas Garcia. O sitiante brasileiro e as transformações de sua situação sócio-econômica (“O sertão de Itapeçerica”: exemplo das relações entre uma sociedade rural de economia familiar e uma sociedade urbana de economia comercial). *Cadernos do Centro de Estudos Rurais e Urbanos (FFLCH/USP)*, n. 1, p. 111-154, 1968.

FUKUI, Lia Freitas Garcia. *Parentesco e família entre sítiantes tradicionais*. 1972. 402 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

GALESKI, Boguslaw. La organización social y el cambio social rural. In: SHANIN, Teodor. (Org.) *Campesinos y sociedades campesinas*. Tradução de Eduardo L. Suárez. México: Fondo de Cultura Económica, 1979. p. 103-122. (El trimestre Económico Lecturas, 29).

GALIZONI, Flávia Maria. Terra, ambiente e herança no alto do Jequitinhonha: Minas Gerais. *Revista de economia e sociologia rural*, Brasília, v. 40, n. 3, 2002.

GODOI, Emília P. *O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999. 165 p

GOMES, José. Y- *Uma noiva Azul: história do município de Ibiúna*. São Paulo: Edição do Autor, 1997.

GÓMEZ-POMPA, Arturo; KAUS, Andréa. Domesticando o mito da natureza selvagem. In: DIEGUES, Antônio C. (Org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Hucitec, 2000. 290 p.

GUILLAUMON, João Régis. *Estudo comparativo das propostas para projeto de Lei sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC*. São Paulo: Instituto Florestal; 1998. (Relatório técnico). 55 p.

GUILLAUMON, João Régis. *Estudo comparativo das propostas para projeto de Lei sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC*. São Paulo: Instituto Florestal; 1998. (Relatório técnico). 55 p.

GUILLAUMON, João Régis. Políticas públicas e ocupação humana: Populações tradicionais em unidades de conservação da natureza. *Revista de Direitos Difusos*, São Paulo, ano IV, v. 20, p. 2759-2791, jul./ago. 2003.

HAESBAERT, Rogério. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 95-120.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. *Etc., espaço, tempo e crítica - Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas*, v. 1. n. 2, 2007. Disponível em: <<http://www.uff.br/etc>>. Acesso em: 10 maio 2007.

HAESBAERT, Rogério Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2005. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2007.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 400 p

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: ROZENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: URJ, 1999. p. 169-190. (Geografia Cultural).

HERCULIANI, Sueli. *A população tradicional caipira e sua reprodução sociocultural frente às políticas públicas de conservação e os processos de educação: Parque Estadual do Jurupará – Ibiúna – SP*. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

INSTITUTO AGRONÔMICO (São Paulo). Fotografia aérea. São Paulo, 1962. nº 3370 e 3414. Escala 1:25.000 .

INSTITUTO FLORESTAL (São Paulo). Processo IF nº 76.905 de 1973 a. Procuradoria Geral do Estado encaminha planta pedindo providências do IF, por estar em fase final processo visando legitimação de posses no 2º Perímetro de São Roque, fls. 26 -33. Dossiê da Reserva Estadual do 2º Perímetro de São Roque. Instituto Florestal.

INSTITUTO FLORESTAL (São Paulo). Assessoria de Estudos Patrimoniais. Carta AEP nº 52 de 15 de outubro de 1973 b. Ao Coordenador da Coordenadoria de Proteção dos Recursos Naturais. Dossiê da Reserva Estadual do 2º Perímetro de São Roque.

INSTITUTO DE RECURSOS MUNDIAIS (WRI); UNIÓN MUNDIAL PARA LA NATURALAZA (UICN); PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL MEDIO AMBIENTE (PNUMA). *Estrategia global para la biodiversidad: pautas de acción para salvar, estudiar y usar la riqueza biótica de la Terra*. Suíza: WRI/UICN/PNUMA, 1992.

KLEIN, Juan-Luis. Des genres de vie aux modes de vie: splendeur et déclin de la géographie régionale au québec. *Cahiers de géographie du québec*, v. 30, n. 80, p. 203-216.

LA BLACHE, Paul Vidal de. Princípios de Geografia Humana. Lisboa: Cosmos; 1954. 462 p.

LA BLACHE, Paul Vidal de Les genres de vie dans la géographie humaine. *Annales de Géographie*, t. 20, n. 112, p. 289-304, 1912. Disponível em: <[http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/geo\\_00034010\\_1911\\_num\\_20\\_112\\_7312](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/geo_00034010_1911_num_20_112_7312)>. Acesso em: 14 mar. 2009.

LA BLACHE, Paul Vidal de. Les genres de vie dans la géographie humaine. *Annales de Géographie*, t. 20, n. 111, p. 193-212, 1911. Disponível em: <[http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/geo\\_00034010\\_1911\\_num\\_20\\_111\\_7340](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/geo_00034010_1911_num_20_111_7340)>. Acesso em: 14 mar. 2010.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 18. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. 120 p.

LANGENBUCH, Juergen Richar. *A estruturação da Grande São Paulo: estudo de geografia humana*. Rio de Janeiro, 1971, 354 f. Tese [Doutorado]- Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, da Universidade de Campinas.

LITTLE, Paul E. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Brasília: Unb, 2002. (Série Antropologia, 322). Disponível em: <<http://www.unb.br/ics/dan/Serie322empdf.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2008.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986. 99 p.

MARQUES, Marta I. M. *O modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Ribeira – PB*. 1994. 153 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

MARQUES, Marta I. M. Lugar do modo de vida tradicional na modernidade. In: MARQUES, Marta, I. M.; OLIVEIRA, Ariovaldo U. *O campo no século XXI: território de vida, de luta e da construção da justiça social*. São Paulo: Casa Amarela/Paz terra, 2004. p. 145-158.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec; 1997. 213 p.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1990. 157 p.

MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975. 161 p.

MELLO, Adriana Russi Tavares de. *A cestaria como trançado de memórias: a estética da produção cesteira na Região do Rio Juquiá*. 2001. 177 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

MENDRAS, Henri. A cidade e o campo. In: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de (Org.). *Sociologia rural*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. p. 33-76.

MERCADANTE, Maurício. Uma década de debate e negociação: a história da elaboração da lei do SNUC. In: BENJAMIM, Antônio H. (Coord.). *Direito ambiental das áreas protegidas: o regime jurídico das unidades de conservação*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2001. p.190-231.

MESQUITA, Carlos Alberto Bernardo et al. Diagnóstico das unidades de conservação do corredor central da Mata Atlântica. In: Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, 5., 2007, Foz do Iguaçu. *Anais...* Foz do Iguaçu: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2007. CD-ROM.

MESQUITA, ZILÁ. Do território à consciência territorial. In: MESQUITA, ZILÁ; BRANDÃO, CARLOS R. (Orgs.). *Território do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências*. Porto Alegre: Edunisc, 1995. p. 76-92.

MILANO, Miguel Serudiuk. Unidades de conservação: técnica, lei e ética para a conservação da biodiversidade. In: BENJAMIM, Antônio H. (Coord.). *Direito ambiental das áreas protegidas: o regime jurídico das unidades de conservação*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 3-41.

MILANO, Miguel Serudiuk; TAKAHASHI, Leide Yassuco; NUNES, Maria de Lourdes. Apresentação. In: *Unidades de conservação: atualidades e tendências 2004*. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza/Rede Nacional Pró Unidades de Conservação, 2004.

MOLINA, José Luis; VALENZUELA, Hugo. *Invitación a la antropología económica*. Barcelona: Bellaterra, 2006. 640 p.

MONBEIG, Pierre. O crescimento da cidade de São Paulo. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.). *História econômica da cidade de São Paulo*. São Paulo: Globo, 2004. p. 14-115.

MORAES, Antônio Carlos R. *Bases da formação territorial do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2000. 432 p.

MORAES, Antonio Carlos R. *Meio ambiente e ciências humanas*. São Paulo: Annablume, 2005a. 161 p.

MORAES, Antonio Carlos R. *Território e história no Brasil*. São Paulo: Editora Annablume, 2005b. 154 p.

MORAES, Antonio Carlos R. O sertão: um “outro” geográfico. *Terra brasilis – Revista de história do pensamento geográfico*. Rio de Janeiro, 2003; (n. 4 e 5):11-23.

MORAES, Antonio Carlos R. *Bases da formação territorial do Brasil*. São Paulo: Hucitec; 2000. 432 p.

MORAES, Antônio Carlos R.; COSTA, Wanderley M. da. *A valorização do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1984. 200 p.

MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. *Ciência & Educação*. 2003 v. 9, n. 2, p. 191-211.

MOURA, Margarida Maria. *Camponeses*. São Paulo: Ática; 1986. 78 p. (Princípios).

MOURA, Margarida Maria. *Os herdeiros da Terra*. São Paulo: Editora Hucitec, 1978. 94 p.

MÜLLER, Antônio Rubbo. *Ritos caboclos no estado de São Paulo, Brasil*. São Paulo: Ed. Escola de Sociologia e Política de São Paulo/USP, 1956. (Estudo de antropologia teórica e aplicada, 2-A.).

MÜLLER, Nice Lecoq. Sítios e sitiantes no Estado de São Paulo. *Boletim geografia da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo*, n. 7, p. 11-125, 1951.

NASH, Manning. El mercado y las economías campesinas indígenas. In: SHANIN, Teodor (Org.). *Campesinos y sociedades campesinas*. Tradução de Eduardo L. Suárez. México: Fondo de Cultura Económica, 1979. p. 144-159. (El Trimestre Económico, Lecturas, 29).

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. São Paulo: dos Bairros e subúrbios rurais às bolsas de mercadoria e de futuro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (Orgs). *Geografias de São Paulo: a Metrópole do Século XXI*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 123-161.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO) *Declaração universal sobre a diversidade cultural*. Genebra: UNESCO, 2001.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA AGRICULTURA Y LA ALIMENTACIÓN (FAO); PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL MEDIO AMBIENTE (PNUMA). *El turismo en los parques nacionales y otras áreas protegidas de América Latina*. Santiago, Chile: FAO/PNUMA, 1993. (Documento Técnico, 11).

ORGANIZACION DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA AGRICULTURAR Y LA ALIMENTACION; PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL MÉDIO AMBIENTE - FAO/PNUMA. *Áreas silvestres protegidas y comunidades locales en América Latina*, n. 17, 1994. Documento Técnico

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2006. 152 p.

PÁDUA, José Augusto. A ocupação do território Brasileiro e a conservação dos recursos naturais. In: Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, 4., 2004, Curitiba. *Anais...*

Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza: Rede Nacional Pró Unidades de Conservação, 2004. p. 12-19.

PEET, Richard. Imaginários de desenvolvimento. In: FERNANDES, Bernardo Mansano; MARQUES, Maria Inez Medeiros; SUZUKI, Júlio César (Orgs.). *Geografia Agrária: teoria e poder*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 19-37.

PENTEADO, Antônio Rocha. Os subúrbios paulistanos. In: AZEVEDO, Aroldo (Org.). *A cidade de São Paulo: estudo de geografia urbana. Os subúrbios paulistanos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958. p. 5-58. 4 v.

PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos paulistas*. São Paulo: Edusp, 1995. 396 p.

PIRES, Cornélio. *Conversas ao pé do fogo: estudinhos, costumes, contos, anedotas, cenas da escravidão*. São Paulo: Typographia Piratininga, 1921. 95 p.

PONS, Philippe. Um apego seletivo à natureza. In: BOURG, Dominique (Org.). *Os sentimentos da natureza*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997. p. 33-49.

POSEY, Darrell A. Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados (Kayapó). In: RIBEIRO, Berta G. *Suma etnológica brasileira*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 173-185. 1 v.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987. 366 p.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História e desenvolvimento: A contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento*. [S.l.]: Editora Brasiliense; 1968. 142 p.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1976. 394 p.

PREFEITURA DE IBIÚNA. *Ibiúna 150 anos de emancipação política e administrativa*. Disponível em: <[http://www.ibiuna.sp.gov.br/nova\\_pagina42htm](http://www.ibiuna.sp.gov.br/nova_pagina42htm)>. Acesso em: 23 mai. 2007.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O sitiante brasileiro e as transformações de sua situação sócio-econômica (A posição social do sitiante na sociedade global brasileira). *Cadernos do Centro de Estudos Rurais e Urbanos (FFLCH/USP)*, n. 1, p. 111-154, 1968.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Edusp, 1973a. (Estudos Brasileiros). 242 p.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Bairros rurais paulistas: dinâmica das relações bairro rural - cidade*. Petrópolis. São Paulo: Livraria duas cidades; 1973b. 157 p.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Edusp, 1973a. (Estudos Brasileiros). 242 p.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Bairros rurais paulistas: dinâmica das relações bairro rural - cidade*. Petrópolis. São Paulo: Livraria duas cidades; 1973b. 157 p.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O sitiante brasileiro e as transformações de sua situação sócio-econômica (A posição social do sitiante na sociedade global brasileira). *Cadernos do Centro de Estudos Rurais e Urbanos (FFLCH/USP)*, n. 1, p. 111-154, 1968.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 73-78.

REDFIELD, Robert; SINGER, Milton B. La ciudad y el campo: la interdependencia cultural. In: SHANIN, Teodor (Org.). *Campesinos y sociedades campesinas*. Tradução de Eduardo L. Suárez. México: Fondo de Cultura Económica, 1979. p. 302-326. (El Trimestre Económico, Lecturas, 29).

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: das Companhia. Letras, 1995. 480 p.

RODRIGUES; Adyr. A. B. Turismo e fortalecimento de micro-economias locais - oportunidades de inserção social em bases comunitárias. In: MANTERO, Juan Carlos ; BERTONCELLO, Rodolfo (Orgs). *Turismo y Desarrollo: crecimiento y pobreza*. Guadalajara: Staella Maris Arnaizburne y Alfredo Cesar Dachary Ed. Universidad de Guadalajara Universidad de Buenos Aires, Universidad Nacional de Mar del Plata, 2008; 37-46 p.

RODRIGUES, Adyr.A. B. Turismo e Território: a apreensão da dinâmica espacial. In: FONSECA, M. L. (Org.). *Desenvolvimento e território: espaços rurais pós-agrícolas e novos lugares de turismo e lazer*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, 2007. p. 247-268.

RODRIGUES, Adyr.A. B. Turismo e territorialidades plurais: lógicas excludentes ou solidariedade organizacional. In: LEMOS, A. I.; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). *América Latina: cidade, campo e turismo*. Buenos Aires: Clacso, 2006. p. 297-315. (Publicado em 2007).

RODRIGUES, Adyr .A.B. *O Bairro do Tanque – Atibaia (SP): um exemplo da contribuição da colonização japonesa para a evolução do meio rural paulista*. 1973. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1973.

RODRIGUES, Carmem Lúcia. *Limites do consenso: Territórios polissêmicos na Mata Atlântica e gestão ambiental participativa*. 2001. 197 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

SÁ, Andréa Alves. Forma de ocupação da terra como bem cultural: estudo jurídico dos fundos de pasto da Bahia e Sistema Faxinal do Paraná. In: CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 16., 2007, Belo Horizonte. *Anais...* Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007. p. 4175-4186.

SABOURIN, Eric. *Multifuncionalidade da agricultura e manejo de recursos naturais: alternativas a partir do caso do semi-árido brasileiro*. [S.l.]: UNB/CIRAD-FR; 2008. 57-72 p. (Tempo da Ciência, (15) 29).

SABOURIN, Eric. *Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda.; 2007b. 327 p.

SABOURIN, Eric. *Organisation paysanne au Brésil : capital social, réciprocité et valeurs humaines*. Revue du MAUSS permanente, 7 août, 2007a, p. 1-27 [en ligne]. Disponível em : <<http://www.journaldumauss.net/spip.php?article158>>. Acesso em : 25 fev. 2010.

SABOURIN, Eric. Implicações teóricas e epistemológicas do reconhecimento da noção de multifuncionalidade da agricultura. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2005 Out.; 13 (2).

SABOURIN, Eric. Aprendizagem coletiva e construção social do saber local: o caso da inovação na agricultura familiar da Paraíba. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*. [S.l.:s.n], 16 Abr. 2001; 37- 61 p.

SABOURIN, Eric. Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro. *Raízes*, ano 18, n. 20, p. 41-49, 1999.

SAHLINS, Marshall. *La Economía de La Edad de Piedra*. Madri: Akal; 1983. 337 p

SAHLINS, Marshall. *Sociedades tribais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. 179 p.

SAID, Edward W. Territórios sobrepostos: histórias entrelaçadas. In: \_\_\_\_\_. *Cultura e imperialismo*. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Cia. das Letras, 1995. p. 33-98.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem a província de São Paulo*. São Paulo: Editora Livraria Martins, 1940. (Descrição da cidade de São Paulo, 6).

SANTIAGO, Cristina de Marco. *Relatório sobre a Reserva Estadual do 2º Perímetro de São Roque*. São Paulo: Instituto Florestal, 1992. Não publicado.

SANTIAGO, Cristina de Marco; HERCULIANI, Sueli; RESENDE, Maria Aparecida C. S.; BRITO, Valdely Cardoso. Uma proposta de política para a gestão de conflitos: populações tradicionais vs áreas protegidas de uso indireto. In: Congresso Latino-americano de Áreas Protegidas, 2007, Bariloche, Argentina. *Anais...* Bariloche, Argentina, 2007. CD-ROM.

SANTIAGO, C. M. Relatório sobre a Reserva Estadual do 2º Perímetro de São Roque. São Paulo: Instituto Florestal, 1992. Material não-publicado.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel. 1985.

SANTOS, Milton. *A metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988. Categorias tradicionais, categorias atuais (capítulo IV); p. 45-59.

SANTOS, Milton. *A urbanização Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993. A urbanização pretérita; p. 17-27.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*, São Paulo: Hucitec, 2006. Do meio natural ao meio técnico-científico-informacional; p. 233-238.

SÃO PAULO. Lei n.12.810, de 21 de fevereiro de 2008. Altera os limites do Parque Estadual de Jacupiranga, criado pelo Decreto-lei n. 145, de 8 de agosto de 1969, e atribui novas denominações por subdivisão, reclassifica, exclui e inclui áreas que especifica, institui o Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, 22 fev. 2008.

SÃO PAULO. Projeto de Lei nº 304, de 25 de maio de 2006. Exclui área do perímetro do Parque do Jurupará. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, 25 maio. 2006a.

SÃO PAULO. Lei n. 12.406, de 12 de dezembro de 2006. Altera a Lei n. 5.649, de 28 de abril de 1987, que criou a Estação Ecológica da Juréia-Itatins, exclui, reclassifica e incorpora áreas que especifica, institui o Mosaico de Unidades de Conservação da Juréia-Itatins, regulamenta ocupações e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, 13 dez. 2006b.

SÃO PAULO. Decreto nº 35.703, de 22 de setembro de 1992. Transforma em Parque Estadual do Jurupará a área da Reserva Estadual do 2º Perímetro de São Roque, criada pelo Decreto nº 12.185, de 30 de agosto de 1978, e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, 23 set. 1992.

SÃO PAULO. Decreto 12.185, de 30 de agosto de 1978. Declara Reserva Florestal do Estado as terras do 2º Perímetro de São Roque, necessária aos fins que especifica. *Diário oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, 31 ago. 1978.

SARAVIA, Enrique J. ; FERRAREZI, Elisabete. *Políticas Públicas*. Brasília: ENAP; 2006. (Coletâneas, 1).

SEABRA, Manoel. *As cooperativas mistas do Estado de São Paulo*. São Paulo, 1977. Tese [Doutorado em Geografia] - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

SEABRA, Manoel. *Vargem Grande: Organização e transformações de uma parte do cinturão-verde paulistano*. São Paulo, 1971, 229 f. Dissertação [Mestrado em Geografia] - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

SEABRA, Odete Carvalho de Lima. São Paulo: a cidade, os bairros e a periferia. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (Orgs.). *Geografia de São Paulo: Representação e crise da Metrópole*. São Paulo: Contexto; 2004. 271-311p.

SCHUMACHER, E.F.. *Small is Beautiful: Um estudo de Economia em que as Pessoas também Contam*, 1972. Lisboa-Portugal: Publicações Dom Quixote; 1985. 292p.

SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO. (São Paulo). Plano Cartográfico do Estado de São Paulo. Carta SF-23-Y-C-V- 3- SE – E. Ribeirão das Onças. 1978.

SECRETARIA DA AGRICULTURA (São Paulo). PROCURADORIA GERAL DO ESTADO. PROCURADORIA DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO. Planta do Plano Geral de caracterização de posses no 2º Perímetro de São Roque. s.d. São Paulo. 1 Planta. Escala 1:20.000.

SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO (São Paulo). Plano Cartográfico do Estado de São Paulo. Carta SF-23-Y-C-V- 3- SE – D. Ribeirão Bonito. 1978.

SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO (São Paulo). Plano Cartográfico do Estado de São Paulo. Carta SF-23-Y-C-V- 3- SE – F. Represa Cachoeira da Fumaça. 1978.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE (São Paulo). Caracterização do Parque Estadual do Jurupará. São Paulo, 2009. *Relatório do Plano de Manejo*.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. Instituto Florestal. Processo administrativo SMA nº 40.579. Elaboração de minuta de diplomas legais objetivando a regulamentação das atividades das comunidades tradicionais inseridas em unidades de conservação de proteção integral administradas pelo Instituto Florestal. São Paulo, 2006.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE (São Paulo). Instituto Florestal. *Workshop Ocupação Humana e Unidades de Conservação de Proteção Integral, sob o enfoque da Legislação Ambiental: Roças de Subsistência e Obras necessárias à manutenção das moradias – Critérios Diretrizes e Procedimentos* São Paulo, 2.002. Relatório. Não publicado.

SECRETARIA DO MEIO INSTITUTO FLORESTAL (São Paulo). Processo administrativo IF nº 40.493. Comunica a autuação feita pela Polícia Florestal e de Mananciais do funcionário Isaias Anselmo Domingues por suprimir vegetação na Unidade. São Paulo, 1999

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE (São Paulo). Instituto Florestal. *Workshop sobre Populações e Parques*. São Paulo, 1.994. Relatório. Não publicado.

SHANIN, Teodor. Lições camponesas. In: PAULINO, Elaine Tomasi; FABRINI, João Edmilson (Orgs.). *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p.23-47.

SHANIN, Teodor. *La clase incómoda: sociología política Del campesinado en una sociedad en desarrollo* (Russi 19101925). Madrid: Alianza Editorial, 1983. (Version española de Fernando Andrada Tapia, 1979). 328 p.

SHANIN, Teodor. Una familia campesina rusa a principios de siglo. In: SHANIN, Teodor (Org.). *Campesinos y sociedades campesinas*. Tradução de Eduardo L. Suárez. México: Fondo de Cultura Económica, 1979a. p. 25-30. (El Trimestre Económico, Lecturas, 29).

SHANIN, Teodor. El campesinado como factor político In: SHANIN, Teodor (Org.). *Campesinos y sociedades campesinas*. Tradução de Eduardo L. Suárez. México: Fondo de Cultura Económica, 1979b. p. 214-236. (El Trimestre Económico, Lecturas, 29).

SILVA, Silvio Simioni da. Bernardo Mansano; MARQUES, Maria Inez Medeiros; SUZUKI, Júlio César (Orgs.). A floresta como dimensão territorial: novos e velhos apontamentos para a compreensão o desenvolvimento agrário na Amazônia-acreana. In: FERNANDES, *Geografia agrária: teoria e poder*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.p. 289-314.

SILVA, Simone Resende da. *Camburi, território de brancos, negros e índios no limite do consenso caiçara: transformações de uma população tradicional camponesa*. 2004. Dissertação

(Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SORRE, Maximilien. La notion de genre de vie et sa valeur actuelle. *Annales de Géographie*, t. 57, n. 306, p. 97-108, 1948. Disponível em:

<[http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/geo\\_00034010\\_1948\\_num\\_57\\_306\\_12204](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/geo_00034010_1948_num_57_306_12204)>. Acesso em: 14 mar. 2009.

SORRE, Maximilien. *El hombre en la tierra*. Barcelona: Labor; 1967. 317 p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Território da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marco Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 57-7.

SUZUKI, Júlio César. Metamorfoses da expansão urbana na gênese da moderna cidade de São Paulo. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (Orgs.). *Geografias de São Paulo: representação e crise da Metrôpole*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 131-56.

SUZUKI, Júlio Cesar. Modernização, território e relação campo-cidade: uma outra leitura da modernização da agricultura. In: MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; FALCATE, Ivanira. *Tradição X tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro*. Porto Alegre: UFRGS, 2007. p.320-337.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 2003. 132 p.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia da Letras, 1988. 454 p.

THOMAS, William I.; ZNANIECKI, Florian. Una familia campesina polaca. In: SHANIN, Teodor (Org.). *Campesinos y sociedades campesinas*. Tradução de Eduardo L. Suárez. México: Fondo de Cultura Económica, 1979. p. 19-24. (El Trimestre Económico, Lecturas, 29).

THORNER, D. La economía campesina como una categoría en la historia económica. In: SHANIN, Teodor (Org.). *Campesinos y sociedades campesinas*. Tradução de Eduardo L. Suárez. México: Fondo de Cultura Económica, 1979. p. 182-196. (El Trimestre Económico, Lecturas, 29).

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. 4. ed. São Paulo: Atlas. 1995. 175 p.

UNIÓN MUNDIAL PARA LA NATURALAZA . Acuerdo de Durban Nuestro compromiso mundial para com la población humana y las áreas protegidas de la tierra. In: CONGRESO MUNDIAL DE PARQUES DE LA IUCN, 5. 2003a. Disponível em: < [www.iucn.org/themes/wcpa/wcp2003](http://www.iucn.org/themes/wcpa/wcp2003)>. Acesso em: 3 set. 2005.

UNIÓN MUNDIAL PARA LA NATURALAZA . Mensaje del V Congreso Mundial de Parques de la UICN al Convenio sobre la Diversidad Biológica. In: CONGRESO MUNDIAL

DE PARQUES DE LA IUCN, 5. 2003b. Disponível em:< [www.iucn.org./ themes /wcpa/wcp2003](http://www.iucn.org./ themes /wcpa/wcp2003)>. Acesso em: 3 set. 2005.

UNIÓN MUNDIAL PARA LA NATURALAZA (UICN). El Plan de Accion de Durban. In: CONGRESO MUNDIAL DE PARQUES DE LA IUCN, 5. 2003c. Disponível em: < [www.iucn.org./ themes /wcpa/wcp2003](http://www.iucn.org./ themes /wcpa/wcp2003)>. Acesso em: 3 set. 2005.

UNIÓN MUNDIAL PARA LA NATURALAZA . Recomendaciones del V Congreso Mundial de Parques de la IUCN, In: CONGRESO MUNDIAL DE PARQUES DE LA IUCN, 5. 2003d. Disponível em: < [www.iucn.org./ themes /wcpa/wcp2003](http://www.iucn.org./ themes /wcpa/wcp2003)>. Acesso em : 3 set. 2005.

UNIÓN MUNDIAL PARA LA NATURALAZA (UICN). *Directrices para las categorias de manejo de áreas protegidas*. Gland: UICN, 1994. 261 p.

UNIÓN MUNDIAL PARA LA NATURALAZA (UICN). PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL MEDIO AMBIENTE (PNUMA); *Cuidando do Planeta Terra: uma estratégia para o futuro da vida*. São Paulo: [s.n.]; 1992. 246 p.

UNIÓN MUNDIAL PARA LA NATURALAZA (UICN); PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL MEDIO AMBIENTE (PNUMA); WORLD WILDLIFE FUND (WWF). *Estrategia mundial para la conservación: la conservación de los recursos vivos para el logro de un desarrollo sostenido*. Suiza: UICN/PNUMA/WWF, 1980. Não paginado.

VEIGA, Alceu de Arruda, *Glossário em dasonomia*. Instituto Florestal São Paulo; 1977. 116 p. (n. 4).

VICTOR, Mauro A. M. *A devastação florestal do estado de São Paulo*. São Paulo: Sociedade Brasileira de Silvicultura, 1973.

VIEIRA, Judith C. Direito consuetudinário: distinções e implicação no campo jurídico. In: CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 15. 2006, Manaus. *Anais...* São Paulo: CONPED, 2006. p. 1-14.

WOLF, Eric R. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. 150 p.

WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sitiantes do nordeste*. São Paulo: Oscitem, 1995. 336 p.

WOORTMANN, Ellen F. O saber tradicional camponês e inovações. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Orgs.). *O campo no século XXI*. São Paulo: Editora Casa Amarela/Paz e Terra, 2004. p. 133-143.

WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klaas. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997. 192 p.

WOORTMANN, Klaas. “Com parente não se neguceia”: o campesinato como ordem moral. *Anuário Antropológico* 87, Brasília, p. 11-69, 1990

ZALUAR, Augusto Emilio. *Peregrinação pela província de São Paulo (1860-1861)*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1953. 233 p.